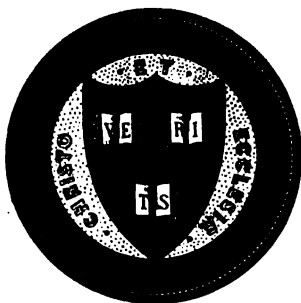


Port. 6050.3



Harvard College Library.

FROM THE

GEORGE B. SOHIER PRIZE FUND.

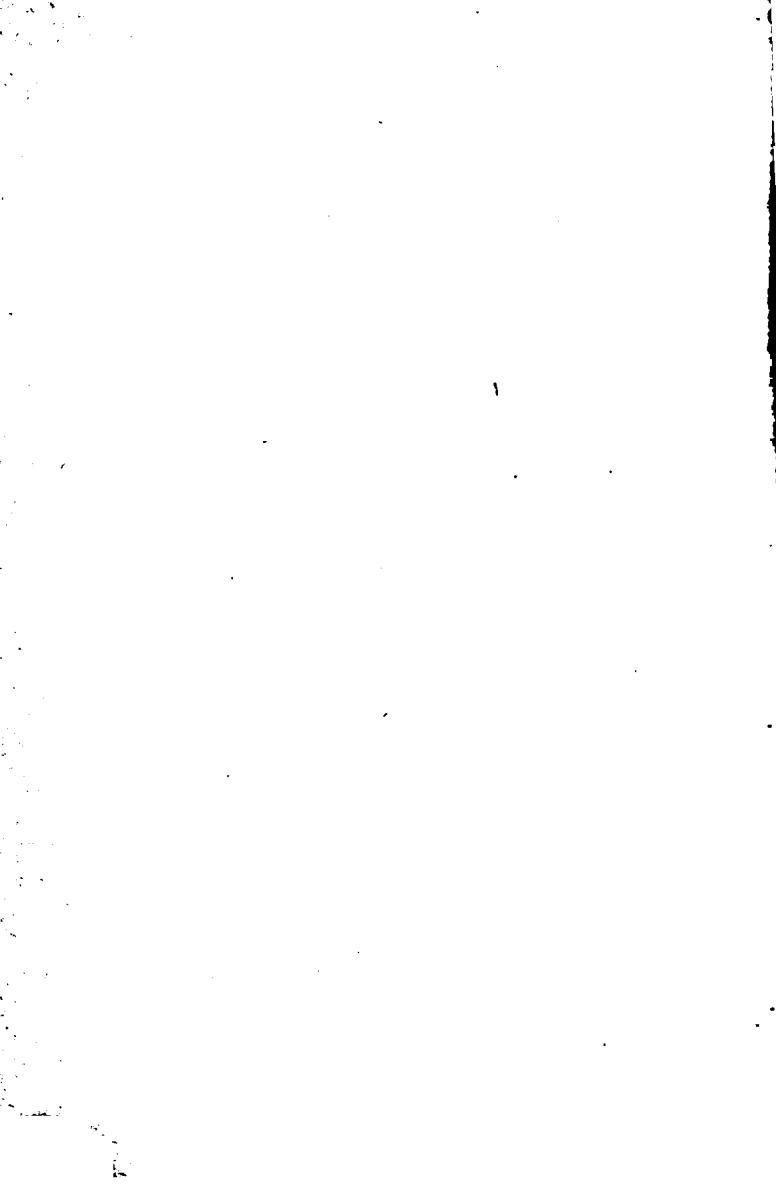
The surplus annual balance "shall be expended for books for the library."

— *Letter of Waldo Higginson.*

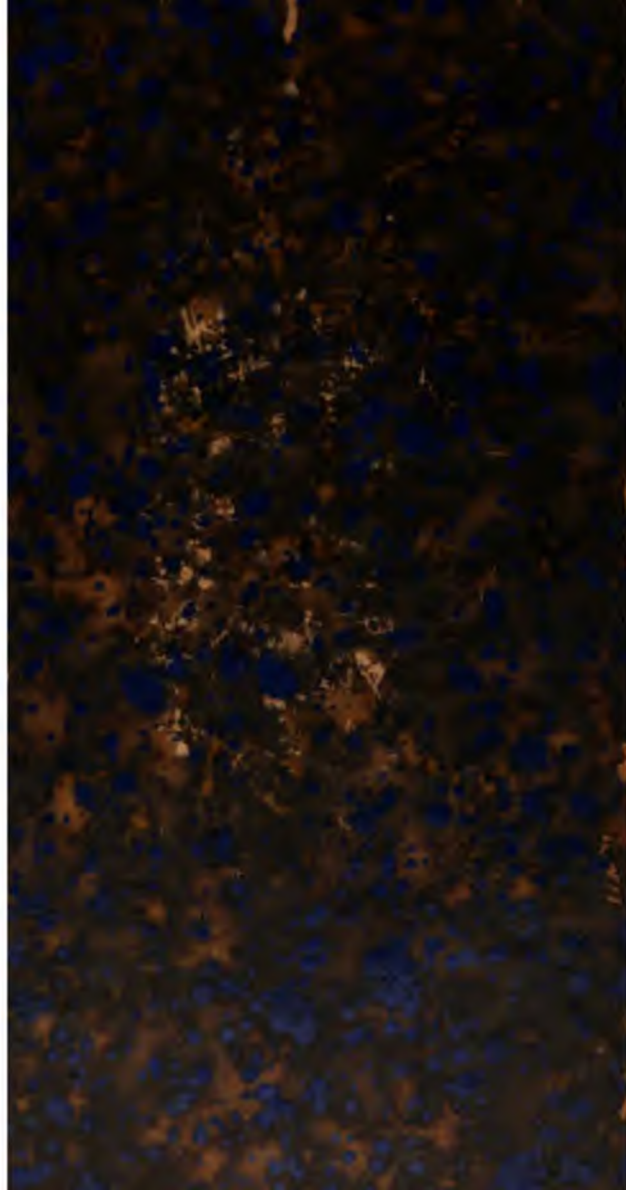
Jan. 10, 1893.

Received *18 May, 1895.*









OPUSCULOS



OPUSCULOS

POR

A. HERCULANO

SOCIO DE MERITO DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS DE LISBOA
SOCIO ESTRANGEIRO DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS DE BAVIERA
SOCIO CORRESPONDENTE
DA R. ACADEMIA DA HISTORIA DE MADRID
DO INSTITUTO DE FRANÇA (ACADEMIA DAS INSCRIPÇÕES)
DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS DE TURIM
DA SOCIEDADE HISTORICA DE NOVA YORK, ETC.

TOMO III

CONTROVERSIAS E ESTUDOS HISTORICOS

—
TOMO I

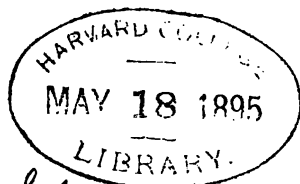
—
LISBOA

VIVA BERTRAND & C.^o — SUCCESSORES, CARVALHO & C.^o
Chiado, 78

—
M DCCC LXXVI

~~IV, 4700~~

Port. 6050.3



Sobier fund.

Contem este volume diversos escriptos sobre duas questões historicas. A primeira, que se refere ás tradições fabulosas ácerca da batalha de Ourique, quasi que não tem valor algum á luz da sciencia. Expôr semelhantes tradições era, por assim dizer, refutá-las, e perante a historia tal refutação seria de sobra. A segunda, relativa á situação das classes servas na Hespanha desde o VIII até o XII seculo, versa sobre a legitimidade da solução que adoptei n'um dos mais difficeis problemas que se me offereceram ao escrever o terceiro volume da Historia de Portugal na epocha decorrida desde a fundação da monarchia até o fim do reinado de Affonso III. As phases da lenta transformação do escravo das socieda-

des antigas no obreiro, cidadão livre das sociedades modernas, obscuras ainda em parte na historia da civilisação e do progresso humano entre as nações d'além dos Pireneus, muito mais o são áquem delles. As divergencias, e divergencias profundas, entre os que se dedicam a estudar o assumpto nascem dessa obscuridade, e é dos debates que elle pode suscitar que ha de surgir a final a luz.

Como tantas vezes succede, não foi a questão grave e difficil que alevantou arruido: foi a insignificante que despertou as attenções e que produziu viva agitação na imprensa e fóra da imprensa, dividindo em dous campos o publico que lê. É que na primeira interessava apenas a sciencia, e a segunda contrariava os intuitos de uma parcialidade e as preocupações dos espiritos vulgares, que constituem o grande numero. Se a religião era extranha ao assumpto, ou antes ganhava na suppressão de uma pia fraude, perdia com isso a maioria do sacerdocio, atarefada, hoje mais que nunca, em tecer a rede de suppostos mila-

gres em que parece querer amortalhar o catholicismo. Escrevendo um livro serio, eu affastara brandamente para o limbo das fabulas aquellas ficções ridiculas, porque era forçoso fazê-lo. Nem tivera a intenção do escandalo, nem a cousa o valia. A maioria, porém, do clero não o entendeu assim.

Na carta ao patriarcha de Lisboa, com a qual este volume começa, está a resumida noticia das aggressões de que fui alvo e que por algum tempo supportei com resignação ou indifferença, resignação ou indifferença em que provavelmente, hoje, que sei melhor o que taes aggressões valem, continuaria a permanecer. Estava, porém, então naquella epocha da vida em que a paciencia christan não é a virtude mais vulgar do homem. O leitor ajuizará se os prelados portugueses foram ou não imprudentes em tolerarem ou talvez favorecerem aquellas ineptas e brutaes manifestações da ignorancia e do interesse ferido.

Pelo que toca ao opusculo sobre o estado das classes servas da Peninsula no decurso dos secu-

los VIII a XII, destinado a combater as opiniões do erudito Muñoz y Romero, é bem de crer que ao meu illustre adversario não faltassem argumentos para contrapôr ás objecções que lhe fiz; mas affastaram-no do debate outros estudos, até que veio salteá-lo a morte, quando a Hespanha tinha a esperar os melhores fructos da alta intelligencia daquelle incansavel cultor da historia. Buscando ambos a verdade, a discussão encetada conduzir-nos-hia, provavelmente, a modificarmos, tanto um como outro, as nossas ideas, talvez absolutas em demasia, e a estabelecermos uma doutrina solida sobre tão espinhoso assumpto. Entretanto, ainda hoje me persuado de que, para nos aproximar-mos, seria elle que teria de andar mais caminho. Julgá-lo-hão os que, depois de lerem attentamente o meu modesto trabalho, examinatem com igual attenção o escripto de Muñoz y Romero e a apreciação desse escripto por Mr. de Rozière.

Janeiro de 1876

A BATALHA DE OURIQUE

EU E O OLERO

AO BATERIAECHA DE LISBOA

(Junho, 1846)

É debaixo da impressão de vivo desgosto, e cedendo emfim ao impulso de justa indignação, que dirijo a vossa eminencia esta carta. A desculpa que merece um animo turbado por offensas inmerecidas, e o favor que sempre encontrei em vossa eminencia me fazem esperar que esse favor não padecerá quebra, se alguma phrase mais forte do que eu desejara me fugir da pena ao escrever este papel; papel que, solemnemente o declaro desde já, não tem por objecto, como algum poderia suppôr, pedir desagravo das offensas a que alludo. De natureza são ellas, que nem preciso nem quero que outrem as puna. Sei e posso eu fazê-lo, se cumprir, de um modo que sirva de escarmento á ignorancia perversa e

á hypocrisia insensata. O meu intuito é apenas rogar directamente a vossa eminencia, e indirectamente aos demais prelados de Portugal a cujas mãos chegar esta carta por intervenção da imprensa, que, obstando a novas provocações da parte do clero, me poupem a dar uma dura licção a individuos, que, desconhecendo os deveres do sacerdocio e incapazes de sentimentos de moderação, tentam excitar as paixões odientas de um fanatismo que já nem, talvez, o povo comprehende contra um homem que nunca lhes fez mal, e que nem sequer se lembra delles, porque tem cousas um pouco mais sérias em que cogitar.

Ha quatro annos que publiquei o primeiro volume de uma Historia de Portugal, que tem feito certa impressão no paiz, e ainda fóra delle. Na benevolencia com que esse livro foi recebido por naturaes e extranhos nada ha provavelmente que deva lisonjear o amor-proprio litterario do auctor, mas ha uma prova de que o publico reconheceu nelle certa independencia de espirito e uma estricta imparcialidade, para a qual o longo e severo exame dos factos o habilitava. Como eu o previra na advertencia posta á frente daquelle primeiro volume, a sinceridade da narrativa, estribada em monumentos indisputaveis, destruindo

muitas dessas tradições, mais ou menos improváveis, que deturpam a historia de todos os povos, suscitou contradictores. Era cousa natural. As manifestações de colera, as injurias vertidas contra mim na imprensa, não podiam causar-me nem estranheza nem abalo. Estava resolvido a guardar silencio perante ellas e a proseguir na senda que abrira, sem me distrahir com luctas estereis. A verdade fica, e as preoccupações passam. Ao mesmo tempo a minha resolução inabalavel era, e é, desprezar todos os respeitos humanos que se contraponham á voz da propria consciencia. Todavia o não nos affastarmos dos seus dictames é empenho que não sae de graça neste mundo de paixões pequenas e más; e bem louca esperanza seria a minha, se a tivesse de evitar os effeitos de uma lei universal. Era por isso que estava resolvido a esgotar resignadamente o meu calix.

Pouco depois da publicação do primeiro volume da Historia de Portugal, n'um periodico litterario da universidade de Dublin um critico inglés punha em duvida se eu, que expurgara de lendas fradescas a historia do berço da monarchia, teria esforço bastante para avaliar como cumpria as longas e violentas dissensões dos reis da pri-

meira dynastia com os bispos e com a curia romana. Quando li isto, sorri-me. Nesse mesma conjunctura publicava-se em Lisboa o meu segundo volume, onde se continha a narrativa de boa parte daquellas discordias. Ahi me parece ter dado documento de que os receios manifestados na imprensa inglesa não eram dos mais bem fundados.

Mas esse volume, accendendo novas coleras, despertou em alguém a idéa de me refutar de modo inaudito. Do pulpito de uma das igrejas de Braga, da antiga metropole, onde ainda devem estar bem vivas as memorias do veneravel Caetano Brandão, do illustre prelado que pretendia reformar o breviario e missal bracharenses por causa *das suas intoleraveis patranhas e falsidades* (phrase do grande arcebispo), o meu nome foi lançado ás multidões ladeado dos epithetos de hereje, de impio e de outros semelhantes. Um egresso fanatico e ignorante (como o são centenas de sacerdotes no meio do nosso clero, que não recebe ha muitas annos nem educação moral nem educação litteraria) cubriu-me de injurias diante de um concurso numeroso, segundo me informaram, porque no meu livro mears do direito de historiador, qualificando devidamente

essas intelligencias vestas e energicas, mas corruptas, violentas e ambicöses que cingiram a thua papel, e que se chamaram Gregorio, Innocencio ou Hanerio. A principio acreditei que isto não passara de um impulso de fanatismo individual; mas em breve me desenganei de que o facto pertencia a um systema organizado de aggressão. A imprensa politica noticiou procedimentos analogos para comigo em outros logares do archiepado. Se o objecto das invectivas era o mesmo, se igual a violencia das expressões, ignoro-o: mas o que me pareceu evidente foi que havia, como disse, em tão insolito proceder um systema uniforme e combinado.

Calai-me. A minha equanimidade foi bastante para tolerar este ataque brutal á liberdade do pensamento; foi tamanha como a do respectivo prelado, que guardou silencio, e que devera ter advertido o seu clero de que, não havendo en offendido doutrina alguma da igreja, e tendo-me limitada a julgar os homens e os factos da epocha sobre que se tratava, por mais erradas que fossem as minhas opiniões, ellas não podiam ser qualificadas publicamente de hereticas, concitando-se assim contra mim a credulidade popular. Um sermão não é o meio de refutar erros litterarios, e

muito menos o é qualificar taes erros como ofensas da fé para os transformar em crimes religiosos. Em semelhante terreno a lucta seria impossivel, porque d'elle brota o risco pessoal, ou pelo menos a perda da reputação moral para um dos contendores, ou melhor direi para a victima indefensa, amarrada ao poste desse novo genero de patibulo. Os ignorantes olhariam com horror para o Luthero ou Calvino que surge na terra da patria, e esse odio publico é uma verdadeira coacção á liberdade legitima do escriptor: legitima, digo, porque, apesar de tantas declamações e queixas, é evidente que no meu livro não ha uma unica palavra que offenda a orthodoxia da igreja. Se eu tivesse proferido alguma heresia, os prelados portuguezes, e em particular vossa eminencia como meu pastor, não seriam capazes de faltar aos seus mais estrictos deveres, deixando de me advertir do erro com caridade evangelica, e de me condemnar se eu insistisse n'elle. Era então que aos bispos, e não a qualquer desses cirzidores de farrapos de sermões velhos, desses inimigos figadaes da lingua, da grammatica e do senso commum, denominados, por antiphrase, prédadores ou oradores, que era licito, que cumpria lançar sobre mim o anathema.

A guerra desleal que uma parte do clero (digo uma parte, porque no seu gremio ha muitos homens leaes e verdadeiramente illustrados) me declarara no norte do reino não tardou a apparecer no meio-dia, no recinto da propria capital. O primeiro commettimento foi tentado n'uma solemnidade notavel, e n'um dos templos mais frequentados de Lisboa. Nesse acto o absurdo da aggressão nasceu antes da impropriedade do lugar, do que das formulas empregadas pelo aggressor, que se absteve de injurias grosseiras. Lisboa não é Braga, e o negocio precisava aqui de maior circumspecção. Entretanto a tentativa desagradou geralmente, e eu pensei que emfim me deixariam em paz.

Não succedeu assim. Ultimamente na minha propria parochia, e dous dias depois n'outra igreja da capital, fui de novo arrastado perante as turbas na torrente da eloquencia clerical. Se no primeiro caso houve a intenção de se me administrar face a face uma correcção fraterna, o calculo falhou. Creio que vossa eminencia me faz a justiça de acreditar que não me deleito excessivamente em ir ouvir máus sermões de ha sessenta annos, ou traducções detestaveis de fragmentos de sermonarios franceses, declamadas, ou antes

carpidas, em tem ainda mais detestavel. O annuncio de um sermão é para mim por via de regra a espada perene de anjo do paraizo flamejando á porta do templo. Salvo em rarissimos casos, não haveria forças que podessem arrastar-me a assistir aos partos da oratoria, que, por irrisão sacrilega, se denomina sagrada. A resistencia dos meus nervos em tal conjuntura seria mais forte do que a propria vontade.

Em Braga, e creio que nos outros logares daquelle diocese, a censura tinha sido fulminada contra a liberdade com que falei dos chefes da igreja nos seculos médios, da curia romana, e talvez dos bispos portuguezes de então. Ao menos lá a invectiva tinha certa originalidade. No patriarchado, porém, as accusações, posto que menos brutaes, tiveram o defeito de ser um verdadeiro plagio.

Narrando no primeiro volume da Historia de Portugal o recanto de julho de 1439 em Oubique, reduzido ás dimensões que suppõe e supponho exactas, emmitti a fabula do apparecimento de Christo, como coisa indigna de gravidade da historia, e, sob certo aspecto, demasiada irreverente para com o sublime Fundador de Christianismo. Apenas n'uma nota alludi a essa tradição

absurdo, affirmando que se estribava n'um documento falso, o celebre juramento attribuido a Afonso I, juramento que ainda existe no supposto original. Eis o grande escandalo para os pregaçãoes de Lisboa. Confesso que abi tractei esse embuste com o desprezo que elle merece, porque, na verdade, conhecendo eu muitos diplomas forjados com maior ou menor destreza, este é, sem contradicção, o mais inabilmente executado.

As poucas palavras que dediquei a semelhante ninharia suscitarão o zelo de alguns individuos, persuadidos de que eu tinha despedaçado, com as tres ou quatro linhas que a tal proposito escrevi, o palladio da independencia nacional, que bem fraca independencia seria se estivesse como adscripta á crença ou á discreção n'um conto de velhas. Houve até um pobre homem, o qual, no meio das discordias civis que assolaram o reino pouco depois da publicação do meu livro, dirigiu aos pezos de Alentejo uma proclamação, em que affirmava que, ligado por um pacto infernal com os membros do governo então derribado, eu ia demolindo as glorias portuguezas para vendermos de common accordo a independencia da patria. Não me recordo agora do prego, nem do

quem foi o comprador, mas a venda parece **que** era indubitavel.

Entretanto publicavam-se artigos de jornaes e folhetos avulsos contra mim. Nada mais legitimo ; nada mais liberal. Se os corsarios da palavra **de** Deus, que esbombardeam o meu pobre livro **de** um lugar aonde eu não posso subir, do alto **do** pulpito, convertido em chapiteu de proa de junco malaio, houvessem seguido este rumo, seria eu tão ridiculo como o instrumento da apparição, se disso me queixasse a vossa eminencia ou aos outros prelados do reino. A imprensa é uma estacada onde nos julgadores do combate, e sobretudo de um combate litterario ou scientifico, ha já um grau de illustração, que até certo ponto affiança uma decisão justa. Reptado ahí, eu podia erguer a luva, ou deixar, quando assim o entendesse, que o livro delatado servisse por si mesmo de resposta aos accusadores. Em um e outro caso procederia livremente, e não ficaria, como no campo em que sou aggreddido, collocado debaixo de uma coacção moral. Ahí os reverendos prégadores, que tem tido a condescendencia de tractar da minha humilde pessoa, até poderiam appellidar-me, se quizessem, hereje, impio, atheu, demonio incarnado: eu respondia-lhes que elles estavam bem

livres de ser nenhuma dessas cousas, e ficavamos perfeitamente pagos.

Dois dos folhetos avulsos dirigidos contra a Historia de Portugal, que me chegaram ás mãos, tractavam justamente desse gravissimo negocio da apparição, que em parte me tem feito victima, por me servir de uma phrase do padre Isla, da *dialectica eloquencia dos selvagens da Europa*. Ambos comedidos e corteses, ao mesmo tempo que produziam no meu animo um sentimento de tristeza, inhibiam-me de responder-lhes, ainda quando não estivesse, como ha pouco disse a vossa eminencia, no firme proposito de evitar luctas estereis. A tristeza que senti á leitura daquelles folhetos nascia de achar nelles a prova da decadencia a que tinham chegado neste paiz os estudos historicos. N'um livro que, com bons ou maus fundamentos, mudava completamente o aspecto até aqui attribuido ao complexo dos successos do nosso paiz, na infancia da sociedade portuguesa, havia por certo mais de uma inexacção, mais de um defeito importante, como obra que era de homem — de homem desajudado n'uma empreza de tal ordem, e entregue unicamente aos proprios recursos e forças. Acerca, porém, das materias positivas, historicas, susceptiveis de se-

rio exato, apenas appareceu, que me cense, um artigo no periodico litterario a *Revista Universal*, e outro no *Observador de Coimbra*. As duas publicações annuaes que me vieram ás mãos, ambas, como disse, curavam exclusivamente de me demonstrar o milagre da apparição, milagre do qual (atrevo-me quasi a affirmá-lo) ainda que os meus adversarios o tivessem sustentado com boas razões litterarias, me parece que eu, nessa eminencia, toda a gente, que não seja algum leigo capucho, haviamos de continuar a ir, cada qual segundo o papel que acceitou nesta grande comedia humana—uns em publico, outros em particular.

Agora pelo que respeita aos motivos que, além da razão geral já dada, me inibiam de responder aos dous escriptores, permita-me vossa eminencia que eu dilate um pouco o discurso a este proposito. Não é a digressão alheia ao assumpto. O meu silencio ante contendores francos e leaes, que me buscavam com armas corteses no campo da imprensa, interpretou-o a ignorancia como um signal de fraqueza. Não contribuiria isto para despertar a audacia dos meus anathematisadores? Não seria eu proprio o culpado da minha affronta? Desculpa vossa eminencia uma comparação,

neuro-sambicrês; em demasia. Tem o marido de se pôdeir a sua cabeça, e não crêhamos nos gestos de Calvino. Quando o tal já não medrihante, foram as forças sobitas e gemerões que atravessaram o portão. O magro só veio ficar-lhe a fronte gonfada, úmida, que, arrigada nasunção de por das illosum, se perturbada de que podia injuriado, a sua carta.

Soi, pois, o casador do mal, como justificar o allenoio que se ignora. É a esse acto que se dirige a digressão da qual falh.

Um dos folhelos era escripto por um amigo, nepheavel, não só pelas suas cartas, mas também pelos seus padecimentos phyzicos, e consideração fortíssima para mim, que ainda se sempre digna de respeito a desgracia; era a predacção de um homem chegado dequelle quæta da vida, em que o escripto parece evado da ruina do corpo, que vem annunciando a proximidade do mundo. Com a mão na consciencia em protesto a vossa emmancia que ainda hoje sentiria remorços, se, na forma da vida e do pouco talento que Deus repartiu comigo, não tivera subido deimar os impulsos de um tridiculo amor-proprio; se houvera ido desenvolver a afflicção sobre o heito de dar a afflicta, para suborrear o irrisio e vergaloso passar de am-

vir os apupos do publico a um pobre velho, que queria, que tinha direito de morrer em paz abraçado com as tradições da sua infancia; que precisava de protestar contra um homem, o qual, embora involuntariamente, ia prostituir-lhe no coração idéas e affectos, amigos constantes da sua larga existencia. Se Deus pudesse fazer milagres absurdos e inuteis, como o da appareção, eu preferiria ver-me convertido em cirzidor e carpidor de farrapos pareneticos a ter de accusar-me de uma acção, que não sei qual seria mais, se covarde, se despiada.

Quanto ao outro folheto, composto por um homem de talento, instruido, e no vigor da idade, não militavam as mesmas razões de conveniencia moral; militavam, porém, outras assaz fortes, e de natureza analoga. Affastadas as considerações poeticas, alheias a materias historicas, os argumentos colligidos naquella publicação a favor do milagre de Ourique dividiam-se em duas categorias, ou antes eram apenas dous argumentos. Um consistia no consenso de certo numero de escriptores, todos de epochas mais recentes que o meado do seculo xv. A futilidade desta argumentação é evidente. Os *classicos* são respeitaveis como mestres de lingua; mas como testemunhas

de um facto, que se diz acontecido pelo menos trezentos annos antes que elles escrevessem, de nada servem. A qualidade de classicos não exclue a de credulos, e nem sequer a de inventores de paratranhas. A chronica de Clarimundo, a da Tavola-redonda, a de Palmeirim d'Inglaterra são escriptas por tres classicos como Barros, Jorge Ferreira, e Francisco de Moraes, e eu supponho, não sei se me engano, que esses livros não encerram senão mentiras. Se o auctor queria provar-me a perpetuidade da tradição de Ourique, não devia esquecer o *criterium* estabelecido por Vicente de Lerins, e com elle pelo *sensus communis*, para distinguirmos das falsas as tradições verdadeiras: *Quod semper, quod ubique, quod ab omnibus creditum est*. Era-lhe necessario mostrar-me essa tradição através de todos os seculos, e sobretudo dos seculos onde ella desaparece, os tres immediatos ao supposto facto. Confesso a vossa eminencia um peccado, e alliviarei delle a consciencia, porque o confesso perante o meu pastor: a minha intelligencia foi demasiado orgulhosa para descer a refutar semelhantes objecções. Que me importava, de feito, que a fabula tivesse este ou aquelle motivo, nascesse no seculo XVI ou no XV? Tomara eu tempo e monumentos para averiguar os successos

Bruteza aquelles tempos de trevas uniam uma crença fervorosa, confundida com superstição extrema. A idéa religiosa formulava-se em tudo, na guerra, na vida civil, nos affectos do coração, nas artes, na litteratura, na sciencia ; e quando uma idéa domina assim a sociedade, converte-se em prisma através do qual as cousas se illuminam com as côres que elle lhes transmite. O maravilhoso introduzia-se em todos os factos em que as imaginações, possuidas de uma especie de febre moral, achavam pretextos mais ou menos plausiveis para lh'o attribuir. Accrescia a tendencia innata dos homens para indagar as causas dos diversos phenomenos. Comprimida n'um ambiente de ignorancia e rudeza (ambiente em que vive boa parte do nosso clero), essa tendencia dilatava-se, respirava pelo unico resfolgadoiro possivel, pela facil theoria do maravilhoso, do sobreintelligivel. Nas chronicas d'então quasi que o miraculoso é o regular, e o natural a excepção. Dos chronistas dos seculos barbaros o mais despreocupado é o beneditino inglés Matheus Paris. Todavia centenaes, que não dezenas, de milagres absurdos são gravemente narrados na *Historia Major*. Permite-me vossa eminencia que lhe recorde um exemplo do modo de vêr daquellas eras?

Sem sairmos do reino, nem do seculo XII, e até limitando-nos á vida do personagem a quem se attribue o singular favor de Ourique, temos á mão um exercito de milagres, postoque em sentido inverso ao da apparição. Alludo aos desgostos de S. Rosendo com o nosso primeiro rei. A vida do sancto, *escripta no seculo XII*, foi, como vossa eminencia sabe, publicada por Florez, e uma copia, talvez coeva, ou quando muito do seculo XIII, existe ainda entre os manuscriptos de Alcobaca (codice 133). Ahi lemos que o rei portuguez fora obrigado a levantar o sitio do castello Sandino, nas margens do Arnoia, por uma tempestade de raios que o sancto desfechou contra elle. Se acreditarmos o pio agiographo, o seu implacavel heroe nunca perdoou a Affonso I, apparecendo por tres vezes a diversas pessoas para pretestar vingança contra o principe, que nas suas correrias na Galliza não respeitara as terras do mosteiro de Celanova. Nesta lucta atroz entre o grande da terra e o grande do ceu, S. Rosendo não poupava maravilhas. Debalde; porque, como observa o monge historiador, o coração do rei, que elle compara caritativamente a Simão Mago, estava obdurado, qual o de Pharaó, *para maior cumulo da sua condemnação*. A malevolencia milagreira do san-

cio não abandonou Affonso Henriques senão no tumulto. Os contratempos dos ultimos annos do reinado do fundador da monarchia, incluindo o desbarato de Badajoz, a fractura da perna, o aleijão com que ficou até a morte, tudo foi obra de S. Rosendo, e havia mesmo quem affirmasse ter visto o sancto revestido do corpo humano e muito atarefado, na occasião em que o rei de Portugal catu prisioneiro do genro. São pelo menos vinte milagres attestados por um escriptor desses tempos. Penso que não me accusarão de avaro ou de desagradecido os que querem enriquecer á força o thesouro das minhas crenças com a apparição de Ourique. Vinte por um. Indisputavelmente eu sou muito mais rico do que elles em provisão de milagres.

De todas essas maravilhas, porém, apesar de subministrarem á credulidade melhores fundamentos que a de Ourique, faço eu tanto caso como desta última, pelas considerações que indiquei, aliás bem escusadas para a comprehensão e litteratura de vossa eminencia. Mas nem foi unicamente o preceito que a mim proprio impusera de não malbaratar o tempo em questões desta ordem, nem essas considerações, que obstaram a a que eu respondesse a um escripto, em que o

erro, e talvez o despeito, vinham envoltos em formas tão corteses, que tocavam a raia de li-sonjeiras, e em que a argumentação tomava emfim o aspecto de uma cousa séria. Não, eminentissimo senhor! A refutação seria na verdade facil, decisiva, fulminante; mas ella lançaria uma tórpe mancha sobre nomes illustres e caros á igreja portuguesa. Repugnava-me sobretudo esta idéa. Por maiores precauções de que eu me rodeasse, a logica implacavel do publico tiraria as legitimas illações das minhas palavras, e convertê-las-hia em desdouro commum de uma classe que nenhum mal me havia feito. Se hoje a necessidade de repellir a insolencia covarde, como a insolencia o é sempre, me obriga a expôr actos vergonhosos e inqualificaveis, a culpa não m'a lancem. Dous annos de paciencia provam que o faço constrangido por aggressões demasiado graves, não por si, nem pór seus auctores, cousas profundamente insignificantes, mas pelo logar onde se commettem, por serem feitas com a intenção de excitar contra mim animadversões imerecidas, por se tentar, emfim, converter atraiçoadamente uma questão, que nem chega a ser historica, em questão religiosa. A gloria do escandalo deixo-a inteira aos que o provocaram.

Se vou bater sobre campas, que cobrem cinzas envoltas em vestes sacerdotaes; se perturbo a paz dos mortos para lhes bradar—«*Falsarios!*»— esta mão que se estende para indicar os criminosos, esta voz que se ergue para os condemnar, são minhas, mas protesto a vossa eminencia, que quem as suscitou não foi o meu coração, nem a minha vontade. Ha no soffrimento um ponto que sem deshonra não é licito ultrapassar. Consta-me que o mais recente dos meus reverendos accusadores clamara no excesso do seu *sincero* zelo pela historieta da apparição, que *melhor fora que eu não houvera falado em tal*. Melhor ainda do que isso me parece teria sido que elle não houvesse feito trasbordar o calix, já demasiado cheio, de uma justa indignação.

A affirmativa de que no volume 51 da *Symmistica Lusitana* se encontra trasladada uma cópia do instrumento da apparição, coeva de Affonso I, É MENTIRA.

O texto de S. Bernardo, relativo á mesma apparição, que se encontra inserido no Breviario, no officio das Chagas, É FALSO.

Se algum dos reverendos cirzidores sabe latim (é licito duvidar disso com a igreja, que manifestou a sua hesitação a este respeito mandando

accentuar as palavras dos livros rituaes com temor das syllabadas) que venha á Bibliotheca Real, e ahi, no volume 51 da Symmitica a paginas 128, lerá ou soletrará as seguintes palavras, escriptas na lingua latina, por baixo do traslado do instrumento da appareição, nota escripta pela mesma letra do copista — *Brandão, Monarchia Lusitana, Parte 3.ª pagina 127. Extrahido de um codice que o auctor viu em Lisboa.* — Eis em que consiste o traslado da copia cega. Cenaculo, citando o documento pelo indice, quando podia citá-lo pelo logar competente da collecção, o que lhe era igualmente facil, commetteu uma daquellas levezas que não raro occorrem nos seus escriptos, ou praticou uma *pia fraude*? O bello e nobre character do bispo de Beja me faria adoptar sem hesitação o primeiro supposto, se o empenho em que elle entrara de provar a força de Ourique, cuja vaidade e seu elevado espirito necessariamente havia de sentir, não podesse perturbá-lo a ponto de praticar um acto indigno de quem, como elle, era um homem de letras, um prelado virtuoso, e a todos os respeitoz um varão singular.

A historia da passagem falsamente attribuida a S. Bernardo, e, porém, materia mais grave, por-

que nessa vergonhosa historia se acha compromettida a honra e a dignidade moral e litteraria do alto clero portuguez no meiado do seculo passado. Não direi da curia romana, porque nesse ponto não ha já para ella compromettimento possível: vossa eminencia conhece tão bem e melhor do que eu os seus annaes. A narrativa desse escandalo é em resumo a seguinte:

O patriarcha D. Thomás d'Almeida requereu a Bento XIV que concedesse ao clero de Portugal o officio proprio e missa das cinco Chagas, que, por decreto de 4 de julho de 1733, fora concedido a certas freiras de Florença. Accrescentava-se na supplica dirigida ao pontifice que na sexta lição se houvessem de adicionar as seguintes palavras:—*Quis iustitiam imperium etc.*—que constituem o texto allegado contra mim. Considerando, porém, a sexta lição daquelle officio n'uma passagem de S. Bernardo, uma vez que não houvesse a devida distincção entre essa passagem e o novo additamento, este se converteria n'um testemunho importante a favor da lenda da appareição, de que provavelmente os homens instruidos começavam a rir-se depois do impudico que aos estados historicos dera o governo no reinado de D. João V.

Accedeu Bento XIV á supplica do prelado português. O decreto de concessão, o officio e a missa expediram-se para Portugal impressos na typographyia da camara apostolica. Segundo parece, a impressão foi feita no estio, e o compositor romano, no acto de compor a fatal sexta licção, estava perturbado pela febre da *malaria*. O aditamento ficou enxertado nas phrases solemnes do grande abbade de Claraval com tão subtil sutura, que faria honra a um operador de rhinoplastica. Atacado tambem pelos miasmas putridos das lagoas pontinas o revedor da camara apostolica *esqueceu-se* de emendar o erro. Aquelle *innocente* engano partiu, emfim, para Portugal.

Aqui, n'uma epocha em que ainda os estudos do clero não tinham chegado á decadencia em que hoje os vemos e de certo vossa eminencia lamenta como eu, e em que as cadeiras episcopaes do reino estavam occupadas por muitos homens notaveis por sciencia e virtudes, o antecessor de vossa eminencia que então presidia á metropole de Lisboa *esqueceu-se* de que essa passagem perfilhada a S. Bernardo tinha um auctor bem moderno, e entre os bispos, entre os theologos do clero secular não houve um só que *advertisse* no falso testemunho que na sexta lic-

ção do novo officio se alevantava ao fundador dos cistercienses. Os seus filhos, os seus proprios monges, calaram-se. Os prelos têm gemido durante um seculo com as reimpressões do breviario, e neste longo periodo nem uma voz; que eu saiba, se ergueu para dizer que em nenhuma edição, em nenhuma codice manuscripto das obras de S. Bernardo se encontra a supposta passagem.

«E que admiração? — respondeu-me um malicioso, a quem manifestava em certa occasião o meu espanto á vista deste phenomeno singular. — O clero não lê os padres da igreja: deixou essa tarefa aos seculares. E para que os havia de ler, se lhes é de sobra o Larraga?»

Dou a minha palavra a vossa eminencia de que repelli com todas as minhas forças este rude epigramma. Eu sei que ha, conheço, até, sacerdotes cuja instrucção é tão solida como vasta. O tracto de vossa eminencia, durante a epocha em que fomos collegas no parlamento, me fez conhecer um dos mais distinctos entre elles. Infelizmente, esse epigramma, injusto na sua fórmula absoluta, não deixa de ser merecido em muitos, talvez no maior numero de casos.

Sabe vossa eminencia quem protestou contra

essa falsificação audaz, contra essa fingida ignorancia, contra esse torpor inexplicavel ou explicavel de mais? Foi aquella ordem ácerca da qual então se repetiam, e hoje se repetem diariamente graves accusações de immoralidade. Foram os jesuitas, que n'uma edição do novo officio, feita para o proprio uso, separaram com um asterisco o texto de S. Bernardo da invenção moderna. Acaso este procedimento deu origem a um livro, *os Novos Testemnhos*, do celebre e implacavel inimigo dos jesuitas, o padre Pereira, livro que se o não tomarmos como uma longa ironia, deshonra a memoria de uma das mais fortes intelligencias que Portugal tem gerado.

Agora fica vossa eminencia habilitado para avaliar se eu procedi com circumspecção guardando silencio ante as refutações que se me dirigiam pela imprensa; se não houve no meu proceder uma dessas abnegações que não são vulgares, em desprezar um triumpho tão facil como decisivo, preferindo ficar como vencido o humilhado aos olhos das scenes instruidos a salvar o meu nome de uma moda litteraria e até certo ponto moral. Se, enfim, é justo, se é decente, que membros do clero aggridam de um modo illicito, e profanando a sanctidade dos templos e a sanctidade

do seu ministerio, um homem que sacrificou o proprio orgulho para não rasgar o véu de uma fraude dessas, que os hypocritas qualificam de pias, e que eu qualificarei de immoraeas.

Como Sem e Japhet queria encubrir a falta de pudor de Noé: o sacerdocio obrigou-me emfim a ser como Cham. Fizeram-me voltar a face: contrangeram-me a descerrar os olhos. Practicaram uma boa obra: devem della gloriar-se.

E quem é o homem que os prégadores de Portugal offerecem á execração publica, porque não quiz vender a sua alma ao demonio da mentira; porque não quiz deshonar-se e deshonar com embustes o seu livro? Que vossa eminencia me consinta fazer aqui esta dolorosa pergunta á minha consciencia; interrogar severamente o meu passado. Tem o clero a combater em mim um inveterado e perigoso inimigo? É o seu tão insolito proceder um impeto de vingança, que o excita a repellir um perseguidor implacavel? Ha quinze annos que trabalho na imprensa, e senão por merito proprio, ao meos por circumstancias, que não importa aqui recordar, muitas das paginas avulsas que tenho deixado após mim na carreira da vida se derramaram por todos os angulos do paiz, penetraram aonde livros e jornaes de

mais alto pensar nunca haviam chegado, e talvez nunca depois chegaram. Haverá nessas pobres paginas alguma cousa que possa incitar a colera sacerdotal? Como procedi eu sempre ácerca da igreja e do clero? As idéas do seculo, recalçadas por uma compressão violenta, a que, força é confessá-lo, a maioria do sacerdocio se havia associado, tinham reagido violentamente, e assentavam-se triumphantes sobre as ruinas do passado quando eu entrei no campo da imprensa, no campo das batalhas do espirito. De roda de mim jaziam os fragmentos da sociedade que fora, e no meio delles o clero, disperso, empobrecido, cuberto de affrontas, experimentava as consequencias do predomínio de um partido adverso e irritado. A situação da igreja portuguesa nessa época, e sobretudo a situação dos regulares, sabemos todos qual era. Foram feridas de que, porventura, ainda mais de uma goteja sangue. Os homens das velhas opiniões politicas, no meio do terror, vergados pelo desalento de uma quédia tremenda, duplicadamente dolorosa pela desesperança, calavam. Nem uma voz amiga se alevantava nesta terra de Portugal a favor da igreja batida pela tempestade. Ainda então esse grupo de mancebos cheios de talento, de inspirações grandiosas e

de crença fervente na liberdade humana, e pela liberdade na eterna justiça; essa phalange, no meio da qual todos os dias apparecem novos soldados, e que não se envergonha de Deus nem do seu Christo, não tinha ainda começado a surgir para ser generosa, amplamente generosa, com os adversarios das suas idéas, quando a desventura os sanctifica. Na imprensa liberal, revolucionaria, impia, como quizerem chamar-lhe, eu, só eu, tive por muito tempo palavras de affeição e consolo para a desgraça; só eu tive animo para accusar os homens do meu partido d'espoliadores e d'insensatos; para tentar revocá-los á poesia do christianismo, do eterno alliado da liberdade. A voz que do campo do progresso saudava o templo enlutado e deserto era debil, mas sincera: a mão que se estendia para amparar o sacerdote curvado sob o peso da agonia era bem pouco robusta, mas era leal! Como Yorick guardava a caixa do pobre franciscano entre os symbolos da sua religião de affectos, eu guardo para mim, e só para mim, mais de um papel escripto por mãos trémulas de velho monge, e talvez regado por lagrymas, em que se reconhecia a possibilidade de haver um homem das novas idéas que não fosse absolutamente um malvado. É so-

bre estas reliquias que eu quero encostar a cabeça para dormir tranquillo o ultimo e longo somno em que todos devemos repousar. Não receiem pois os que me chamam hoje impio e herege, que eu os envergonhe com o testemunho dos que valiam mais do que elles, dos verdadeiros martyres do passado. São cousas queridas e sanctas para mim. Estejam certos de que não as prostituirei jámais.

Depois, pouco a pouco, foi-se estabelecendo nos animos uma reacção salutar: começou-se a sentir que o templo e o sacerdote eram importantes elementos de paz, e que podiam ser instrumentos de liberdade. Vieram outros peledores, todos mais fortes e dístros, combater na arena onde por tanto tempo eu me tinha achado só. Não foi de certo a minha influencia litteraria que trouxe este resultado. Trouxe-o o progresso da razão humana, a força irresistivel da verdade. Entretanto, parece que, retirando-me do posto que defendera com os limitados recursos que Deus repartira comigo, merecia do clero, por si e pela igreja, um *vale* de paz.

Em logar disso tenho a guerra, acerba, covarde, atraçoada. Porque? Porque trouxe para o campo da historia o mesmo amor da verdade singela,

que tinha mostrado n'uma das mais graves questões sociaes.

Não me arrependo do que fiz. Cumpri um dever que me impunham Deos e a minha consciencia. Não espero arrependerm-me do que faço. Cumpro uma obrigação litteraria, e estou certo de que bem mereço da terra em que nasci escrevendo a verdade.

Sabe vossa eminencia sobre que eu hesito? É sobre a legitimidade absoluta das minhas queixas; é sobre se, no que supponho um dever d'honra, não haverá um pouco da obcecação da vaidade.

Quando Rôma, que parece ter jurado nas aras de Jupiter Stator o exterminio do catholicismo, crucifica no seu *Index* nomes como os de Chateaubriand e Lamartine; nomes como os de Gioberti e Ventura, terei eu, verme que passo á sombra do meu nada, direito de offender-me porque de pulpitos obscuros, n'um canto obscuro da Europa, alguns clerigos maus ou ignorantes lançam sobre mim o vilipendio das suas palavras?

Quando a igreja, envolvendo a fronte no véu da sua immensa tristeza, e sentindo humedecer-lhe os pés o sangue humano vertido pelo ferro sacerdotal, contempla atterrada o futuro, ha dor de individuos a que seja licito um brado?

Cerrarei aqui o discurso, porque temo ir mais longe do que eu quizera. Permitta-me vossa eminencia que conclua fazendo um voto; ao qual sei que vossa eminencia se associã, bem como os outros prelados de Portugal: — Oxalã venha em breve o dia em que o clero d'este paiz possa receber uma educação digna do seu elevado destino, e conhecer, por estudos severos e bem dirigidos, que o ser christão não é ser nem hypocrita nem fanatico.

II

CONSIDERAÇÕES PACÍFICAS

SOBRE O OPUSCULO DO P. E. O. CLERO

AO REDACTOR DA NAÇÃO

(Julho, 1850)

A necessidade de reprimir o abuso do ministério do pulpito que contra mim se estava practicando obrigou-me a dirigir a sua eminencia o Patriarcha de Lisboa uma carta, na qual, sem faltar á consideração devida ao prelado da diocese, nem aos outros bispos do reino, entendi que cumpria usar de uma linguagem severa, mas justa, para com a maioria do clero. Habitudo a patentear livre e singelamente as minha opiniões ácerca dos homens e das cousas, não soube nem quiz buscar rodeios, ou adoçar as phrases para me exprimir de modo menos aspero n'uma questão que me respeitava pessoalmente, e em que até certo ponto estava comprometido, não só o

meu caracter litterario, mas tambem, o que mais importa, ò meu caracter moral. Toda a imprensa periodica, politica e não politica, sem distincção de partidos, foi unanime em condemnar actos que me obrigavam a dar um passo a que bem desejaria me houvessem poupado. Como os outros jornaes, a *Nação* reprovou as aggressões inauditas perpetradas por uma parte do clero, e toleradas por outra. O procedimento de v. . para comigo foi nessa conjunctura tanto mais nobre, quanto é certo que a indole do seu jornal deveria talvez levá-lo a rebater a opinião de diversas publicações periodicas, se o sentimento da justiça não fosse mais forte no animo de v. . do que outras quaesquer considerações. É assim que o sacerdocio da imprensa cumpre a sua grave missão, e remedeia do modo possivel a decadencia do sacerdocio religioso. Continuando, porém, a tractar de uma questão, que, embora interessasse um simples e quasi obscuro individuo, era demasiado importante pelo alcance e significação dos factos que a haviam suscitado, v. . teve a bondade de dirigir-me algumas observações, que me pareceu exigirem de mim explicações como christão e como homem de letras. Não as dei logo, porque não tardou a annun-

ciar-se publicamente uma refutação da minha carta, em desaggravo do clero. Falava-se n'um milagre de sciencia e de raciocinio, diante do qual eu teria de fugir desalentado como os sarracenos de Ourique diante do da apparição. Citavam-se, até, nomes: falava-se em summidades da igreja e da escola. Como entendo que não é bom fugir sem ver de que, esperei que rebentasse o temporal. Se fosse por elle submergido, de que aproveitariam as explicações dadas a v. .? Se, porém, pudesse salvar o meu fragil baixel, pediria misericordia aos vencedores, e daria ao mesmo tempo a v. . razão de mim. Fiquei, portanto, como o sentenciado no oratorio, com o ouvido attento ao som que devia annunciar a hora do supplicio. Esta hora, todavia, segundo creio, passou. A dizer a verdade, eu alimentava esperanças de salvação com um argumento que fazia a mim mesmo. Não é provavel, dizia comigo, que um membro do clero illustrado e honesto queira vir combater-me ao terreno desigual e escorregadio em que a imprudencia collocou o sacerdocio, e o vulgo clerical tem impedimento dirimente para entrar neste empenho. Para escrever é preciso saber ler e ter lido; saber reflectir, e ter reflectido muito. Por este lado podia eu estar tranquillo.

É certo que o annuncio feito nos jornaes não foi materialmente vão. Apareceu um folheto, que parece ter por objecto refutar-me. Dizem-me que é de um mancebo principiante. Revela, sem d'vidua, algum talento no auctor. Com o tempo, e estudando, este pôde vir a ser um escriptor soffri-vel, e habilitar-se emfim, para tractar d'estas ou d'outras questões com honra sua e proveito do paiz.

Non ragioniam di lui, ma guarda, e passa.

É pois tempo de me explicar com v.. e fallo-hei do modo mais breve que me for possivel. Se alguma phrase menos comedida me fugir da penna, declaro desde já que a retiro. Dirigindo-me a um escriptor como v.., tão urbano nas proprias censuras que me faz, embora sobre tão melindrosa materia como o são as cousas da fé, espero que v.. não veja por caso algum nas minhas palavras a menor intenção offensiva.

Tres censuras irroga v.. ao conteúdo da minha carta; a primeira contra a antithese contida no titulo do opusculo *Eu e o clero*; a segunda contra as expressões de *intelligencias vastas e energicas, mas corruptas, violentas e cubilposas*, de que me servi para qualificar alguns papas; a terceira contra a phrase, *Roma que parece ter*

jurado nas aras de Jupiter. Stator o extermínio do catholicismo, e contra os terrores que attribuo á igreja ácerca do futuro. Considerarei em especial cada uma dessas tres censuras.

Diz v. . que me era licito collocar-me em antagonismo com um ou outro clérigo, porém não com o clero em geral, por honra e credito meu, que nada podia ganhar em lucta tão desigual, e que, a existir, seria a minha condemnação. Antes de tudo é necessario observar duas cousas: 1.ª, que o antagonismo não o creei eu: resultou de factos praticados pelo clero, que tolerei com paciencia durante annos, e que toleraria talvez sempre em silencio, se não receiasse que no progresso da aggressão chegassem a levantar-me um pulpito diante da porta, para d'ahi me fazerem um sermão sobre a sanctidade dos papas da idade média, ou sobre os milagres referidos por S. Bernardo: 2.ª, que é pelo opposculo e não pelo seu titulo, que se há de avaliar até onde esse antagonismo vai, e se elle é legitimo. Não apparece uma unica passagem da minha carta em que eu me refira com phrases hostis a todo o clero portuguez. Os homens que ha no meio delle illustrados e virtuosos, respeito-os; respeito-os duplicadamente pela

sua illustração e pelas suas virtudes; pelo seu character litterario, e pelo seu character sacerdotal. Esses não sobem aos pulpitos a dizer despropositos; não me querem mal, nem a mim nem aos meus pobres escriptos. Ao que eu me contrapuz foi ás turbas tonsuradas; foi á maioria material e numerica; minoria nós dominios da intellectualidade, das idéas, e dos puros e nobres affectos. Faria uma offensa gratuita; practicaria uma brutalidade indesculpavel, estaria em contradicção comigo mesmo, com as minhas opiniões, se assim, sem motivo, sem provocação, tivesse o proposito de maltractar aquell'outra parte do clero.

É esta a idéa que ha de resultar da leitura da minha carta para todos os animos desprevenidos; para v. . mesmo, se tiver bastante paciencia para a reler. Quanto a esses de quem me queixo, não sou eu homem que esconda as proprias convicções. Na minha vida litteraria tenho dado mais de um documento de que costumo ser sincero. Estou persuadido de que a maioria do nosso clero é tal como eu a qualifiquei, e se não fosse a natural repugnancia a despedaçar um cadaver, daria aqui as razões da minha persuasão. Em todo o caso, acceito inteira a responsabilidade

della : não tergiverso, não me arrependo. Tenho dicto e escripto muitas verdades, senão mais deploraveis, por certo mais perigosas para mim, sem que o meu somno deixasse de ser profundo, como o é habitualmente.

• Postas as cousas nestes termos, que são os exactos, não me é possível comprehender a affirmativa de v. . de que o meu credito e honra padeceriam pelo antagonismo com a maioria do clero, *nessa lucta desigual, que envolveria a minha condemnação*. Se v. . viu naquella fatal antithese um peccado de orgulho, talvez o seja; mas eu vi nella apenas um acto de humildade. Pois, em consciencia, eu não valerei mais, litteraria e moralmente, do que um clerigo mau ou insipiente? Mas cem, mas mil, mas dez mil clerigos máus ou insipientes, ainda que os fundam e os acrisolem, chegarão, acaso, a produzir o equivalente de um homem de alguma intelligencia e de alguma honestidade? Não. O resultado de todas essas operações será sempre, a meu ver, um *substratum* de parvoice ou de corrupção. Pecado de soberba não creio, portanto, tê-lo commettido. Por este lado mal posso ser condemnado. Referir-se-hia, porém, v. . ao perigo litterario? Tambem não póde ser. É v. . assaz

instruído, para sentir que por esse lado a lucta me dá tanto cuidado como daria a v. . se estivesse no meu logar. É o perigo religioso? A idéa da condemnação antes de contestada a li-
de, e envolvida na proposição da causa, torna talvez plausivel esta interpretação. Nessa hypo-
these, v. . não teria advertido n'um facto in-
dubitavel. A maioria do clero portuguez não é a maioria de clero catholico: a maioria do clero catholico não constitue por si a igreja de Deus. Bem infeliz seria eu se me visse em opposição com esta; mas confio em que a Providencia me livrará de cair nesse abysmo; não só agora, mas sempre.

Todavia a minha linguagem severa, embora justa e legitima, será condemnavel, senão, pela substancia, ao menos, pelos accidentes? Será condemnavel porque vai ferir duramente um grande numero de sacerdotes, de homens, infelizmente, nagidos do Senhor? Que v. . me consinta invocar em meu auxilio um exemplo acima de toda a excepção. É de um padre da igreja, a cujas obras o nosso clero foi tão affeioado, que até lh'as quiz augmentar, com grande gloria do sancto e proveito destes reinos. Alludo a S. Bernardo. As phrases da minha carta são de suprema doçura

comparadas com as que o celebre elusiscente empregava para qualificar a corrupção, não do clero de um paiz, não da maioria desse clero, mas em geral do sacerdocio do seu tempo. « *Masou a iniquidade — dizia S. Bernardo — dos onciões, dos juizes, dos teus vigarios, oh Deus; daquelles que parecem governar o teu povo! Já não é licito dizer — tal o povo, tal o sacerdocio; porque este é peior. Oh meu Deus, meu Deus! Os teus maiores perseguidores são os que mais ambicionam a primazia, e exercem na igreja o mando supremo* ». E, como se estas duas expressões não bastassem, o terrível benedictino desfecha, n'uma carta dirigida, não a algum prelado metropolitano, mas ao proprio Innocencio II, na seguinte distrib: « *A inelencia do clero, a qual nasce da indulgencia dos bispos, turba o mundo e afflige a igreja. Entregam os bispos as cousas sanctas a elles, e as pedras preciosas a porcos, e elles em pagametto nas debaixo dos pés de-sim o quezerem, assim o temham* ». Se eu me servisse de semelhante linguagem, imagine v. . . que continuada se elevataria contra mim!

¹ Sermo De Convers. S. Paul.

² Epistolar. Epist. 1452.

Dir-me-ha v. . que S. Bernardo foi um sancto padre da igreja, e eu não passo de um peccador e obscuro christão? Assim é. Por isso o segui de longe, *non passibus æquis*. Comtudo, v. . não deixará de advertir em que, quando elle escrevia essas phrases violentas, era um pobre monge, humilde, simples, sem pretensões orgulhosas, sem presciencia de que tinha de ser um sancto e um luminar da igreja. E que lhe importava? O espectáculo do procedimento do clero arrancou da sua bôca esses brados d'indignação, como loucas provocações arrancaram da minha penna palavras muito menos violentas.

Já agora consinta-me v. . que cite ainda um veneravel prelado portuguez quasi do nosso tempo, a quem tambem tive occasião de alludir na minha carta; que recorde as palavras geraes de D. Fr. Caetano Brandão ácerca do clero portuguez no principio deste seculo. O metropolitano explicava n'uma carta a certo ministro d'estado quem era que fazia recair a desconsideração sobre o poder pontificio: «*São aquelles — dizia o arcebispo de Braga — que á força de supplicas importunas, de respeitos humanos, e outros motivos ainda mais vergonhosos, costumam extorquir da curia romana provisões beneficiaes, que*

mais parecem titulos de contractos de predios **rusticos**, do que de beneficios ecclesiasticos; *provisões a favor das quaes tem infestado as parochias e côros* (collegiadas e cabidos) de todo o **reino uma tropa confusa de** sujeitos indignos, etc.¹). Que se leia inteira a passagem impressa daquella carta, e ver-se-ha se foi o arcebispo, se eu, quem usou de mais desabrida linguagem.

Apesar disso, suas reverencias hão de tolerar-me a crença de que não estão no inferno nem a alma de D. Fr. Caetano Brandão, nem a de S. Bernardo.

Ainda algumas palavras sobre o antagonismo, em que de nenhum modo v. . me quer ver collocado, em relação á maioria do clero. Foram apenas alguns que me provocaram do pulpito, e eu chamo á autoria o grande numero. É verdade. Não sei com certeza senão de alguns factos de aggressão, mas a noticia de parte d'esses factos obtive-a casualmente: alguns constaram-me apenas, porque um jornal a elles alludiu de passagem, dizendo que se practicavam por diversos logares de Entre-Douro e Minho. É acaso provável que se não repetissem por outras dioceses?

¹ Mem. de D. Fr. Caetano Brandão, T. II, p. 414.

Em Lisboa, onde eu residio, onde os sacerdotes pedem: tes: mais: illustração, onde, até, a fanatismo deve ser mais raro, porque a propria fé é mais tibia, onde, enfim, os: pregadores mais devem recear: que: os: sua: auditoria: se: via: delles, honre: deus: exemplos. Não: me: será: licito: inferir: que, não: tendo: eu: uma: policia: ás: minhas: ordens; igno: ro: muitos: successos: analogos? Depois, he:rege, á: vista: desses: factos: repetidos, não: digo: punição: de: semelhante: abuso: de: ministerio: sagrado, e: que: não: peço, o: que: até: me: constribuaria, porque: me: lembro: das: palavras: de: Christo: « *Perdoas-lhes: Paes, que: não: sabem: o: que: fazem,* mas: a: minima: providencia: para: impedir: a: renovação: de: taes: escandalos? Para: que: servem: os: vigarias: da: vara, os: arcebispos, os: representantes: ou: delegados: do: poder: episcopal? Como: informam: os: respectivos: prelados: de: que: se: passa: entre: o: clero: diocesano? Não: tenho: eu: direito: de: suppôr: que: elles: tambem: entendem: que: a: sanctidade: dos: papas: da: idade: média: ou: o: apparecimento: de: Ourique: são: partes: integrantes: da: crença: catholica, e: que: se: trepassem: ao: pulpito, e: lhes: viesse: a: talho, me: chama: riam: do: mesmo: modo: impio: ou: herege? Se: não: estão: de: accordo: com: os: pregadores, como: se: esquecem: de: que: os: padres: de: Trento: prohibiram

aos Bispos que consentissem aos credores segredos divulgar ou tractar factos incertos, ou que tenham caracteres de falsidade¹, e de que os do concilio 1.º de Colonia ordenam aos mesmos credores que não falem imprudentemente de milagres, limitando-se aos que refere a Biblia, ou aos que forem narrados por escriptores de peso, e attribuidos em sólidos fundamentos historicos²? Como quer pois v. . que eu não increpe o maior numero e que não o supponha alistado contra mim nesta vergonhosa cruzada d'ignorancia?

Passando ao segundo capitulo de accusação, sinto verdadeira magea em ser constrangido a dizer que v. . lea menos attentamente o que escrevi acerca dos papas na minha carta ao eminentissimo senhor Cardeal Patriarcha. Qualifiquei ahi de intelligencias vastas, energicas, mas corruptas, violentas e cubiçosas; alguns delles que se chamaram Gregorio, Innocencio ou Honorio, e v. . reprehende-me por classificar como taes Gregorio VII e Innocencio III!? Onde me refiro eu a estes dous papas no meu opusculo? Na epocha abrangida pelo que se acha publicado da His-

¹ Concil. Trident. Sess. 25, Decr. de Purgat.

² Concil. Colon I, tit. 6 c. 25.

toria de Portugal houve diversos pontifices desses nomes. A cada um delles fiz, creio eu, justiça, e Gregorio VII foi aquelle em que menos falei, porque viveu antes de nascer a monarchia. É singular como v.. pôde perceber que, entre tantos, alludi a esses dous em particular! Não teria eu direito de dizer, que uma voz da propria consciencia trahi u e tornou van a benevolencia para com elles manifestada nas palavras de v..? O que me parece indubitavel é que alguma convicção historica preocupava o espirito de v.. quando nas minhas expressões vagas e geraes viu um ataque directo e especial á memoria daquelles homens extraordinarios, cujos meritos não neguei, nem tenho empenho em negar.

Entretanto não pense v.. que com isto pretendo lançar fóra de mim a responsabilidade de julgar severamente Hildebrando ou Innocencio III. Não tenho a minima dúvida em lhes applicar as designações de intelligencias violentas e cubiçosas, como não a tenho em chamar corruptos a outros papas, como, por exemplo, a Innocencio IV. É verdade que v.. cobre Hildebrando com a egide da canonisação, e Innocencio III com a da sua sciencia e litteratura. Mas nem vejo que a sciencia e litteratura sejam synonymos de virtude,

nem creio que uma canonisação constitua dogma de fé, e obste á liberdade do historiador para avaliar como entender os caracteres historicos. V. . . sabe, perfeitamente que, fundando-se as canonisações em provas humanas, e não em factos revelados, as decisões pontificias a tal respeito são sempre falliveis, o que bem se manifesta da oração que ainda no seculo XIV os papas faziam na solemnidade das canonisações, pedindo a Deus permittisse que não se houvessem enganado. Esta doutrina é corrente, e v. . . não a ignora, nem poderia ignorá-la¹.

Recorda-me v. . . que os escriptores protestantes fazem a estes dous pontifices a justiça que merecem. Tambem eu a fiz, ao menos como a entendi, a elles e aos seus successores, e sobretudo ao papado, em mais de um logar do meu livro. Ninguem admira mais do que eu os progressos que a civilisação lhes deve. Dos historiadores protestantes modernos não conheço nenhum mais celebre, dos que exaltam Gregorio VII, do que o professor Leo. Mas, para isso, elle proprio sentiu a necessidade de se valer exclusivamente da idéa em que se resume a historia

¹ Van-Eyden, Jus Ecclcs. P. I. tit. 22. cap. 10.

do progresso humano. Esta idéa é a *lucta do espirito com a sua manifestação, com a fórma, com a materia; o desenvolvimento do raciocínio predominando no meio da força do acaso*¹. Elle vê-a representada, encarnada, digamos assim, em Gregorio VII e nos seus immediatos successores, na indole e tendencias desses individuos; eu vejo-a no papado, na indole da instituição. É inquestionavel que nenhuns pontifices levaram mais longe a manifestação da idéa, e em philosophia historica os defeitos desses papas desaparecem, quando se considera a maneira *vasta e energica* por que elles desempenharam a missão providencial do papado n'aquella epocha. Todavia, na apreciação *moral* dos seus actos como individuos, é por outros principios que devemos regular-nos. Tanto o professor Leo conhecia que Gregorio VII ficava mal collocado a essa luz, que a excluiu da historia «*No mundo dos phenomenos — diz elle — a luz da verdade não se derrama sobre uma face unica, mas reparte-se por todas. Não são os phenomenos individualmente que constituem a verdade, mas sim o complexo delles.* Para avaliar o pontifice como

¹ Gesch. der Italienisch. Staat. IV B., 4 kap. § 6.

representante e typo da instituição, a regra é exacta; para o avaliar como homem, não; porque a *intenção*, a causa moral dos actos, é necessaria para a apreciação abstracta de um character. A suberba, a ambição e até a cubiça de Gregorio VII estão pintadas nos factos a que accidentalmente me referi n'um logar do meu livro¹. Destruam, se é possível, documentos irrefragaveis.

Queremos, porém, saber, por testemunho insuspeito, qual era essa intenção moral, qual o character de Hildebrando? Ouçamos um seu contemporaneo, um sancto padre. Tenho gosto especial em citar nestas cousas os sanctos padres. São respeitaveis auctoridades! «*De resto — diz um delles — rogo humildemente ao meu S. Satanaz que não se enfureça tanto comigo, e que a sua veneranda suberba não me fustigue com tão longa flagellação*²».

De quem se escrevia isto? Do cardeal Hildebrando. Quem o escrevia? Um pobre velho: S. Pedro Damião n'uma carta dirigida a Alexan-

¹ Vol. I Nota 3 p. 466 e segg.

² S. P. Damiani Epistol. ad Sum. Pontif. L. I Epist. 16.

dre II e ao proprio cardeal. Verdade é que não sabia quão grande sancto havia de vir a ser o seu S. *Satanaz*. Nessas palavras amargas do veneravel monge está explicada a actividade irresistivel com que Gregorio VII proseguiu na lucta gigante entre o espirito e a materia. Superior intellectualmente aos outros homens, a ambição de os dominar a todos fê-lo até negar a realza, não só como facto, mas tambem como principio. Houve, ha hoje um democrata mais virulento do que Hildebrando? Não o creio. V. . conhece por certo uma passagem singular das suas cartas. « Que! — diz elle — uma dignidade inventada pelos homens do seculo (a dos principes) não estará sujeita á que Deus estabeleceu para gloria propria? Quem não sabe que os reis, que os chefes procedem dos principes pagãos, os quaes por instigações do diabo, *que é o verdadeiro principe do mundo*, movidos por cega paixão e levados por intoleravel presumpção, *usurparam o poder supremo sobre os seus iguaes*, pondo por obra, com esse intuito, a rapina, a perfidia, o homicidio, em summa quasi todos os crimes? ¹ » Não lhe parece a v. . que se hoje

¹ Greg. VII Epistolar. Liv. 8 Epist. 21.

Hildebrando resuscitasse, o tínhamos presidente da republica democratica e social? Veja v. . o caso que o sancto varão fazia do famoso texto biblico: *Per me reges regnant*. Dir-se-hia que tinha lido: *Per diabolum reges regnant*. Podemos nós os monarchistas (embora o sejamos por differente feitio) acceptar as idéas do celebre S. Satanaz? Não ha nessas idéas um orgulho, uma intolerancia para com os poderes da terra, que não comprehenderíamos, talvez, hoje, se não tivesse vivido no nosso seculo uma intelligencia igualmente *vasta e energica*, chamada Napoleão Bonaparte?

Vamos ás ultimas censuras de v. . em que me parece não ter mais razão do que nas primeiras. Diz v. . que Roma, *significando o poder pontificio*, não póde jurar o extermínio do catholicismo. Que!? — Pela palavra Roma não se póde entender senão o poder pontificio, não se póde significar senão o papa? V. . ha de permittir-me que em reserva ainda uma vez a S. Bernar de para me salvar da condemnação eminente. Nesta contenda, não sei porque, o meu espirito recorda-se a cada momento daquelle illustre padre da igreja. Falando das horriveis desordens que produziam as appellações para o papa, e

alludindo a dous bispos allemães carregados de crimes, que, tendo appellado para Roma e levando comsigo bastante dinheiro, haviam sido repellidos nas suas pretensões e offertas, S. Bernardo exclama: «*Grande novidade! Quando até o dia de hoje rejeitou Roma dinheiro?*»¹ Note-se que o sancto vivia no seculo immediato ao governo de Hildebrando e que S. Bernardo dirigia o discurso ao papa Eugenio III, que frequentemente louva, e a quem, por certo, não pretendia affrontar. Que significa pois a palavra *Roma* na bôca do grande abbade de Claraval? A curia romana; essa curia, onde, segundo a opinião do severo cluniacense, «*era mais facil entrar honesto, do que tornar-se lá homem de bem*»²; essa curia que me obrigaria a encher paginas e paginas de citações se quizesse colligir as passagens relativas ao seu desprezo por todas as leis divinas e humanas, quando se tractava de receber ouro, passagens que se encontram ás dezenas nos escriptores mais respeitaveis, e onde se memoram, até, versos das cantigas populares contra a cubiça da curia, o que prova ter-se tornado proverbial a corrupção de Roma³.

¹ De Considerat. L. 3 c. 3.

² Ibid. Liv. 4 c. 4.

³ Um grande numero dessas passagens e cantigas,

Mas concedamos que, ultrapassando além da curia romana, eu tivesse em mente o pontifice. Como homem, - como príncipe temporal, os seus actos publicos são do dominio da imprensa; se esses actos pelos seus effeitos moraes e politicos poderem trazer graves turbações, dias de amargura á igreja, não é licito a todo e qualquer christão deplorar essas consequencias, reprehender esses actos? Quando eu digo que Roma *parece* ter jurado o exterminio do catholicismo, accuso o papa, a curia, alguém de ter a intenção directa de o destruir? Ou eu não sei portuguezs, oh empreguei uma phrase trivial, cujo alcance todos comprehendem. Que se diz do valetudinario que despreza os conselhos dos medicos? *Parece que se quer matar!* E quando dizemos isto passa-nos acaso pelo espirito a idéa de attribuir a esse individuo a intenção directa do suicidio? Ou será que as expressões simples, as phrases innocentes dos outros homens se convertem em peste e veneno, quando saem da bôca do feroz herege que ousou duvidar do testemunho posthumo, e bem

relativas aos seculos XI, XII e XIII, acham-se colligidas na Historia dos Hohenstaufen de Raumer, Vol. 6, pag. 178 e segg.

posthumo, de S. Bernardo acerca do milagre de Curique?

Em que tempos estamos nós? Para onde caminha a reacção religiosa? Que!? Eu não poderia apreciar como entendesse o procedimento politico de um papa, em relação aos futuros destinos da igreja, e S. Thomás de Cantuarria poderia sem ser um reprobó lançar em rosto a Alexandre III as gravissimas accusações de o trahir, e de querer conduzi-lo á morte!? Poderia S. Thomás de Aquino, o mais profundo philosopho do seculo XIII, ao observar-lhe Innocencio IV que tinha passado o tempo em que S. Pedro dizia «*não possuio nem ouro nem prata*» — responder-lhe «*que tempo bem era passado o tempo em que S. Pedro dizia ao paralítico — levanta-te e anda*»². epigramma pungente atirado ás fúces de um papa, cuja cabiça não conhecea limites; poderia, digo, S. Thomás ser um doutor da igreja, depois deste attentado? Podia sequer ser papa o successor do mesmo Innocencio, Alexandre IV, que lhe chamara o «*condilhão de igrujás*»³? Risseo do catalogo dos

² Scriptores Rerum Francicar., T. XVII p. 586.

³ Art. de Verif. des Dates; vol. I pag. 209.

³ Matth. Paris, p. mihi 607 col. 2.

bem-aventurados S. Antonino de Florença, que não duvidou de pintar com as mais negras cores os vícios hediondos de Clemente V¹. Não chaméis o ultimo padre da igreja a Bossuet, porque taxios de velbaco o papa Eugenio IV². Rejeitae do gremio catholico o erudito e pio Fleury, porque escreveu o 4.º discurso sobre a historia Ecclesiastica. Para serdes logicos despovoaes a igreja de sanctos, de doutores, de homens illustres, se credes que, dentro della, eu, que não sou nenhuma dessas cousas, não tenho direito de aferir pelos principios eternos da moral, da justiça e da caridade evangelica as acções dos papas sem renegar da igreja.

Não disputareí com v. . sobre os successos de Roma nos ultimos tempos. Cada qual pôde vê-los á luz que julgar verdadeira. Ao que, porém, eu tenho jus é a averiguar se é exacta a proposição absoluta de v. ., de que o futuro da igreja é muito sabido, claro e indisputavel para os catholicos. Por este modo v. . parece excluir-me do gremio do catholicismo; porque hesito sobre o seu futuro. Advertia acaso v. . em que a

¹ Chroniç. pag. mibi 237.

² Def. de la Decl. I: 61

proposição assim absolutamente enunciada, conduziria ao impossivel? O que é certo, sabido e claro para a igreja, e para cada um dos seus membros, é que ella será perpetua, indestructivel. Mas por quaes phases tem de passar; se a esperam dias serenos, se dias de tribulação; se acres resentimentos, imprudentemente preparados, virão ou não como a procella despír a folhagem, lascar os troncos da arvore eterna do christianismo, eis o que nem a igreja, nem eu, nem v. . sabemos. Está acaso v. ., que eu creio profundamente catholico, habilitado para me dizer de um modo *certo e claro*, se a idea revolucionaria da Italia apodreceu para sempre encharcada no sangue que as balas e bayonetas francesas e austriacas derramaram á voz da curia romana? Se a politica das masmorras, dos desterros, da compressão inexoravel, preferida á politica evangelica da tolerancia, do perdão das injurias, da caridade sem limites, poderá varrer para sempre dos animos italianos o odio do dominio estrangeiro (quer directo quer indirecto) e o amor da liberdade politica? Esse odio e esse amor póde v. . julgá-los legitimos ou illegitimos: não disputarei sobre isso. Mas que elles não existam; que elles não possam triumphar algum dia, eis o que v. ., por certo, não

affirmará com a mão na consciencia. E nessa hypothese, quem saberá dizer até onde chegarão os excessos da colera e da vingança, azedadas pelo padecer, e até certo ponto legitimadas por elle, se legitimidade se pôde dar em taes sentimentos? Parece-me que ao homem catholico é licito imaginar, sem que por isso vacille a sua fé ácerca da perpetuidade do catholicismo, que a igreja se entristece, ou deve entristecer, aterrada pelo porvir; é licito suppôr que as lagrymas dos seus futuros martyres vem já de antemão cair-lhe ardentes sobre o seio materno. Se attribuir ao gremio dos fiéis, composto de homens, os affectos de dor e amargura desdiz de alguma cousa, não é, de certo, das tradições evangelicas, nem das tradições dos antigos padres. Já no seculo iv S. Hilario de Poitiers observava quão frequente era pintar-nos o evangelho como triste e afflicto o Filho de Deus¹; e S. Gregorio Magno não duvidava de dizer: « *A sancta igreja, emquanto vive esta vida de corrupção, não cessa de chorar os danos das vicissitudes por que passa*»: e n'outra parte: « *A dor esmaga a igreja quando vé os perversos*

¹ D. Hilar. Pictav., In Psalm. 53.

*prosperarem na propria maldade*². É dessas vicissitudes a que allude o sancto pontífice que eu falô; é a essas vicissitudes, demasiado provaveis, que os erros dos homens, as paixões anti-christãs do sacerdocio triumphante ajunctam, nas minhas previsões, um character de terribilidade.

Tenho dado razão de mim. Diz v. . que poderia acrescentar mais. Sinto que o limitado espaço de uma folha periodica, ou outro qualquer motivo, o inhibisse de assim o practicar. Gosto de ser advertido dos erros em que caio, quando é a sciencia e o talento quem se incumbe deste mister; e certifico a v. . de que facilmente me retractaria, se nas suas ulteriores observações, v. . me convencesse de que eu errava. A ignorancia presumida, ou a insolencia estúpida, é que não costumo fazer a honra de responder. Quanto a esta questão, que não suscitei, e que até deploro, ella terminou para mim. Que os hypocritas façam visagens beatas contra a minha impiedade; que me proclamem herege ou o qual elles quizerem, cansas são essas com que nenhum homem de juizo se afflige, porque as assaduras inquisitoriaes, mercê de Deus, acabaram

² D. Gregor., Expos. in Job II. 8.º: 6.º L. 19.º e. 4.

para sempre. A raça dos escribas e phariseus, o peor flagello que Christo encontrou na terra, e que elle mais cordealmente amaldiçoou, é immortal e immutavel; mas deixá-la viver. Quem diz ao sapo:—«não sejas asqueroso?»— Quem diz á vibora:—«não sejas peçonhenta?»— Babem e mordam; é o seu destino, coitados!

O que não tolerarei é que me chamem de novo, a mim ou aos meus escriptos, a figurarmos no meio das parvoices sacrilegas com que se deshonram os pulpitos. Que os prelados façam ou não o seu dever a este respeito, pouco me importa. Estejam certos de que não será a suas excellencias que pedirei desagravo.

III

SOLEMNIA VERBA

AO SR. A. L. MAGESSI TAVARES

(Outubro, 1850)

Porque virá tempo em que muitos
homens não soffrerão a san doutrina;
mas. . . . accumularão para si mes-
tres conforme aos seus desejos:

E assim apartarão os ouvidos da
verdade e os applicarão ás fabulas.

*S. Paulo, Episto'a II a Thimo-
teo c. 4. v. 3, 4.*

Permitta-me v. . que, sem existirem entre nós
outras relações que não sejam aquellas que fortui-
tamente nascem entre os homens de letras quan-
do se encontram no campo da imprensa, eu di-
rija, por essa mesma imprensa, uma carta a v. .

Esta carta será um pouco extensa. Será talvez
seguida de outras. Não o sei ainda. N'uma ques-
tão litteraria, a meu ver de bem pouco valor, que
o procedimento de alguns individuos da ordem
sacerdotal converteu n'uma contenda que não sei

até onde chegará, v. . fez-me a honra de ser meu adversario, escrevendo dous opusculos em que combate as minhas opiniões n'um, ou para melhor dizer, em alguns pontos d' historia patria. Naquelles dous opusculos, escriptos em diversas epochas, v. . se houve sempre para comigo com a nobreza de um cavalheiro, e com a cortesia de um espirito cultivado. Póde haver ahi uma ou outra expressão mais viva, que feriria certas vaidades demasiado mimosas; se, porém, as ha, não me feriram a mim, endurecido já nestes recontros, e que tambem não sou dos menos sujeitos a ceder ás vezes aos impulsos da vivacidade.

No meio dos que me tem combatido, v. . representa a meus olhos a parte san, os homens sinceros do gremio, da escola, do partido (como quizerem chamar-lhe, porque os nomes importam pouco) a que v. . pertence. Representa, digo, essa parte, postoque, e ainda bem que assim é, não a resuma. Igual testemunho devo deixar aqui, se os meus escriptos tem de viver mais algum dia que eu, ácerca dos Redactores do jornal *A Nação*. Meus adversarios tambem, não recebi delles na impugnação das minhas doutrinas, senão provas de consideração e de urbanidade.

Consinta, pois, v. . que, alargando a orbita

em que quiz encerrar-se no seu ultimo e recente opusculo, eu fale, dirigindo-me a v. . . , com esses homens probos e leaes que estimo e respeito, embora julgue erroneas, deploraveis até, as suas opiniões n'uma contenda, que, não por minha culpa, vai tomando na imprensa portuguesa uma direcção fatal. Deus queira que os imprudentes que lhe deram origem não tenham de chorar a sua loucura com lagrymas amargas!

Seria bem triste que essa porção de compatricios meus em cujos corações o amor do passado é um sentimento puro, postoque, a meu ver, ás vezes se manifeste de modo pouco reflectido, me cressem traidor á sancta causa da patria. Se os erros de nossos paes e os erros de todos nós os que vivemos, erros que nos trouxeram a uma situação que não posso, que não quero definir aqui, fizerem algum dia com que o velho Portugal, ameaçado na sua independencia e nacionalidade, brade por todos os seus filhos para um esforço supremo, para o salvarem ou para morrerem, espero em Deus, e depois de Deus na minha consciencia, que, sem crer no milagre de Ourique, não serei o ultimo a acceitar esse terrivel convite. O passado! Quem mais o amou do que eu nesta terra? Quem voltou nunca os olhos

com mais saudade para as suas tradições? Mas as tradições de que tenho saudade; mas o passado que eu amo, não o são essas lendas absurdas (desculpe v. . o epitheto, que espero justificar) inventadas por interesses mundanos, dos quaes, por mais graves que sejam, nem a philosophia nem o christianismo consentem se faça o céu instrumento. Nos tempos que foram o que me sorri, não só como saudade, mas (porque não direi agora o que hei-de dizer mais largamente um dia?) também como esperança, são as tradições dessa liberdade primitiva, postoque incompleta, filha primogenita do evangelho, que elle gerara para mãe, para abrigo das sociedades da Peninsula; dessa liberdade, rude e turbulenta como uma creança educada á lei da natureza, mas como ella robusta e viçosa; dessa liberdade que se estribava nos habitos, que resultava de instituições positivas e exequiveis, e não de instituições copiadas quasi ao acaso da primeira theoria que tivesse transposto os Pyreneus; dessa liberdade que tornava a monarchia uma cousa sancta, necessaria, indestructivel, e que a monarchia, por desgraça sua e nossa, foi lentamente esmagando debaixo do seu throno, formado dos infolio, politicamente fataes; do Digesto, do Código e das Glos-

sas e Commentarios das escholas d'Italia; dessa liberdade, que, desenvolvida e organizada logicamente com a sua origem, nos teria poupado talvez á gloria immensa, mas para nós mais que esteril, de nos convertermos em victimas da civilisação da Europa, de revelar o Oriente á sua cubiça, para logo vírmos assentar-nos extenuados n'um occaso de tres seculos; dessa liberdade que nos teria salvado por certo de um longo estrebuxar em esforços impotentes de emancipação, que tomámos como licções d'extranhos, e que era mais velha para nós do que o era para elles. Eis-aqui a maravilha, melhor que milagres imaginarios, na qual não só creio, mas tambem espero.

Peço a v. . e aos animos honestos que pensam como v. . se persuadam de que o homem que não admite certas narrativas infundadas, nem por isso deixa de ser bom portuguez, e que, se não está excessivamente inclinado a adorar o Deus de Ourique, nem por isso deixa de crer em Deus.

Com elles, com v. . a discussão grave, pausada, modesta, é possivel; é mais, é uma necessidade do espirito, em que este se sente viver da vida, a elle tão congenita, do raciocinio. Mas como replicar seriamente a homens, não só igno-

rantes e ineptos, do que elles não tem culpa, mas que falsificam, truncam, omitem as palavras do adversario, que lhe alteram as ideas, que, mettidos no charco mais fetido dos becos da Alfama ou do Bairro Alto, atiram ás faces do *impio* que passa quanto lodo lhes cabe nas mãos, contrahidas e convulsas pela colera? A taes desgraçados que se pôde fazer, senão dar-lhes a triste celebridade dos Cotins ou dos freis Gerundios, e enviá-los á geração futura, envolvidos no sudario do escarneo, para lhe distrahir os tedios?

Se as expressões, talvez severas e acres em demasia, que me escaparam n'um impeto de indignação contra a maioria do nosso clero, e não contra os homens honestos e instruidos que pertencem a essa classe, como sem pudor se inculca, não estivessem justificadas pelos actos que as suscitaram, as consequencias do meu escripto tê-las-hiam remido. Dos que me impugnaram, foi aos seculares que coube a moderação, a lealdade, e a elevação dos pensamentos; foi a sacerdotes que couberam as manifestações de odio incrível¹, a

¹ Recordo-me de ler em a *Nação* um communicado de Coimbra, assignado por um parochio, em que se me dizia que, se as assaduras da inquisição tinham acabado, cá es-

transfiguração das minhas ideas, e a linguagem sem nome das prostitutas. Isto é significativo. É que esses seculares nunca tinham trajado a roupetta, usada a cubrir mais hypocritas e devassos ignorantes do que varões religiosos e sabios: tinham, sim, vestido a farda de soldado, costumada a despertar tantas vezes nobres e grandes instinctos. E que me importam a mim esse odio impotente, essa linguagem vergonhosa? O que o futuro ha-de deduzir delles sei eu; sabe-o v. . As ameaças, que ahi se murmuram pelos cantos, essas causam-me dó. Se ao poder publico faltasse a força para manter illesa a segurança dos cidadãos, devolviam-se a estes o direito da propria defesa. Mas os Jacques-Clementes não apparecem senão onde a sinceridade das convicções degenerou em delirio, e não onde as crenças são especulação. Para ser Jacques-Clemente requer-se mais alguma cousa do que saber assassinar; é necessario saber morrer.

Entrarei na materia.

Na questão suscitada pelo modo como tractei

tavam os bispos. O bom do homem ainda espera que os bispos de Portugal possam queimar gente. É uma doce illusão como qualquer outra.

na Historia de Portugal a lenda de Ourique, e ainda outras lendas analogas, é necessario confessar que se tem partido sempre de um ponto nebuloso e fluctuante. Para se chegar a um resultado preciso era necessario ter convindo em certo numero de principios, acceitar certas formulas de raciocinio. Não se fez isso. E todavia, a critica historica tem regras para a credibilidade, regras a que todo aquelle que tracta de taes materias deve sujeitar-se, porque se estribam, não só na acceitação dos homens de sciencia, mas tambem na razão commum. Estes preceitos são no nosso seculo, em que os estudos historicos têm feito na Europa tantos ou mais progressos que as outras sciencias, assaz severos; mas essa severidade começou a desenvolver-se desde os fins do seculo xvii, em que a congregação de S. Mauro, aquelle brilhante seminario de homens illustres, creou a diplomatica. O estudo dos archivos, estudo alumiado pela philosophia critica, mostrou quanto havia a desprezar nessas vastas compilações de trabalhos historicos dos seculos anteriores. É de S. Germão dos Prados, de S. Brás da Selva Negra, e dos outros mosteiros beneditinos da França e da Allemanha, que partiu o movimento intellectual da Europa nesta parte

do saber humano. O que o seculo presente, amestrado por maior experiencia, tem feito é apertar mais as condições da credibilidade, evitando ao mesmo tempo todo o genero de preocupação que possa proceder dos interesses de partido politico ou da incredulidade em materias de religião; é tambem o ter dirigido as indagações historicas mais para o estudo da indole das sociedades, do que para os actos dos individuos. Não nega as tradições da antiga sciencia; completa-as, aperfeiçoa-as. No exame dos monumentos, na sua confrontação, tem dado exemplos de imparcialidade e de paciencia, que mereceriam os applausos dos grandes reformadores benedictinos, se podessem contemplar os resultados da eschola que elles crearam, embora a sciencia moderna, como era natural, os tenha deixado bem longe de si. Os doutos que têm comparado os *Monumenta Germaniæ Historica* de Pertz, os *Monumenta Historiæ Patriæ*, publicados em Turin, a Collecção dos Archivos d'Inglaterra, a continuação dos *Scriptores Rerum Francicarum*, e emfim as demais publicações desta ordem com o que os maurienses nos deixaram nesse genero, sabem que passos gigantes tem dado a critica das fontes historicas. O uso dessas fontes, a applicação dos

preceitos a ellas, tem produzido historiadores como Ranke, Guizot, Eichhorn, Savigny, Amári, Maccaulay e tantos outros que a Europa inteira conhece e admira. É a estes typos que hoje forçosamente ha-de tentar aproximar-se quem escrever historia, se não quizer deshonrar-se e deshonrar a litteratura do seu paiz. Foi essa aproximação que eu tentei, persuadido de que bem merecia por isso da terra em que nasci. Se é assim ou não, pertence decidi-lo áquelles que vierem após nós. No meio de uma revolução litteraria não ha desafogo de animo bastante para se fazer inteira justiça, nem aos meus esforços, nem á candura das minhas intenções. Conheço a difficuldade de se abandonarem antigas preocupações, e seria louco se me irritasse com isso.

Mas para refutar as impugnações que até aqui têm apparecido não me parece necessario invocar a sciencia no seu estado actual, e nem sequer a sciencia anterior na sua applicação á historia profana. Bastam-me as regras acceitas pelos historiadores ecclesiasticos mais respeitaveis, incutidas por theologos, estabelecidas por membros illustres do clero, a quem nem uma unica voz ouzará accusar de menos crentes, ou sequer de menos piedosos. É, creio eu, e v. . . o julgará, ac-

ceitar a situação mais desvantajosa possível: é também o que eu já tinha feito invocando a regra de Vicente de Lerins. Se a religião (cuja base é a crença em cousas que excedem a comprehensão humana, e que nos impõe a synthese, o dogma, sem que nos seja licito recorrer previamente á analyse) exige dos factos tradicionaes, antes de os acceitarmos, as condições de terem sido acreditados *sempre, em toda a parte, e por todos*, quem pede para crer ou deixar de crer factos puramente humanos (sujeitos pela sua natureza a toda a discussão possível) apenas as garantias de liberdade intellectual que a igreja, tão parca em concedê-las, concede aos fiéis para acceitarem uma parte das suas crenças, não abdica evidentemente de uma liberdade, de uma vantagem que é sua, que ninguém lhe disputaria? Mais de uma vez terei talvez de appellar para a probidade litteraria e para a intelligencia de v. . e dos homens sinceros e honestos que pensam como v. . ; mas aqui, parece-me tão evidente a materia, que a deixo á discrição do espirito mais vulgar, da consciencia mais prevenida. Se Galileu, quando descobriu que era a terra e não o sol que andava, tivesse presentes as condições do Comonitorio, não o teria affirmado, e evitaria as per-

seguições da inquisição, postoque deixaria para **outro** a gloria de ter descoberto um facto **importante**. Aquelle canon, applicado á sciencia, é mais **perigoso** para a verdade nova do que para o **erro** antigo.

Eu disse que as auctoridades que estabelece-
ram as regras historicas aceitas por mim serão
ineluctaveis para aquelles mesmos que mais fer-
renhos se mostram em conservar quanto'os tem-
pos passados nos transmittiram. Essas regras,
pois, ao menos as principaes, permitta-me v. .
que as transcreva aqui. Pasmé Portugal de ver
uma parte do clero insultar-me nos pulpitos e na
imprensa, calumniar-me nas praças e corrilhos,
porque segui como historiador as doutrinas esta-
belecidas *para se estudar e escrever a historia da*
igreja por homens que são a gloria e honra da
classe sacerdotal. Se diante dos olhos de todos,
na consciencia de todos não estivesse quanto es-
crevi ácerca da decadencia intellectual da maioria
do nosso clero, parece-me que o que vou trans-
crever seria medida sobeja para por ella sé ofe-
rir essa verdade. - Já que falei dos religiosos da
congregação de S. Mauro, começarei pelo mais
celebre membro d'aquella ordem, o grande Ma-
billon. Eis o que elle nos ensina :

Port. 6050.3



Harvard College Lib

FROM THE

GEORGE B. SOHIER PR

The surplus annual balance " " " "
pended for books for the 11

— Letter of Waldo Higginson

Jan. 10, 1893.

Received 18 May, 1893

temporaneos, ou quasi contem-
poraneos, em silencio; postoque possa
o auctor mais moderno consul-
tar os monumentos importantes, guarda-
mo-nos muito quando os factos acontece-
ram a escriptores synchronos, ou quasi
synchronos, e para as obras depois se perdessem.

Os escriptores, ou os que lhes suc-
cederem, e os que os seguem de um até dous seculos,
devem ter respeito, e não obstante isso,
o auctor mais moderno, sem se estribar
na auctoridade alguma, se atreve
a negar, e a variar esses factos, bem pe-
ro para fazer delle, aliás abrimos
o caminho para errarmos, e para enganarmos

o cuidado nos devemos preta-
mos illaqueados por alguns aucto-
res, inventados nestes nossos tem-
pos.

Deve proscrever qualquer auctor
que commettere defeito de paixão ou allucinação,
ou de estylo, ou por outra imperfeição
da natureza humana, comtanto que seja
igual no resto. . . .

Deve desprezar os antiquarios,

auctores de resumos historicos, e compiladores. . . »

7.º «Quando as narrativas variam, não nos devemos deixar attrahir pela consideração do numero, mas sim pelo merito e gravidade¹ dos auctores; visto que muitas vezes acontece que a auctoridade de um auctor grave e sincero merece preferir-se ao testemunho de cem de menos fé, *porque estes se foram repetindo uns aos outros sem madura discussão e diligente exame das cousas. . . »*

8.º «Por este mesmo motivo não deve fazer-se grande fundamento na quasi innumeravel multidão de casos que muitos modernos costumam amontoar nas vidas de certos sanctos. . . Dizendo isto, sinto apertar-se-me o coração, e com magua devo accrescentar, que são muitissimo mais exactos os auctores profanos escrevendo vidas de ethnicos, do que muitos christãos relatando vidas de sanctos, o que já não receou afirmar

¹ «ne ab uberiori auctorum copia alliciamur, sed potius ab ipsorum merito et gravitate; multoties enim fit, ut *gravis*, periti atque sinceri scriptoris auctoritas, etc.»

Que diria um desses furiosos que crêm que o vocabulario dos prostibulos pôde supprir os rudimentos da sciencia, e que me condemnou como ignorante por falar em

Melchior Cano, referindo-se a Diogenes Laercio e a Suetonio.»

Ouçamos ainda n'outra parte o fundador da diplomatica francesa:

« É necessaria a crítica para distinguirmos as historias verdadeiras das falsas; para não darmos temerariamente credito a narrações supersticiosas, a vans opiniões, a delirios aereos, a *milagres fingidos ou duvidosos, a escriptos suppostos dos sanctos padres*. O veneravel Guigo, quinto geral dos Brunos, estabeleceu utilmente uma norma de crítica: . . . *Buscae a prova de tudo; o bom respeitae-o. Quem cre de prompto é leve de coração.*»

Agora Fleury, o pio mas illustrado historiador da igreja catholica. Depois de varias considerações sobre os documentos falsos com que o clero inundou a Europa nos seculos de trevas, e da falta de instrucção que entre elle reinava, o historiador observa:

gravidade da historia em relação, não ao estylo, mas sim á materia, se ouvisse o venerando Mabillon falar na gravidade do historiador tambem em relação á essencia e não á forma, e isso duas vezes n'um unico paragrapho!! Chamava-lhe ignorantissimo. Ohi clero portuguez, clero portuguez!

« Outro resultado da ignorancia é tornarem-se os homens credulos e supersticiosos, por falta de principios seguros de crença e de exacto conhecimento dos deveres religiosos. Deus é poderoso, e os sanctos têm alto valimento para com elle: verdades são estas que nenhum catholico rejeita: logo devo acreditar todos os milagres attribuidos á intercessão dos sanctos. Má conclusão. Cumpre examinar as provas delles, e com tanta mais exacção, quanto esses factos mais incriveis e importantes forem. Porque, dar por certo um milagre falso nada menos é, segundo S. Paulo, que dar testemunho falso contra Deus, como mui judiciosamente observa S. Pedro Damião. Assim, longe de ser acto de piedade crê-los de leve, é a propria piedade que nos obriga a averiguarmos com rigor as provas em que se fundam. *O mesmo se deve dizer das revelações, das aparições de espiritos, das operações do demonio... Em summa, toda a pessoa dotada de bom juizo e religiosidade deve ser cautelosissima em acreditar factos sobrenaturaes.* »

Mas observemos as precauções de que Fleury se rodeava, as balisas que para si proprio punha, ao começar o immenso lavor da sua *Historia Ecclesiastica*, ainda hoje não substituida, apesar de

tantas monographias excellentes com que depois **tem** sido illuminada, por um ou por outro aspecto, **n'uma** ou **n'outra** epocha, a historia da igreja. Eis os limites que elle estabeleceu á credibilidade **n'um** genero de escriptos onde esta poderia ser **mais** ampla, limites que á *fortiori* não será nunca **licito** ultrapassar em materia de tradições humanas. Mas antes permitta-me, v. . . que cite algumas **passagens**, as quaes me parecem grandemente applicaveis a essa parte do clero, que, em vomitando, no pulpito ou na imprensa, contra quem diz a verdade, quantos adjectivos injuriosos contém o dictionario da lingua, pensam que salvaram a honra dessas fabulas e credices que estão costumados a propalar entre o povo, provavelmente pela mesma razão por que prégam mal, isto é *porque os festeiros gostam d'isso*, embora os concilios lh'o proibam, os apóstolos os condemnem, os membros mais doutos e pios da igreja catholica lhes mostrem o abysmo em que se precipitam! Para onde has tu fugido, oh religião de Christo?!

« Vejo bem — diz Fleury — que a minha historia não ha-de agradar aos espiritos acanhados, atidos ás suas preoccupações, e sempre promptos em condemnar os que pretendem desenganá-los; aos que tapam os ouvidos quando a verdade soa,

para se abraçarem com as fabulas, buscando doutores que vão com elles. Não lhes faltarão livros accomodados ao paladar. Escrevo em vulgar para ser util aos homens de juizo. . . »

«Dous excessos vejo eu que há a evitar: um de credulidade, outro de critica. Nem só a simpleza faz credulos. Pessoas ha que o são por politica e por deploravel sobrançeria. *Julgam que o povo é incapaz ou indigno de saber a verdade; e tem por necessario alimentar-lhe todas as opiniões que lhe foram inculcadas como religião, receiosos de abalar o que é solido, atacando o que é frivolo.* Na essencia, estes suberbos politicos são ignorantissimos. Desconhecendo a religião, não á tomam a serio, e nada os liga a ella senão as preoccupações da infancia e os interesses temporaes. Nunca examinaram as seguras provas do evangelho, nem sentiram a excellencia da sua moral e a esperanza dos bens eternos. *É por isso que não ousam profundar as cousas antigas e temem conhecê-las: sabem que lhes não são favoraveis.* Querem crer que sempre se viveu como hoje, porque não querem mudar de vida, como se nos fosse proveitoso enganar-nos a nós mesmos, ou se a verdade pudesse trocar-se em mentira á força de averiguações. Graças a Deus, a fé christian

passou pelo chrysol; o que ella teme¹ é que não a conheçam.

«A outra especie de pessoas credulas em demasia são christãos sinceros, mas fracos e escrupulosos, que á propria sombra da religião respeitam, e sempre receiam crer de menos. Falta a uns a instrucção; cerram os outros os olhos, e não querem fazer uso do entendimento. É para os taes objecto de devoção crer quanto escreveram os auctores catholicos e quanto crê o ignorante vulgo. A meu vêr, a *legitima devoção consiste em prezar a verdade e a pureza da religião, e em observar, primeiro que tudo, os preceitos expressamente estabelecidos na sagrada escriptura*. Ora, vemos que S. Paulo recommenda repetidas vezes a Tito e a Timotheo que evitem as fabulas, predizendo tambem que uma das desordens do fim do mundo será o affastarem-se os homens da verdade para se aterem a crendices; vemos que as fabulas eruditas não merecem menos desprezo a S. Pedro que os contos de ve-

¹ Elle *ne craint que* de n'être pas connue»: Fleury diz que, não a igreja, mas o proprio christianismo teme. Em Portugal a theologia das tabernas entende-o d'outro modo. É uma consolação ser impio e herege com o virtuoso prior de Argenteuil. Pobre igreja portuguesa.

lhas de S. Paulo; e do mesmo modo que elle condemna as fabulas judaicas, teria condemnado as christans, se já então as houvesse. Que dirão a isto aquelles que a timidez torna tão credulos? Não terão escrupulo em menosprezar semelhante auctoridade? Dirão que nunca houve fabulas entre os christãos? Seria desmentir a antiguidade em peso . . . »

«A critica é portanto, necessaria. Sem deixar de respeitar as tradições, deve averiguar-se quaes são dignas de credito; devemos fazê-lo, até, se não queremos desacatar as verdadeiras, confundindo-as com as falsas. Sem que duvidemos da omnipotencia de Deus, podemos e devemos examinar se os milagres estão bem provados, para lhe não levantarmos falso testemunho, attribuindo-lhe os que elle não fez.»

Eis como pensava o grande historiador ecclesiastico ácerca dos milagres, estribado nos livros que Deus inspirou. Quem será, pois, o impio, o incredulo? O que seguiu os conselhos dos apóstolos e as doutrinas dos homens mais piedosos e sabios do gremio catholico, ou aquelles que esquecidos dos deveres, não digo do sacerdocio (porque neste character, o seu procedimento não tem nome), mas do simples christão, ousam per-

guntar ao historiador sincero: « *Se é necessario, se é util que o historiador se constitua campeão acerrimo contra essas tradições que deturpam a historia?* e que respondem:—*É um arrojo mui imprudente e reprehensivel no historiador semelhante intento. Que precisão, que vantagem ha em destruir as crenças theocraticas¹, que uma tradição de seculos fora radicando no coração do povo? Nenhuma ha:»* e depois accrescentam esta maxima impia de Laharpe — « *a politica sabia e devia tirar partido do poderoso movel da geral crença, cujos effeitos são geralmente bons em todo o governo, mesmo quando a crença é erronea!*» Não peço a v. . . tão cavalheiro e tão indulgente para comigo; peço ao homem que mais me odia, mas que conserve um resto de pudor, que seja juiz entre mim e os desgraçados que não se envergonham, christãos e sacerdotes, de invocar contra a Historia de Portugal taes principios e taes maximas, e que insultam, não a mim, nem o meu livro, mas os apóstolos, mas a biblia,

¹ Todas as pessoas mediocrementemente instruidas sabem o que quer dizer *theocratico*; mas o demente que escreveu estas blasphemias não sabe portuguez, quanto mais grego. Fez uma phrase ridicula para introduzir ahí um vocabulo que os ignorantes não entendessem e que portanto admirassem.

mas os escriptores mais sabios, mais respeitados do catholicismo.

Mancebos, cujos corações generosos a indignação pôde desvairar! No meio destas saturnaes hediondas que vedes passar; no meio dos gritos descompostos da hypocrisia, que, embriagada de colera, deixa tombar dos hombros seu velho e já tão roto manto, e nua e vinolenta pragueja a verdade, atira com a fé aos pés da politica, rasga as sacras paginas, maldiz as cinzas dos sanctos, dos martyres, e dos sabios, não volteis, cheios de horror e de tedio, as costas ao Calvario. Não! A philosophia, a honesta liberdade do pensamento, bem vedes que estão sanctificadas no livro dos livros, O Christo foi o Deus da verdade. Se ao entrardes no templo ouvirdes dizer que a mentira é sancta, que o povo só pôde ser virtuoso se crer em falsos milagres, sai, porque o templo está polluido pela blasphemia e pela calumnia; mas não renegueis da cruz. A cruz está pura; a cruz será eterna. Se esta gangrena que corroe o sacerdocio chegasse, o que não creio, a corrompê-lo inteiramente; se não achassemos uma ara, juncto da qual orassemos *em espirito e verdade*, a cruz lá está hasteada nos cemiterios, sobre os ossos de nossos paes, para nos irmos abraçar com ella: os

mortos não tem ouro, os mortos não são festeiros, que paguem para se lhes falar a sabor: ahí não se tem blasphemado.

Mas, reprimindo a amargura que deve causar a todo o christão sincero o ver sacerdotes sacrificarem assim a conveniencias mundanas o verbo de Deus, e semelhantes ao apostolo desleal contarem e recontarem o preço por que o venderam, acolhamo-nos ás placidas discussões da sciencia, e vejamos, como já disse, as mais importantes dessas regras que o pio e douto Fleury punha a si proprio para evitar os erros da nimia credulidade.

«Não tenho em conta de provas, senão o testemunho dos auctores originaes, isto é, daquelles que escreveram *contemporaneamente*, ou *pouco depois*. Porque a memoria dos successos não póde subsistir por muito tempo sem ser escripta. *Bastante será se durar um seculo*. O filho póde lembrar-se passados cincoenta annos do que o pae ou avô lhe referiram cincoenta annos depois de o haverem presenciado. Os successos que tem passado por varias gerações não obtem a mesma certeza: cada qual lhes vai accrescentando alguma cousa de sua lavra, talvez sem o pensar. É por isso que as tradições vagas de factos muito anti-

gos, que tarde ou nunca se escreveram, nenhum credito merecem, principalmente repugnando a factos provados. Nem se diga que as historias podem ter-se perdido; porque, dizendo-se isso sem provas, posso tambem eu affirmar que ellas nunca existiram. O mesmo direi dos escriptores que escreveram successos anteriores a elles muitos seculos; se não citam os auctores d'onde os tiraram, temos o direito de desconfiar de que acreditaram de leve os rumores vulgares. »

«Os proprios auctores contemporaneos não devem adoptar-se sem exame. . . deve averiguar-se bem se o escriptor é digno de fé, quasi como quem inquire testemunhas n'um processo. . . O que se encontra em cartas, ou em outros diplomas da epocha, deve ser preferido ás narrativas dos historiadores.»

Até aqui Fleury. Para estas largas citações preferi dous homens de indubitavel sciencia e de catholicismo insuspeito. V. . sabe que eu poderia tambem citar escriptores da primeira ordem, pagãos ou protestantes, mas cuja auctoridade nem por isso seria menor n'uma questão que evidentemente não interessa os dogmas da nossa fé. Poderia invocar a bella sentença de Cicero: «*Quem ignora que a primeira lei da historia é não ou-*

sar dizer a menor falsidade, e a segunda não nos faltar jámais valor para dizermos a verdade?»

É certo que uma parte do clero português do seculo XIX se ergueria para lhe responder: — «*Ignoramo-lo nós.*» — Eu poderia tambem repetir as palavras do luminar da critica no seculo XVII, as palavras de João Leclerc: — «Quando se escreve a historia, *sobretudo de tempos antigos*, não é licito dissimular a minima cousa; porque a verdade, sem ser nociva aos mortos, aproveita muito aos vivos; e pelo contrario a dissimulação, inutil para aquelles, é profundamente damnosa a estes.» — Não me quiz aproveitar dessas auctoridades summas, porque um não era christão, outro não era catholico. Parece-me que é levar longe o escrupulo. E todavia, o protestante Leclerc estribava-se na opinião de S. Isidoro Pelusiota — «*Aquelles — diz o sancto — que com artificiosas palavras encobrem a verdade, muito mais desgraçados me parecem de que os que não a comprehenderam. Porquanto, os que por curteza de engenho não a alcançaram, estes não são talvez indignos de desculpa; mas os que, sendo dotados de agudeza, investigaram a verdade e criminosamente a occultam, commettem mais grave e imperdoavel peccado.*»

Mas, apesar de catholicos e pios, Mabillon e Fleury eram sobretudo eruditos. Haveria nelles menos luzes theologicas? Serão os theologos de profissão mais indulgentes para com as lendas e tradições não provadas? Exigirão, ao menos em referencia á historia da igreja, maior credulidade nos que a estudam ou escrevem? Ouçamos o celebre Melchior Cano, o qual ninguem accusará de excessivo amor pelos fóros e liberdades do raciocinio: eis algumas das suas observações ácerca do credito que deve dar-se ás tradições infundadas.

«A principal regra (para distinguir as narrativas falsas das verdadeiras) deduz-se da probidade e inteireza humanas; regra perfeitamente applicavel quando os historiadores *testificam terem presenciado os successos que narram, ou teremnos sabido daquelles que os presenciaram. . .*»

«É cousa averiguada que esses que escrevem fingida e enganosamente a historia ecclesiastica não podem ser gente boa e sincera, e que toda a sua narrativa é tecida *para d'ahi tirarem lucros, ou para persuadirem o erro; torpes no primeiro caso, perniciosos no segundo.* Justissimas são as queixas de Luiz Vives ácerca das historias inventadas no seio da igreja; *prodentes e graves as*

arguições que dirige áquelles que julgam obra pia fazerem de mentiras religião, cousa altamente perigosa e profundamente inutil. Do mentiroso nem a propria verdade ousamos acreditar. Por isso os que pretendem concitar os animos ao culto dos bemaventurados com falsos e mentirosos escriptos, nenhum outro resultado tirarão, talvez, se não negar-se fé ás cousas verdadeiras por causa das falsas, e tornar-se duvidoso aquil- le mesmo que referem com severa consciencia au- ctoras de inteira veracidade.»

Preciso de implorar toda a indulgencia de v. . para transcrever em seguimento a esta pas- sagem, admiravel de cordura e de legitima pie- dade, outro bem diverso extracto. Juro que não o faço com o intento de humilhar os homens sin- ceros e honestos, a quem, a meu vêr, cega um erro deploravel. É para vingar a religião injuria- da; é para dar ao paiz um desses espectáculos repugnantes, mas salutarés, a que os lacedemo- nios recorriam para evitar um vicio hediondo, mandando assistir um escravo em completa em- briaguez ao jantar commum da mocidade d'Es- parta. Só advirto que a passagem é concepção de um sacerdote, que celebra por certo tranquil- lamente o tremendo sacrificio do altar, sem que

em todas as paginas do missal¹ leia, escriptas em letras de fogo, estas palavras que Jesus, o inimigo da mentira, dizia aos escribas e phariseus de outro tempo:

«Hypocritas! Bem prophetizou ácerca de vós. Isaias, quando disse:

«Esta gente honra-me com os labios; mas o seu coração está affastado de mim.»

Eis a inqualificavel passagem, que, ainda uma vez, peço venia de lançar, depois das doutrinas de Melchior Cano, n'um papel que é dirigido a um homem tão delicado como v. .

«Os historiadores têm advertido que os factos maravilhosos, os prodigios singulares, que registavam em seus escriptos *não eram fundados senão em rumores populares*; outras muitas vezes temnos tambem referido sem esta precaução, já porque *elles mesmos fossem povo a tal respeito* . . . já porque elles não julgassem dever abalar a crença vulgar; bem convencidos que á sombra de um

¹ Accentuado por causa das freiras que dizem missa. A ignorancia das freiras é a razão capital da accentuação nos livros rituaes, segundo o digno sacerdote que, por vingança, acceitou das *capellas* o pio mister de me injuriar e calumniar sanctamente.

prejuizo repousava ás vezes uma verdade util, a que talvez tivessem vergonha de prejudicar. »

« Eis aqui os *dictames prudentiaes*, adoptados pelos mais distinctos historiadores, ácerca dos successos de character maravilhoso, que devem dirigir todo o escriptor sensato. *O contrario é querer campar por uma anomalia extravagante e ridicula. . . »*

« Se, porém, gravemente offende o melindre patriótico de uma nação aquelle que simplesmente contradiz os pontos *theocraticos* das suas tradições historicas constantemente recebidos e venerados; quanto não se torna mais altamente *réu d'este attentado* aquelle escriptor, que não só os nega, mas tem a *asquerosa villania* de á cara descuberta os vir insultar? Se alguém ha no orbe litterario que mais demonstrativamente tenha commettido *tão reprehensivel e extranho excessos*, é por certo o auctor da carta aviltante, a respeito da Apparição de Christo a D. Affonso Henriques. *É uma das ulceras mais pustulentas que conspurcam e aviltam esse escripto sandeu*, que rancorosamente a impropera. . . »

« Como é crível que uma fabula. . . fosse sustentada como factos verdadeiros por seculos. . . ? Quando, porventura, o tivesse sido, teria, não

receio dizê-lo, por effeito dessa universal crença dos sabios, perdido a sua natureza e deixado de o ser!!! . . . »

Basta! Refujamos deste hediondo espectáculo, para continuarmos a averiguar tranquillamente se os theologos de profissão concordam com os eruditos de reconhecida piedade nas bases da critica historica. Ainda algumas palavras de Melchior Cano.

« Achareis outros, não tão ineptos, mas quasi tão imprudentes, que não buscam a verdade das cousas onde a deviam buscar, mas naquelle logar onde é raro encontrá-la, *em aereos e vagos rumores*. Acontece isto frequentemente aos inconstantes e leves de cabeça; *porque os homens graves e severos não costumam andar á caça dos dictos vãos do vulgo.* »

Desçamos já aos fins do seculo xviii, quando a incredulidade corria como lava ardente pela face da Europa, e devorava as crenças mais sanctas e legitimas em milhares de corações. Vacillou, acaso, por isso a critica dos homens probos e pios nos seus principios de severidade? No meio de tantas ruinas, quizeram elles salvar com os restos do edificio a sua falsa miragem? V. . . o julgará pelas doutrinas de muitos varões religio-

dos dos ultimos tempos, inteiramente accordes com as dos que os haviam precedido. Por exemplo, o theologo piemontês Denina, diz-nos:

« Acontecem algumas cousas fóra da ordem natural, que, de per si só, são incriveis. . . a esta categoria pertencem, na igreja de Deus, os milagres, os quaes, *nem é licito rejeitar na sua totalidade, nem se devem acceitar todos sem selecção. . . »*

« Pertence á prudencia do historiador *nada escrever, que não saiba por si proprio, ou não se estribe na auctoridade de pessoas fidedignas*, cumprindo-lhe, não menos, ser pouco credulo. Mas *ninguem pôde ter conhecimento do que narra, se não viveu no tempo em que os factos aconteceram; nem sabê-los de pessoas fidedignas, se estas não os presenciaram; nem escapa de credulo, se não explicar e expender as razões, causas e circumstancias do que relata. Auctores que assim o fazem nenhum credito merecem. . . »*

« Nem tudo quanto o historiador relata do seu tempo se ha-de acreditar; salvo constando que fóra curioso em indagar e explorar. . . »

« Se o historiador referir cousas, não do seu tempo, mas succedidas muitissimo antes, dar-se-lhe-ha credito, *se individuar os auctores d'onde*

as tirou, sendo aliàs daquelles que as podiam saber . . . »

« Não duvido de chamar *máu historiador* a todo aquelle que devendo ter por norma o não ousar dizer a menor falsidade, *nem faltar-lhe animo para dizer qualquer verdade*, encubrir esta aos leitores, *seja por que motivo for . . . »*

Assim pensavam os theologos d'Italia nos fins do seculo passado: assim pensavam tambem os theologos catholicos da Allemanha, ou antes do paiz mais religioso d'ella, a Austria. Citarei dous, um dos quaes, ou ambos, a nossa universidade honrou, escolheñdo as suas instituições de historia ecclesiastica para compendios nas faculdades de theologia e de direito canonico. Falo de Gmeiner e Dannenmayr. As secções desses compendios relativas ao *criterium* da verdade historica nada mais são do que o desenvolvimento das doutrinas de Cicero, de Mabillon, de Fleury, de Melchior Cano, de Riegger, de Leclerc, de Muratori, de Baumeister; em summa de todos os criticos, historiadores, e philosophos, que falaram ex-professo ou accidentalmente da critica historica. Andam esses livros nas mãos de todos, menos nas do clero ignorante e corrupto, porque este, coitado, não sabe ler. Não serei, por isso,

demasiado extenso em citá-los, escolhendo apenas as passagens mais frisantes, e que fazem sobretudo ao intento.

« Como os narradores — diz Gmeiner — por falta de *habilidade* sufficiente, ou de sciencia, nos *possam* enganar, ou por falta de *sinceridade*, ou por vontade nos *queiram* illudir, só podêmos acquiescer ao seu testemunho, se não houver razões sufficientes para duvidar da sua habilidade ou sinceridade. »

« A auctoridade das testemunhas não é uma e a mesma, e portanto deve attender-se a esta diversidade. Observa-se ella 1.º em relação aos sentidos, 2.º em relação ao entendimento, 3.º em relação á vontade. Em relação aos sentidos, essas testemunhas ou são de vista ou de ouvida. *As de ouvida ou são coevas, ou não coevas mas que ouviram aos coevos o que narram. . . »*

« D'aqui se segue, *que pouca fé deve dar-se áquillo que os escriptores ou absolutamente contemporaneos, ou quasi contemporaneos deixaram de mencionar. . . »*

« A verdade dos conhecimentos historicos não depende de modo nenhum da abundancia dos historiadores, visto que *não provém maior certeza a um facto historico de ser relatado em li-*

vros de muitos auctores mais modernos, cada um dos quaes foi copiando o que outro tinha dicto. Todos elles junctos não valem mais do que o primeiro que o referiu. . . »

«A consideração do paiz em que o escriptor viveu, e do tempo em que escreveu importa muito em relação ao seu intuito de falar verdade. N'alguns paizes a liberdade de escrever é franca; n'outros opprimida; n'outros, emfim, ha premios para a lisonja, odio e castigo para a verdade. . . Ensina-nos a historia que os escriptores lisonjeiros da curia romana receberam ás vezes em premio *de suas fadigas* o barrete cardinalicio ou a dignidade do episcopado. *Naquellas provincias onde vigorou o terrivel tribunal da inquisição, a fogueira estava prompta para a verdade.*»

«Não faltaram impostores e falsarios, que trabalharam em alterar varias passagens nos antigos monumentos, e que tiraram a uns e acrescentaram a outros.»

Consinta-me v. . . que ainda transcreva poucas linhas do theologo Dannenmayr :

«Para tirarmos proveito. . . da historia ecclesiastica — diz elle — devemos principalmente ter em mira, *que nem se nos inculquem fabulas sob-*

color de verdades, nem consideremos como duvidosos factos absolutamente certos e largamente provados.»

Tenho talvez sido prolixo. Mas era necessario estabelecer uma doutrina, uma norma, por onde ós animos imparciaes, e ainda os prevenidos, mas sinceros nas suas prevenções, houvessem de julgar-me, não tanto no foro da sciencia, que era o meu foro, que era aquelle para onde eu tinha direito de trazer o litigio, mas no da mais restricta piedade. Em these, a contenda dos que blasphemam contra a verdade, que fazem a apologia (e que apologia, meu Deus!) das tradições fabulosas, não é comigo; é com os apóstolos, com os sanctos, com os historiadores do catholicismo, com os theologos, com todos aquelles e com tudo aquillo a que mais importava á hypocrisia mentir acatamento nesta comedia beata. A tonta e imprudente não se lembrou de que lhe caía a mascara, e de que alguém poderia levá-la para a entregar ao povo, que nos seus grandes instinctos de justiça lhe fustigaria as faces com ella. Na hypothese, no que me diz respeito, o meu dever é provar aos homens sinceramente pios que, rejeitando falsas lendas, não ultrapassei os limites de uma critica irreprehensivel. Será

esse o objecto da carta immediata, que em breve espero dirigir a v. . Nas seguintes darei razão das minhas opiniões ácerca da maioria de nosso clero, e ácerca da curia romana. Compelliram-me a isso; fá-lo-hei gemendo. Quizeram que o paiz os conhecesse: hão-de ser satisfeitos.

Enquanto os ecclesiasticos virtuosos e instruidos choram em silencio a vergonha da sua classe, e enquanto os prelados dormem tranquilles nas suas cadeiras episcopaes, Deus salve a igreja portuguesa dos tristes dias de tempestade!

IV

SOLEMNIA VERRA

SEGUNDA CARTA

AD SE. A. G. HANNESSI TATARUM

(Novembro, 1850)

Na minha antecedente carta deixei eu, ou para me exprimir com mais exacção, deixaram muitas e muy piedosos escriptores catholicos apontadas as principaes regras da critica, em relação ás fontes historicas. Dessas regras resulta o que a boa razão está por si indicando; que é necessario prevenir-nos contra a credulidade, não só por honra da sciencia e pela consideração do proprio credito litterario, mas tambem, e que é mais grave, para não deslizarmos da doutrina dos apostolos, inculcada nes livres sanctos. O mais necessario canon, em que de certo modo todos os outros se consubstanciam, é o atermo-nos unicamente aos testamentos synchronos ou quasi synchronos,

aos testemunhos daquelles que presenciaram os factos, ou, pelo menos, que os ouviram narrar aos contemporaneos, quer esses factos sejam naturaes e criveis, quer sobrenaturaes e incriveis para a razão humana; quer elles nos sejam transmittidos por narrativas coevas ou quasi coevas, quer por documentos do tempo, embora descubertos por escriptores modernos. Quando, porém, se tractar de milagres, a critica deve ser tanto mais severa, quanto é certo que a isso nos constrange o dever religioso, que nos impõe as palavras de S. Paulo, o dever de não levantarmos falsos testemunhos a Deus.

Que podia eu fazer em relação ao supposto milagre de Ourique, escrevendo a historia do reinado de Affonso I? Faltavam-me absolutamente chronicas, historias, documentos coevos ou quasi coevos, que o narrassem. O exame attento de quanto modernamente se escrevera para supprir a falta de provas daquella celebre tradição, só tinha servido de convencer-me das aberrações em que se podem transviar ainda os espiritos mais elevados, quando, em vez de buscarem simplesmente a verdade, buscam accomodar os caracteres desta a um preconceito. Não me era possivel omittir a batalha de Ourique. Que podia

eu fazer, repito, ácerca do milagre da apparição? Ou mentir á minha consciencia, alevantar um testemunho a Deus, pospôr as doutrinas dos homens mais pios e eruditos do orbe catholico, que falaram de critica historica, calcar aos pés a maxima do mais illustre escriptor romano, ou então manifestar sem hesitação as proprias convicções, que julgava e julgo legitimas, isto é, proceder de um modo que v. . mesmo cré nobre e honroso¹; affirmativa, que, seja dicto em boa paz, não sei se está em perfeita harmonia com a idéa geral que predomina nas considerações que v. . tem tido a bondade de dirigir-me sobre os inconvenientes que resultam, no entender de v. . para a nossa patria commum, da manifestação das minhas doutrinas.

Disse, pois, o que suppús e supponho verdade: disse-o sem sobre isso me dilatar, sem exaggeração, sem pretensões a ter feito um importante descobrimento historico; porque realmente o não era: disse-o singelamente, simplesmente: indiquei apenas de passagem as incongruencias historicas, que desmentiam a importancia que se costuma attribuir ao successo. E n'esta parte,

¹ Nova Insistencia, etc., pag. 34.

seja-me lido dizê-lo, nem v. . . nem ninguém se encarregou de me refutar; porque, na verdade, seria um pouco difficil de admitir que houvesse centenas de milhares de sarracenos para virem combater em Ourique, quando os almoravides concentravam todas as forças em Africa, para salvarem o imperio da ultima ruina, exaurindo a Hespanha de soldados, a ponto de abandonarem a heroica guarnição de uma praça como Aurelia ao seu triste destino. A narrativa anterior, o quadro da situação dos lamunitas e das perturbações que agitavam as provincias musulmanas do Gharb habilitavam o leitor para por si fazer conceito das dimensões da batalha de Ourique. Se em alguma cousa cedi da inflexibilidade da historia foi em procurar, talvez em demasia, achar resultados moraes dessa batalha, para de algum modo desculpar a significação exaggerada que depois se lhe attribuiu. Sobre a apparição disse apenas o restrictamente necessario para o leitor vulgar conhecer que eu não a admittia. Se tivesse o proposito deliberado de combater quando poderia ferir o chamado sentimento religioso do povo, creê v. . . que eu não teria recursos para aproveitar o lado contradictorio e até ridiculo, (que cousa ha neste mundo onde elle se não possa encen-

tas?) do celebre milagre, sem todavia abandonar o estylo grave da historia? Ené v. . . que se empenhasse buscar as causas provaveis da invenção dessa maravilha, e avaliá-las severa ou, se quizerem, malevolamente, me faltariam meios para assim o praticar? Permitta-se-me dizer que foi necessaria demasiada prevenção contra mim, ou a favor da inviolabilidade da apparição, para se não ver que procurei, quanto me era possível sem offender a verdade, não converter os factos que se prendem a esse falso milagre n'um escandalo historico. As extensas notas com que finalisa cada volume do meu livro são destinadas para os honrados da sciencia, para debater os fundamentos das minhas opiniões. Estas notas são, portanto, para poucos. A generalidade dos leitores não se cansa com essas discussões tediosas. Foi, porém, ali, que eu alludi ao ridiculo instrumento do cartorio d'Alcobaça, o que fiz apenas pelo desejo de dar uma satisfação aos homens profissionais. Se eu fosse o impio, o atheu, e não sei que mais, que por ahí me chamam os padres ignorantes e mal procedidos, não tiraria vantagem dessa falsificação insigne, para mostrar como a hypocrisia costuma fazer juguete das cousas do céu para fins terrenas? Não praticaria ao menos aquillo

que a justissima indignação de qualquer homem religioso o levaria talvez a praticar? Se tal se houvesse de crer, não deveriam qualificar-me de impio, mas sim de insigne mentecapto.

Em ambos os opusculos que v. . me fez a honra de escrever contra as minhas opiniões, v. . insiste em que, citando naquella nota a Memoria de Fr. Joaquim de Sancto Agostinho contra a genuinidade do diploma de juramento conservado em Alcobça, eu fiz uma citação contraproducente¹. Contraproducente?! Pois o erudito augustiniano não nega ahi redondamente a authenticidade do diploma? O que dizia eu ao citar a Memoria sobre os codices d'Alcobça? — « *Quem desejar conhecer a impostura desse documento famoso consulte a Memoria, etc.* » — Se o auctor concorda comigo em que elle é falso, onde está a improcedencia da citação? Se v. . me permite que seja interprete do seu pensamento, o que v. . queria talvez dizer era, que Fr. Joaquim de Sancto Agostinho affirma que acreditava na apparição, postea negasse a genuinidade do pergaminho de Alcobça, e que eu não creio nem no documento, nem no facto. Expressando-se assim, v. . teria sido ex-

¹ Demonstração pag. 34. — Insistencia pag. 40.

actissimo. Não era, porém, para a opinião manifestada pelo academico em relação ao successo, mas sim para as suas razões contra o diploma que eu remettia o leitor. E realmente, o que elle diz em favor do facto não é mais do que repetir o que outros disseram antes d'elle, e citar uma copia de 1597 existente em S. Vicente de Fóra vista por elle, e a qual, duas paginas adiante, dá como provavelmente tirada *de outro original falso*. O que se vê de tudo aquillo é que o pobre frade, conhecendo o risco de mostrar o que era e o que valia o ridiculo thesouro dos monges d'Alcobaça, quiz ao menos salvar-se, protestando pela pureza da sua crença no milagre de Ourique. Talvez, se eu visse então, fizesse o mesmo, em attenção á circumstancia que nos recorda Gmeiner: « *onde vigorou o terrivel tribunal da inquisição, a fogueira estava prompta para a verdade* ».

Soffra-me v. . . dizer eu aqui que me envergonho pelo meu paiz desta necessidade de disputar ácerca de um diploma falso, que se acha depositado nos archivos do estado, onde qualquer pessoa pôde examiná-lo. Qualquer pessoa, sim; porque não é preciso ter a menor idéa de paleographia para o reconhecer por falso. Basta pôr-lhe ao lado dous ou tres diplomas genuinos do meiado

de século XII, e comparar. Esses multiplicados recursos que possuem a diplomática para desmascarar falsários são aqui perfeitamente inúteis. Estou certo de que v. . nunca o viu; porque também estou certo de que, se o houvera visto, em acheria v... a meu lado para dizer aos homens sem pudor que ainda ousam inculcar como legítima esse invenção torpe: «*Sois une misérable!*»

Sinto sinceramente que v... se dignasse de tomar para si, a favor da aparição, um argumento que devia pertencer precipuo aos apologetas dos clérigos ignorantes e devassos. Consiste elle em que, negando eu que a tradição de Ourique remonte aos tempos a que se refere, devo dizer quando, como, e para que a forjaram. Onde existe semelhante canon de critica historica? O que sei é que ella começou a apparecer no ultimo quartel do século XV, mais de trezentos annos depois da epocha em que se diz succedido o milagre; e que sei é que em nenhuma escriptura, nem em nenhum documento legitimo, canon, ou quasi canon, ha o menor vestigio de semelhante tradição; e que sei é que os escriptores modernos que a publicaram não se referem a testemho contemporaneo ou proximo; e que sei, portanto, é que as regras de critica adopta-

das por homens não menos piés que sábios me obrigam a rejeitá-la. Diga-me v. . . : se um devotor seu pretendesse pagar-lhe certa quantia em moeda falsa, v. . . , depois de a examinar e convencer-se da sua falsidade, o que fazia? Pelos princípios por que pretende julgar-me, devia reconhecê-la por boa e aceitá-la, enquanto não pudesse mostrar quando, como, por quem e para que fera forjada. Não vê v. . . que uma tal regra de critica nos obrigaria a adoptar como verdadeiras até as lendas indicas de Vishnú e de Brahma?

Entre argumento me faz v. . . que eu tambem desejara tivesse deixado aos en-frades ignorantes e hypocritas: é o da impossibilidade de nossos avós terem adoptado uma tradição que não fosse verdadeira. Quer v. . . que lhes concedamos a mesma critica, a mesma intelligencia, a mesma honra, o mesmo amor da propria fama e dignidade que nós temos. Concedo por um momento. Mas o patriotismo de v. . . não será tão inimigo da logica, nem tão cego, que recuse os mesmos detes aos avós dos athenes castelhanos, franceses, italianos e allemães. Por aquella doutrina, v. . . deve acreditar todas as lendas desses paizes, ainda quando a critica historica as tenha feito abandonar aos castelhanos, franceses, italianos e alle-

mães de hoje. Mais: v. . deve, por exemplo, acreditar *à fortiori* a historia da papisa Joanna, embora já os proprios protestantes se riam dessa calumnia ridicula, porque a Europa inteira a acreditou por seculos. Mais ainda: v. . é assaz instruido para não ignorar qual foi a civilisação dos arabes hespanhoes, qual a sua sciencia e litteratura, qual a nobreza do seu character. Apesar disso, elles nunca deixaram de crer na tradição dos milagres de Maľoma. Não é de esperar da justiça de v. . que recuse a esse povo tão culto os dotes intellectuaes e moraes que attribue a nossos avós. Adoptará v. . as lendas mussulmanas ácerca do propheta de Mekka? Principios que provam tanto, ou antes que provam tudo, permitta-me v. . desconfiar de que não provam nada. Deus nos livre de pensar que uma fabula que se generalisa, se converte por isso em verdade. Semelhantes doutrinas, deixe-as v. ., christão, cavalheiro, e homem de letras, para essa parte da cleresia, que quer lucrar com as illusões populares. A nós, christãos, incumbe recordar-nos daquellas tremendas palavras do divino Mestre:

«Guardae-vos do fermento dos phariseus, que é a hypocrisia:»

«Porque nenhuma cousa ha occulta que não venha a descobrir-se; e nenhuma ha escondida que não venha a saber-se. . . .»

*«E todo o que proferir uma palavra contra o filho do Homem ser-lhe-ha dado perdão; mas **dequelle que blasphemar contra o Espirito Sancto, não lhe será perdoado.**»*

V. . sabe, tão bem como eu, que, segundo Sancto Agostinho, uma das blasphemias contra o Espirito Sancto *é o negar a verdade conhecida por tal.*

E é isto o que responde a todas as considerações que v. . me faz sobre a conveniencia de não desilludir o povo ácerca das suas tradições mentirosas: são estas palavras do Salvador, que fulminam os phariseus modernos, como fulminaram os antigos, que me obrigam a falar verdade escrevendo a historia. Ainda que essas considerações fossem exactas, a patria verdadeira do christão é o céu, cujas portas ficarão cerradas, conforme a doutrina de Christo, aos que tiverem desmentido a verdade na terra. A patria deste mundo é nosso dever amá-la, sacrificar-lhe tudo, menos a honra, menos as esperanças de além do tumulo, menos a fé. É esta a mais sancta das tradições que herdámos de nossos paes. O crucifixo

sobre o qual deposeram o deradeiro suspiro os que nos geraram, não o insultemos na vida, para podermos também despedir o ultimo alento, abraçadas com elle, sem terror, sem remorsos, e para o legarmos immaculado a essas fibras; para que elles, no momento de o transmitirem aos filhos a nossos netos, não se lembrem horrorizados de que essa imagem de Redemptor já foi bafejada pelo extremo respirar de um blasphemator. Amemos e respeitemos a tradição divina, a tenhamos esforço bastante para repellir mentiras, sobretudo quando, segundo as palavras do apóstolo, ellas envolvem um falso testemunho contra Deus.

Isto é para os christãos. Para os falsos politicos, que cuidam ser a religião apenas um instrumento que serve para conter os humildes e pobres, a que Christo chama os grandes do seu reino, e a que elles chamam massas brutas; para esses, que não crendo acaso em Deus, accusam os que escrevem sinceramente a historia, de demolidores de nossa gloria; para esses liberaes e até democratas, que desprezam o povo ainda mais do que o desprezavam os poderosos de outros tempos; para os taes não applice eu só o ditado de Fleury, de que são ignorantissimos em matre-

mas são volúptuos; digo também que o são sem impudências de pectus. Para o povo ser livre, é preciso que seja religioso e honesto; não que seja ocioso. Para que elle seja religioso e honesto é necessario que conheça as doutrinas do evangelho, que não são mais do que a verdadeira divindade materializada. Uma vez da natureza orgânica do povo, sempre incutir-lhe os principios do individualismo, e as vantagens daquelles principios; sempre illudir-lho, em vez de o combater na ignorancia; fazer-lhe sentir que a força de penetrar grandes e nobres verdades, não se encontra nelle por falta, é o caracter que distingue o espirito immortal do homem do instincto que anima os animales. É preciso combater-lo de que o materialismo, de que esse puro e sancto affecto que nos faz abandonar os comodos domesticos, as affeições do coração, e arredar com a fome, com a sede, com a idade, com a infirmitate das doenças, para imos morrer n'um campo de batalla, salvando a terra em que dormem nossos maiores, defendendo a cruz do nosso adro, a vida do nosso paes, a honra de nossas mães e irmãos; é a manifestação mais solenne da energia do espirito humano, e da abnegação christica. É estas verdades eternas; estas verdades, que,

gravadas nos corações do povo, tantas vezes têm salvado as pequenas nações dos intentos ambiciosos das grandes, d'onde se deduzem? É das invenções dos milagreiros e falsarios, ou das divinas paginas da biblia?

V. . deve conhecer, como homem de letras que é, a historia dos povos mussulmanos. Houve nunca no mundo crença que se estribasse tanto como o islamismo em falsos milagres, quasi sempre conducentes a inspirar o amor da guerra e o enthusiasmo das multidões credulas? E todavia, quaes foram os effeitos desse enthusiasmo, que não correspondia a doutrinas accordes com os instinctos naturaes da nossa alma, que não se fundava em convicções reflectidas, na certeza moral do dever, mas que se inspirava de promessas fingidas do céu? Os mussulmanos devastaram e submeteram a melhor porção da Asia e da Africa, e ainda uma pequena parte da Europa: formaram quinze ou vinte nações de falsos crentes, e estas nações cresceram e civilisaram-se combatendo sempre. E depois? Depois, quando foi preciso conservar o edificio; quando se tractou de defender a patria, em vez de a tirar aos outros; quando foi preciso repellir em vez de aggreir, mostrar essa perseverança, que nem se exalta

com o triumpho, nem desanima com o revés; que padece, calada e soffrida; essa perseverança que é a mais poderosa arma dos povos ameaçados na sua existencia, tudo faltou. As nações mahometanas desmembraram-se, fundiram-se, annullaram-se umas, desappareceram outras, e conservando todas as suas crenças, todos os seus milagres, ei-las ahí estão as que restam, ludibrio da humanidade, corruptas, decadentes, vivendo ao crepusculo da passada gloria, lançando nos dias da afflicção e do perigo os olhos para o occidente, a vér se os filhos da cruz estendem o braço para proteger o crescente. As tradições das victorias, as maravilhas celestes dos tempos heroicos de Islam lá estão gravadas na memoria de todos. Porque não salvam, não regeneram ellas essas sociedades atrophiadas e moribundas?

Ainda hoje ha homens das novas idéas, os quaes se dizem cheios de illustração e de philosophia, que, abandonando os milagres suppostos, não porque os tenham por infundados ou absurdos em si, mas porque suppõe que o fanatismo póde lucrar com elles, não querem que se toque nas tradições humanas que se ligam á gloria nacional. É verdade que não sabem em que deva consistir a gloria de uma na-

ção, porque nunca pensaram nisso. Para elles, que vivem no seculo XIX, onde quer que pereceram milhares de homens, combatendo por interesses que não comprehendiam, ou por torpe cubiça; onde quer que o ferro e o fogo arrasaram as cidades, despovoaram os campos, embora dessas cidades e campos nenhum mal tivesse vindo aos seus destruidores, ha uma gloria sem mancha, immensa, immarcessivel. Herdeiros pequeninos e pacificos dos gigantes da assolação, dos Tamerlans, dos Attilas e dos Gengiskans, avaliam pela estimativa daquelles illustres selvagens as façanhas dos proprios avós. Se a historia pergunta: — «Acaso esses combates, em que, sem duvida, se practicaram grandes feitos, foram uteis ao progresso moral e material do povo em cujo nome se pelejaram, ou trouxeram a sua decadencia? Está ou não essa gloria militar, aliás indisputavel, assombrada por grandes crimes? Foi a intenção, a qual só determina o valor moral das acções, nobre, grandiosa, pura, ou teve motivos menos elevados? Foi um arrojio, um impeto nacional, ou um impulso dado pela ambição, ou pelo capricho de algum principe?» — A historia que faz estas perguntas ou outras analogas, porque esse é o seu dever, com-

mette aos olhos dos taes um crime de leso-patriotismo. O castelhano, por exemplo, que disser: — «As barbaridades e crimes commettidos por Cortez, Pizarro, ou Almagro, na conquista da America, deshonram as empresas arriscadas e longinquas dos filhos da Peninsula, embora o descobrimento do Novo Mundo demonstre a sua pericia, o seu ardimento de navegadores e de soldados. Os effeitos dessa conquista foram o corromperem-se os costumes, morrerem as industrias nascentes, despovoarem-se os campos da Hespanha, seccarem-se, em summa, todas as fontes da sua prosperidade solida e legitima: foram amontoarem-se nas mãos do fisco e dos poderosos o ouro e a prata, que, obtidos sem custo pelos crimes, se desbarataram sem pudor pelos vicios; foram o perderem-se as velhas liberdades, e com ellas o sentimento da dignidade humana, cujo ultimo brado soou nas rebelliões contra a tyrannia de Carlos V: » — o hespanhol que disser isto é um mau cidadão aos olhos dos mansos guerreadores destes nossos tempos. E porque? Porque, affirmam elles, o povo ha de moralisar-se, elevar-se pelas tradições da sua grandeza e gloria. O povo! Pois o povo que tantas vezes tracta de perto a fome e a nudez; cuja vida, desde

o berço de farrapos até a enxérga rota em que fenece, vai travada de receios, de sobresaltos, de desalentos, e de agonias, pensa lá nas cutiladas que se deram, nas bombardadas que se despediram, ha tres ou quatro seculos, por mãos d'uns homens, cujos nomes e cujas façanhas se memoram n'uns livros que elle nunca leu, porque não sabe ler, nem tem dinheiro para pão, quanto mais para livros? Que são essas palavras retumbantes de regeneração pelas tradições, se não sons ôcos, que não correspondem a nenhuma idéa? Supponhamos, porém, que todas essas recordações chegavam ao povo. Podem ellas servir-lhe de exemplo, de lição para as suas necessidades actuaes? N'um paiz onde a riqueza passageira destruiu os habitos do trabalho e da economia, entorpeceu pela miseria, resultado infallivel da prosperidade ficticia, a energia do coração, que faz lutar o homem com a adversidade e vencê-la, de que serve estar de continuo a prégar ao povo: — «Teus avós levaram o terror do seu nome aos confins do mundo, saquearam e queimaram emporios opulentos em plagas remotas, metteram a pique poderosas armadas, derribaram os templòs alheios, violaram as mulheres extranhas, passaram á espada os que eram

menos valorosas que elles, abriram caminho áo engrandecimento dos outros povos da Europa, e affeitos a gosos faceis, deposeram aos pés do absolutismo as suas velhas franquias, beijaram os grilhões que lhes deitavam aos pulsos por que eram donrados, e tornaram-se ludibrio do mundo.» — Estas licções é que bão-de ensinar a actividade no trabalho, a severidade nos costumes, e amor da liberdade moderada, mas verdadeira, o desejo de cultivar as artes da paz, ao meio de um paiz decadente, cuja unica esperança de salvação está em se desenvolverem nelle essas e outras tendencias analogas? Não! O povo, que tem mais logica do que os prégadores de vãos apophtegmas, ha-de concluir outra cousa d'ahi: ha-de concluir que é assaz fidalgo para não contrahir habitos villões e ruins. De historias d'aggressões e de conquistas brilhantes não se deduz a necessidade de morrer obscuramente em defesa da terra da patria; não se deduz a moderação revestida de firmeza, que faz respeitar pelas grandes as nações pequenas; não se deduzem nem o amor do trabalho, nem o amor da virtude. Em vez de contarem ao povo as façanhas da Africa e do Oriente, contem-lhe qual era o commercio de Lioba, e o movimento agricola do paiz no

no seculo XIV. Estejam certos de que a noticia desses e de outros factos analogos lhe é mais proveitosa, material e moralmente, de que recordar-lhe a gloria de batalhas e de conquistas.

Falsas lendas religiosas, falsas ou verdadeiras lendas humanas nunca salvaram um paiz, quando a podridão penetrou no amago da arvore social. Onde e quando o homem renega da sua origem' divina, vende a liberdade a troco de delicias, esquece que o elevar-se acima de viciosas paixões traz um goso interior que vale bem todos os que dão os sentidos, não é lisonjeando-lhe vaidades, que, nem sequer respeitam a magestade de Deus, que o havemos de revocar ao sentimento da dignidade e do dever. V. . sabe, talvez melhor do que eu, a historia do imperio romano, e nomeadamente a historia do baixo-imperio. Não leio essas paginas melancolicas, sem que involuntariamente volva os olhos para o estado actual de algumas nações modernas: as analogias que encontramos entre estas e aquella são symptomas dolorosos; mas não vem para aqui. Eu peço a v. . que reflecta sobre essa historia em relação á efficacia das tradições. Ella completa o quadro que nos offerecem as

nações mussulmanas. Não foi no tempo da republica, foi sob o ferreo dominio dos cesares, que os poetas cantaram os mythos da gente romana, que os historiadores celebraram as suas glorias, e deram a importancia da verdade a centenares de lendas tradicionaes e fabulosas, que a sciencia moderna, as investigações do grande Niebuhr, reduziram já ao seu justo valor. De que serviram, porém, essas glorias, esses milagres do polytheismo, contados gravemente a um povo servo e gasto, que apodrecia aos pés dos tyranos? Nos ultimos tempos do Imperio os rhetoricos espriavam-se em exagerações sobre as grandezas passadas, enquanto os cidadãos recusavam combater por uma patria que se tornara em nome vão, e preferiam o jugo dos barbaros a uma nacionalidade mentida. Os hymnos, as gloriosas recordações romanas serviram só para acompanhar ao cemiterio da historia o ataúde de Roma.

Consinta v. . que a estas rapidas considerações eu ajunte ainda um exemplo domestico, sobre o qual peço a v. . que medite. Na lucta violenta e tenaz que Portugal sustentou nos fins do seculo XIV para repellir o dominio estrangeiro, ninguem se lembrou de fortalecer os animos

invocando o milagre de Ourique; se menos não espere que v. . . me aponte o menor vestigio historico que me desmintá. A razão para desaproveitar tal auxilio foi demasiado forte; foi a razão do cordeiro da fabula — *o milagre ainda não era nascido*. E todavia o triumpho coroou os hereticos esforços de um povo pequeno, que quiz verdadeiramente ser livre.

Dois seculos depois o milagre de Ourique dominava, absoluto e não contradicto, no cœmmum dos espiritos. V. . . se encarregou de o provar de modo innegavel. E todavia, quasi sem combate, as espadas castelhanas acabaram com a independencia de Portugal n'um dia.

Entre os dous factos está, além do milagre, a grande gloria das conquistas, gloria que não era uma tradição remota, quasi obliterada na memoria do vulgo, mas um facto vivo, recente, e a bem dizer actual. Alguns dos que mais tinham contribuido para ella ainda viviam.

Estes dous phenomenos, que determinam duas epochas principaes da nossa historia, assim approximados, são a negação mais solenne da utilidade dos embustes religiosos, ou para saber dizer, anti-religiosos, e do seguinte selragem de carannas escriptas com o sangue humano vertido

em guerras não provocadas, em guerras de aggressão, e sobretudo de cubiça.

Mas concedamos que, n'um ou n'outro caso singular, um general ou um homem d'estado tirasse vantagem dessa deploravel força moral que se estriba nas superstições, ou nas idéas de uma gloria feroz. A questão é, se hoje o povo portugês tem alguma vantagem que tirar dessas tradições, na situação em que a Providencia o collocou. Sejamos sinceros. Pôde elle sonhar em ser conquistador, ou sequer em constituir uma potencia maritima ou continental que pôse com demasiada força na balança dos acontecimentos politicos? Parece-me que nenhum sendo o dirá. Somos pequenos; mas nem isso é vergonha, nem impedirá que as grandes nações nos respeitem, se formos respeitaveis. Para obtermos consideração basta que os nossos progressos intellectuaes e moraes mostrem á Europa que sabemos, quezamos, e podemos regenerar-nos pela sciencia, pelo trabalho e pela emigração. ●

Emigração, trabalho, sciencia, eis as armas com que a philosophia politica deste seculo ensina as nações civilizadas a combaterem a uma legítima generosa. Os espiritos mais altos, seja qual for a sua crença religiosa e politica, proclamam

a paz e a fraternidade entre os homens. E não só as proclamam, mas até empregam a poderosa alavanca da associação para promoverem, digamos assim, uma cruzada sancta contra as tendencias guerreiras. Os esforços collectivos desses homens summos serão baldados? Não o cremos. Elles tem um alliado irresistivel. Quando os exercitos permanentes e as grandes marinhas militares tiverem devorado todo o peculio de cada povo, e exaurido a melhor e mais pura seiva da sua vida economica, é então que a philosophia politica hade alcançar um triumpho decisivo. Mas esse triumpho que outra cousa será senão o ultimo termo de uma sorites immensa, composta dos factos de dezenove seculos, de uma demonstração practica e invencivel, de que a lei moralmente necessaria das sociedades modernas é o christianismo, é o verbo de amor e da paz revelado no Evangelho?

Nesses dias, que porventura tardam menos do que muitos pensam, que destino darão os sacerdotes da bombarda, da lança e da espada aos seus deuses fulminados? As palavras « façanhas, gloria guerreira, conquistas, » como serão definidas nos dictionarios das linguas vivas, dentro de um ou dous seculos? Como julgará a historia os

milagres inventados para sanctificar o derramamento de sangue humano?

Desculpe v. . esta digressão, que não creio nem inutil nem extranha ao assumpto. De novo entrarei directamente nelle, para proseguir nas explicações que devo aos meus adversarios sinceros, honestos e instruidos, e não á ignorancia malevola e presumida de hypocritas insignificantes.

Começarei por dar a v. . a razão moral, a razão suprema, porque rejeito não só o milagre de Ourique, mas tambem os outros milagres, como o de Alcacer, a que ou a má fé, ou a piedade pouco illustrada quizeram attribuir a sorte das batalhas, sorte dependente dos occultos designios da Providencia e de mil accidentes, previstos ou fortuitos, explicaveis ou inexplicaveis para a historia. Não creio que essas guerras contra os infiéis fossem cousa excessivamente christan, e por isso o meu espirito recusa-se a acceitar como factos verdadeiros os testemunhos de approvação divina a um procedimento anti-evangelico. Na idade média passava como cousa corrente, que o guerrear os infiéis e fazer-lhes acceitar á força o jugo, aliás tão suave e tão livre, do christianismo, era obra meritoria. Os principes aprovei-

tavam-se desta doutrina, ou, para sermos justos, acreditavam-na, em geral, sinceramente: acreditavam-na, até, a maior parte dos homens intelligentes e pios. Entre estes se distingue o proprio S. Bernardo, que o excessivo zelo da gloria do christianismo incitou a promover a segunda cruzada, cujo infeliz resultado lhe acarretou tantas accusações amargas, tantos desgostos pungentes. A favor das guerras contra os mussulmanos durante a idade-média, principalmente a favor da que se fazia na Peninsula, podem militar boas razões de politica, e até de direito, porque essa guerra não era mais do que a reacção contra uma conquista. Razão religiosa é que eu não vejo nenhuma que a favoreça. Repugna-me á consciencia que o Christo, o Deus de paz e misericordia, viesse pessoalmente ou enviasse os seus anjos a incitar christãos a derramarem o sangue humano, a levarem a assolção e a morte ao meio daquelles que não o adoravam. Será este um modo errado de vêr? A S. Thomás de Aquino, que ainda alcançou os tempos das cruzadas, não fez com força alguma as opiniões que haviam daõ origem áquellas expedições longinquoas, para diminuir de estabelecer que a diversidade de creença não é motivo bastante para um povo atacar an-

tro. Reprovando a guerra de religião, não era possível cresse que Deus approvava essas luctas cruéis com manifestações sensíveis. Vê-se, portanto, que os *milagres militares*, que então se contavam a tal respeito, pouco credito mereciam a um dos homens mais pios do seculo XIII, e sem contradicção ao mais profundo philosopho do seu tempo. Ouçamos, porém, o grande historiador da igreja, falando dessas guerras contra os musulmanos.

« Os christãos — diz Fleury — devem applicar-se, não a destruir mas sim a converter os infieis... Quando Jesus disse que tinha vindo trazer ao mundo a guerra, da sequencia do seu discurso, e do procedimento dos seus discipulos se manifesta claramente que só se referia ás turbações que havia de excitar a sua doutrina celestial, turbações em que a violencia havia de vir toda dos inimigos, a quem os christãos opporiam a resistencia que as ovelhas oppõem aos lobos. A verdadeira religião deve conservar-se e dilatar-se pelos mesmos meios por que se estabeleceu, pela prédica discreta, pelas obras virtuosas, e mais que tudo por illimitada paciencia. Se a isso Deus quizer ajunctar o dom dos milagres, mais prompto será o effeito. Quando Ma-

chiavello dizia que os prophetas desarmados nunca saíram com seus intentos, mostrava-se a um tempo ignorante e impio; porque Jesu-Christo, o mais desarmado de todos, foi o que fez conquistas mais rapidas e firmes; conquistas como elle as queria, ganhando as almas, mudando de todo os homens, e tornando-os de maus em bons, o que nenhum conquistador jámais fez. . . . »

« Repito pois, que não se deve tractar de diminuir as falsas religiões, ou dilatar a verdadeira pelas armas e pela violencia: não são os infelizes que se devem destruir, mas sim a infidelidade, conservando os homens, e illustrando-os ácerca dos seus erros. Em summa, para isso não ha senão um meio, persuadir e converter. . . . »

Imagine v. . se Fleury acreditaria nos milagres d'Alcacer e de Ourique, milagres em que se faz intervir o céu para o derramamento do sangue humano; milagres, que nem tem o merito de originalidade, porque não havia por essa época paiz da Europa, onde tambem a credulidade de muitos, e a má fé de alguns não tivessem associado largamente o céu ás luctas sanguinolentas daquelles tempos tumultuarios e rudes; milagres, emfim, que, por sua natureza, são, religiosa e moralmente, absurdos.

De passagem lembrarei a v. . que não é bem fundada a accusação que me dirige, de que não appliquei ao milagre de Alcacer a regra de Vicente de Lerins, quando foi exactamente o contrario que fiz. Dos tres testemunhos presenciaes que temos ácerca daquelle celebre recontro, só em dous se allude aos signaes miraculosos que se viram no céu. O auctor da Historia Damiatana, que assistiu ao successo, ommitte a circumstancia milagrosa. Não acha v. . significativo este silencio? Em todo o caso falta o *ab omnibus* de Vicente de Lerins, e v. . ha de ter presente a doutrina de Mabillon, citada por mim na carta antecedente, de que é *temerario*, não só o acreditarmos em milagres falsos, mas até nos simplesmente *duvidosos*. Quando o sentimento religioso, o respeito das doutrinas evangelicas não obstasse á crença nesse favor do céu, obstar-lhe-hia a severa doutrina do grande beneditino.

Se não fosse o desejo de dar satisfação plena aos homens escrupulosos, mas capazes de se convencerem da verdade, como v. . talvez concluir-se aqui esta carta, porque as grosserias parvoas da ignorancia e os rugidos do interesse ferido, que vê fugir atraz da apparição de Ourique todos

os milagres rendosos, só se punham com a immortalidade de ridiculo.

Não concluirei, porém, sem dizer alguma coisa em especial sobre a tradição do apparecimento de Christo a Affonso I, considerada na sua origem, e no modo como foi propagada e defendida. Os principios mais solidos da critica, o silencio absoluto, não só dos contemporaneos, mas tambem de dez gerações successivas, bastaria para condemnar a tradição aos olhos dos desapassionados, quando ella não fosse absurda em si, porque é absurdo pôr Deus em contradicção com a indole do christianismo. Ha, porém, na historia da invenção, propagação, e aperfeiçoamento dessa lenda tanta hesitação, tantas contradicções, tanta imprudencia, tanta falsificação, tantos desejos de se illudir ou de illudir os outros, em homens que parece deveriam ser superiores a taes fraquezas, que o colligir as provas disso é offercer uma licção salutar do perigo que ha em abusar do sentimento religioso do povo para fins mandanos, e da miseria a que podem chegar ainda os altos engenhos, quando se esquecem das doutrinas evangelicas, e de que as duas cousas que o Salvador mais solememente amaldicçou neste mundo foram a mentira e a hypocrisia.

O silencio de mais de tres seculos sobre um facto estrondoso, que deveria andar na memoria de todos, como o milagre de Ourique, não é só negativo, por assim nos exprimirmos; é tambem positivo. Conjuncturas houve, antes dos fins do seculo xv, em que elle se teria publicamente invocado, se não fosse uma fabula ainda não inventada. Citarei duas. Seria inexplicavel, se admittissemos a existencia da tradição cem annos antes de 1485, que nem um só dos prégadores, letrados, e capitães de D. João I, os quaes mais de uma vez, nas suas allocuções ao povo e aos soldados, reccorreram ás cousas religiosas para accender os animos contra os castelhanos, e para crear a confiança de victoria final na lucta brilhante da independencia; que nem um só desses prégadores, letrados e capitães, os quaes não cessavam de accusar os inimigos de scismaticos, pretendendo ligar á sua causa a causa de Deus, se lembrasse jámais de citar as promessas feitas por Christo a Affonso I, o que era decisivo. Antes disso, tambem, nos principios do seculo xiv, tractando-se com grande empenho da separação da ordem de Sanctiago em Portugal do grão-mestrado de Castella, o mestre e os freires portuguezes dirigiram ao papa um longo arrazoado em

que erguemos a terra; que a senda os boia que a tor-
dora; passaria; em Pringal; e reino separado e sem
dependencia; da; Castella; d'ido pelo; reino; de; es-
paña; não; era; justa; que; o; gñ; e; mais; ter; a; celtos; e;
os; continesses; a; desbarata; e; a; senda; p; ruzo; e; Fern;
firmar; na; origem; do; reino; a; independencia; e; da;
qual; parte; dos; cavalleiros; que; a; nella; residiam; e;
maestre; Pedro; Barcha; e; os; seus; commenda; da; de; os;
alloga; vna; a; o; papa; em; facta; nova; mas; de; o; qual;
era; quasi; impossivel; que; se; passasse; a; abito; e;
da; apparição; e; de; ella; houvesse; vestigios. O; facto;
novo; era; a; ecclamação; do; Alfonso; Lem; Ourique;

«Ourique;— diziam; em; Roma; os; procuradores;
dos; s; p; thannicos;— O; rei; de; Portugal; D. Alfonso; I;
de; clara; memoria; e; o; qual; os; saguando; com; mão;
poderosa; e; barbara; ferrea; dos; sarracenos; no; cam-
po; de; Ourique; foi; elevando; a; rei; pelos; seus; ser-
vicos; e; pelo; amor; e; caridade; combateu; os; ditos;
sarracenos; inimigos; da; religião; orthodoxa; com;
todas; as; forças; para; a; victoria; da; fé; catholica; e;
defensão; da; propria; reind; q; O; mesmo; rei; de; ho-
land; e; expugnando; os; indios; acomettendo; e;
tirando; os; castellos; fortalezas; e; muitas; terras;
Acoss; euzada; da; fé; e; entendendo; ao; estorço; do;
mastra; e; freires; de; Santiago; que; então; viviam;
concella; das; q; e; »

Não! fazendo caso da ignorância dos procuradores de Pedro Boscobo, acerca do estado da sociedade portuguesa no meado do século XVI, quando mencionamos villões dos contos os vemos intervindo em uma releição de rei; não faz parte a V.V. que não se ilembrem de milagres da appareça? Severissimos e valiosos poderiam elles ignorar, e não afigurando omissões, quando tanto convém a invocação? Não, era evidente que o titulo a independência do rei oblihamos a incorporar volunt e mais importa a afirmação dos mandados positivos de Christo, do que da celebração da solidades? Deixará imparcialidade de N. . O resolver estas questões:

Estrahi por que se diga que o silencio de todos os memoriaes e documentos anteriores a 1486 acerca da apparição não é só negativo; que é tanto bom positivo. Mas existe realmente este silencio?— perguntar-me-ha V. . Confrontada sua opinião; e scribida me de Encaculo e Pereira, elle não

1 Poucos annos antes, os embaixadores de D. Dinis tinham recebido inutilmente ao pontífice um antigo com o seguinte intuito, e contendo em substancia o mesmo que os de Pedro Boscobo. Ah! sem que se podesse se dar credito a abdução de D. Dinis, e a que se tinham visto a colligam dos chronicon coevos. Assim, a intervenção de Almeida sin

existe. No folheto recentemente publicado, que v. . intitula *Nova Insistencia*, com lealdade de cavalheiro e de homem de letras v. . abandonou o texto forjado de S. Bernardo, e entendo que tambem o antigo documento da *Symmicta* ao destino que elles mereciam; mas insiste nos outros documentos que se citam. Examinarei se v. . tem razão na insistencia. Mas antes disso cabe-me consolar aqui v. . das injurias que a bruta ignorancia de um pobre tonto vomitou indirectamente contra v. . por não distinguir o texto attribuido no breviario a S. Bernardo; cabe-me, digo, consolá-lo com o meu exemplo, e com o de um sacerdote instruido, que, enganado com v. . por aquella insigne falsificação, expondo-lhe eu as minhas opiniões ácerca do milagre de Ourique, me contrapunha o testemunho do grande abbade de Clavaival, inserto no breviario. Como, porém, para escrever a historia do nosso paiz é necessario caminhar como quem passa pelo pinhal d'Azambuja, lá com todas as prevenções contra os sal-

acclamação póde fixar-se no principio do seculo xiv, tendo talvez em parte dado motivo a ella esta questão da desmembração da ordem de Sanctiago, negocio que foi assaz rudico e importante. Veja-se a Historia de Portugal, Vol. I, pag. 489 (Nota XVIII).

teadores, cá attentos sempre a que não nos illuda a cada momento um fabricante de mentiras ou um falsificador de documentos e textos, amestrado pela experiencia repliquei que duvidava da passagem do breviario, e que duvidava sobretudo pelo adjectivo *lusitanum*, que nella se lê, e que eu tinha a certeza de não se encontrar em monumento nenhum do seculo XII para significar *português*, *cousa portuguesa*. Na duvida, passámos a examinar o texto do sancto, e a falsificação appareceu-nos logo mais clara que o dia. Assim v. . . teve companheiros na illusão; nem creia que tem tido só dous: ha-de ter tido milhares delles. Ria-se destes eruditos que adivinham tudo quanto se lhes diz: ria-se dos Mabillons de agua chilra, que logo distinguem *pelo estylo* quatro ou cinco linhas interpoladas nas obras de qualquer escriptor.

Mas, voltando ás cousas sérias, v. . . , repito, insiste nas outras provas, desprezadas as evidentemente falsas. E quaes são as que ficam? Creio que v. . . tem presentes a regra de Gmeiner, de Mabilion, e de toda a gente que não esteja em guerra declarada com o senso-commum, *de que não provém maior certeza a um facto historico de ser relatado em livros de muitos auctores mais modernos,*

cada um dos quaes foi copiando o que o outro tinha dicto. Todos elles junctos não valem mais do que o primeiro que o referiu. Assim, tendo nós escriptores dos fins do seculo xv que relatam o milagre, todas as auctoridades que v. . . cita do seculo xvi annullam-se completamente. Ha, porém, outras anteriores, dirá talvez v. . . É verdade que Cenaculo as propõe. Mas quaes são ellas? Examinemos.

1.º Um indice, escripto em Roma, de documentos relativos a Portugal em que se memora o facto da apparição.

Como Cenaculo nos não diz a data de tal indice, estamos desobrigados de discutir o documento a que se refere: provavelmente havia de ser pelo gosto do da *Symmicta*.

2.º A doação ao mosteiro de Claraval, feita por Affonso Henriques.

Tem o pequeno inconveniente de ser falsa. João Pedro Ribeiro reduziu-a a lastimoso estado na segunda das suas *Dissertações Chronologicas*. Estou certo de que o bispo de Beja, se ressuscitasse, não havia de ter vontade de a tornar a valer nella.

3.º Nos *Commentarios* de Affonso sabio, traduzidos em português no tempo de Affonso IV,

termina o capítulo 44to por uma passagem, com que Desoubre quiz: ver a memoria do mesmo, embora nella não haja uma palavra a semelhante respeito.

Neste testemunho, ainda supposto, que a passagem é digno que não diz, tem também outro peccado inconveniente. É que Affonso sabio não escrevea *Commentarios* *seculares*. Vêja v. . . se es: encontrar mencionados no extenso o manto do artigo deora de Affonso X, na *Bibliotheca Hispânica* de Pedregues de Castro, ou se actua em parte alguma vestigios de *laes* *Comentarios*.

4.º Uma passagem de uma chronica inserida nos *Reis* de Portugal, que, pela *forma* da *letra* e pela *orthographia*, se reconhece ser do tempo de Affonso XV. Esta passagem lêz-se *transcripta* de um codice da *manuscriptura*.

Pede-se pela primeira vez em favor a v. . . É que não se pode dar crédito a esta noticia geographica de Comendado. A diplomação ainda não achou meios suficientes para assegurar com certeza a *forma* dos caracteres, nos codizes portuguezes, que se não do século xv ou do xv.º. Todavia esta assumptada de *transcriptura*, não ha a *manuscriptura* *antiqua*, ou a *manuscriptura* *antiqua*.

cesa com maior ou menor resabio de monachal ou alleman. Isto é commum a ambos os seculos. A mesma romana pura ou restaurada, que começa a apparecer nos fins do xv, tem ainda resabio da monachal. Pelo que respeita á outra adivinhação de Cenaculo relativamente á lingua-gem, v. . como homem de letras, está por certo habilitado para avaliar a *força* deste meio de apreciação. Se o bispo de Béja visse, eu compromettia-me a apresentar-lhe passagens extensas, escriptas em vulgar no meio do seculo xiv e outras escriptas já na segunda metade do xv, e se elle fosse capaz de dizer quaes eram as antigas e quaes as modernas, dava-lhe a minha palavra de honra de ficar crendo no milagre de Ourique. Esta experiencia que eu offereceria ao erudito bispo, estou prompto a offerecê-la a quem quer que pretender tentá-la.

Agora accrescentarei mais alguma cousa. No archivo da camara d'Evora, que examinei por meus proprios olhos, posso certificar a v. . que nada ha anterior a D. João I; nem diplomas, nem codices. Que é feito da tal chronica que o bispo de Béja diz existir no archivo da camara d'Evora? O que havia de estimação naquelle archivo foi distrahido pelo antiquario

Lopes de Mira, que viveu um pouco antes de Cenaculo. Isto é sabido pelas pessoas eruditas d'aquella cidade. V.. deduzirá d'aqui as conclusões legitimas.

A erudição immensa de Cenaculo tem um defeito que nelle provinha do excesso de uma util faculdade unida a uma indole inquieta e impetuosa. Era essa faculdade a da memoria comprehensiva e tenaz. Lia muito e fiava-se na força da propria reminiscencia. Seria facil provar pelos seus escriptos que grande numero das citações que fazia e das auctoridades em que se estribava não as verificava, e que a memoria o trahia ás vezes, quando menos em particularidades e accidentes que modificavam a significação dos textos, servindo mal os instinctos do bom do prelado e tornando suspeita a sua candura.

Os *Commentarios*, por exemplo, de Affonso sabio, traduzidos em portuguez, podiam ser, não uma invenção, mas sim uma reminiscencia, ou uma nota tomada á pressa por Cenaculo, e talvez a chronica inedita dos reis de Portugal, que *pela fórma da letra e pela linguagem* se conhecia ser do tempo de Affonso IV, fosse cousa analoga aos taes *Commentarios*, isto é, apenas

uma confusão de idéas, ou, guardo ornato, uma imitação de esportamentos.

Existe uma compilação historica em vulgar, ou colligida ou accrescentada nos meados do seculo XV, visto que na parte relativa a Portugal abrange a regencia e morte do infante D. Pedro (cap. 438) e nada contém posterior a este facto, continuando nos capitulos seguintes a historia dos outros estatos da Peninsula. Dotheoem: estas exemplares d'esta compilação, que consistem, não meos intencionalmente, uma historia geral das Hespanhas desde os tempos mais remotos até os seculos XVI e XV. Em Paris e em Madrid conseruam-se os livros exemplares mais antigos. Os de Paris: trata do 10 de D. N.omes de Ourvalho: com o intuito de imprimir aquelle curioso simetico. Dado: a: tal: ou: 13: a: ver: do: ou: como: modesto amigo José Gomes Monteiro, passou eu: o: l: ler: ce: ro: (exemplar) que: par: ce: u: tem: pertencido: a: Manuel Severim de Faria. O: ver: tico: de: Meda: d'ê: talvez: o: mesmo: que: u: men: tico: a: pouco: explicitamente: Ferreira: Gordo: nas: Memorias: de: Biber: tura: da: Accademia, Tom. 13, pag. 240. A: Gresser: General: l: u: ter: ita: a: a: Gomo: u: tico: sub: ministr: ou: so: com: p: l: l: e: do: a: his: tico: Faba: l: ou: so: e: a: historia: al: tico: r: ita: P: ar: is: ca: l: e: re: e: a: z: a: p: e: ch: a: l: ou: so: a.

A orthographia d' Hespanha, ibem como a narração da entrada e conquista desta pelos mouros e dos primeiros senhores do seu principado são extrahidas da historia araba de Arnaz, conhecido vulgarmente pelo nome de Meuro: Basis. Attribue-se ao reinado de D. Diuis e á iniciação d'aquelle principe uma traducção do livro do historiado r. anastasio, e effectivamente esta parte da compilação é uma daquellas que parecem mais antigas, pela rudeza da linguagem. A theoria de Gid, publicada modernamente pelo P. Risco, no v.º v.º da bibliotheca de'oi. disputada por Masdeu, era conhecida já do compilar, que largamente a aproveitou na compilação do seu livro.

No exemplar de Paris, conforme o que se vê da copia de Gomes de Garvalho, faltam os capitulos de 1.º e 2.º. O numero seio mesmo succede no exemplar de Madrid. Encontramos, porém, no que pertenceu a' Governador de Faria; e é justamente nestes capitulos, desde o Alzateo 436 que se estabelece a chronica dos reis de Portugal, começando na vinda do conde D. Henrique e finalizando nos primeiros annos do governo de Afonso V. É uma narrativa assás resumida, distinguindo-se apenas a parte relativa aos reinados de Afonso I e de D. Diuis, e o que succede

sos verdadeiros ou fabulosos são mais particularizados.

Conserva-se na Bibliotheca Publica do Porto, com o n.º 79, um antigo codice transferido para alli em 1834 do archivo de Sancta Cruz de Coimbra. Contém varias memorias historicas e outros papeis avulsos escriptos por diversas mãos, tudo colligido, segundo parece, nos fins do seculo xv. Acaba o codice por dous chronicons em vulgar¹. Um tem por titulo « *Como e donde descenderom os reis de Portugal* »: o outro « *Aqui se comença a istoria dos reys de Portugal* »: Ambos se referem em breves palavras ao conde Henrique, dilatando-se com os successos e lendas da vida de Affonso Henriques, successos e lendas aproveitados pelo chronista Galvão. Ao passo, porém, que o primeiro chronicon não ultrapassa a epocha de Affonso I, o segundo abrange, postoque em breve resumo, as vidas dos seus successores até D. Dinis. Em relação aos tempos de Affonso Henriques são em parte identicos, não só no contexto, mas até nas phrases. Ha todavia entre elles uma differença digna de reparo: é a de

¹ Estes chronicons estão publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. 1, p. 26.

que no primeiro se repetem mais de uma vez as palavras *conta a historia*, que não apparecem no segundo, ao passo que n'aquelle se referem tradições relativas a Affonso I ommittidas neste, donde se conclue que o primeiro fôï tirado de um trabalho historico mais antigo, de que talvez o segundo seja apenas um extracto, embora accrescentado com leves traços dos subseqüentes reinados.

No exemplar da compilação que pertenceu a Severim de Faria a narrativa dos successos de Portugal durante a vida de Affonso I pôde dizer-se que é um complexo dos dous chronicons de Sancta Cruz, ás vezes perfeitamente semelhante, outras variando nos vocabulos e phrases. Aproveitaram-se os chronicons na compilação ou tiraram-se della? Por outra; qual dos tres monumentos é mais antigo? É o que não importa nem eu me atrevo a resolver.

O que importa é o que se lê nestes monumentos, os mais remotos que nos restam escriptos em vulgar, ácerca da batalha de Ourique. Vejamos se lá se encontram vestigios do celebre milagre.

O primeiro chronicon de Sancta Cruz diz-nos que Affonso Henriques, acclamado rei pelo exercito antes do combate, depois deste, *por memo-*

*rin de guelle: bo e qunco nento quer lha dea rlarra
 pã: rro veta i gerencia m e r i g u e o c e e d o s i p o n e q u e l l a s
 e i n q u o r t e i e i p e s t e s e i n t o r n s p o r r e e u e n t u m q u e
 d u r o t u r a l e r e n t e i s e m t a r i e l e h a l i c h r i s t o y i e i p a s p o d e
 e n d e i a e m e n t e X X X i n i d e i o s g o r n a m e n t a l a g a d e
 l e a X X X d i s t i n o n p a r q u e v i d a s u e t e d e l e s t e n
 c h r i s t o s .*

Na segunda obediencia no reino: a narrativa pã
 tienda da da l u e a i d e r A l f o n s o H e n r i q u e s c o m
 s e a m ã e o c o n s e l o c o n d e s e s T h a r s (a r q u e f r e s e s
 g u i r i n t a d e l a m e n t e c o n t e n t o i d e V a l d e s t e z e i
 a t e n d a d o e a r d e a l l e g a d o e d o r h i s n o m e g r o m e e
 d e a a i n d e i a l d a r h a t e t h a i d e Q u e r t u r i j o m e t a s
 s i m p l e s p a l e r a r e E n d e q u e i r o a e b a t o r h s e a m r o o
 q u e r p o s d o a n t i g u i e r o e r a e r u a I n d i d i o a n d a v e l d e i
 q u e a i n d a n o s e n h e k v h a v i a q u e n r d e s s e a q u e l e
 l e a c o n t e i m e n t e r i n d e a i m p o r t a n c i a s e c e n d a r i z e .

Na compilação a passagem relativa á jornada
 de Ourique: é a seguinte: « A j u n t a e r s u a s g e d e s
 e f o y s e s a b r e r o s m o u r o z e r r e d e h e s s e l e r a d e a
 c e i m b r a t a t a s e a t e r e n h j e r e d e h y p u s a e c o l e j p o
 c o r r e r t e d a e v a l e s e r a a t a n o c o r r i p a t d e Q u i r i q u e
 o n d e a c h o u e l R e y i s m a r q u e a e s s a s a s o n e e r a
 R e y d a s e t e m e n d a t a a b o m s i n c o R e y s q u e o r v i
 r h a n d i r e c t o r s e h a n d o e g r a n d e a d i p n a r q u e l l a s
 f a z e e m c o n t e s t e s e r e r a t r i n e d e m r e l l e s e m e d o t t e

Ha itra lugar: quer ser Chammeirol ou Verdejão: vem
 odes e: Orna de des: e um borra ymago e parte de d'outro
 esse igentes q' maa: s'abae igne e n'ic' m'os e m'na ba: se
 hat' o: e: s'os e: r' o: l' e: g' a: t' a: m' e: j' u: r' i: s' d' e: b' y: e: e: d' i: s' r' e: n' d' e: n' o: s' e
 cha: m' e: n' a: R' e: y: d' e: p' o: r' t' a: g' a: t' i: e: e: d' e: p' o: i: s' q' u' e: r' o: s' d' e: i: s'
 f' o: r' m' a: l' i: v' e: n' e: i: d' e: s' a: l' f' i: e: y: d' o: m' a: l' a: f' i: a: d' e: q' u' e: t' a: g' a: t' i:
 p' o: r' a: m' e: m' e: r' i: s' d' a: q' u' e: l' l' o: h' e: a: a: c' o: r' t' e: m' e: n' t' e: q' u' e: r' i: l' l' o:
 d' e: v' a: l' d' e: r' a: i: t' h' e: n' o: s' p' o: r' a: m' a: s' s' i: a: t' o: e: s' t' u: d' o: s' p' e: e:
 a: q' u' e: l' l' e: s' r' i: s' i: e: r' e: i: s' e: r' i: p' o: n' o: s' e: m: e: r' r' e: r' i: p' o: r' m' e: n' t' e:
 l' r' e: n' g' a: r' d' e: i: e: m' a: z' i: d' e: i: n' o: s' e: r' e: a: c' h' e: n: i: j' o: e: n' o: s' s' e: r' i: l' l' o:
 p' o: r' t' e: m' e: r' a: t' a: d' i: n' o: m' e: r' e: s' o: d' o: t' r' i: n' a: d' i: a: b' i: r' o: s' p' o: r'
 o: e: r' i: n' t' a: d' i: a: b' i: r' o: s' p' o: r' i: q' u' e: j' u: d' e: s' d' e: v' e: n' d' e: r' i: e:
 d' e: l' h' o: m' e: n' i: s' q' u' e: r' i: s' u: a: t' e: r' r' a: e: n' q' u' i: t' a: u: a: d' e: m' e: n' t' e: r' i:
 G' o: d' a: e: s' t' a: r' d' e: o: m' i: a: g' e: e: m' e: q' u' a: l' q' u' e: r' d' e: s' t' a: t' i: s' t' r' e:
 p' a: s: s' a: g' e: n: s' n'ã: o: p' o: s' t' e: r' i: o: r' e: s' i: e: s' a: n' a: d' o: r' d' o: s' e: e: d' o:
 n'ã: o: q' u' e: p' o: r' v' e: n' t' u: r' a: s' ã: o: e: m' a: i: a: e: n' l' i: g' a: t' i: o: n' e: s' ?

É melhor possível que Cenaculo, homem affim
 monsa e: r' r' e: i: a: d' i: s' e: n' a: l' e: t' a: n' a: i: i: v' e: s' s' e: r' i: s' t' e: a: l' g' u' m' a
 copia de e: b' r' d' i: n' o: s' d' e: S' a: n' o: t' a: d' e: r' u: s' e: i: g' u' a: n' d' e: m' e: n' t' e:
 l' e: a: c' o: m' p' i: l' a: ç' ã: o: n' o: e: x' e: m' p' l' a: r' d' e: S' e: r' e: f' e: r' e: n' d' e: S' t' r' a:
 f' r' a: q' u' e: v' i: v' e: n' a: d' o: A: l' e: m' e: t' e: d' e: o: n' d' e: t' a: m' e: n' d' e: m' G' e: n' a:
 c' u: l' o: r' e: s' i: d' u: l' o: n' g' a: m' e: n' t' e: e: o: n' d' e: o: m' a: n' u: s' c' r' i: p' t' o:
 p' e: d' i: t' a: c' o: n' s' e: r' v' a: r' e: o: r' i: n' d' i: n' o: t' e: m' p' o: r' d' o: V' i: s' p' o: d' e:
 B' e: j' a: U: m' a: c' i: r' c' u: m' s' t' a: n' c' i: a: d' i: g' n' a: d' e: n' o: t' a: r' -s' e: t' o: r' n' a:
 m' a: i: s' p' l' a: u: s' i: v' e: l' e: s' t' a: s' u: s' p' e: i: t' a: C' e: n' a: c' u: l' o: c' i: t' a: o: f' i: n:
 d' o: c' a: p' i: t' u: l' o: 416: d' o: s' s' u: p' o: s' t' o: s' *Commemoratio*, e:

na compilação os ultimos periodos do capitulo 415 são os que se referem á batalha de Ourique e aos seus resultados. O logar do capitulo citado é o mesmo: a differença está na numeração deste, e essa differença é apenas de uma unidade. Preoccupado pela idea do milagre, do qual se faz derivar o imaginario escudo de Affonso Henriques, nada mais facil do que Cenaculo, citando de memoria, dar á compilação, tirada em grande parte da *Cronica general*, o titulo de *Commentarios d'Affonso sabio*, e aos chronicons de Sancta Cruz o de *chronica inedita*, confundindo ao mesmo tempo a lenda do escudo d'armas com a lenda da apparição, acerca da qual não ha ahi uma palavra. Tudo isto não passa de conjecturas, mas de conjecturas que põem em salvo a probidade litteraria de um dos nossos mais illustres prelados de uma epocha ainda pouco remota, em que os bispos portuguezes eram bispos, e não vigarios do papa¹.

Em Cenaculo a defensão do milagre de Ouri-

¹ Tanto este como os dez paragraphos precedentes foram supprimidos nas edições avulsas das *Solemnia Verba*. Era uma digressão que pouco servia para rebater as opiniões adversas, e que entretanto affrouxava o cerrado da argumentação.

que era empenho cego. Não sei, nem me importam os motivos. Importa-me o facto, que annullaria melhores testemunhos do que esses que cita, quando elle fosse o seu unico abonador. Quer v. . . uma prova decisiva da cegueira do douto prelado? Eu lh'a dou, e irrefragavel: é o seguinte periodo:

«O advertido padre Pereira faz ver que desde o seculo xv se acham escriptores mui auctorisados, que referem o acontecimento como de cousa *então vulgar entre as pessoas que haviam tractado os immediatos contemporaneos do successo, em maneira que a tradição é coetanea.*»

Traduzido em linguagem chan, quer isto dizer que em 1485 (epoca do primeiro testemunho preciso sobre a appareção, o de Vasco Fernandes de Lucena), havia gente que tinha conhecido individuos do tempo da batalha de Ourique, ou por outra, que no seculo xv havia pessoas *com trezentos annos de idade.*

Quem diz isto pôde dizer livremente o que lhe aprouver. Quando um espirito não-vulgar chega a este estado, que nos resta senão confessarmos o nosso nada diante da *summa intelligencia de Deus?*

Aqui tem v. . . por que eu me limitei, quanto

me foi possível, a falar de leve na apparição; eis porque tenho até hoje reluctado em descer á discussão especial dessa mentira ridicula, com que os prégadores vão ludibriar o povo na cadeira do evangelho. Estas miserias e vergonhas, e as que successivamente apontarei, sobre quem recaem? Sobre homens que aliás têm direito á reputação que adquiriram na historia litteraria do paiz e nos annaes da igreja portuguesa, mas que um impulso talvez de amor proprio¹, talvez uma piedade ou um patriotismo irreflectido, fizeram com que, em vez de buscarem a verdade, buscassem a prova de que tal ou tal cousa era verdade, caminho deploravel em cujo termo é certo o precipicio.

Fóra dos testemunhos cujo nenhum fundamento acabo de mostrar, Cenaculo reduziu-se a adoptar as pretendidas provas do padre Pereira, sem exceptuar o juramento de Alcobaça. E note v. . que elle o conhecia tão pouco ou era tão fraco diplomatico, que não hesitou em escrever estas palavras memoraveis: — « *Duvidar da apparição*

¹ Os Cuidados Litterarios de Cenaculo, a Memoria de frei Joaquim de Sancto Agostinho sobre os codices d'Alcobaça, o Elucidario de Viterbo, as Observações de J. P. Ribeiro publicaram-se proxivamente pelo mesmo tempo. Viterbo, frei Joaquim de Sancto Agostinho, Ribeiro eram

emquanto o desconhecimento dos testemunhos a faz presumir de piedade popular e crença apaixonada, *pode ser critica*; mas a interpretação livre e esquerda da palavra real e fundada (o juramento de Alcobaça) merece ser sempre vista com desapprovação e desagrado». — Isto quer dizer que, se não houvesse o instrumento da apparição, podíamos com boa critica deixar de crer no milagre. Assim, se o bispo de Béja vivesse hoje, á vista da declaração official da falsidade do documento, que o meu amigo Rebello da Silva arrancou ao juiz mais competente na materia, o lente de diplomatica e guarda-mór interino do Archivo Nacional, elle teria de passar com armas e bagagens para o campo dos *impios*, se quizesse (havia de querer) intitular-se bom critico.

Mas, deixando de parte o conjecturar qual seria hoje a opinião de Cenaculo, vamos aos *Novos Testemunhos* do padre Pereira. Disse eu que este escripto traria deshonra ao auctor da *Tentativa Theologica*, e da *Vida de Gregorio VII*, se não

innovadores perigosos então, como eu o sou hoje. Cenaculo era um bispo erudito. Quantas palestras litterarias, quantas contendas oraes precederiam a publicação daquelles escriptos oppostos!

fosse uma ironia. Confesso a v. . . , que antes quero salvar, por esta hypothese, a reputação de um nome illustre na nossa litteratura, do que accetar a anedota, a que alguns attribuem a concepção dos *Novos Testemunhos*, anedota que mais de uma vez tenho ouvido referir. Conta-se, que, sendo o padre Pereira pouco aferrado ao dinheiro (é defeito de classe: não creia v. . . que usurario nenhum fosse nunca homem de letras) veio a achar-se um dia com a bolsa completamente vazia. Advertido da abertura da situação pelo creadô, pegou n'algumas folhas de papel, escreveu os *Novos Testemunhos*, mandou-os ao seu editor, e recebeu dez moedas, com que ficou rico, ao menos por dous ou tres dias. Eu prefiro a ironia á anedota, que não sei se é verdadeira. Mas ou a musa do opusculo fosse a precisão de dinheiro, ou fosse a vontade de gracejar, o que tenho por certo é que, a não ser assim, a obra fora indigna de um homem, que pulverisou as pretensões illegitimas e insolentes da curia romana, e que fez tremer boa meia duzia de hypocritas e pedantes do seu tempo. As provas de que os *Novos Testemunhos* precisam da minha explicação, ou d'outra qualquer, vou dá-las a v. . . , começando por transcrever uma passagem da intro-

dução do opusculo. Depois de apresentar como demonstração de não ser forjado o *juramento d'Alcobaça* o haver, antes de Brito o publicar, testemunhos da tradição de Ourique (argumento na verdade singular!) o padre Pereira prosegue:

«Mas quanto a verificar o caso da apparição, tem a dita demonstração o defeito de que nenhum dos testemunhos em que ella se funda remonta a maior antiguidade que o reinado d'elrei D. Manuel. E assim poderão os emulos das nossas glórias repór que uns testemunhos do principio do xii não são sufficientes para extorquir delles o assenso a um facto, que se suppõe acontecido no meio do seculo xiii.»

Depois d'isto, que digam todas as pessoas que lerem esta carta, não sendo algum clérigo mau e ignorante; diga v. . mesmo, pondo de parte quaesquer prevenções, o que se deve esperar no opusculo? O auctor confesse que a favor da apparição não bastam os testemunhos posteriores ao anno de 1495, insufficientes para provas de um facto succedido em 1139, logo elle vai offerecer-nos documentos; trezentos; ou, pelo menos, duzentos annos anteriores. Eu digo o que nós offerece Pereira em logar dos *testemunhos insufficientes*.

1.º A narrativa de Olivier de la Marche na introdução ás suas Memorias.

Esta introdução foi começada a escrever em 1492, conforme o proprio auctor das Memorias declara¹: isto é, as passagens relativas ás armas reaes de Portugal foram escriptas dous ou tres annos antes de começar a epocha em que os testemunhos ácerca de um milagre succedido 357 annos antes nada provam, segundo confessa o padre Pereira, advertindo que, por esses não prestarem, nos ía expor quatro novos, *todos de tanto peso e authoridade, que não ha para que se desejem outros mais graves*. Destas premissas segue-se, que o testemunho dado a favor de um factó 357 annos depois do tempo em que se diz succedido é *defeitioso e insufficiente*, mas dado 354 annos depois do successo é igual ao de qualquer pessoa, ou de muitas pessoas que houvessem presenciado este, visto que *nada ha mais grave*, do que um testemunho posterior de 354

¹ « à l'heure que je commence a dicter ce present escrit je suis en la soixante sexieme année de ma vie. » Petitot fá-lo nascido em 1426. Falleceu no 1.º de fevereiro de 1502, segundo se deprehende da sua inscripção sepulchral, com 76 annos d'idade.

annos, enquanto o posterior de 357 não presta para nada.

Pereira estava doudo, ou gracejava com o publico? Deixo a escolha a v. . postoque estou certo de que das duas explicações ha-de preferir a ultima.

Mas o caso não pára aqui. Tenha v. . paciencia, porque não fui eu que quiz discutir o milagre de Ourique; foram os padres, que me têm insultado porque o tractei como elle merecia, que me compelliram a isso. Hão-de esgotar o calix da ignominia até as fêzes. Elles dizem do pulpito abaixo que era melhor que eu não tivesse falado em tal; e eu digo-lhes da imprensa, do meu pulpito, que era melhor continuarem a aleijar o latim do breviario e do missal, e deixarem-me em paz escrever a historia verdadeira do meu paiz.

Digo que o caso não pára aqui, porque o modo como é narrada a historia da apparição por Olivier de la Marche, descrevendo as armas portuguezas, é curiosissimo. Segundo elle, o conde Henrique tinha escudo branco: depois este escudo adornou-se por quatro vezes: 1.^a quando Afonso I, passando o Tejo, desbaratou em campo d'Ourique (*Cambdorick*) os cinco reis mouros, e,

em allusão a cinco bandeiras que lhes tomou, pôs no escudo branco cinco escudetes azues. 2.^a Houve nova mudança quando *o mesmo rei foi a Roma* emprazado pelo papa. Reprehendido em pleno consistorio por varias culpas, o bom do rei respondeu pondo-se inteiramente nú, e desafiando o papa e os cardeaes para que lhe mostrassem todos junctos tantas chagas no corpo como as cicatrizes das que elle tinha recebido pela fé de Christo. Era maravilhoso, de feito, o numero d'ellas: cinco com visiveis indicios de deverem ter sido mortaes, a não se haver dado milagre no caso. O argumento fora peremptorio. O papa e os cardeaes disseram-lhe que vestisse a camisa; e para lhe darem uma satisfação da injusta pronuncia, mandaram-lhe que em cada um dos escudetes possessa cinco besantes ou arruellas, em memoria daquellas famosissimas lançadas de que os mouros o haviam servido. 3.^a Tendo o infante D. Fernando, rei de Portugal, casado em França com a condessa Maria de Bolonha, teve um filho, chamado Henrique, o qual acrescentou a orla do escudo em que estão os castellos. E sobre esta ponta discute o auctor o erro que havia nos dictos castellos, estribando-se na opinião de portuguezes notaveis. Entre estes devo advertir, para o que

v. . logo verá, que elle havia já mencionado especialmente e com elogios extraordinarios o celebre Vasco Fernandes de Lucena, que tinha a dignidade de escanção de Madama Margarida, viúva de Carlos o Temerario ¹. A 4.ª alteração, que vinha a ser a quinta fórma das armas reaes portuguezas, foi o pôr-lhes uma cruz firmada no escudo um rei de Portugal (já se vê que muito posterior a Affonso I), facto cuja origem *alguns attribuiam* (*aucuns veulent dire*) *a ter-lhe apparecido uma cruz no céu* durante uma batalha com os sarracenos, o que vendo o principe dissera, orando a Deus, que *mostrasse* antes a cruz aos infieis, e assim *se fez*, com o que os mouros ficaram desbaratados. Acrescenta Olivier de la Marche que talvez o milagre seja verdadeiro; mas que *para elle a verdade é que o bom rei João* (D. João I) foi quem ajuntou ás armas portuguezas os quatro braços flereteados firmados no escudo.

Aqui tem, v. . . o testemunho de Olivier de la Marche em toda a sua força e pureza, posto que resumido. Não lhe faça commentarios. Deixo a

¹ D'aqui vinha por certo o título de *conde palatino* de que usou Vasco de Lucena, título que tanto tem fôto sciztar de nomes antigos.

v. . e a todos homens instruidos que os façam. Eu por mim estou satisfeito.

Inverterei aqui a serie dos quatro *irrecusaveis* testemunhos do padre Pereira, porque tenho uma razão de ordem que me obriga a reservar o segundo para o ultimo lugar. Falarei, portanto, do terceiro.

Gomes Eannes de Azurara, na continuação da chronica de D. João I por Fernão Lopes, transcreve um discurso feito áquelle principe pelos seus confessores, frei Vasco Pereira e frei João Xira, a quem elrei pedira lhe dissessem se era serviço de Deus intentar a conquista de Ceuta. A resposta dos frades foi affirmativa, estribando-se no exemplo de muitos outros principes e cavalleiros famosos, que haviam acommettido os inféis na persuasão de que practicavam uma obra meritoria, offerecendo-se á morte. Os que a tinham alcançado, entendiam os dous frades que ficavam equiparados no céu aos martyres, e que os que não a haviam obtido, nem por isso deixavam de ser sanctos, estando resolvidos a morrer alegremente pela fé. Os theologos terminaram a serie dos exemplos (nos quaes figuram entre aquella especie singular de bemaventurados o Cid Ruy Dias e o conde de Castella Fernão Gon-

çalves, que nunca desconfiaram de que eram sanctos) pela seguinte passagem, conforme se lê na edição de 1644:

«... temos ante nossos olhos a memoria do mui notavel, fiel e catholico christão elrei D. Affonso Henriques, cujas reliquias tractamos entre nossas mãos. Vêde, senhor, os signaes que trazeis em vossas bandeiras, e perguntai e sabeis como e por que guisa foram ganhados; os quaes certamente de todas as partes mostram a paixão de Nosso Senhor Jesu-Christo, *por cuja reverencia e amor o bemaventurado rei offereceu o seu corpo em o campo de Ourique, vencendo aquelles cinco reis, como vossa mercê sabe. Considerae isso mesmo (do mesmo modo) Senhor, se elle duvidara se o seguinte trabalho era serviço de Deus, não tivereis vós hoje em dia esta mui nobre cidade (Lisboa) nem a villa de Santarem, com outros logares, etc.»*

Este ultimo periodo supprimiu-o Pereira, porque illustrava o sentido das phrases relativas á batalha de Ourique. O que frei João Xira queria dizer era evidentemente, que Affonso I se offercera a morrer por Christo em Ourique, entendendo que fazia serviço a Deus, como depois, na tomada de Lisboa, Santarem, etc. Onde se fala

aqui no milagre? Se houvesse outras testemunhas daquella epocha (1415), que positivamente referissem a apparição, ainda se poderia, embora com violencia, suppôr nas phrases do frade uma allusão ao successo; mas faltando-nos absolutamente esses testemunhos, nada auctorisa tal supposição. Trazer esta passagem para provar, que já em 1415 existia a tradição, ao passo que, para ella poder ter a significação forçada que se lhe quer dar, é necessario suppôr a existencia da mesma tradição, o que é, senão um circulo vicioso, uma petição de principio? Não é, porém, só isso. Nestas lendas, inventadas com fins humanos por milagreiros e falsarios, quasi que não é possivel dar um passo sem encontrar falsificação. A chronica de Gomes Eannes, publicada no fervor da guerra contra os castelhanos, depois da revolução de 1640, e precedida por uma gravura representando a apparição, foi viciada nesta passagem, provavelmente para se ver nella uma allusão obscura ao milagre; como depois viu, ou fingiu ver, o padre Pereira. No codice authentic do Archivo Nacional, onde no impresso se lê «*contenda*», está escripto «*vendo*». «*Vendo*» torna o sentido da passagem claro. O rei *vendo* os feitos

reis mouros, offereceu o seu corpo a Jesus, e pôs nas suas bandeiras os cinco escudos. Substituída, porém, a palavra *vendo* por *vencendo*, a phrase obscurece-se; a causa de se pôrem os cinco escudos nas bandeiras, isto é, o serem os reis mouros cinco, desaparece; e a lenda, de que se cria tirar vantagem em 1644, ganha em frei João Xira um novo, posto que bem debil, aliado.

Mas supponhamos tudo quanto quizerem. Adoptemos como exacto o texto impresso de Azurara: vejamos ahí a apparição, embora não haja lá uma unica palavra a semelhante respeito. O testemunho singular de frei João Xira em 1476 não seria um pouco tardio para provar um successo de 1139, profundamente esquecido nos chronicons e monumentos coevos? Não o rejeitam as regras da critica sincera; regras estabelecidas accordemente por tantos e tão respeitaveis escriptores ecclesiasticos; regras, emfim, cuja solidez a experiencia demonstra de continuo aos que se votam a serios estudos historicos? Quer v. . um exemplo domestico da utilidade das doutrinas dos Mabillons, dos Melchior-Canos, dos Fleury's, desprezados só por aquelles que desprezam tudo, menos os dezeseis testões de um sermão de milagres? É exemplo que não está

no cartorio da camara de Evora, nem nos Commentarios ideaes de Affonso X, mas no Archivo Nacional, onde todos o podem vêr. Consiste n'uma especie de summario historico dos reis de Portugal, lançado no 4.º volume de Inquirições de Affonso III, no reinado de D. João I. No preambulo daquelle summario, destinado a avaliar-se, á vista dos factos historicos, a genuinidade das doações dos reis anteriores, affirma-se que para o escrever se averiguara com extrema exacção a verdade, fixando-se assim a serie chronologica dos principes portuguezes. Sabe v. . qual é a exacção desse monumento destinado a servir de padrão legal, para por elle se afferirem diplomas que importavam á fortuna particular e aos direitos da corôa? Citarei só os erros relativos a Affonso I. Segundo o summario official, elle nasceu em 1092, foi casado com a filha de D. Affonso de Molina, neta do rei de Castella, e morreu em dezembro de 1184. D'aqui verá v. . o credito que deveriam merecer-nos os testemunhos do seculo xiv ou xv, para admittirmos um milagre do seculo xii, quando esses testemunhos existissem, e não fossem um rol vergonhoso de falsificações e mentiras.

O quarto testemunho do padre Pereira é o pro-

prio instrumento da apparição, que existiu em Sancta Cruz de Coimbra, antes de se conhecer o de Alcobaça. O auctor dos Novos Testemunhos diz que não sabe se os dous foram uma e a mesma cousa, passando o celebre documento do archivo daquelle mosteiro para o d'Alcobaça. Como demonstra elle, porém, essa existencia? Pelo depoimento de um frade de Sancta Cruz, dado em 1556, e publicado por outro frade cruzio, insigne forjador de textos e diplomas, e chronista da ordem, frei Nicolau de Sancta Maria, declarado falsario pelos seus proprios confrades¹. Se acreditarmos este, os conegos de Sancta Cruz, *empenhados em fazer canonisar Affonso I*, requereram se tirasse um depoimento de testemunhas sobre os milagres do primeiro rei portuguez, do *Pharaó obdurado* dos monges de Cella-Nova. Quem primeiramente depôs foi um *dos conegos empenhados*, e foi este que disse constar o milagre de Ourique pelo juramento que existia do mesmo rei. Desse juramento original tiraram-se então em duplicado copias authenticas; uma para se guardar no mosteiro, outra para ir a Roma, o que não che-

¹ Vejam-se as provas indisputaveis d'isto em Ribeiro, *Observações de Diplomatica*, pag. 79 e seg.

gou a verificar-se. Havia, pois, em Sancta Cruz o original e uma copia em instrumento, e fôra d'alli outra copia authentica. Tudo isto se perdeu, e nada resta de um documento de tanta valia, que forçosamente se havia de guardar com recato, senão a grosseira impostura dos frades bernardos, restando tambem, nes fins do seculo passado, um traslado que se dizia transcripto de *um original*, diverso no seu theor de *outro original* de Alcobaca, e só semelhante a elle em ter sellos pendentés, cousa que não existia na epocha em que o juramento se diz exarado.

O que tudo isto vem a ser é uma serie de vergonhas e miserias repugnantes, e sobretudo de falta de juizo. Se o houvesse nos falsarios, elles nos dariam hoje mais trabalho para atinar com os seus embustes. Se frei Nicolau, ou os conegos de 1156 (porque eu não sei-se a historia do depoimento se verificou, ou se é invenção do chronista) se lembrassem do que passou antes d'elles, teriam procedido com mais cautela nas suas mentiras. Quem lê a façanhosa chronica dos conegos regrantes conclue que no tempo de frei Nicolau os pergaminhos originaes eram aos milhares em Sancta Cruz de Coimbra. Pois aqui está o que não só elle proprio, postoque fraca testemunha, mas

também escriptores mais serios, que se reportam a um documento coevo, nos referem como acontecido em 1414. No dia de Corpo de Deus deste anno, uma tempestade que estourou sobre Coimbra produziu uma chuva espantosa, que quasi destruiu o mosteiro de Sancta Cruz. «A agua (diz o auto que sobre isto se redigiu) levou, além de muitas outras cousas, quatro caixas de escripturas de memorias antigas e de doações que os reis fizerao ao dicto mosteiro, que todas foram molhadas e a mór parte dellas perdida». Sabendo elrei D. João I do successo, segundo confessa o mesmo frei Nicolau, ordenou se trasladassem em publica fórma as doações e mais escripturas que restavam dando-se a este transumpto a mesma força dos originaes, «com o que, prosegue o chronista, se restaurou parte da perda de tantas e tão antigas escripturas que hoje nos fazem grande falta». De duas uma: ou o instrumento da apparição depositado em Sancta Cruz pereceu em 1414, ou escapou. Se escapou, devia ser trasladado no chartulario em que, segundo a ordem delrei, se lançou o que restava. Esse chartulario existia ainda no tempo do chronista, e provavelmente existe ainda hoje. Para que inventaram, pois, o ridiculo pergaminho de Alco-

baça? Porque, em vez de imaginarem com mentiras para amparar a tradição, não foram a Sancta Cruz extrahir desse traslado authenticos dez ou cem traslados novos, que tambem seriam historica e até legalmente authenticos? Porque não vão lá buscá-los ainda hoje para confundirem a minha impiedade? Se, porém, o pergamino original pereceu em 1411, que são essas historias de publicas-fôrmas *do original* feitas pelos notarios Manso e Thomé da Cruz, e não sei por quem mais, senão embustes, ou copias tiradas de um documento falso. Porque eu não disputo, nem me importa, que elle fosse forjado pelos frades de Sancto Agostinho ou pelos de S. Bernardo.

Falta o segundo testemunho, que deixei para ultimo lugar, porque se prende com o que me resta a dizer a v. . . sobre a lenda da apparição. Esse testemunho é o de Vasco Fernandes de Lucena, que, indo como orador da embaixada enviada por D. João II ao papa em 1485, referiu a historia da apparição no discurso que recitou perante Innocencio VIII e perante a curia. Como prova do successo, elle tem pouco mais ou menos o valor do de Olivier de la Mârché. Se aos historiadores que escreveram depois

de 1495 se não pôde attribuir, segundo Pereira, e muito mais segundo as doutrinas dos pios e eruditos escriptores a que me referi na carta antecedente, auctoridade bastante para nos compellirem a acceitar a tradição de Ourique, tê-la-ha, porventura, o testemunho singular de um homem que o refere apenas dez annos antes, tractando-se de um milagre que se diz succedido n'uma epocha anterior de mais de tres seculos? É impossivel que v. . não sinta que semelhante auctoridade nada vale.

Eis aqui os testemunhos que Pereira colligiu. O primeiro e o segundo são dos fins do seculo xv, e ainda assim, ao que parece, reduzem-se a um só. Persuadem-no o affirmar Olivier de la Marche que sobre a quêstão das armas portuguezas ouvira pessoas *notaveis* de Portugal com quem tractara ¹ tendo-se espraído pouco antes em encarecidos elogios á sciencia e talento de Vasco de Lucena. O terceiro é uma passagem, aliàs viciada, de Gomes Eannes, a qual, quer viciada, quer correcta, não contém uma unica palavra ácerca da apparição. Finalmente, o quarto é o juramen-

¹ Et cette opinion je tiens de plusieurs notables gens portugalois qui ont esté de ma congnoissance.

to de Affonso Henriques, que *consta* existia em Sancta Cruz muito antes de Fr. Bernardo de Brito encontrar o de Alcobaça, o qual se não sabe se é o mesmo que estava em Sancta Cruz, mas que nós sabemos perfeitamente que é falso. Eis aqui os testemunhos do milagre de Ourique, « *de tanto peso e auctoridade, que não ha para que se desejem outros mais graves* ».

Ainda uma vez lembrarei a v. . . que lhe deixo a decidir se o padre Pereira escreveu isto em seu juizo, ou se estava dando largas á sua jovialidade.

Resta-me só fazer um esforço para acceder, até onde é possível, a uma pretensão de v. . . embora já ficasse provado que ella era infundada. Diz v. . . que para refutar plenamente a fabula da aparição deveria eu dizer quando, como, para que, e por quem fora inventada. É evidente que o falsario havia de precaver-se para não o descobrirem, e só elle poderia dizer positivamente qual era o seu intuito quando forjou a patranha. Sendo homem astuto, saberia não somente guardar segredo, mas tambem fazer espalhar com arte a fabula. Que calumnias não tem alevantado uns aos outros os partidos politicos nestes nossos tempos? Muitas dellas, passando primeiro de boca em boca, vindo á imprensa, combatidas pelos calu-

maneados, nem per isso hão deixado de generalisar-se, e de tomar ás vezes tal consistencia, que é possível passarem algumas, d'aqui a um seculo, por factos historicos, até que uma critica severa e desapaixonada as reduza ao seu justo valor. Sobre a origem da fabula de Ourique não se podem produzir factos decisivos, mas podem reunir-se alguns, que, assim aproximados, offercerão fundamento a suspeitas vehementes sobre a epocha do nascimento da tradição, sobre seus auctores, e sobre os fins com que foi inventada. Note v. . . que eu falo da tradição e não do juramento, que provavelmente, no estado em que hoje o temos, é mais moderno. Quanto a esse invento grosseiro, considerado em si, confesso que me fallece o animo para o analysar.

Partamos de um facto. O primeiro testemunho sobre a existencia da tradição relativa ao milagre de Ourique, preciso, incontroverso, é o de Vasco Fernandes de Lucea em 1485: tudo o mais são chronicas que se perderam, vestigios que se apagaram, obras que ninguem conhece. Isto faz lembrar o gracioso livro das *Antiquidades de Evara*, que muitos tem tomado por obra de um tolo, e que na realidade são a satyra dos falsarios e crendeiros, feita por um homem espiituoso e engra-

çado. Tudo quanto se cita anterior a 1485 são embustes e ridicularias, sem exceptuar as chronicas do tempo de Affonso Henriques attribuidas aos imaginarios chronistas João Camello e Pedro Alfarde, onde se diz que *talvez* se achasse a tradição. A invenção dos taes chronistas, frades de Sancta Cruz, tinha já sido reduzida a pó pelo cruzio D. Thomás da Incarnação, e por frei Manuel de Figueiredo, frade d'Alcobaça. A referencia a semelhantes mentiras feita por Pereira e por Tenaculo, que escreveram depois de ellas estarem refutadas, prova a *sinceridade* com que foram redigidos nesta parte os *Cuidados Litterarios*, e tambem os *Novos Testemunhos*.

Temos, pois, um homem celebre, um castelhano, erudito, valido de D. João II, que, n'um discurso recitado perante Innocencio VIII, menciona pela primeira vez a apparição. Singular origem de uma fabula, que, revelada por um estrangeiro, vem á luz em terra estrangeira, regida por um governo theocratico, que tem por fundamento primitivo do seu dominio temporal um titulo falso.

A memoria de D. João II é odiosa. Entre todos os reis legitimos portugueses, é elle o unico ao qual sem injustiça a historia póde attribuir a

qualificação de tyranno. Elle foi quem deu o golpe mortal nas velhas liberdades desta nossa terra. No seu reinado tem de ir buscar o historiador a causa fundamental da nossa decadencia, que começa com o estabelecimento do absolutismo, embora a podridão que corroe a arvore se esconda por alguns annos no cerne. É tambem singular por esta circumstancia a origem da tradição. Nasce, dilata-se, cresce, firmando as raizes no tumulto da liberdade.

Vivia em Roma nos primeiros annos do reinado do *principe perfeito* um foragido português, seu inimigo entranhavel, o cardeal D. Jorge da Costa. Depois do assassinio judicial do duque de Bragança, o cardeal aproveitou o ensejo para malquistar o rei português com Sixto IV. Em consequencia d'isso (ao menos assim se acreditava), o papa enviou em 1483 um nuncio a Portugal, a queixar-se dos abusos do poder temporal contra as pretendidas immunidades da igreja, que o filho de Affonso V respeitava tanto como os foros politicos do reino. Foi o rei emprazado para apparecer ante o papa, por si ou por procurador, para dar explicações ácerca do seu procedimento. Nomearam-se embaixadores; mas antes de partirem, Sixto IV relevou o rei da citação, diz-se

que a instancias do mesmo cardeal que excitara a tempestade, receioso de que os ministros portuguezes, chegando a Roma, lhe pagassem em igual moeda, fazendo-lhe perder parte do poder e credito de que gosava¹.

Parece, porém, que, enquanto proseguia em Portugal a lucta tenebrosa e encarnçada de uma aristocracia soberba com um rei ambicioso e inexoravel, o cardeal não dormia em Roma. Invektivava-se ahi ou fingia-se invectivar contra a frouxidão de Sixto IV, que deixava o rei português quebrar os privilegios do clero sem se lhe comminarem censuras². Deste clamor sincero, ou desta farça, resultou uma hulla concebida em durissimos termos, que se expediu nos primeiros mezes de 1484. A linguagem della era a linguagem habitual da curia, insolente e grosseira; mas havia ahi uma circumstancia digna de reparo. O papa recordava uma cousa de que os reis portuguezes se haviam esquecido; recordava a D. João II, que *tiha a dignidade real por dadiam da sé apostolica e de que era seu tributario*³,

¹ Pina, Chron. de D. João II, c. 15.

² Bulla: *Ut scilicet* 5 febr. 13.º Sixti IV.

³ *Preafatas ecclesie, a qua regie dignitatis culmen occupasti, cuius annuum censum debes: Ibid.*

Uma bulla destas faria hoje desatar a vir quaesquer ministros portuguezes, até em pleno parlamento. Naquelle tempo, porém, ainda o negocio era um pouco serio. D. João II, se riu, foi em particular.

O arcebispo D. João Galvão, um dos validos do rei e inimigo figadal da familia de Bragança¹, tinha sido transferido, ainda em tempo de Affonso V, da sé suffraganea de Coimbra para a metropolitana de Braga. O arcebispo olhava para as cousas ecclesiasticas como certos prédadores d'hoje olham para a prédica; pelo lado salido. Sem lhe importar obter o pallio, foi usando do titulo de arcebispo e tomando conta das rendas da mitra. Ligado com o rei, que lhe deixava devorar pacificamente tão bom quinhão na mesa ecclesiastica, ajudava-o do modo que podia a opprimir o clero²; mas até que ponto eram graves as culpas do arcebispo, que assim se arriescava a perder a dignidade archiepiscopal (como tem succedido a muitos outros) não sei eu dizer: falo pela boca do papa, que lhe dirigia tambem uma

¹ Bulla: *Venerabilis frater*: 6 febr. 13.º Sixti IV.

² Carta de D. Alvaro de Bragança escripta de Castella a D. João II. (Ms. da Biblioth. B.)

carta de ameaças. O que é certo é que o move-dor das fulminantes bullas de Sixto IV, o cardeal da Costa, não devia esquecer-se de carregar a mão no valido do seu adversario. Odio de padre contra padre ainda é mais profundo e tenaz do que contra qualquer secular.

As relações com Roma offerenciam, pois, um aspecto pouco agradável, quando Sixto IV veio a fallecer (agosto de 1484) na mesma conjunctura em que elrei apunhalava em Setubal o Duque de Viseu, mandava envenenar o Bispo d'Evora, assassinar D. Gotterre no fundo de um calabouço, e degolar e esquartejar em praça outros fidalgos. D. João I tomara da côrte de Inglaterra o esplendor, os habitos cavalleirosos, o amor da cultura litteraria, as virtudes domesticas, que ainda hoje distinguem as classes elevadas na Gran-Bretanha. Seu bisneto tomava da côrte de França apenas um typo, o de Luiz XI, pelo qual buscava modelar as manifestações da sua alma.

A casa de Bragança procedia de D. João I, mas de D. João I antes de rei e simples mestre da ordem d'Aviz. A cruz dessa ordem tinha-se enlaçado com as armas de Portugal, porque D. João I não se esquecera, depois de rei, de que fora o chefe dos freires portuguezes de Calatrava.

Com as mãos tinctas do sangue do duque de Viseu, D. João II arrancou a cruz do escudo de Portugal, e alterou a posição dos escudetes lateraes, collocados até ahí horisontalmente, dando assim nova fórma ás armas do reino. Dir-se-hia que até d'alli quizera affastar a memoria da linhagem dos seus principaes adversarios.

Era essa a causa da mudança? Não o sei. Ruy de Pina, um dos amoucos do principe perfeito, attribue-a a outros motivos. Podemos aceitar ou recusar o seu testemunho, assaz suspeito. O que é certo é que a alteração se fez no mesmo anno de 1484.

Hoje a heraldica e os brasões são dices com que se entretem as creança barbadas: o jogo do xadrez é cousa incomparavelmente mais grave. Nos fins do seculo xv não era, porém, assim. A attenção da Europa devia volver-se principalmente para o ensanguentado drama que se representava na cõrte de Portugal; mas a cruz de Christo expulsa das moedas, dos sellos e das bandeiras do reino, pelas mãos de um rei algoz, havia de dar occasião a mais de um commentario pouco favoravel.

Todavia, se, como resavam as lendas, os cinco escudetes representassem uma cruz, e ao mesmo

têmpo contivessem uma allusão mysteriosa á paixão de Christo; se as arruellas que os ornavam representassem os trinta dinheiros por que Judas vendeu o Senhor, que falta faria a cruz floreteada de Aviz nas armas de Portugal? Não ficava ali uma cruz mystica, um symbolo piedoso?

Fallecido o papa que recordara a D. João II qual era a origem da independencia de Portugal relativamente a Leão, e que ainda ousava lembrar-se do signal de vassallagem que outr'ora se offerecera á igreja de Roma, elle fora substituído por Innocencio VIII. Sabido o successo, elrei resolveu mandar a Roma uma embaixada, para orador da qual escolheu um homem de plena confiança, o castelhano Vasco de Lucena.

Quem sabe se elrei tinha algum titulo melhor que as bullas de Lucio II. e de Alexandre III ácerca da independencia do reino, e que talvez Affonso Henriques houvesse dado a guardar aos seus chronicistas, João Camello e Pedro Afonso? Se o tivesse, bem seria que os embaixadores advertissem dessa circumstancia o novo papa, tirando assim á curia a vontade de repetir as doutrinas carunchosas e obliteradas da bulla de Sixto III.

Porci aqui a parte mais interessante do discurso, que o orador de Portugal fez ao papa rodeo-

do dos seus cardaes, em cujo numero se conta o implacavel velho D. Jorge da Costa. O padre Pereira já traduziu uma porção desse discurso; mas era um preguiçoso aquelle bom do padre Pereira. V. . hade permittir que eu o seja menos, e dê um talho mais largo.

Depois de indicar em poucas phrases as origens de Portugal, o orador fala dos primeiros annos do governo de Affonso I e da pequenez dos seus estados; diz-nos em seguida quaes as suas empresas e conquistas: Leiria, Santarem, Lisboa tomadas, o Tejo transposto, a provincia transtagnana submettida, com Evora sua capital, Cezimbra e Palmela, fortalezas inexpugnaveis, reduzidas, sendo por elle desbaratados *milhares infinitas*¹ de mouros com poucos cavalleiros. « Outra vez (ou *notamente*) — prosegue Lucena — no campo de Ourique, naquelle sitio a que o *vulgo* chama *agora* Cabeças dos Reis, com um pequeno exercito venceu cinco poderosissimos reis mouros. Na qual batalha, para se ver quão porfiada fosse, e quão excessivo o seu valor, cinco vezes lhe quebraram as lanças dos barbaros os escudos qua

¹ Talvez seja gente de mais. Mas deixe v. . passar; porque isto era já estylo peninsular naquella epocha.

embraceava na mão esquerda. Desta singular e famosa victoria procedeu *fixar elle as insignias e armas dos reis de Portugal*, pondo nellas cinco escudos, e collocando em cada um delles cinco dinheiros, sendo sabido que até então as armas eram um escudo só, todo semeado de besantes. Estes cinco escudos *postos em fórma de cruz*, e estes besantes quinquários *tambem distribuidos em cruz*, que nos indicam senão os trinta dinheiros, preço do sangue de Christo, pelo qual este foi entregue aos judeus pelo crudelissimo Judas? Antes de dar o signal para a batalha, este rei, orando de joelhos, viu o Salvador pendente da cruz, e foi tal a confiança do regio animo, tal a fé gravada no seu coração, que, sem se aterrar com a estupenda maravilha, *se atreveu a dizer que não convinha* que Christo apparecesse a um firmissimo crente, mas que tal apparecimento era necessario aos heres, aos que se afastavam da fé christan. D'isto e d'outras cousas, que por brevidade calo, vossa sanctidade conhecerá mais claro que esta luz que nos alumia *por qual constancia d'animo, por qual ardor de virtude, por que prendas, por quaes degraus e successos subiu ao fastigio regio*; como esse varão tão religioso, forte e pio augmentou os estreitos limites do reino, e o libertou do tris-

tissimo jugo da servidão ; com que razão, por força da *clarissima vontade e da suprema direcção* (optimo auspicio) *da eterna magestade, com auxilio do povo e adjutorio* da sancta igreja romana; *tomou o regio nome com direito perfeito* (optimo jure) *e o legou aos seus successores*; mais feliz nisto que outros principes, dos quaes muitos aspiraram ao titulo real pelo favor dos povos; outros por temor dos seus satellites armados; poucos, a quem o justo Jupiter amou, pelo verdadeiro caminho da virtude. »

Aqui tem v. . o que se lê na oração de Lucena relativamente a Affonso I. Note v. . que o orador passava por um dos homens mais instruidos do seu tempo, e não podia por ignorancia fazer o que fez; isto é, inverter a ordem dos successos do reinado d'aquelle principe. Deste discurso o que se deduz é que a batalha de Ourique foi a ultima façanha notavel d'elle, posterior a tudo, inclusivamente á tomada de Evora, e quem sabe se á bulla de Alexandre III, que concedeu ao principe portuguez a qualificação de rei? O que é certo é que, se a chronologia fingida por Lucena fosse verdadeira, a batalha e o milagre de Ourique, em que elle visivelmente quer fundar a independencia de Portugal, em-

bora com o favor do povo e de Roma, tertium sidus posteriores á carta de feudo á sé apostolica e á bulla de acceitação de homenagem expedida por Lucio II. Assim, a dignidade do rei e a independencia de Affonso I assentariam n'um título, não só incomparavelmente melhor, qual era a vontade de Deus milagrosamente manifestada, mas também posterior á offerta e acceitação da homenagem feita em 1144, que por esse facto ficavam invalidadas por inotels. Presupposto isto, a impertinente recordação da curia romana, inserida na bulla «*Ut saluti*» de Sisto IV, ficava também de todo o ponto refutada.

Mas dirá v. . — o cardeal D. Jorge da Costa, presente ao acto, não podia impugnar este inaudito milagre? — Não se impugnam assim milagres. Reflucta v. . na furia dos padres actuaes contra mim, porque no seculo XIX não creio n'uma fabula provada tal até a saciedade; e imagine se um padre se atreveria a rejeitar o minimo milagre nos fins do seculo XV; e quando se atrevesse a dizer alguma cousa, seria em particular ao papa e aos cardeaes. Outra flagrante mentira dizia ahí Lucena sem temor de que D. Jorge o contradisresse: era a historia dos cinco diaheiros em cada escudete, desmentida por todas as

armas reaes gravadas nos sêllos e moedas dos nossos antigos reis da primeira dynastia, começando em Sancho I. Restam muitos desses sêllos e moedas; muitos mais deviam restar naquella epocha: o cardeal era homem instruido e pessoa notavel: havia de ter visto muitissimos; mas nem por isso Lucena titubeou, antes nesta parte o seu discurso, geralmente frio, melifluo, calculado, tem certo sabor de colerica invectiva contra os que disso duvidassem. O descaramento é, ha muitos seculos, um dos dotes do homem d'estado.

Outro facto: Vasco Fernandes tinha sido orador de Portugal no concilio de Basiléa, e na embaixada a Roma de 1450; tinha recitado as orações de abertura nas côrtes de 1478 e de 1481. Todas essas orações, que não deviam ser menos elegantes e curiosas, se perderam; apenas escapou a da embaixada de Roma de 1485, e não só escapou, mas tambem foi impressa, e não só foi impressa, mas ainda mais; fizeram-se della duas edições em caracteres gothicos e sem data, ao que parece, estampadas *fóra do reino* e com todos os signaes de *pertencerem aos primeiros tempos da arte da impressão*¹. Se de fei-

¹ Journ. de Coimbra, 1813, Abril, p. 310.

te a oração foi reproduzida pela imprensa, pouco depois de recitada, devia só do fora do reino, onde a imprensa de livros latinos e vulgares não consta que existisse ainda. Mas duas edições da mesma epocha, que pronam, senão que *alguem interessava em dar áquelle discurso a maxima publicidade?*

Recorde-se v. . . do que eu disse a proposito de Olivier de la Marche, e da influencia que é provavel Lucena tivesse na narrativa do cronista flamengo ácerca das armas de Portugal. Vê-se que em 1492, em que este escrevia, as opiniões andavam encontradas. As armas que ahí mais se deviam conhecer eram as antigas com a cruz d'Aviz, porque a reforma de D. João II tinha apenas oito annos. Entretanto a noticia do milagre de Ourique, posto que alterada, corria já alli, e a alteração provinha de quererem *alguem* acomodar a fabula ás armas antigas. Consequentemente, outros não queriam: logo disputava-se ácerca disso: logo a historia da apparição era uma cousa nova e incerta. Se ella fosse a explicação sabida e ordinaria, como Lucena dissera em Roma, teria De la Marche, accumulado a serie de despropositos que anteriormente transcrevi? Elle falara ácerca d'isto com muitos portuguezes,

e escrevia á vista das suas informações. O que indica essa completa confusão d'ideás do chronista? Que o milagre de Ourique, caindo inesperadamente no meio das lendas que se ligavam ao braço dos reis de Portugal, as tinha inteiramente baralhado.

Agora note v. . que por estes mesmos annos de 1491 e 92 Lucena devia estar em Flandres, porque é neste tempo que elle começa a intitular-se conde palatino (título que parece provir-lhe do cargo d'escanção da viuva de Carlos o Temerario), ao passo que nessa conjuntura o achamos ausente de Portugal¹. V. . ajuizará das illações que destes factos se podem tirar.

Mais ou menos inexactas que sejam as noticias que nos restam acerca da existencia em Sancta Euz de Coimbra de um monumento relativo á apparição, parece todavia que alguma coisa ali houve, e o transumpto do juramento de Affonso I, feito pelo notario Manso *em tempo d'elrei D. João II*, não é de desprezar, logo que um homem como frei Francisco Brandão affirma tê-lo visto. Tal transumpto, se não prova a existencia de um documento verdadeiro, faz orer que *alguma cou-*

¹ Memor. do R. Archivo, pag. 59.

sa sobre a aparição tinha apparecido em Sancta Cruz no tempo daquelle rei.

Advirta, porém, v. . que D. João Galvão, o arcebispo de Braga, válido de João II, tinha sido prior mór de Sancta Cruz, devendo por isso conservar estreitas relações com os frades, e que a familia Galvão parece ter tido particular tendencia para aquelle mosteiro; um outro D. João Galvão era seu prior crasteiro no principio do seculo xvi, e, como vimos, diz-se que em 1556 um frade cruzio, velho de oitenta annos, o *cartorario* D. Manuel Galvão, depôs que existia o auto do juramento de Affonso I, *em que os prelados e os grandes da corte estavam assignados*, grossa mentira, seja de passagem dicto, porque o estylo constante, sem excepção no seculo xii e ainda no xiii, era escrever nos diplomas regios o mesmo notario que os exarava os nomes dos prelados e ricos-homens confirmantes. Mas os Galvões não acabam aqui. Duarte Galvão, *irmão do arcebispo válido*, escrevendo depois de 1500 a chronica de Affonso Henriques (no fim da qual adverte *innocentemente* que seu irmão o arcebispo lhe dissera que tinha motivos para crer *que Affonso Henriques fora sancto*,) introduz na narrativa da batalha de Ourique a historia da aparição,

aperfeiçoada com a scena do ermitão que esquecera a Lucena. Galvão refere-se nesta parte ao que *elle mesmo* (Affonso I) *disse, e dentro da sua historia se contém*, o que parece alludir a uma especie de memoria ou diploma em que figura o filho de D. Theresa, o *Pharaó obdurado*. Tudo o mais, pelo que se colhe da narrativa, andava em fama; isto é, a reprehensão dada pelo rei a Christo por lhe apparecer a elle; as promessas da protecção perpetua do reino feitas por Deus; emfim tudo aquillo que os frades de Alcobaça metteram para dentro do *seu original* do juramento, porque em verdade era pena que andasse tanta cousa boa só em *confirmada fama*, como diz Duarte Galvão. Mas se os frades bernardos souberam aproveitar esses fragmentos soltos para delles fazerem um juramento vistoso, e de uma apparição rachitica uma apparição ancha e acabada, o chronista não tinha mostrado menos juizo em lhe dar uma applicação util. Para D. João II, morto e sepultado, não servia ella já de nada. A bulla *Ut Saluti*, e Sixto IV, e o seu successor Innocencio VIII tinham desaparecido da scena politica. Na cadeira de S. Pedro estava assentado o sancto padre Alexandre Borgia, que tinha assaz que fazer em administrar piamente a igreja de Deus, para

não cogitar na sujeição politica de Portugal á sancta sé. O milagre de Ourique andava de todo desaproveitado. Era uma lastima. O chronista olhou para o mosteiro de Sancta Cruz, especie de viveiro dos Galvões, e entendeu que a apparição lhe podia ser util. Descobriu, portanto, a causa efficiente da apparição, no que ninguem até ahí sonhara. Fora a causa de tamanha mercê do céu o ter Affonso I fundado e enriquecido Sancta Cruz *com grande devoção*. Na verdade isto era em parte mentira; porque as grandes doações de terras, castellos e padroados, feitas por Affonso Henriques áquelles frades, são todas posteriores a 1139 e anterior á batalha de Ourique apenas a de uma horta em Coimbra¹. Antes, porém, da pontilhada dialectica dos diplomaticos não se olhava de tão perto para as cousas. A mentira util tornava-se em verdade pelo consenso dos sabios, e sabios eram os inventores de pias fraudes. Ora a utilidade de explorar a tradição em beneficio dos conegos cruzados era indisputavel. Os caseiros e emphyteutas do mosteiro, raça dura e rebelde em pagar suas rendas e foros, não pagava, e ria-se das encommunhões; os officiaes da corte quebra-

¹ Chancell. d'Aff. II. (M. 42 de For. Ant. N.º 3)

vam implamente os privilegios da ordem, e até, anteriormente, os villões de Montemor tinham cusado accusá-la de haver obtido com dolo e mentira parte das suas rendas e direitos senhoriaes¹. Depois, naquella conjunctura, o mosteiro estava gasto e desbaratado das guerras que pouco antes o prior D. João de Noronha tivera com o bispo de Coimbra, em razão de uma pouca de carne furtada da cozinha do bispo pelos criados do prior; guerras em que se deram cruas batalhas nas praças de Coimbra, sendo necessario que o poder publico mandasse marchar tropas para pacificar á força os dois reverendos campeões². Postos e dominio directo, os direitos senhoriaes, os bens e rendas de Sancta Cruz sob a protecção de um bom milagre, naquella occasião desoccurpado, d'ahi só podia provir utilidade aos cruzios sem danno de terceiro. Valia a pena, por isso, de achar a causa verdadeira do milagre de Ourique, com que ninguem ainda tinha atinado.

Puro aqui; e peço desculpa a v. . . da minha

¹ Veja-se o alvará de D. Manuel, de 1502, no Liv. dos Privileg. de Sancta Cruz fl. 2, o doc. de 1458 a fl. 157 do mesmo Liv., o do L. 5 da Estremadura fl. 116 v. no Arch. Nac., etc.

² Chron. dos Coneg. Regr., L. 9, c. 29.

linguagem. Ha cousas que nenhuma equanimidade basta para dellas se falar sem indignação, ou sem riso. É necessario escolher, e eu prefiro o ultimo quando se tracta de embustes e miserias que já não fazem mal. V. . tomará na conta que merecem os factos e as reflexões que no decurso desta carta lhe submetto, e de que no seu foro intimo tirará as conclusões que julgar razoaveis. Terminarei por dizer que sinto haver v. . declarado pela imprensa que se retirava da arena da discussão. Por mais oppostas que sejam em tantas cousas as nossas doutrinas, a contenda pacifica com um homem honesto, cortez e instruido, era-me summamente agradavel. Mas d'hoje avante, dirigindo-me a v. . diz-me a consciencia que não faria uma acção boa. Até certo ponto seria ferir pelas costas um adversario leal. Cessou por isso a nossa correspondencia. Restam mil outros meios de falar com o geral dos homens de bem e sinceros, e de dizer ao meu paiz as verdades em que a guerra da maioria do clero me obriga, por propria defesa, a fazê-lo pensar.

V

A SCIENCIA ARABICO-ACADEMICA

AO SR. A. J. DA SILVA TULLIO

(Março, 1851)

Meu amigo.— Remette-me v. . o folheto de A. C. P. (que me diz ser um « academico » o sr. Antonio Caetano Pereira) destinado a mostrar os crimes, as fabulas, as contradicções, as ignorancias e não sei quantas cousas mais, em que o peccador de mim caiu na narrativa da batalha de Ourique. Pede-me v. . que diga eu alguma coisa no seu jornal acerca desta publicação, a qual fez, segundo v. . afirma, certo effeito, por causa das garbulhas ou gregotins mouriscos, appensos por lithographia ao folheto, como prova dos progressos da arte typographica entre nós, que é o mais que podem provar aquellas esgaratujadas rabis-cas. Sabe o bom redactor da *Semana* a primeira impressão que o folheto me causou? A que em

mim produzem muitas cousas que se publicam nesta nossa terra. Lembrei-me da Divina Providencia, para lhe agradecer que o estudo da nossa lingua esteja tão pouco generalizado na Europa. A reputação litteraria do paiz ganha immensamente com isso. Dizem que não se deve nunca desesperar da patria; mas eu confesso-lhe que litterariamente desesperava della, se não fosse a mocidade, á qual Deus queira dar bastante amor do estudo, e alumiã-la com um sancto horror a cruzar os umbraes da Academia. A dizer a verdade, meu amigo, começa a fallecer-me a paciencia e a vontade para discutir cousas que nos escorregam para o chão quando tentamos submettê-las á analyse. Demais, do que eu tracto agora é de pôr quanto antes na imprensa o quarto volume da *História de Portugal*, que, em consciencia, me tens dado mais que pensar do que todas as criticas academicas, prescrites e factas. Com a mão no coração, digo-lhe que, *exceptis exceptis die*, o arceopago censorio mais inoffensivo, mais divertido até, que ha em todo o mundo é a Academia de Lisboa. Collectivas ou individuais, as censuras que partem d'alli nem sequer arrastam a supposta victima. Se não estorbastes em, por via da regra, a grammatica e o senso commum, não

só seriam suaves e morbidas; seriam até, permitta-me dizê-lo, voluptuosas. Traduzidas em chin, tomavam-nas por obra de algum collegio de mandarins letrados do celeste imperio. O opusculo que o meu amigo me remette é passmoso no genero: é uma botaréu da maravilhosa fabrica das memorias e actas academicas tirado do seu logar, e a que fizeram perder aquella parte de formosura que lhe houvera resultado da harmonia do todo. Sinceramente, é uma cousa que lastimo.

Agora o que, tambem sinceramente, eu não esperava era achar no opusculo certa cortezia nas fórmãs que o auctor empregou. Sabia que se estava imprimindo contra mim um cartapacio mourisco. Pensei que fosse obra dos reverendos, que, tão pobres de saber e de intelligencia como ricos de odio, resfolgam pelo respiradouro da injuria a cólera que os abafa. E ainda bem! Apesar do nojo que tenho desses pobres-diabos, não quero que elles estourem, porque são meus irmãos, como em gíria jequitica se costuma dizer a cada puchalada que se dá no proximo. Estou já tão affeito aos improperios de imprensa devota, á caridade dos nossos khatibs e ol-mális, que não esperava no imminente opusculo serão mais uma

prova a favor da minha crença na atrophia moral e intellectual da maioria do nosso clero, crença que elle se encarregou de demonstrar até a saciedade. Enganei-me: era obra secular; academica, porém cortez; cortez (entendamo-nos) até o ponto de não usar o auctor das phrases dos prostibulos e das tabernas, mas não até o ponto de respeitar o meu character moral, porque ahi sou accusado de *falto de sinceridade* (pag. 10), de *critico cheio de fel*, de *criminoso* (pag. 15), de *aviltador do valor portuguez* (pag. 18). Isto, porém, pode ser violento, mas não é immundo. Os mentecaptos indecentes são os que a minha dignidade de escriptor e de homem me não consente refutar. Assim, ser-me-ha licito satisfazer aos desejos do bom redactor da *Semana* e remetter-lhe algumas notas ácerca deste curioso papel.

Uma explicação. Quando digo que não posso refutar mentecaptos indecentes, não quero significar que essa guerra que se me faz, atroz na intenção, ridicula nos effeitos, ha de ficar sem punição. Não sou homem disso; mas tambem não sou homem que gaste polvora com guerrilhas. Hei de ir buscar a seu tempo as columnas de infantaria e os macissos de cavallaria

que estão atraz dellas. As miserias que ahí vão pela imprensa contra mim são um veu que encobre, ou antes descobre por demasiado raro, negocio mais grave. Tracta-se hoje de saber se a Europa catholica se hade infeudar de novo ás corrupções da curia romana, com o seu cortejo de jesuitas de todos os formatos, de todas as idades e de todas as mascaras; com os seus titeres inquisitoriaes, com os seus Torquemadas em miniatura. Tentêa-se este solo de Portugal: manda-se hostilisar em mim o progresso das novas idéas, a independencia das opiniões, não porque eu seja o mais forte, mas porque circumstancias, que não preparei nem provoqueei, me collocaram na primeira linha do combate. O que é certo é que alguém se ha de enganar ácerca do desfecho da lucta, ou nós, ou esse grupo, essa cousa, que por ahí anda a ajunctar quanto pó e podridão ha no cemiterio dos seculos e a tentar insufflar-lhe vida; essa cousa hedionda, que, incapaz das ambições grandiosas, do despotismo esplendido da Roma de Gregorio VII; repellida pelo evangelho que ella desmente, fulminada pela philosophia que ella detesta, depois de apurar as suas doutrinas espirituaes nas fontes catholicas

das margens do Neva, vem refocilar-se para a peleja, e desafiar a justiça de Deus e dos homens atraz dos olhos buliçosos da madona de Eresinone. Aqui, no ultimo occidente, o recontra final ha de ser mais tarde. Que a mocidade não durma, porém! Prepare-se para os dias de prova, e talvez de tribulação, com a severidade dos costumes, que dá a energia moral, e com a severidade do estudo, que subministra as armas para a victoria. Por ora, pedam-nos só jesuitas; o perigo da petição não é grande. A igreja da *Memoria*, cujas grimpas vejo d'aqui, collocada lá a meia encosta, vigia a foz do Tejo. Os filhos de Loyola não passariam áquem da barra sem que o sangue de D. José I gemesse nos fundamentos do templo, e este gemido retambaria pelo reino de Portugal, porque a imprensa tem echos.

Entretanto, meu amigo, forcejemos todos por não deshonrar esta terra: empreguemos unidos os nossos esforços para augmentar os thesouros da civilisação no paiz; associemo-nos lealmente a quantas idéas generosas e puras de progresso material e intellectual surgirem no meio de nós. Filhos da imprensa, os nossos deveres são arduos; mas é necessario cumpri-los. Porque es-

tuou em tranquillo no meio da tormenta que rugge? Porque tenho a consciencia de os haver desempenhado escrevendo a historia. Se transigisse com vaidades e mentiras; se vendesse a minha pena a paixões pequenas e más: se requeiasse diante de considerações miseraveis, as horas da solidão e do silencio, que são as mais da minha vida, não seriam tão repousadas para mim. Alumiado por essa luz moral, que nunca devemos perder de vista, espeno levar ao cabo o empenho que tomei, até porque a historia de Portugal é uma das mais ricas em lições para nos prevenirmos contra as astucias de hypocritas, e essas lições são hoje altamente proficuas. Não ha nella, sob tal aspecto, uma só epocha infertil, desde os tempos barbaros em que o arcebispo João Peculiar, furioso contra o seu suffraganeo de Coimbra, se apoderava dos paços episcopaes deste, convertia a cathedral em estabulo dos seus cavallos, e espalhava por terra as sacras fórmulas, n'um impeto de bruta colera, até aquelles, não barbaros mas corruptos, em que os devotos e pios inquisidores, depois de mandarem desconjunctar nos tractos do petro os membros delicados das virgens hebreas, ou das tidas por taes, iam, curvados

sobre o leito da dôr, pousar mollemente os olhos lubricos nos debeis corpos das martyres, e fartar a sua luxuria de tigres palpando aquellas carnes pisadas e sangrentas. Quando a justiça de Deus põe a penna na dextra do historiador, ao passo que lhe põe na esquerda os documentos indubitaveis de crimes que pareciam escondidos para sempre debaixo das lousas, elle deve seguir ávante sem hesitar, embora a hypocrisia ruja em redor, porque a missão do historiador tem nesse caso o que quer que seja de divina.

E o opusculo sarraceno? Perdoe, meu amigo! O opusculo tinha-me profundamente esquecido.

O eruditissimo academico meu adversario declara-me inhabilitado para escrever a historia do dominio mussulmano na Hespanha, porque não sei arabe.

Pois então dou-a por não escripta. Largo o titulo de historiador; mas consolo-me com a boa companhia. Masdeu, Noguera, Ferreras não sabiam arabe; Barros não sabia o sanskritto; Raynal não sabia as linguas bunda, tupinamba e iroquesa; Bossuet não sabia as setenta e duas linguas da torre de Babel.

O auctor do opusculo passa a demonstrar como

eu não sei arabe. Não era preciso: nas notas do meu livro estou mais que confesso. Nunca citei um texto escripto nessa lingua, que não dissesse de que traducção me tinha valido.

Eis, todavia, as provas *da minha* insciencia:

Primeira: Attribuo ao nome do Guadiana origem phenicia.

E continuo a attribuir-lh'a. O nome radical do rio é *Ana*: e os eruditos concordam geralmente em que a palavra é phenicia. *Guadi, wadi*, ou como em mouro direito for, é arabe, e significa rio. Até ahí chega o meu arabismo. Mas não são essas syllabas que o distinguem, porque os sarracenos as ajunctavam a muitos *nomes proprios* de rios. *Guadiana* nada mais é que o rio *Ana*.

Segunda: Digo que *Alcacer* significa *paços reaes*.

E porque não o havia de dizer? Os *Vestigios arabicos* de Moura dão-lhe a significação de *palacio acastellado*; e eu, que não sei arabe, mas que sei outras cousas que o auctor do opusculo ignora, affirmo-lhe que naquella epocha o *Al-kassr* ou *Al-kassba* (aqui me colhe n'alguma tropelia arabica) era isso, ou mais exactamente, um *castello apalaçado*. Quanto ao adjectivo *reaes*, asseguro-lhe á fé de christão (e tanto da gemma, que

não entende o alcorão) que em virtude das instituições políticas d'aquelles tempos, e assim entre sarracenos como entre nazarenos, o *alcoran* era necessariamente *real*, isto é, dependente do poder publico.

Tercera: Chamo a *Ourique* nome proprio de logar.

Sobre isso falaremos d'espago.

Quarta: Interpreto *Iman* dignidade religiosa.

Esta accusação deixou-me quasi academico. Para um arabista parece-me gracejo forte de mais. Pois *Iman* não significa dignidade religiosa? O auctor do opusculo devia então dizer-nos se o *iman* era algum capitão de mar e guerra, mercador de retalho, dentista, ou que demonio era o *iman*. Quem a mim me metteu nestes trabalhos sei eu. Foi o celebre traductor e refutador do alcorão, Marraccio, que teve a insolencia de dar sempre á palavra *iman* a significação de *chefe do culto, de principal sacerdote (sacrorum antistes)*¹: foi o orientalista Von-Hammer², que sabe mais das cousas mussulmanas, que toda a eschola arábica de Lisboa desde a sua fundação até hoje: fo-

¹ Prodróm. ad refutat. Alcorani *passim*.

² Über die Länderverwaltung unter dem Khalifate (Berlim 1835) Schaefer, Geogr. Span. 3 Th. S. 145.

ram todas as exposições da organização religiosa entre os mussulmanos, não só da Peninsula, mas de todo o mundo.

Quinta: Digo ser *Ismar* corrupção de *Omar* ou de *Ismael*.

É possível que eu me enganasse: todavia, porque não me fez o auctor do opusculo um favor especial; porque não me citou na historia de Abdel-Melim, na de Coude, na de Al-Makkari, ou na de Al-Keirvani, onde se mencionam milhares de individuos mussulmanos, um só que se chamasse *Ismar*? Assim fico em duvida, e desconfiado de que tenhamos outra anecdota como a d' *Iman*.

Felizmente as provas não continuam. Se o auctor proseguisse, temo que demonstrasse contra mim que eu sabia arabe. Era um aperto em que me punha; porque na realidade eu não sei decifrar um unico daquelles engaços de passas, que elle lithographou ao cabo do seu opusculo.

Passado o preambulo, o auctor annuncia que vai provar-me pelos historiadores arabes que a batalha d'Ourique foi uma grande batalha e o golpe fatal dado no dominio mussulmano. Sancto breve da marca! Sempre são mouros! Se tal affirmam, digo ao illustre arabista que não os

acredite. Os monumentos christãos, ainda os mais exaggerados, não contam tanto. O dominio musulmano ficou como estava depois da jornada d'Ourique. Affonso I voltou muito depressa para os seus estados, ao norte do Mondego, porque sabia do officio de soldado. Sessenta annos de lucta depois da bulha d'Ourique não bastaram para expulsar de todo do actual territorio portuguez os mussulmanos. Apesar da celebre jornada de 1139, Affonso Henriques teve de ir conquistando palmo a palmo a Estremadura e o Alemtejo. Que *golpe fatal* foi, portanto, esse de Ourique? Ah mouros, mouros! Isso é debicar com o proximo.

Depois de citar o que eu refiro como introdução á narrativa da batalha, o opusculo vem deitar-me tudo por terra com um sopro. Errei a chronologia, os nomes dos imperadores almorauides, tudo. Oh peccador de mim!

Lá vai o texto do nosso academico arabico:

•Nada tem o facto de Ourique, succedido no reinado de Ali-Ben-Taxefin, com Aly-Ibn-Iussuf; porque este Aly-Ibn-Iussuf foi o primeiro imperador da dynastia dos morabethins e falleceu no anno 496 da Hegira, 1103 da era Christã. . . .

•Não foi, *portanto*, no reinado de Aly-Ibn-Iussuf, nem durante o de Aly-Ben-Taxefin, que começou a pretensão

do celebre El-Mohdy, mas sim no reinado de Taxefin-Ben-Aly, que succedeu a Aly-Ben-Taxefin, isto é, principiou no reinado do iii imperador e só tomou seu maior incremento no meio do reinado do iv imperador da dynastia dos morabethins, que foi Ibrahim-Ben-Taxefin: logo no reinado de Aly-Ben-Taxefin, em cujo tempo foi a batalha de Ourique, não houve revolução, nem politica, nem religiosa, que distrahisse as tropas; o que tudo confirmamos, convidando nossos leitores a que leiam os capitulos desde 32 até 36 inclusivamente da Historia Genealogica dos imperadores mussulmanos, escripta por Abu-Mohammed-Salih-Abd-Alihim.»

Transcrevi todas estas blasphemias historicas, para que se veja com quanta razão dou graças a Deus de que a nossa lingua seja pouco conhecida, e o que se deve esperar de uma academia onde ha destes eruditos. Pús á vista de todos o corpo de delicto. Vamos ao auto.

A serie dos imperadores almoravides que resulta das precedentes passagens é a seguinte.

- 1.º Aly-Ibn-Iussuf 1103 (morto)
- 2.º Aly-Ben-Taxefin . . . 1139 (batalha d'Ourique)
- 3.º Taxefin-Ben-Aly (apparecimento do Mahadi)
- 4.º Ibrahim-Ben-Taxefin.

Em que se funda o auctor? Que é o que cita em seu abono?

Unicamente os capitulos 32 a 36 da Historia de Assaleh-Ben-Abdel-Halim, ou Salihn Abd-Allah, conforme for em mouro a graça de sua mereça, porque não ha dous arabistas que escrevam um nome de gente do mesmo feitio.

Ora os capitulos citados¹ têm apenas o pequeno inconveniente de se referirem ás primeiras conquistas dos lamtunenses, e ao estabelecimento do seu dominio na Africa *na segunda metade do seculo xi*. É no capitulo 37 que se narra a primeira passagem á Hespanha de Iussuf-Ibn-Tachfin e a victoria de Zalaka em 1080; no 38 a segunda passagem; no 39 a terceira em que Iussuf incorporou nos seus dominios os estados musulmanes da Península, que tinham invocado o seu auxilio. Iussuf foi o primeiro imperador almoravide d'Africa e de Hespanha.

A serie dos imperadores, que resulta dos ca-

¹ O digno academico refere-se evidentemente á traducção de Moura; porque nem o commum dos leitores, que elle convida para lerem esses capitulos, entendem o arabe, nem o original tem capitulos, como se depreheende do prologo de Moura, e se vé das citações do texto arabe feitas pelo sr. Gayangos nas suas notas á versão inglesa de Al-Makkari.

páculos 39 e seguintes da *Historia de Assaleh-Abdel-halim* é:

- 1.º Insnuf-Ibn-Tachfin (fallecido) em..... 1406
- 2.º Aly-Ibn-Iussuf, (appel. Abu-Hassan) (fallecido) em 1442
- 3.º Tachfin-Ibn-Aly (morto em)..... 1445

Se o meu amigo comparar isto com o que se diz no opusculo, não me ha-de acreditar. Tem razão. É monstruoso, é incrível, é absurdo; mas está lá. Se quizer desenganar-se, procure a versão de Assaleh pelo padre Moura esplendidamente impressa pela Academia em papel pardo e letra safada. Veja o que diz o historiador arabe, o que eu digo, e o que diz o opusculo. Depois julgue-nos; e, ainda depois, faça idea do que irá pela *Classe de Sciencias Moraes e Bellas-lettras* (ou, como quem o dissesse em português, e *Boas-lettras*) da Academia¹.

É assim que esta gente salva a gloria nacional e vindica a bulha d'Ourique contra a minha má fé, contra o fel da minha critica.

A má fé é minha. Repare bem nisso.

Mas haverá outros textos de Abdel-halim, que

¹ Nesta classe, como em todas, ha excepções respeitaveis: falo em geral!

tenham alguns capitulos 32 a 36, que nos contem essas historias do opusculo?

Na parte da *Historia do Dominio dos Arabes* por D. J. Conde, relativa á dynastia almoravide, o erudito hespanhol seguiu Assaleh. Esta parte do seu trabalho ficou imperfeita e por isso deve aproveitar-se com cautela. Todavia Conde era incapaz de commetter um erro tão grosseiro como transtornar completamente a chronologia daquella epocha. Isto estava reservado para um membro da nossa academia.

Eis o resumo da chronologia de Conde quanto á dynastia almoravide¹:

- 1.º Abu-Bekr-Ibn-Omar (unicamente na Africa)
- 2.º Iussuf-Ibn-Tachfin, fallecido na egira..... 500
(1106—1107)
- 3.º Aly-Ibn-Iussuf, fallecido na egira..... 534
(1139—1140)
- 4.º Tachfin-Ibn-Aly fallecido na egira..... 541
(1146—1147)

A ordem dos imperadores é a mesma. Conde atraza dous annos a morte de Aly-Ibn-Iussuf e adianta um a de seu filho. Ainda admittida a chro-

¹ Dominac. de los Arab., P. 3 in fine.

nologia de Conde, a jornada de Ourique cai dentro do reinado de Aly-Ibn-Iussuf; porque a Egira 534 correu de agosto de 1139 a agosto de 1140.

Os historiadores sarracenos Ibn-Khallekan e Ibn-Al-Khatib consideram Iussuf-Ibn-Tachfin como o fundador da dynastia almoravide. Eis a chronologia seguida por elles:

- 1.º Iussuf, fallecido na egira 500 (1106—7)
- 2.º Aly, fallecido na egira. 537 (1142—3)
- 3.º Tachfin, fallecido na egira 539 (1144—5) ¹

Já se vê que, segundo a chronologia de Ibn-Khallekan e de Ibn-Al-Khatib, a ordem da dynastia é a mesma, e que o successo d'Ourique tambem cai no reinado de Aly-Ibn-Iussuf. O celebre Abu-l-Feda concorda com elles. «Na Egira de 500— diz Abu-l-Feda— morreu Iussuf-Ibn-Tachfin, *amir al-moslemin*. Succedeu-lhe Aly seu filho (Aly-Ibn-Iussuf) que tomou o titulo de *amir al-moslemin*, como seu pae².»

Resta apontar o que resulta da narrativa do principal historiador arabe do dominio mussul-

¹ Al-Khatib, Bibl. apud Casiri Bibl. Arab., T. 2, p. 216 e segg.

² Abu-l-Feda, Annales Moslemici, T. 3, p. 359.

mano, na Península, Al-Makkari, acerca da dynastia almoravide:

- 1.º Inssuf-Ibn-Tachfin..... 1052 a 1106
- 2.º Aly-Ibn-Iussuf..... 1106 a 1143
- 3.º Tachfin-Ibn-Aly..... 1143 a 1145
- 4.º Abu-Ishak-Ibrahim-Ibn-Tachfin..... 1145 a 1147.¹

Que tal parece ao meu amigo a erudição arábica da parte sarracena da nossa Academia?

Nos arabes vê-se que se encontra exactamente o contrario do que se lê no opusculo. Certamente, o auctor descubriu essa deliciosa historia dos almoravides, que nos conta, nos escriptores christãos coevos ou quasi coevos. Sempre era gente que se confessava, Mouro e judeu mentem por officio. Vejamos:

A chronica dos godos, nas suas referencias aos imperadores almoravides:

- 1.º Iussuf..... (batalha de Zalaka) 1086 até 1088
- 2.º Aly-Ibn-Iussuf. (cerco de Coimbra) 1147.²

¹ Al-Makkari (versão de Gayangos), Liv. 7.º c. 5.ª sega. L. 8 c. 1 e 2. Veja-se também a taboa chronologica a p. 89 dos Append. do 2 vol., e os extractos no livro *Kita-bu-l-Majidi* (Append C: ad fin.). O reinado de Abu-Ishak, sitiado em Marrocos pelos almohades, foi apenas nominal.

Chron. Gothor. ad ann. 1125—1135.

A coimbricense:

2.º Aly..... (cerco de Coimbra) 1117¹

Rodrigo de Toledo, o escriptor do seculo **xiii** mais instruido na litteratura arabe e christã da Peninsula, estabelece para a dynastia almoravide d'Africa e de Hespanha, que diz ter durado 55 annos desde a Egira 484 até a Egira 539, a seguinte chronologia:

1.º Iussuf-Ibn-Tachfin (principio da dynastia) 1091 — 2

2.º Aly-Ibn-Iussuf.

3.º Tachfin-Ibn-Aly... (fim da dynastia)... 1144 — 5²

As *digno* academicos restam talvez para estribar as suas famosas historias *almoraviditicas* (na falta de arabes e christãos) alguns historiadores tartaros, mongoles, ou chinas.

É provavel que seja assim.

Parão, meu amigo, estas extensas citações. Era necessario dar uma prova, que não admittisse subterfugios, dos deplavrais, por não dizer vergonhosos, extremos a que o desejo de me combater tem levado certas pessoas.

¹ Chron. Genisbria, ad. ann. 1117.

² Roder. Tolet. Histor. Arabum, cap. 49.

O auctor do opusculo negou, com a mesma sem cerimonia com que transtornou a serie dos imperadores, que o Mahadi ou Al-mohdi (Mohammed-Ibn-Tiumarta) começasse a revolução almohade no reinado de Aly, e que nos ultimos annos deste reinado, isto é, na epocha da batalha ou recontro de Ourique, essa revolução houvesse tomado um incremento irresistivel. Todavia são os mesmos escriptores arabes que contam o successo como eu o narrei: conta-o o proprio Abdel-halim, em que elle finge estribar-se com uma citação *falsa*; *falsa*, digo, porque tanta confusão involuntaria é moralmente impossivel. A narrativa de Abdel-halim é, que em 1120 appareceu o Mahadi; que de 1122 a 1125 já se achava com forças para vir assentar campo perto de Marrocos; que, tendo fallecido em 1130, tomou o commando dos almohades Abdel-mumen, o qual foi acclamado imperador em 1133, continuando guerra incessante contra os almoravides até os destruir¹. É elle que, depois de narrar as victorias de Tachfin-Ibn-Aly² contra os christãos desde 1126 até 1137, refere que logo passara á Africa³.

¹ Assaleh, versão de Moura, c. 43, 44, 45.

² Ibid. c. 40.

Conde diz-nos que fora chamado por seu pae ameaçado da ultima ruina¹. Habil e feliz general contra os christãos, esta causa da sua partida parece confirmada, não só pela razão, mas tambem pelo texto de Al-Khatib². Um monumento christão, escripto por individuo do mesmo seculo, a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, confirma e particularisa o facto. Narrando os successos de 1138, diz que Tachfin levava comsigo, retirando-se para a Africa, até os mosarabes e os prisioneiros christãos para os oppôr aos almohades³. Deixaria acaso em Hespanha a flor das tropas almoravides, quando a defesa de Marrocos o obrigava a converter em soldados os proprios nazarenos captivos? Destroem-se estes factos com citações falsas? Como se explica o abandono d'Aurelia, suppondo a existencia de uma grande batalha dada (exactamente na conjunctura do cerco) no occidente da Peninsula entre almoravides e portugueses, quando de Africa se não dispensava um soldado para a salvação d'aquella chave da fronteira musulmana? Que se póde dizer que

¹ Conde, P. 3, c. 33.

² Casiri, T. 2, p. 218, col. 2.

³ España Sagr., 21, 373.

tenha um vislumbre de senso commum contra-o que a este proposito reflecti?

Quem dá documentos de má fé? Sou eu ou os meus adversarios?

Ja-me irritando! Uma boa paz, o nosso academico arabe não vale a pena disso.

Depois d'estas façanhas, o auctor do opusculo prosegue com acosações curiosissimas. Fora extenso de mais citá-las todas. Uma d'ellas é que chamo á serie dos imperatores almoravides *dynastia lamtunense* para explicar o apparecimento das mulheres no recontro de Orique, e para taxar de covardes os mesmos almoravides. O auctor faz a mercê de dizer-me que o vocabulo *lamtunense*, ou antes *almolataménense*, não serve para indicar covardia. Devéras? E eu que não caia em nada! Isto é incrível, amigo redactor da *Semana*. Digo mais: era impossivel haver quem fizesse d'estas, se não houvesse academias. Chamai aos principes almoravides *dynastia lamtunense*, ou *lamtumita*, porque todos os historiadores arabes, Ibn-Khaldun, Abdel-halim, Al-Mak-kari, Al-Khatib, Al-Keiruani, lh'o chamam, e chamam-lh'o para indicar valentia ou covardia tanto como eu. Chamam-lh'o porque, entre as raças bereberes que serviram de nucleo ao imperio al-

meravide, a de Lamtuna ou Lamta¹ era a principal, e porque Iussuf, o primeiro imperador almoravide, era da tribo de Mascufah pertencente a essa raça. Aquella phrase do opusculo «*almolatanenense*», é deliciosa. Como o nosso arabista precisava de mostrar a sua pobre erudição, fez pouco mais ou menos este raciocínio: «o auctor da Historia de Portugal denomina os principes almoravides *lantanenses*; eu digo-lhe, *ex auctoritate qua fungor* que era melhor chamar-lhes *almolatanenenses*»: ora como esta denominação provinha de terem os almoravides coberto o rosto com veus de mulheres n'uma batalha, e possa crer-se um epigramma contra o seu esforço, embora elle não usasse de tal vocabulo, devia usar, para eu poder reprehendê-lo por isso; porque é uma violencia negar a um pobre escholar arabico a occasião de mostrar erudições *reconditas*. Sabe o meu amigo o que isto faz lembrar? Faz lembrar o prégador que punha o barrete na borda do pulpito, encarregava-o do papel do diabo, e depois convencia-o á sua vontade. Va-

¹ O nome mais geral nos auctores arabes é *Lamtuna*; mas Ibn-Khaldun (Gayangos, vol. 1, p. 406 nota a) chama-lhe *Lamtah* e Leão Africano (Casiri, vol. 2, p. 219) *Lemta*.

mos a outro exemplo. No opusculo mourisco affirma-se contra mim :

Que os principes almoravides usaram do titulo de *amir-el-muminin*¹.

A prova disto é curiosa, como tudo o mais. Os almoravides usaram-no, segundo o opusculo saraceno, porque Abdel-halim diz que foi usado duzentos annos antes pelos Benu-Umeyyah (ommiadas) soberanos arabes de Cordova. Não o diz Abdel-halim; di-lo toda a gente; mas que tem o que fizeram os ommiadas com o que fizeram os almoravides? Isto, meu amigo, é incrivel! Acima transcrevi uma passagem de Abu-l-Feda, pela qual se vê que o titulo dos soberanos lamtunenses era *amir-al-moslémin* (principe dos mussulmanos). Ouçamos agora o sr. Gayangos: « Não consta da historia — diz elle — que Iussuf-Ibn-Tachfin ou algum dos seus successores tomasse nunca o titulo de *Amiru-l-muminin*, que era reservado para o khalifa, ou vigario do propheta no

¹ A pag. 22 do opusculo diz-se que escrever *emir* é erro do vulgo dos traductores em vez de *amir* (o caso é serio), e a pag. 11 diz-se que em vez de *emir-el-muminin* eu deveria escrever *emir el-muminina*. Em que ficamos? Em *emir* ou em *amir*? Quanto a *muminina*, Gayangos, Casiri, etc. escrevem sempre *muminin*.

oriente. Contentavam-se pelo contrario, ao que parece, com o titulo mais modesto de *Amir al-muslimin*, ou *príncipe dos muçulmanos* (de Africa e da Hespanha). Os proprios sultões de Cordova, postoque descendentes do tronco dos Beni-Umeyyah, e tão intimamente ligados com a familia do propheta, não se atreveram a tomar este titulo honorifico enquanto a familia de Abbás não chegou a ser quasi extincta na Asia pelos turcos; e ainda assim, o uso desse titulo foi reputado sacrilego por alguns theologos de Cordova e d'outras cidades da Peninsula¹⁾. Effectivamente Abu-l-Feda nos certifica que Abderrahman III «foi o primeiro entre os principes omniadicos do Andalus que se arregou o titulo de *amir al-muminin proprio do Khalifa*».

Isto não são citações falsas. Por ellas pôde ver o meu amigo, com quanta exactão eu escrevi acerca dos almoravides, embora não fosse esse o objecto essencial do meu trabalho, e com quanta leveza fui escripto o opusculo sarraceno destinado a refutar-me. Não fica, porém, aqui o nego-

¹ Gayang. vers. d'Al-Makkari, Vol. 2, p. 388

² Abulfeda, Annal. Mosl., T. 2, p. 471.

cio. O academico auctor do opusculo accusa-me de ignorancia da lingua arabe e de historia por dizer que os principes da dynastia almohade adoptaram o titulo de khalifa ou de *amir-al-muminin*, porque, diz elle, o de khalifa só se deu aos imperadores do oriente, e estas palavras khalifa e *amir-al-muminin* significam diversas cousas. Agradeço a ultima novidade; mas eu não escrevia grammatica; escrevia historia, e, politicamente, as duas expressões eram synonymas. Que se pensaria de quem accusasse d'ignorancia de grammatica e de historia aquelle que, falando do imperador da Russia, dissesse «o czar ou autocrata?» Por outra parte para o academico auctor do opusculo affirmar que o titulo de khalifa se deu ou não se deu aos principes mussulmanos do occidente, ainda tem que estudar muito a historia moslemica d'Africa e de Hespanha, cujos rudimentos parece ignorar. Se ler o capitulo 5 do livro 6 d'Al-Makkari, ahi achará que o imperador omniada de Cordova Abderrahmam III «foi o primeiro soberano da sua familia que assumiu os titulos de khalifa e de *amiru-l-muminin*». Se tambem quizer saber se os principes almohades tomaram ou não o titulo de khalifas, leia Al-Keirvani, e lá achará este periodo: «El-Mohdi elevou

o khalifado para os que lhe succederam¹», e mais adiante, onde se conta certa anecdota do primeiro imperador almohade, Abd-el-mumen, lerá que um poeta da côrte dizia a outro: «Até quando importunarás tu *o khalifa?*»; porque é de advertir que naquelle tempo havia poetas impertinentes, como hoje ha criticos academicamente originaes.

Mas, em consciencia, meu amigo, eu ás vezes merecia ser feito socio effectivo da classe de sciencias moraes e bellas-lettras! Pois ha simpleza maior do que citar ao auctor do opusculo sarraceno tanta mourisma, quando o proprio Abdel-halim, que, segundo parece, constitue toda a matalotagem arabica do *digno* academico, se lhe rebella e tumultua dentro do bernal litterario em que o traz mettido? E senão, ouçamo-lo. As palavras mandadas ensinar ao leão e ao papagaio, de que Abdel-mumen se serviu para os almohades o acclamarem imperador, traduzidas por Moura na sua versão de Abdel-halim, são *«as victorias e o poder competem ao califa Ab-*

¹ Versão franceza de Pellissier et Rémusat p. 192. Ibn-Khalddun denomina frequentemente khalifas os imperadores almohades. (Gayangos, Vol. 2, App. D.)

*Abelmumen*¹. É verdade que o auctor do folheto, que repete a historia do leão e do papagaio, não sei para me provar o que, traduz, em logar de *califa*, *successor*. Mas aqui para nós, meu amigo, pestoque eu não saiba arabe, apostava que isso foi uma esperteza, e que naquella expressão *algalifatu* (ou, como Moura lê, *el-califa*) anda o que quer que seja de *khalifa*.

Estou com pressa de chegar ao fim, porque temo fazer uma carta tamanha como o opusculo, o que seria para o publico, em vez de uma desgraça, duas. Mas faltou-me o animo quando fui a saltar por cima do precioso paragrapho 8, que o auctor destinou para me provar que Ourique não é nome proprio de logar, como eu disse, mas sim appellativo, que significa *adversidade* ou *infortunio*.

Seu, porém, nesta parte absolvido do peccado, porque quem me deitou a perder foi o padre Moura, conforme resa o folheto. Ao menos, valha-nos isso! A consequencia, todavia, immediata deste importante descubrimento, que o digno academico fez, é exactamente a contraria da que elle desejava. Se assim é, torna-se impossi-

¹ Assalah. c. 43. Neste capitulo fala-se muitas vezes no *califado* e no *califa* *Abdelmumen*.

vel achar jámais uma passagem de auctor arabe que se refira com certeza ao conflicto de Ourique. Embera até aqui não tenha apparecido essa passagem, podia ainda apparecer; mas desde que a palavra ourique (tirei-lhe o O maiusculo, não pensem que teimo em fazê-la nome proprio) significa só *adversidade* ou *infortunio*, o caso muda de figura. O combate que Affonso I teve, no fessado de julho de 1139, com os mouros do Alemtêjo é um facto provado pelos testemunhos que eu colligi; o que não está provado, nem se ha de provar nunca, é que elle fosse um successo importante. N'algum escriptor arabe, ainda inedito, que particularisasse muito os acontecimentos de Hespanha naquella epocha podia vir mencionado o recontro do *campo de Ourique*; mas como o auctor do opusculo não consente que esse pobre o tome as dimensões de letra maiuscula, qualquer passagem que appareça ha de ser traduzida pelos arabistas da seguinte maneira: «Heve em 1139 um combate entre os moulems e os infieis no campo da *adversidade* ou do *infortunio*». Ora como nesse anno, do mesmo modo que nos antecedentes e consequentes, heve muitos recontros entre os christãos e os mussulmanes, segue-se que não sabe-

remos a que conflicto allude o auctor arabe; porque todos os campos de combate são de adversidade ou infortunio para um dos contendores, e talvez para ambos. Realmente este modo de defender a importancia da batalha de Ourique é galantissimo.

O que, porém, é verdadeiramente academico e digno do pincel de Molière é o que pondera o auctor do folheto sobre o erro de Moura ácerca da etymologia de Ourique. «É bem clara—diz elle—*ainda para os que não sabem arabe*, a nenhuma analogia que se nota *com o ouvido* entre *orique* e *arique*». Agora, quer o meu amigo saber com que palavra arabe *orique* se parece muito? É com *araka*. Isto não precisa de commentario. Nas contendas dos nossos rapazes ácerca da Stoltz e da Novello, quem devia dar a sentença definitiva era o illustre arabista. Propo-nham a questão á Academia.

Mas a cousa mais sublime, talvez, de todo o folheto vem neste mesmo paragrapho. É uma novidade que escapou a todos os etymologistas e ethnographos. Na translação das palavras de umas linguas para as outras, ellas se transfiguram com a irregularidade que necessariamente resulta da ignorancia das multidões, que são

quem ordinariamente faz essas adopções de termos peregrinos. As proprias transformações das linguas são assim, e assim foi que a latina se transformou nos modernos idiomas da Europa occidental. Nestas mudanças e adopções não ha letra que não possa alterar-se; e basta ter uns rudimentos de linguistica para não o ignorar. Agora ouça o meu amigo um mysterio da lingua arabe: « Moura — diz o opusculo — foi buscar a raiz de tal vocabulo no verbo *araka*, cuja primeira letra radical, que é um *alif*, não *soffre a conversão* para a letra *o* nas linguas europeas ». Isto quer dizer que aos rudes portuguezes do seculo **xii**, que escorchavam sem piedade quantas letras, quantas palavras celticas, phenicias, gregas, romanas, germanicas lhes caíam nas unhas, era prohibido tocár no *alif*, especie de *noli-metangere* arabico. Certamente, meu amigo, no alcorão ha uma sura intitulada « *Dos escorchamentos etymologicos* » onde o propheta diz: « Todo o infiel nazareno que bulir na sancta letra *alif* para della engenhar um dos seus maldictos *ós*, vai preso ». Foram peccados meus que me impediram d'aprender arabe: teria com isso evitado deixar-me embair por aquelle hêrege do padre Moura, que pelo que vejo, era um pessimo sarraceno.

Depois vem uma longa chicana (pardoe, meu amigo, o gallicismo, mas como isto ha de ser lido pelo digno academico arabista membro da classe de sciencias moraes e bellas-lettras, elle entenderá assim melhor a phrase); vem uma longa chicana sobre as palavras *fossado*, *correria*, *entrada*, e não sei que mais, em que o auctor desenvolve uma erudição pasmosa em dictionario de Moraes. Chamei fossado á expedição de Afonso I em 1139, porque todas as etymologias do mundo não podem fazer com que uma cousa deixe de ser o que é. O fossado era uma expedição que se fazia em regra todos os annos no começo de verão ás terras inimigas: questionar sobre isto não seria mais do que mostrar-se profundamente ignorante das nossas cousas antigas. *Correria* é uma nome que cabe ao fossado tão bem como *expedição*; porque *correria* é uma especie do genero *expedição*, mais nada. Quem faz uma expedição, fossado, ou *correria* no territorio inimigo, entra nelle (enquanto o alcorão ou a Academia não mandarem o contrario) e por consequencia faz uma *entrada*. Não é uma miseria, além disso, affirmar-se a'um papel que tem a pretensão de ser cousa séria, que eu me contradigo, porque, chamando *correria* ao fossado de 1139, exprime ao mesmo tempo a

idéa de que os mussulmanos hespanhoes buscaram em si proprios recursos para atalhar o passo aos invasores na falta das tropas almoravides, visto que (diz-se ahí), sendo a correria um acto repentino, os mussulmanos não podiam precaver-se? Que resposta séria se póde dar a isto? Fique-se entendendo que quando um paiz é invadido rapidamente, os habitantes deixam-se matar como carneiros e não se uaeem para se defenderem, ou que os soldados que fazem correrias, não andam, mas voam, ou vão em aerostatos descer aonde e quando querem sem que ninguem os veja passar. Dizer que no fossado de Ourique não houve audacia, a ser como em o sarrei, embora as tropas almoravides, ou a melhoria dellas, faltassem, é cousa tão absurda, quanto é certo que essa expedição importava uma longa marcha de cincoenta leguas (que tantas irão de Coimbra ao campo de Ourique) quasi toda por paiz inimigo, porque, como bem observa a chronica dos godos, Ourique ficava no coração das terras mussulmanas. Qualquer cabo de esquadra sabe que difficuldades se offerecem á marcha de tropas, embora disciplinadas (como de certo não eram as de Afonso I.) atravez de um paiz excitado contra essas tropas pelo fanatismo politico e religioso. O prin-

cipe português deixava, além disso, na sua retaguarda, por um e por outro lado, logares importantes fortificados, e bem ou mal guarnecidos, taes como Santarem, Lisboa, Alcacer, Elvas, Evora, etc.; o que tornava a volta de Affonso I aos proprios estados duplicadamente arriscada. Emfim, meu amigo, eu deixo nesta parte aos homens intelligentes avaliar se o fossado de Ourique, com as poucas circumstancias que delle sabemos, embora não tivesse as dimensões que lhe attribuiram depois, foi ou não foi um acto de bastante ousadia.

De passagem, meu amigo, deixe-me protestar contra um falso testemunho que me levanta o auctor do opusculo, quando, citando textualmente as minhas palavras, me attribue o uso do vocabulo *derrota* por *destroço* ou *desbarato* (dos sarracenos em Ourique). Não escrevi o meu livro para se inserir nas actas da Academia: escrevi-o para o publico português, e por isso na sua lingua, ao menos até onde eu a sabia.

Vamos á questão principal. Para a tractar não me parece que fosse necessario accumular previamente tanta inexactão e tanto desproposito. Eu tinha affirmado que os diversos escriptores arabes que nos transmittiram a historia daquella

epocha guardaram silencio ácerca da batalha de Ourique. O auctor do opusculo sarraceno firma a proposição *contraria*, isto é, que nesses diversos escriptores arabes se encontram, não só vestigios della, mas tambem a sua *descripção*, e as suas *consequencias terriveis*.

Algun de nós, pois, engana o publico ; algum de nós commette uma acção indigna de homens de letras affirmando uma cousa opposta á verdade. Eu consultei os historiadores arabes que escreveram a historia do dominio mussulmano na Peninsula, e que estão traduzidos. Era essa unicamente a minha obrigação, porque não sei arabe. O auctor do opusculo *devia* tê-los visto antes de escrever, e *podia* ter lido outros, porque diz que sabe arabe. Se a minha narrativa fosse conforme com os primeiros comparados com os monumentos christãos, e o auctor achasse que esses não-traduzidos os desmentiam, devia provar que o seu testemunho era preferivel ao delles e ao dos monumentos christãos, sendo accordes uns com outros. Sem isso nada tinha feito. Ora eu estribei-me na narrativa de Abdel-halim, como a haviam vertido Moura e Conde, e esta narrativa concorda em geral com a chronica latina de Affonso VII, escripta ain-

Da no seculo **xii** ou nos começos do **xiii**. Das tres fontes historicas resulta ou não resulta o que eu disse? Resulta ou não resulta, que antes de julho de 1139 Tachfin-Ibn-Aly tinha partido para Africa, levando consigo as tropas que pôde, sem exceptuar os mosarabes e os captivos christãos? É verdade que o cerco de Aurelia ou Cazoria durou *de abril a setembro ou outubro*? É verdade que os seus defensores pediram debalde socorro a Tachfin, *que se achava então em Africa*? São, portanto, bem deduzidas as minhas inferencias de que é absurdo imaginar que havia trezentos ou quatrocentos mil mouros para saltarem por cima do exercito de imperador Affonso VII, e virem dar uma batalha campal a Affonso Henriques, e não os havia para desescarem uma praça daquella importancia? É para responder negativamente a estas perguntas de um modo tão categorico como eu as faço, que desfilou o auctor do opusculo sarraceno.

de que se colhe dos monumentos christãos e mussulmanes ceivos ou quasi ceivos¹ que tor-

¹ Não é só a chronica de Affonso VII que refere a queda de Aurelia: os Annuaes Toledoenses referem-na igualmente.

tes enquistos e recenditos vem, porém, oppôr o digno academico? Vejamos:

Um meuro chamado Hamed-el-Nabil, que viveu no principio do seculo xvii, vindo a Hespanha, escreveu um itinerario. N'elle diz, falando da epocha em que succedeu o caso d'Ourique, as palavras seguintes, que vou transcrever, porque gôsto de apresentar o corpo de delicto:

«E dizem alguns dos sabios precedentes sobre o governo da Andaluzia (*sic*) que ella muito se engrandeceu: e na verdade conquistou com boa posse (*sic*) muitos dos logares os (*sic*) mais notaveis: e foi isto depois que l'Enrick derrotou os mussulmanos; (*sic*) não persistiram estes depois disso no paiz senão quando obravam pacificamente; e por isso (*sic*) ficaram os christãos neste paiz senhores de suas terras e de suas riquezas (*sic*), (*sic*), (*sic*).»

O meu amigo ha de ficar espantado quando souber que nesta salsada, que até certo ponto simula lingua portuguesa, ha, não só claros vestigios da batalha de Ourique, mas tambem a des-

¹ O Karttás (titulo da historia d'Abdel-halim), é propriamente, segundo o testemunho de Haji-Khalefah, e conforme o que se lê em diversos exemplares da obra, escripto por Ibn-Abi-Zara, que viveu no seculo xiii. Ab-

cripção della e das suas consequencias. Pois sabia que ha. Saiba tambem que, um ou dous mezes antes de se imprimir o opusculo sarraceno, se dizia pelos cantos, que na Academia se lera uma cousa mourisca, que excitara o enthusiasmo d'alguns daquelles padres-conscriptos, porque ahi se me provava com textos arabes que eu não soubera o que tinha dicto quando falei com tanta irreverencia e falta de patriotismo nesse factio d'Ourique. Rogia-se de um papel achado n'uma tenda de Marrocos, que desmanchava todas as minhas opiniões aereas. No fim de contas era o sr. Hamed, que no principio do seculo xvii tinha escripto em mouro o que o meu amigo ahi vê em meio-mouro. Realmente a cousa é séria, sobretudo exornada com as erudições e commentarios do traductor, a quem Deus dê alguma inclinação mais proveitosa do que esta de traduzir para lingua franca os itinerarios dos viajantes marroquinos.

Pretende-se nesses commentarios que o mouro Hamed, na phrase relativa a l'Enrik (que é possivel seja Affonso Henriques) se refira aos

del-halim parece ter sido um copista, ou talvez um abbreviador. Veja-se a nota do sr. Gayangos ao L. 8, c. 2 de Al-Makkari.

mesmos escriptores a quem, sob o nome de sabios precedentes, allude no principio do periodo, e que por sabios precedentes se devem entender antigos escriptores sarracenos, porque os arabes servem-se da palavra *ulmá-i* para significarem os *seus* historiadores. Vamos por partes. Se o sr. Hamed escreveu *sabios precedentes*, é porque já tinha dicto quem elles eram: nesse caso, em vez de uma dissertação ácerca da palavra *ulmá-i*, não seria mais simples e mais a proposito dizer-nos o traductor os nomes delles? Teriamos a Bibliotheca de Haji-Khalfah traduzida por Fluegel; teriamos a Bibliotheca de Casiri; teriamos as notas de sr. Gayangos á versão de Al-Makkari, notas preciosas como fonte de erudição arabica; teriamos, emfim, estés ou outros recursos para sabermos que importancia deveriamos dar aos *sabios precedentes* como auctoridades para os successos do seculo XII, que era o que importava. Hamed ou trinta Hameds, que vissem em tempos modernos ou houvessem vindo a Hespanha e repetissem o que por cá tivessem ouvido ácerca do recontro d'Ourique ou de outra qualquer cousa succedida 400 ou 500 annos antes, provariam tanto a favor della como a *precedente* traducção prova que o auctor do

opusculo sabe grammatica e conhece a indole da nossa lingua. Suppondo, porém, que Hamed se refira no principio do periodo a historiadores arabes; e que esses historiadores sejam assaz antigos, o que é certo é que a phrase relativa a l'Enrik não é dos taes *sabios precedentes*, mas do proprio Hamed-el-Nabil. Creio que o meu amigo sabe bastante da lingua franca para ver que desde as palavras «e na verdade» não são os *sabios precedentes*, mas sim o proprio Hamed; em corpo e alma, quem fala; quem parece querer confirmar com o seu testemunho o dicto delles, se é possivel perceber aquelle *imbroglio* que o traductor alli arranjou. Mas a curiosidade maior é que o proprio texto está provando que Hamed, longe de alludir ao facto d'Ourique ou a facto algum especial, se refere em geral ás victorias e conquistas de Affonso I, (se é que se refere a isto) as quaes ninguem contesta, e que eu particularizei com a miudeza e exacção, a que os *sabios precedentes*, os *ulmá-i* da nossa terra, não tinham chegado. Se Hamed se referisse a Ourique falando do desbarato dos mussalmães por l'Enrik, tudo o mais que vem na passagem seria um rol de mentiras; porque as consequencias materiaes desse recontro foram nenhuma.

Como já disse, Affonso Henriques voltou aos seus estados sem conquistar um palmo de terra, e foi annos depois que submetteu a Estremadura e o Alemtéjo, ficando no paiz os mussulmanos que curvaram a cabeça ao jugo christão.

Aqui tem o bom redactor da *Semana* o que é e o que vale o papel da tenda de Marrocos, que devia vir pulverisar o que eu escrevi firmado nos monumentos coevos, e em argumentos de congruencia irresistiveis. É o dicto vago e obscuro de um viajante moderno, dicto que se torce para se fazer com que o pobre mouro diga aquillo em que nem sequer pensou. Que terra esta nossa, meu amigo, em que o auctor de um livro serio é ás vezes obrigado a acceitar o triste encargo de refutar taes miserias!

O famoso texto do viajante marroquino é reforçado com um contraforte tirado do Abdel-halim do uso particular do auctor do opusculo; digo do uso particular, porque nem em Conde, nem em Moura se encontra semelhante passagem, nem no logar indicado, nem em outro qualquer. Vamos ver o texto *inedito* de Assaleh ou de Ibn-Abi-Zara, que o meu critico trouxe á luz do dia:

«E neste anno 533 (8 de setembro de 1138 a 27 d'agosto de 1139) desbaratou o general Ta-

refin as multidões dos christãos nos campos de *Attibbat*; e fez perecer delles um numero extraordinario; e levou de seus prisioneiros seis mil captivos: em consequencia do que partiu para Marrocos, e á sua chegada *lhe saiu ao encontro seu pae*, o imperador dos mussulmanos, *que ficou em profundo desgosto e cheio de grande susto.*»

No capitulo 33 do Kartás traduzido pelo padre Moura não vem esta passagem. Entretanto não devo crer que o auctor do opusculo a inventasse. Cumpre suppôr que elle se serviu de algum exemplar mutilado, viciado, ou extremamente incorrecto da obra de Abdel-halim. Na versão de Moura é no capitulo 40 que se contém as ultimas acções do Tachfin na Hespanha, antes de partir para a Africa. Eis o que ella nos diz:

«No anno 532 (19 de septembro de 1137 a 7 de septembro de 1138) passou o principe Taxefin de Hespanha para a Mauritania, depois de ter combatido e tomado de assalto a cidade de Segovia, levando comsigo seis mil captivos; e tendo chegado a Marrocos veio seu pae encontrá-lo com grande pompa e se alegrou com elle, etc.¹»

As duas passagens são, se não identicas, por

¹ Assaleh — vers. de Moura, c. 40 p. 182.

certo parallelas. Tracta-se em ambas da partida de Tachfin para a Africa, depois de obtido um triumpho em que captiyou seis mil homens. A differença está nas circumstancias, e *na data*. Qual dessas se deve preferir? Vejamos.

Conde refere a partida de Tachfin menos precisamente: mas põe-na como immediata á redução de Cuenca, a qual fixa em 531 (29 de setembro de 1136 a 18 de setembro de 1137) e assim concorda com Assaleh quanto ao anno da partida, visto que, se Cuenca fosse reduzida nos fins de 531, a saída do principe almoravide para a Africa devia verificar-se já em 532, isto é, nos fins de 1137 ou nos principios de 1138.

Com esta data concorda o auctor da chronica de Affonso VII, mencionando a partida de Tachfin para além-mar entre os successos de 1138, e descrevendo a mensagem que lhe enviaram á Africa os defensores de Aurelia durante o cerco posto a esse castello por Affonso VII *em abril de 1139*. O chronista christão vai de accordo na chronologia com os historiadores arabes sem os conhecer, e limitando-se a narrar os factos que *ouvira ás pessoas que os tinham presenciado*¹.

¹ Chronica Adef. Imper. Praef. et § 64.

Não quero suppôr, torno a repetir, que o auctor do opusculo forjasse a passagem que cita, ou que alterasse a data da hegira para provar que Tachfin estava em Hespanha em julho de 1139. N'uma questão em que se tem procurado associar á idéa de que caí n'um erro historico a de que tive em mira deshonrar o meu paiz, tal procedimento fora duplicadamente torpe. Todavia o *digno* academico ainda assim tem d'escolher entre a ignorancia e a má fé. Se conhecia a chronica de Affonso VII, a narrativa de Conde e a versão de Assaleh por Moura, tinha que fazer duas cousas: primeira, provar que essas auctoridades em que eu me estribava eram insufficientes; segunda, mostrar que o seu manuscripto tinha uma importancia, uma auctoridade tal, que as annullava. Onde o fez? Como o fez? Acaso só porque se mandaram escrever n'uma pedra lithographica uns poucos de caracteres arabicos ou o que quer que seja, provou-se que as palavras que resultam da sua união são indubitaveis como o evangelho, ou sequer que é preferivel a leitura do codice de que se tiraram á leitura de codices já conhecidos e traduzidos por outros arabistas, que pelo menos sabiam tanto arabe como o auctor do opusculo?

À vista destas simples e claras reflexões, o texto de Abdel-halim citado pelo digno academico vale tanto e prova tanto como o de Hamed-el-Nabil. Eu, porém, aceito-o por um momento. Vamos a discuti-lo em si.

Que diz o tal texto? Que Tachfin desbaratou no campo da total destruição (Attibbat) as multidões dos christãos; que aprisionou seis mil homens, e que partiu para Marrocos, com o que seu pae ficou cheio de desgosto e de susto. Onde se fala aqui em Ourique? Para entender *Ourique* por *Attibbat* o auctor faz o seguinte raciocinio:— «a batalha de Ourique foi de *total destruição* para os mussulmanos, logo *Attibbat* é Ourique:»— e querendo provar que o recontro de Ourique foi uma grande batalha, faz outro raciocinio do mesmo jaez:— «*Attibbat* quer dizer Ourique, logo em Ourique houve uma *total destruição*.»— Todos os argumentos, todas as erudições do folheto nesta parte, embora por outras phrases, reduzem-se a isso; reduzem-se a duas petições de principio. Depois, não é admiravel o desgosto e susto de Aly-Ibn-Iussuf vendo seu filho voltar á Africa depois de uma victoria em que desbarata os christãos, mata muitos, e leva seis mil captivos? Felizmente para Aly, Tachfin não

levou, em vez de seis, doze mil captivos, e não deixou o resto passado inteiramente á espada. Se tal acontece, o pobre amir el-moslemin caía fulminado por uma apoplexia. Até o auctor do opusculo achou a cousa absurda. Mas como safu da difficuldade? Dizendo-nos que o texto arabe tanto pôde significar «*Tachfin desbaratou os christãos*» como «*os christãos desbarataram Tachfin.*» Estava eu tão desgostoso por não saber arabe como o velho Aly por seu filho ganhar victorias, quando veio esta declaração consolar-me. A historia é impossivel na lingua arabe; porque a mesma phrase significa branco e significa preto; exprime os dous factos mais oppostos. Os traductores de historias sarracenas tem andado a debicar com a Europa: onde dizem que tal batalha foi ganhada por A contra B, podiam ter dicto com a mesma veracidade que fora ganhada por B contra A. Isto, meu amigo, não se discute: está discutido por si.

Depois de vermos sacrificada a logica e até o simples senso commum á necessidade de achar um texto arabe que prove a importância da batalha de Ourique, o que é mais divertido é o completo esquecimento em que o auctor do opusculo sarraceno, enlevado no seu Abdel-há-

lim *particular*, deixa os monumentos christãos coevos que referem o successo. A chronica lamecense, a conimbricense, a dos godos, todas dizem que o general sarraceno era Ismar (*proside rege Smare*). Se Ismar não significa Tachfin como Attibbat significa Ourique, segue-se que ou mentem as chronicas coevas, ou mente o Abdel-halim *particular*, que diz ter sido o general dos sarracenos o proprio Tachfin, ou a passagem citada não se refere ao successo de Ourique. Daqui parece-me que não ha fugir. A ultima explicação é sem duvida a verdadeira. Essa passagem é evidentemente a que Moura traduziu, e Conde substanciou; passagem que se combina chronologicamente com a narrativa da chronica de Affonso VII, e que no opusculo apparece alterada nas circumstancias e na data. Quem a alterou, e para que fim? Isso pertence a Deus, que vê os corações, e nos ha de julgar a todos no dia de juizo.

Depois; como accomodar os factos, que o auctor do opusculo accolta do seu Abdel-halim particular em demonstração da grandeza da batalha, com o que nos diz a chronica dos godos e com o resultado daquella jornada? Pois os mu-sulmados são postos em fuga ao primeiro re-

contro, por um troço de cavalleiros escolhidos (*electi milites*) ficando entrincheirados os restantes dos poucos soldados (*paucis suorum*), de Affonso Henriques, e Tachfin, que foge, leva seis mil prisioneiros? Que digo eu, seis mil! Segundo o commentario do digno academico eram muitos mais. Aquelles seis mil foram escolhidos um a um, no meio do grande vagar que para isso tinham os sarracenos fugitivos, entre milhares de christãos de rebotalho, aos quaes iam cortando os pescoços. As causas determinantes da escolha (que eu deixarei nas paginas do opusculo, porque não as consentem as paginas da *Semana*) deviam tornar os bons dos sarracenos demasiado pechosos na selecção, e pelas minhas contas, para apurarem seis mil como lhes eram precisos, não pediam deixar de refugar os seus cento e noventa quatro mil, esmando pelo baixo. A mim parece-me, salvo o respeito devido a um representante da parte sarracena da Academia, que era melhor ter trazido do Abdel-halim particular, (lithographando tambem no fim do opusculo o original mou-risco e subministrando assim mais abundante alimento á pasmaceira dos parvos) uma carta de Tachfin dirigida ao principe portuguez, es-

cripta ao começar a retirada, e concebida pouco mais ou menos nos seguintes termos: «Meu Afonso-Ibn-Errik. Estou capaz de renegar Mafoma com a grande róta que me dèste. Vou para Africa amuado, metter-me em casa de meu pae, que se chama Aly-Ibn-Iussuf, embora os *ulmá-i* academicos da tua terra queiram á fino força chamar-lhe Aly-Ben-Taxefin. A guerra é guerra, e uma batalha perdida ou ganhada não é motivo para nos desestimarmos. Eu preciso de levar comigo em ar de prisioneiros uns seis mil rapazes christãos airosos e bempostos. Se os podéres dispensar, far-me-has nisso particular favor e uma acção de cortezia. Só Deus é Deus e Mohammed o seu propheta. Aos 26 de zilkhada da Hegira 533.» — Com isto ficava tudo explicado. Os seis mil prisioneiros tinham sido uma generosidade do *Pharaó obdurado*, embora fingida; porque, tendo Christo acabado de lhe asseverar que havia de vencer sempre os sarracenos, não só podia fazer presente a Tachfin de todos os soldados imberbes do exercito, mas tambem de quanto soldado barbudo, velho e relho, achasse alli á mão vasculhando o acampamento, os quaes, se não prestassem para mais nada, prestariam para bichos da cozinha do amir-el-moslémin.

Meu amigo, n'outro qualquer paiz, ũma academia, cujos membros fossem capazes de escrever opusculos destes, dissolvia-se para se reconstruir com outros elementos, aproveitando só, e com grandes cautellas, o pouco que ahi houvesse de aproveitar. A nossa Academia, especie de congregação bernarda que come e dorme, acodem-lhe ás vezes á pelle estes tumores litterarios, estas secreções eruditas, que, longe de a matarem, lhe fortificam a compleição. Deus lhe dê uma longa vida.

DO ESTADO

DAS

CLASSES SERVAS NA PENINSULA

DESDE O VIII ATÉ O XII SECULO

—

1858



I

Por mais que a tradição de antigas malquerenças e o ciúme da nossa autonomia nos affaste dos outros povos da Hespanha, dos quaes os eventos politicos fizeram, mais ou menos forçadamente, uma só nação, é certo que, apesar de todas as repugnancias entre portuguezes e hespanhoes, nas opiniões, nos costumes, nas tendencias moraes de ambas as nações se está revelando a cada passo uma origem commum. Posto que cada uma dellas tenha defeitos especiaes, como os ha de provincia para provincia, dão-se alguns tão nossos e tão hespanhoes, que de per si, sem outros adminiculos, provam de sobejo essa communidade de origem.

Esta reflexão occorreu-me naturalmente ao começar um escripto, em que tenho de dizer poucas palavras ácerca do homem a quem elle é dirigido. Ha na Academia da Historia, de Madrid, um modesto empregado, envolvido na obscuridade da sua situação, sem cargos publicos, sem condecorações, sem pingues sinecuras, e de que

talvez se pudesse dizer — sem pão — se a Academia não o houvera encarregado das suas collecções litterarias. Este empregado modesto, este homem socialmente obscuro, é todavia um dos maiores eruditos da Hespanha, um dos que mais profundamente e com mais san consciencia (do que raro nestes nossos tempos) tem cavado na rica e tão pouco explorada mina das antigas instituições e costumes da Península, isto é, do que da historia della ha mais serio, mais importante e mais difficil d'estudar. Falo de Thomás Muñoz y Romero, do auctor da *Collección de Fueros Municipales*, obra notavel, que, sendo de um homem só, honraria uma corporação litteraria, que a houvesseprehendido e executado. E todavia, esse livro importante foi interrompido, segundo me affirmam, por falta de protecção; e Muñoz y Romero ainda nada mais é hoje do que era ha dez annos, quando publicou aquelle seu primeiro trabalho, o modesto official da bibliotheca da Academia da Historia!

É o que provavelmente succederia ao livro e ao homem nesta terra, neste fragmento da Península chamado Portugal, irmão gêmeo desse maior fragmento, que chamam especialmente a Hespanha.

Na *Revista Española de Ambos-Mundos*, nos numeros correspondentes a novembro de 1854, appareceram successivamente dous artigos, assignados por Muñoz y Romero, sobre o estado das pessoas nos reinos de Asturias e Leão nos primeiros seculos posteriores á invasão dos Arabes. Escriptos como aquelles, manifestações tão brilhantes de verdadeira sciencia, não são frequentes em publicações periodicas, ainda além dos Pireneus. Li-os com avidez e interesse sempre crescentes. Ahi encontrei que aprender, e sobretudo pude emfim assentar as minhas idéas ácerca da origem, ou antes da denominação dos malados e das maladies, ponto em que a propria opinião que adoptara no terceiro volume da Historia de Portugal não me satisfazia completamente. Vi, porém, que discordavamos n'uma questão capital d'história; no modo de apreciar o estado das classes servis nas Asturias e Leão durante os seculos immediatos á reacção christã, e tive o desgosto de não poder, apesar de todas as considerações do sr. Muñoz, abandonar a propria opinião para adoptar a sua. Ou seja por um modo errado de interpretar os antigos monumentos, a que o meu espirito se tenha affeito, ou porque a razão esteja do meu lado, é certo que nenhum dos muitos documen-

tos que o sr. Muñoz oppõe ás minhas opiniões me pareceu contrariá-las: alguns, pareceu-me que até serviam para as corroborar. Desde esse momento entendi que não seria absolutamente inutil ao progresso dos estudos historicos da Peninsula expôr as duvidas e reflexões que me occorriam sobre a materia, deixando depois aos homens competentes comparar os dous systemas e escolher entre elles.

Quando pensava em realisar este desígnio, sobrevieram acontecimentos que durante quasi dous annos me forçaram a abster-me dos trabalhos historicos. Affastado por tão longo tempo dos meus habituaes estudos, se, á custa de serios desgostos, aprendi muito a respeito dos homens e das cousas do meu tempo e do meu paiz, esqueci tambem muito do que sabia ou cria saber ácerca dos homens e das cousas do passado. Aberto para mim de novo o caminho dos trabalhos historicos pela força da opinião em lucta com a immoralidade do poder, renovei esses abandonados estudos, mas renovei-os como um dever de consciencia, como um serviço que me exigem, como o cumprimento de um contracto tacito com o publico. O amor, diria antes a religião ardente, com que cultivava a sciencia da historia, perdi-o no campo de ba-

talha. Escrever é hoje para mim o mesmo que ser vereador, jurado, ou membro de um conselho de districto: é um encargo e mais nada. No horisonte das minhas ambições, e Deus sabe se falo sincero, só vejo o dia em que possa depôr a penna, e sumir-me em completa obscuridade. Será esse o melhor da minha vida. Na situação d'animo em que por tanto tempo me achei, a questão dos servos na Península durante os seculos medios esqueceu-me completamente. Veio recordar-m'a, porém, uma circumstancia casual. Tendo de examinar um volume da *Revue Historique du Droit Français et Étranger*, passou-me pelos olhos um artigo de M. de Rozière (julho e agosto de 1855) sobre o escripto do sr. Muñoz, escripto que o illustre professor, a quem devo mais de uma prova de benevolencia, resume com a sua habitual lucidez, e cuja doutrina aceita como a mais verosimil. A doutrina, porém, expressamente combatida pelo auctor do opusculo sobre o estado das pessoas nos reinos de Asturias e Leão, nos primeiros seculos depois da invasão arabe, é unicamente a minha. É de mim que elle declara discordar completamente sobre a natureza da servidão na monarchia néo-gothica desde o VIII

até o XII seculo. A verosimilhança da sua opinião torna portanto menos provável para o illustre professor da *École des Chartes* a doutrina que estabeleci. Se a questão pendesse tão sómente entre mim e o sr. Muñoz, demorar, ou, até, pospôr completamente a defesa da minha theoria ácerca da servidão n'aquelle periodo não teria grande inconveniente. Os documentos invocados pelo sr. Muñoz e as suas ponderações, e bem assim os documentos que eu citei e as conclusões que delles deduzi estão ao alcance dos homens de letras da Peninsula que se dedicam aos trabalhos historicos; e os archivos de Portugal e de Hespanha encerram centenares de outros monumentos ainda não estudados, que poderiam lançar nova luz sobre o assumpto. Nada mais facil, até, do que conduzirem-nos novas investigações, a mim ou ao sr. Muñoz, a abandonar o proprio systema, porque ambos buscamos sinceramente a verdade. Mas desde que a materia do debate, transpondo os Pireneus, foi exposta a uma luz que não creio verdadeira, por um homem como Mr. de Rozière, e a um publico privado dos meios de apreciar por si proprio os documentos e raciocinios em que se fundam as duas opiniões oppostas,

entendo que é do meu dever publicar as observações que se me offerecem relendo os artigos do sr. Muñoz, observações que, feitas ha dous annos, quando estas materias eram quasi a unica occupação do meu espirito, seriam sem duvida mais efficazes para a defesa de um systema que ainda hoje me parece ser o que melhor se estriba nos antigos documentos, e que ao mesmo tempo melhor os explica.

Antes de tudo cumpre determinar bem a materia controversa e circumscrevê-la. Tanto eu como o sr. Muñoz falámos da servidão no periodo em que por successivas transformações o homem de trabalho, o homem escravo, o homem *cousa* dos romanos chegou a ser a pessoa civil, a pessoa livre, o cidadão mais ou menos humilde dos tempos modernos. Deixando de parte maiores ou menores differenças de opinião entre nós quanto aos tempos da monarchia gothica, ou que se possam deduzir das nossas palavras quanto aos tres ultimos seculos da idade média, limitar-me-hei a expôr o que contradictoriamente entendemos ácerca da situação das classes servis do viii até o xii seculo. Escrevendo um artigo e não um livro, procurarei affastar todas as questões secundarias que se ligam a esse grande facto da

transformação das classes trabalhadoras, e abstrahindo das causas e consequencias da situação em que se acharam os servos depois da invasão arabe e da reacção asturiana (successos coevos e quasi simultaneos) em tudo o que não fôr indispensavel para a clareza da materia, reduzirei o discurso ao que a razão persuade e os monumentos confirmam ácerca do facto geral da transformação gradativa da população serva naquelle periodo de quatro para cinco seculos.

II

O estudo reflectido dos historiadores arabes e dos monumentos christãos da época da conquista e do dominio sarraceno tem feito sentir que essa conquista e esse dominio extranho foram, na historia das invasões e da sujeição de raça a raça, de povo a povo, entre os factos de semelhante ordem, um dos que custaram á humanidade menos tyrannias, menos lagrymas e menos sangue. Tem-se dado o devido desconto ás exaggerações das chronicas e á linguagem de certos escriptores christãos contemporaneos, aonde auctores mais modernos foram buscar os lineamentos dos seus quadros de terror, quando ahi mesmo se encontram as provas de que os factos não correspondem ás expressões genericas com que é descripto como um dos mais crueis flagellos o predominio dos sarracenos na Peninsula. Se juncto ao Guadalete se desmoronou o imperio dos godos, a sociedade wisigothica ficou. As provincias ou as cidades que acceitaram sem resistencia o jugo dos novos senhores não tiveram

que padecer senão as consequencias dos grandes movimentos militares sobre qualquer territorio, as violencias accidentaes e individuaes durante a lucta. Em geral, a ordem das relações civis, e uma parte das publicas continuam a subsistir do mesmo modo que d'antes. O tributo e o exercicio das altas funcções da administração do Estado é que mudam. Nas provincias meridionaes da Hespanha fica, até, por algum tempo um simulachro do imperio gothico, o reino de Theodemiro, tributario mas livre, que se incorpora obscuramente depois nos dominios do khalifa. No meu livro busquei desenhar com fidelidade essa nova situação; dar aos successos o seu verdadeiro valor, estribando-me nos monumentos coevos, e fazer sobresair a população mosarabe (godo-romana), tão esquecida em geral pelos historiadores.

Entre os mosarabes a situação dos servos devia ser a mesma que entre os godos antes da conquista. Não é provavel que esta formula da sociedade civil se alterasse quando todas as outras se mantinham. Nessa parte a conquista arabe não trouxe o que trazem sempre os grandes abalos politicos, um progresso de civilização.

Sucedeu o mesmo com a reacção asturiana? Podia succeder? Pús este problema a mim mesmo, e resolvi-o negativamente; porque a razão e os documentos me forçavam a essa solução negativa.

O levantamento de Pelaio não chegou a ser uma revolução: foi uma resistencia: resistencia feliz nos primeiros passos e que não tardou a converter-se n'um perigo serio para o dominio mussulmano. Dentro de poucos annos a reacção obscura de um punhado de soldados godos fundava uma monarchia christan e independente, que se contrapunha ao islamismo triumphante, que estabelecia fronteiras, embora variaveis, e que tomava ou fundava logares fortes, onde os novos senhores da Hespanha encontravam dura repulsa ás suas diligencias para suffocar esta perigosa entidade politica. Da desproporção das forças entre as duas potencias mussulmana e christan, se o nome de potencia pôde dar-se aos estados de Pelaio e dos seus immediatos successores, resultava necessariamente um facto. Todo o homem válido devia ser chamado ás armas nas Asturias, mas de um modo em que interviesse a espontaneidade individual. Não alcanço sequer como podesse ser

de outro modo. A servidão dos godos; os senhores levando os servos armados ao combate, sem crença, sem ardor, sem interesses mores ou materiaes que defender, como nos tempos gothicos, seria um facto que não sei como poderia dar em resultado a fundação e engrandecimento da monarchia de Oviedo.

Na verdade, com o tempo, as instituições wisigothicas foram-se restaurando á medida que se engrandecia o novo reino, que uma parte do territorio deixava de ser perenne campo de batalha, e que a segurança, maior ou menor, favorecia o maior ou menor desenvolvimento da agricultura e de uma especie de industria. Uma parte da população mosarabe, ou pelas migrações tanto forçadas como espontaneas, ou pela aggregação successiva de territorios habitados por ella, incorporava-se gradualmente na sociedade nêo-gothica, e, trazendo consigo a jurisprudencia antiga, que tinha conservado intacta sob o jugo sarraceno, devia exercer naquelle sentido uma influencia, digamos assim, reaccionaria. Mas o que não podia era destruir a força das circumstancias; o que não podia, n'uma sociedade em cuja origem, em cujo amago estava a resistencia, a espontaneidade, a liberdade, era restabe-

lecer a servidão pessoal antiga em toda a sua plenitude.

Supponhâmos um nobre, e até um simples *possessor*, acolhendo-se ás Asturias, a Oviedo, nos tempos de Pelaio ou dos seus immediatos successores. Como arrastará elle consigo os servos que o rodeiam? Invocará a força publica, a auctoridade mussulmana para os constranger a acompanharem-no? Seria absurda a hypothese. Esse nobre, ou esse *possessor* ha-de descer á persuasão; ha-de falar de manumissão, ha-de approximar de si o homem envilecido, ha-de recorrer aos afagos, ás promessas. Ficar onde se acha é para o servo a liberdade, quando o senhor abandona o lar domestico. Devemos acaso crer que nelle estão inteiramente mortos, todos os instinctos humanos?

Supponhâmos a conquista; a accessão de territorio. O mosarabe senhor de servos, que se incorpora por esse facto na sociedade ovetense, acha actuando energicamente nesta o sentimento da liberdade e da espontaneidade individuaes, as classes servis armadas, os antigos laços hierarchicos quebrados em grande parte. Esse facto não influirá em nada nas suas relações com os proprios servos? Depois, além, pouco além,

estão os castellos sarracenos, a administração mussulmana. Se elle não affrouxar os rigores da servidão; se não ligar a si o homem de trabalho por algum interesse, por algum motivo racional, será difficil que esse homem o abandone, e que conquiste pela fuga, e talvez pela mudança de fé, a sua emancipação?

Se os documentos nos não provassem que a servidão de gleba fora o passo immediato dado pelas classes infimas para a liberdade, a razão, longe de nos persuadir que a servidão se mantivera em Oviedo e Leão como nos tempos gothicos, far-nos-hia antes acreditar que ella fora substituida pelo colonato espontaneo. O colonato, eis o grande meio de ligar o homem de trabalho á terra, por este instincto, por este amor quasi connubial, que une a mãe commum ao individuo que a faz fructificar. Da servidão gothica, porém, para a adscrição havia um passo gigante, e as classes servis eram assás rudes para não perceberem toda a differença do colonato á adscrição, porque essas differenças são pela maior parte de ordem moral. Na practica, materialmente, sobretudo em tempos de bruteza e violencia, n'uma sociedade perturbada e vacillante, as distincções entre a posse e o uso da terra

pelo colonato ou pela adscrição não podiam ser demasiado sensiveis. O sentimento, a aspiração do individuo que cultivou o solo, que construiu a choupana, que plantou a arvore é principalmente o não separar-se do campo, da choupana, da arvore. A este sentimento correspondem ambas as formulas de consorcio entre o homem e a terra, mais ou menos imperfeitamente, não tanto em virtude das condições theoricas de cada uma das duas formulas, como do estado mais ou menos civilisado da época em que se applicam. Acaso a historia não nos subministra provas de oppressões exercidas sobre colonos espontaneos, e consagradas até por contractos, tão barbaras como as que padeciam os adstrictos á gleba, quando já a adscrição do homem tinha cedido o campo á servidão exclusiva da terra?

Assim comprehende-se como a transformação do servo em adscripto podia resultar da situação em que se achou a monarchia ovetense-leonesa no seculo viii, em vez de resultar della o colonato livre, que á primeira vista a razão nos pinta como mais provavel, e que de feito o era, se abstrahirmos das circumstancias sociaes para só attendermos ás politicas.

Mr. de Rozière, expondo o debate entre mim

e o sr. Muñoz, diz: «Esta transformação (a da servidão para a adscrição) tinha-se realizado de todo quando os christãos se refugiaram nas Asturias sob o mando de Pelaió? Não o cré o sr. Muñoz, e combate, neste ponto, a opinião dos historiadores de maior credito. Os exemplos, em que esteia o seu pensar, dão a este um alto grau de verosimilhança. Nelles se vêem escravos destinados ao serviço domestico; uns são cozinheiros, padeiros, sapateiros ou alfaiates; outros empregam-se no commercio e servem nas lojas de venda. Nada ha fixo nas suas funcções, que dependem do capricho do dono. A sorte dos escravos agricolas não é mais segura: uns trocam-nos por cavaladuras; outros entregam-nos aos mussulmanos em resgate de captivos: todos podem ser separados da propria familia e do campo que cultivaram».

N'esta exposição ha uma inexacção chronologica: a doutrina que eu estabeleci não é que a adscrição se tinha já substituido á servidão quando occorreu o levantamento de Pelaió; é que este levantamento e a fundação do reino de Oviedo trouxeram de necessidade essa transformação. Sejam quaes forem a differença ou a semelhança entre o meu modo de pensar e o sen-

tir' do sr. Muñoz sobre a servidão gothica, não é ahí que está a profunda divergencia entre nós. A divergencia completa refere-se aos tempos posteriores á invasão dos arabes. É, até, o que se deduz do titulo do opusculo do sr. Muñoz: é a essa época que verdadeiramente se refere o trabalho publicado na *Revista de Ambos-Mundos*. Eis as suas palavras: «Um escriptor... do vizinho reino de Portugal estabelece a doutrina de que a servidão se distinguia, *na época de que tractamos*, em estar vinculada ao solo, não admitindo outra classe de servos senão a dos adscriptos á gleba. A seu vêr não existia nenhuma outra servidão pessoal senão a dos arabes captivos na guerra, o que cremos não ser conforme com o que o mesmo escriptor diz n'outra parte, isto é, que o serviço domestico dos senhores e nobres parece ter sido desempenhado, sob o dominio leonês, por membros das familias adscriptas, e que este serviço se converteu n'um acto espontaneo no seculo xiii. Se os homens e familias podiam contra sua vontade ser separados da gleba, onde se achavam estabelecidos, para o serviço domestico, não podiam chamar-se adscriptos, porque este nome traz consigo a idéa de inamovibilidade do colono do torrão que cultiva.

Além d'isso, a sua opinião não concorda com os monumentos da nossa historia.»

N'outra parte do opusculo do sr. Muñoz leem-se as seguintes passagens, em que elle estabelece positivamente a sua theoria relativa á servidão dos tempos neo-gothicos. «A condição dos servos era indubitavelmente a de cousas. Podiam ser vendidos ou dados como um animal domestico, como uma alfaia... Esta opinião, que sustentámos n'uma obra publicada ha annos, foi impugnada pelo sr. Herculano n'uma extensa nota sobre o character da servidão na monarchia néo-gothica... Na monarchia néo-gothica continuaram os servos a ser o mesmo que na dos godos... E se em Asturias e em Leão se encontram vestigios de servidão diversa da dos adscriptos, poderão julgá-lo os que examinarem os documentos que já publicámos e os que damos agora á luz.»

Effectivamente aos documentos impressos na *Collecion de Fueros Municipales*, o sr. Muñoz ajuncta muitos outros tendentes, segundo cré, a corroborar a sua doutrina. Que antes de entrar na apreciação delles, me seja permittido fazer breves reflexões.

O sr. Muñoz, limitando o debate aos textos

dos documentos pospôs os factos sociaes e politicos de que deduzi, digâmos assim *à priori*, a necessidade de uma profunda alteração das classes servis nas origens da sociedade néo-gothica. Os factos podem não ser como eu os expús, ou as consequencias que delles tirei ser inexactas, ou finalmente essas consequencias não ter tido força bastante para mudar a situação d'aquellas classes: podem peccar de muitos modos as largas observações que fiz a este proposito no terceiro volume da Historia de Portugal, e que tentei resumir em poucos periodos deste modesto trabalho. Mas seria licito deixar ou esquecidas ou inconcussas essas ponderações? O methodo que segui foi estudar os acontecimentos, examinar qual devia ser a sua influencia na condição dos servos, e verificar se os documentos confirmavam *à posteriori* as illações deduzidas dos mesmos acontecimentos. Bem sei que, prevenido por essas illações, era possivel, era até facil, se quizerem, apreciar preoccupadamente os documentos; não poderia, porém, o sr. Muñoz, interpretando-os sem attender aos factos geraes, ás consequencias naturaes dos successos historicos, ás leis moraes que regem as phases das sociedades, dar-lhes uma significação diversa da verda-

deira? Foi, se não me engano, o que de facto lhe succedeu.

É essa justamente uma das difficuldades capitales dos trabalhos historicos relativos á idade media. O historiador tem de attender constantemente á acção e á reacção mutuas dos factos politicos e dos factos sociaes uns sobre os outros para d'ahi deduzir factos desconhecidos; tem de substituir por illações fundadas nas leis que actuam nas sociedades humanas, independentes da vontade dellas, o silencio tantas vezes inoportuno dos monumentos. Quando estes existem e são genuinos, claros e precisos, sem duvida constituem o guia mais seguro para determinar os factos, e se as illações que tiramos os contradizem, é necessario confessar que os principios eram inapplicaveis á hypothese, ou que se applicaram mal. Mas, abstrahindo da questão de genuinidade, são a clareza e a precisão qualidades vulgares nos documentos dessas épochas tenebrosas? O sr. Muñoz sabe tão bem como eu quão raros são os que achamos com taes condições; quantos annos, quantas vigalias é necessario applicar ao estudo dessas fontes historicas para nos habituarmos a comprehendê-las. A difficuldade, que resulta das referencias a cou-

sas vulgares no tempo em que o documento se redigiu, e que actualmente são desconhecidas ou conhecidas imperfeitamente, ajuncta-se a lingua barbara, ás vezes horriavelmente barbara, que nelles se empregava, mistura monstruosa de latim de todas as epochas com uma linguagem vulgar que hoje se pode reputar morta, tão transformada se acha nas linguas modernas da Peninsula: accresce a isto a differença profunda entre os homens daquelle tempo e os do nosso, no modo de conceber e exprimir as idéas; ajuncta-se a tendencia, quasi invencivel, para vermos as cousas da idade media através do prisma dos habitos, das opiniões, dos costumes, e direi, até, das preocupações actuaes. Subjugar esta tendencia é difficil; porque presuppõem um esforço de abstracção, de que não são capazes ás vezes os mais robustos espiritos.

Mas, vencidos todos estes obstaculos, resta ainda a vencer o que resulta da comparação dos proprios documentos, especialmente quando nelles estudamos as instituições, a organização da sociedade. É ahí que o talento historico tem de passar por mais dura prova, e onde o discernimento nas apreciações precisa de ser mais subtil. A idade media não procedia sempre como

não das idéas geraes para a applicação especial, ou antes possuia poucas idéas geraes. Os costumes, as instituições, os usos, os factos tinham principalmente o caracter individual, local. Essas poucas idéas geraes que havia eram pela maior parte mal circumscriptas, fluctuantes. D'aqui as antinomias nas doutrinas, a contradicção frequente nos factos. Na verdade o senso moral, a tendencia instinctiva para a generalisação predomina: a maior parte das vezes em contraposição ao desordenado, ao repugnante, as analogias ou a identidade de factos, quando se davam as analogias ou a identidade de circumstancias; mas o phenomeno era mais casual do que intencional, e nem por isso faltavam as excepções, a desharmonia, quando as paixões, os interesses ou a inexperiencia vinham augmentar a confusão natural dos tempos barbaros. Saber deduzir os caracteres geraes de uma época, debaixo dos seus diversos aspectos, não dos principios que guiavam os homens na vida practica, porque a maior parte das vezes não os havia, mas dos factos isolados, dos monumentos especiaes; differenciar a regra da excepção, regra e excepção, que não raro existem só por uma abstracção para nós, e que não existiam para elles, eis a

summa difficulidade no estudo dos documentos, da legislação, e das memorias historicas da idade média, mas difficulidade que cumpre superar para se escrever de modo util a historia daquellas obscuras éras.

Longe de mim a pretensão vaidosa de ter navegado sem naufragios nesse mar d'escobas; mas seja-me ainda permitida duvidar de que tal infortunio me occorresse na questão do estado dos servos do viii até o xii seculo; seja-me licito por emquanto suspeitar que fiz fazer um progresso á historia da Peninsula, collocando á sua verdadeira luz a situação dessa classe durante aquelle periodo.

Come já disse, o sr. Muñoz, abstrahindo das considerações *à priori* que fiz a semelhante respeito, limita-se a combater a minha opinião e a propugnar a sua com os factos que elle creê resultarem de um grande numero de documentos que invoca: limitar-me-hei tambem por isso a apreciar esses documentos e a examinar o que elles provam, recorrendo sómente a outros quando o julgar indispensavel para estribar melhor as minhas affirmativas.

III

Estabelecendo a doutrina de que o servo continúa a ser na monarchia de Oviedo e Leão o que era entre os godos, o sr. Muñoz funda-a n'uma serie de factos, que em seu entender resultam dos documentos e caracterizam a condição do escravo, a posse e dominio absolutos do homem sobre o homem, a servidão na sua forma mais completa e humilhante, a do homem-cousa, a do homem animal de trabalho. Estes factos consistem na venda, doação e troca dos individuos sem dependencia de um contracto ácerca do solo em que elles habitam; em serem arrebatados nas guerras privadas os colonos de herdades privilegiadas ou nobres ou ecclesiasticas, reduzidos á escravidão dos raptos e vendidos por estes como escravos; na entrega dos servos christãos aos sarracenos como preço de resgate de nobres captivos (pag. 5 a 7)¹; em

¹ Sigo a paginação do opusculo, tirado á parte depois d'impreso na *Revista de Ambos-Mundos*. Um exemplar

exercerem os servos os diversos misteres do serviço domestico e os officios mechanicos, sendo parte de taes misteres incompativeis com o cultivo do solo; em viverem alguns nos coutos de igrejas e mosteiros obrigados a serviços geraes, isto é, a quaesquer que lhes mandassem fazer (pag. 12 a 13). Excluidos da representação em juizo pela lei (wisigothica), que não admittia o seu testemunho senão á falta de outras provas, não tinham acção para perseguir um delicto contra a propria pessoa ou contra os filhos; ao dono competia sollicitar a indemnisação do damno padecido pelo servo como de cousa sua. No caso de homicidio, era elle quem tambem obtinha a compensação pecuniaria; e do mesmo modo se o servo matava, feria, ou atacava propriedade alheia, o responsavel era seu dono (pag. 15 e seg.). Os filhos de um servo e de uma serva de diversos donos eram pessoalmente divididos entre elles (pag. 24 e 25).

Taes são os factos sociaes que o sr. Muñoz apresenta como contrariando a minha opinião: esses factos estriba-os nos documentos cujas

delle que possuo, devo-o á urbanidade e benevolencia do sr. Muñoz, que teve a bondade de m'o remetter.

passagens correlativas transcreve, referindo-se outras vezes aos monumentos por elle já publicados na *Collecion de Fueros*, ou a alguns que se encontram em outros escriptos, principalmente nos appendices da *Espanha Sagrada*.

Se o meu animo não fosse sincero; se eu não quizesse trazer á evidencia o erro em que me parece laborar o sr. Muñoz, limitando-me ao que menos imperta, á defesa do meu livro, facil me seria annullar as illações tiradas dos documentos invocados contra mim, visto que o sr. Muñoz não nos mostra, nem talvez lhe seria possível mostrar, que elles se referem a servos da raça e não a prisioneiros de guerra, a sarracenos captivos nas continuas luctas entre os reis de Oviedo e Leão e os principes mussulmanos, ou aos filhos e descendentes desses captivos¹. Um ponto em que estamos ambos de accordo é que a sorte destes era a de verdadeiros escravos. Das chronicas de Sebastião de Salamanca, de Sampiro, do Silense e de outros vemos que o sys-

¹ Em documentos do seculo XIII vemos ainda a designação de servos applicada aos escravos mouros. N'um testamento de 1232 são legados ao mosteiro d'Alcobaça *servos et servas et servas et servas*. Dado de Alcobaça na Collecç. Especial, Gov. 64 (na Torre do Tombo).

tema de extermínio adoptado a princípio pelos immediatos successores de Pelayo não tardou em ser modificado, e que milhares de captivos viam successivamente cair nos ferros da escravidão, ou reservando-os o rei para si, ou distribuindo-os pelos seus guerreiros. Uma parte dos edificios religiosos levantados por Fernando-magno foram construidos por esses desgraçados, salvos da morte por uma politica menos deshumana que a dos barbaros reis das Asturias.

Com um monumento, porém, tão incontroverso como explicito, eu provei¹ que ainda no meiado do seculo XII a sorte dos mosarabes, aprisionados com as armas na mão pelos soldados dos principes christãos, era analoga á dos orentes do islam, sendo como elles reduzidos á escravidão. Não é crível que a sua sorte fosse melhor nos seculos anteriores. Ainda suppondo que os documentos citados pelo sr. Mañoz se devessem entender em geral como elle pretende que se entendam, ninguém poderia affirmar que os nomes gethicos a que ali se allude não fossem sempre e em todos elles de captivos mosarabes ou de filhos seus e não de mouros conver-

¹ Hist. de Port., T. 3, p. 313 da 3.ª edic.

tidos ou não convertidos. Tambem me parece que poderia limitar-me a advertir que, fundando-se a minha opinião em muitos documentos, que o sr. Muñoz não se encarrega de interpretar de um modo acorde com a sua doutrina, e tendo, além disso, a meu favor as illações que tirei dos successos politicos, poderia considerar todos esses diplomas a que elle recorre apenas como manifestações das violencias, das excepções; como mais uma prova da falta de caracteres constantes, de regras geraes absolutas nos factos sociaes de uma época de barbaria e de transformação.

Mas estas soluções, que talvez bastassem ao debate, não bastariam á minha consciencia: poderiam abonar uma opinião, aliás estribada em outros fundamentos, mas deixariam certa duvida no espirito dos que estudassem o assumpto. Desçamos, por isso, á analyse dos factos e documentos a que o sr. Muñoz recorre para assentar a existencia da escravidão pessoal como regra nos quatro primeiros seculos da monarchia leonesa.

IV

A venda, troca e doação dos individuos da classe servil sem dependencia de um contracto relativo ao solo em que habitam é o primeiro facto que affirma o sr. Muñoz, e que estriba nos seguintes documentos:

1.º Carta de doação á sé de Oviedo por Affonso II em 812. Incluem-se entre as dadas *mancipia*, *id est*, *clericos sacrificatores*, dos quaes um é presbytero, outro diacono, e os mais simples *clericos*, talvez ostiarios, psalmistas, exorcistas, etc. Alguns, declara-se terem sido comprados pelo rei. Os outros *mancipia* são seculares, declarando-se tambem que alguns foram havidos por compra. Os nomes tanto de uns como de outros são godos.

2.º Carta de dote de 887. O noivo doa á esposa, além de alfaias, bens semoventes e dinheiro, dez *pueros* e dez *puellas*, 30 villas (aldeias grangas) as quaes diz serem situadas *in Nemitos*, e enumera-as *Generoso*, *Vivente* etc.

3.º Doação de marido a mulher, de 1029. Doa,

entre outras cousas, *mancipios et Mancipiellas quos fuerunt ex gente hismaelitarum et agareni*, os quaes nomeia: uns tem nomes godos, outros nomes arabes. Além destes, doa-lhe *de avo-lengarum criazone parentum* varios individuos cujos nomes parece serem todos godos.

4.º Carta de aguição de 962 em resultado de uma demanda entre o mosteiro de Cella-nova e o conde Ordonho Romaniz. Versava a questão sobre duas granjas ou aldeias, querendo o conde tirar *homines et hereditates de jure monasterii volens eas ad servitutem abdigare*. Apresentaram os monges os seus títulos perante elrei, e quando iam a provar, diz o sr. Muñoz, que o rei Ramiro dera os homens que o conde usurpava, e o bispo D. Rosendo os entregava ao mosteiro, e o conde supplicou aos magnates que obtivessem dos monges darem-lhe as duas villas em prestamto vitalicio, *absque hominibus in adomitu*, no que os monges convieram

5.º Carta de aguição de 1074, em resultado da demanda entre o mosteiro de Cella-nova e a condessa D. Guacina, que affirmava ter o rei Ramiro tirado de testamento (predio ecclesiastico) de Vanate dez homens, et quaes dera ao mosteiro de Peccaria. Replicava o abbadé de Cella-nova

que de hodie, quod est 120 annos nunquam auditum fuit istum tale verbum. Julgou-se a favor do abbade.

6.º Doação de 1094 feita á sé de Lugo por Suario Moniz de varias *villas cum sua criacione et homines pertinentes. . . excepto Aluito Pepiz et suos filios.*

7.º Carta de arrhas de 1108 em que o noivo doa varios bens de raiz, e além disso, um cavallo baio e *uno homine de creacione.*

8.º Doação do mosteiro de Sobrado em 1116 feita pela rainha D. Urraca a Fernando Perez e a seu irmão com todos os termos e coutos antigos e suas pertenças, *et cum sua criacione, servos et ancillas, exceptis quibusdam.*

9.º Memoria da divisão de Roveredo, sem data, caracteres do seculo XII. Na opinião do sr. Muñoz pertence ao seculo XI. Um certo Vermudo Casconiz comprara o sarraceno Sendimiro (nome godo) que fora visavô de Diogo Erm. Este foi a Roveredo e casou com uma mulher que era vaqueira de Ardio Dias, uma de duas irmãs, que herdando Roveredo, haviam dividido entre si o pradio. Veio em busca delle Pelagio Frouax (provavelmente herdeiro ou representante de Vermudo Casconiz) e levou-o consigo. Seguiu-se uma

manda entre Ardio Dias e Pelagio Froilaz, que terminou por uma composição, em virtude da qual ficou Diogo Erit em Rovoredo e foi dada em trôco delle uma irman da vaqueira de Ardio Dias.

Taes são os documentos de doação, vendas e escambos, exclusivamente de individuos, que o sr. Muñoz cita em prova da inexacção da minha doutrina.

No 1.º documento peço que se note que as pessoas doadas são denominadas *mancipia*, e não *servos*, e que entre elles um é presbytero, outro diacono, e outros simples clerigos; que os seculares são tambem denominados *mancipia*, e que todos elles tem nomes godos. Pergunto: tolerava a disciplina ecclesiastica recebida na Peninsula naquella epocha, que homens servos, e que continuavam a ser servos, doados ou vendidos depois a bel-prazer de seus donos, fossem elevados não ás menos importantes funcções do culto, mas á ordem do presbyterado e ainda do diaconado? Não era impossivel acumular as condições da servidão e do sacerdocio? Basta abrir o resumo dos canones da igreja d'Hespanha publicados por Aguirre e Cenni para nos desenganarmos da impossibilidade desta associação monstruosa. Todavia o facto da venda de um presbytero, de

um diacono e de outros clerigos deu-se no principio do seculo IX, como o prova este documento. Não haverá, porém, atraz desse facto outro ou outros que o expliquem ?

A designação de *mancipium*, applicada a individuos dos mais elevados gráus do sacerdocio, o presbyterado e o diaconado, é não menos singular. Notei mais de uma vez no meu livro¹ que a palavra *mancipium*, entre os godos, sem deixar de se tomar ás vezes na significação lata de servo, significava de ordinario o servo infimo, o *escravo*, o individuo reduzido á ultima degradação; significava antes uma *situação* de aviltamento do que uma *condição* originaria. São notaveis a este proposito dous logares do codigo wisigothico, a lei que tracta dos *escravos dos servos fiscaes*, e a que tracta dos *mancipia* dos judeus, quer *ingenuos*, quer *servos*. Antes de mim já Masdeu tinha feito com pouca differença a mesma observação. Entre os romanos *mancipium* era synonymo de *servus*, mas a origem dos vocabulos era diversa: *servus* de *servire*; *mancipium* de *manu captum*, do homem apprehendido, do prisioneiro reduzido á escravidão. Evidentemente a designação de

¹ Hist. de Port., T. 3.º, p. 255 (nota 4) 274 &c.

mancipium serviu a princípio para indicar o *captivo*, o indivíduo a quem se deu a vida, que se lhe podia tirar, para o collocar na situação de um animal de carga, de uma aléia; representou um facto accidental, personalissimo, differente da servidão herdada, da servidão de raça, ou para exprimirmos com dois vocabulos modernos duas idéas semelhantes, mas diversas, o *mancipium* era *servo*, mas *escravo*. Na Russia ha *servos*; na America ha *escravos*. Note-se, porém, que com este exemplo não quero estabelecer analogia completa entre a distincção primitiva e a distincção actual.

Baste, porém, que *mancipium* servisse entre os godos para exprimir especialmente a mais vil servidão, a escravidão. Não teria a palavra na monarchia neo-gothica este mesmo valor especial, embora ás vezes pela fluctuação da linguagem (fluctuação que existe sempre, mas que é grandissima nas epochas barbaras) se tomasse como synonymo de *servo*, por isso que, n'um grande numero de relações, a sorte de um e a sorte de outro eram identicas? No 3.º documento que cita o sr. Muñoz, os individuos doados são denominados *mancipios* e *mancipiellas*, e exprime-se que são da gente *ismaelita* e *agarena*; que são capti-

nos. N'uma carta de doação de 10 de Junho¹ de 887 affonso III dou-lhe, além de outras cousas, *mancipia, quae et hincubitorum terra captiva dixerunt*. No meio de uma ducta odienta e atroz, como foi durante o seculo VIII e ainda durante o IX a das monarchias de Oviedo e de Cordova, é natural, é crível, sequer, que a sorte dos prisioneiros de guerra que não eram passados á espada fosse inteiramente a mesma das servos de raça, classe a que, além de outros, um documento de 985 chama *servos originales*², por infima que se reputasse a condição destes? E não haveria um meio de expressar por palavra ou por escripto a differença das duas situações, quando fosse necessario fazê-la sentir?

É indubitavel, á vista das chronicas coevas e dos documentos, que os reis de Oviedo e Leão e os seus capitães, alargando os limites da monarchia em reduzindo o poder mussulmano por victorias repetidas, por saltos e correrias inesperadas, por devastações e incendios, conduziam annualmente para o interior das provincias ovetense-leonesas milhares e milhares de captivos. De-

¹ Esp. Sagr., T. 40, Append. 19.

² Doc. de Moreira na Torre do Tombo, Collecç. Especial, G. 78.

vemos acaso supôr que nenhum desses contractos sobre individuos pessoalmente escravos, em que se calla a procedencia dos mesmos individuos, se refira a prisioneiros de guerra, e que entre estes não houvesse muitos mosarabes? A pretensão parece-me que seria insustentavel. Embora eu não queira, nem seja preciso explicar por esse facto muitos dos documentos citados pelo sr. Muñoz, ha outros em que semelhante explicação é a mais simples e natural, e a este numero pertence indubitavelmente a doação de 812.

Civilmente, socialmente, os mosarabes eram sarracenos. Do modo como essa grande maioria da população romano-gothica buscava em geral assimilar-se aos conquistadores temos sobejas provas nos escriptos contemporaneos de Alvaro de Cordova, d'Eulogio, do biographo de João de Gorze, nas actas dos martyres Voto e Felix e em outros monumentos. Os mosarabes serviam nos exercitos mussulmanos e por consequencia combatiam contra os seus correligionarios. Entre os altos officiaes da coroa na corte de Cordova figuram condes godos, e apparecem-nos a cada passo magistrados, funcionarios, prelados, sacerdotes godo-romanos nas provincias do vasto imperio

dos *Baru-Umeyyas*. Quanto a estes, pospondo as questões religiosas, e adoptando a tolerancia dos dominadores arabes, variam verdadeiramente adictos á situação politica em que se achavam, elles que abraçavam não raras vezes proprios, os costumes, as usanças, a civilisação e a lingua dos mussulmanes, a ponto de esquecerem completamente o idioma neo-latino, segundo o testemunho de Alvaro de Cordova; elles que admitiam, até, a circumcissão, se acreditarmos o *Judicium* e a biographia de João de Gorze? Não achamos nós ainda no seculo XI os bispos mozarabes, esquecidos das funções episcopaes, e dedicados inteiramente á vida politica, empregaram-se no serviço profano dos respectivos soberanos sarracenos? ¹ Se nos proprios estados dos reis de Leão a mistura dos usos mussulmanes

¹ Por exemplo, o 1.º bispo de Coimbra depois da restauração, Paterno, que, sendo bispo de Tortosa e vindo por embaixador dos Beni-Hud de Saragoça a Fernand-magao, foi aliciado pelo alvair Sennando para aceitar o episcopado de Coimbra, o que faz alguns annos depois. *Qui suprafatus episcopus* (diz o documento de Livro Preto da Sé de Coimbra que refere o facto) *in tempore Tortosense Urbis aculeis tangebatur, sed propter societatem paganorum officium et evidentem sanam mentem adimplet valebat.*

com os christãos dava ás vezes, nas exterioridades do culto, occasião a factos que seriam comicos, se não fossem irreverentes¹, o que seria essa mistura entre mosarabes e ismaelitas nos estados mahometanos?

Imaginar, portanto, que entre os milhares de captivos que annualmente eram arrastados da Spania para os sertões das Asturias e de Leão não vinha um grande numero, digamos assim, de *sarracenos christãos*; que entre uns e outros captivos se fazia distincção, se poderia sequer fazer; que os violentos e brutaes barões e cavalleiros dos reis leoneses consentiriam em perder uma parte dos seus escravos, que exteriormente em nada se differencavam dos restantes, dos verdadeiros mussulmanos, ainda admittindo gratuitamente que os principes o desejassem, seria suppôr uma cousa inacreditavel, embora não existisse o tes-

¹ N'uma doação de 1083 á igreja de Vousela (Livro Preto f. 144) mencionam-se entre outras alfaias *una casula tirax et una dalmadiga tirax*. O *tirax* era um estofa precioso de fabrica sarracena, de que usavam as pessoas principaes entre os mussulmanos, onde se liam bordadas orações do culto islamico e sentenças de koran. Quando os sacerdotes da igreja de Arcozelo á qual tinham pertencido aquelles paramentos, ou os da de Vousela, á qual se

temunho do biographo de S. Theotonio, testemunho preciso de que a praxe era inteiramente contraria.

Na adiantada civilisação de hoje não se comprehendia o direito de vida ou de morte sobre os prisioneiros de guerra, e nem sequer a escravidão para o vencido, ou que possa haver outros prisioneiros senão combatentes. Deste estado da civilisação derivam a distincção entre prisioneiro e prisioneiro, e os diversos gráus de benevolencia e de attenções para com os mais qualificados. Entre barbaros ou nas eras barbaras, o nosso proceder, as nossas idéas actuaes a este respeito seriam igualmente incomprehensíveis. Na verdade o senhor do captivo, sabendo que se apoderara de um homem opulento, importante entre os adversarios, podia por calculo de cubiça tractá-lo melhor, evitar-lhe os padecimentos e as injurias. á espera de avultado resgate. Mas a regra, o principio, a idéa de então consistia em ser o captivo, fosse quem fosse, como um ente novo, a

doaram, celebrassem, revestidos com elles, os officios divinos, os assistentes que não ignorassem a leitura do arabe poderiam ir misturando as preces da igreja com as do islamismo, e lendo as sentenças do koran, enquanto os celebran repetiam os textos do evangelho.

cujo nascimento, digamos assim, não se tinha opposto o gume da espada. O passado desse ente não importava para nada. Era um animal, uma propriedade do que o captivara e que licitamente poderia ter feito com que não existisse: era o *manu-captum*, a aquisição, o escravo; enfim, o *homen-cousa*.

Tendo presentes todos estes factos, que o sr. Muñoz não ignora, mas que me era necessario recordar aqui, entende-se facilmente a duação de Afonso II á sé de Oviedo: entende-se como esses clerigos podiam ser em parte comprados, em parte libertados pelo rei, e unidos á sé ovetense. Eram mosarabes arrebatados, mau grado seu, por occasião de alguma correria. Pelos canones da igreja gothica os sacerdotes viviam n'uma especie de adscrição canonica á igreja a que pertenciam, e Afonso II, conforme o chronicon de Albaida, foi quem restabeleceu em Oviedo as hierarchias civis e ecclesiasticas dos godos¹. Resgatando aquelles individuos da escravidão, e ligando-os indissolvelmente á sé ovetense, respeitava as idéas do seu tempo e mantinha a antiga discipli-

¹ *Gothorum ordines... tam in ecclesia... quam in palatio... statuit: Chron. Albedi § 60.*

na eclesiastica, embora o fizesse de modo um tanto rude. Se admittissemos, porém, a hypothese de que elles eram servos originarios semelhantes aos servos dos tempos gothicos, que como taes haviam recebido ordens sacras, que, depois de doados á sé de Oviedo, continuavam a ser o que eram, segundo a theoria do sr. Muñoz, isto é cousas e não pessoas, e que, portanto, podiam ser destinados pelo bispo Adaulfo para exercerem os mais abjectos misteres, o diploma de 842 ficaria não só repugnando á historia, mas sendo, além disso, um indecifrável mysterio.

Este documento não me escapou quando redigía o vii livro da Historia de Portugal; mas tinha de attender a muitos outros, de condensar muitos factos sociaes em poucos periodos. Não podia descer á analyse minuciosa delle. Estava tão convencido da verdade da doutrina que estabeleci, que não o julguei sufficiente para a destruir. O leitor avaliará se elle effectivamente a destroe. Suppõe que, quando muito, era uma das anomalias tão frequentes nos factos sociaes dos tempos barbaros, a manifestação da anarchia que reinava ainda nas idéas e nos factos. A analyse parece-me provar que nem sequer isso era.

O 2.º documento explica-se como o antecedente.

te pela existencia d'escravos captivos. É notavel que nelle tambem se evite a palavra *servos*, mais generica, para se empregar a singular expressão *pueros e puellas*. Parece haver a necessidade de recorrer a um vocabulo especial para exprimir uma variedade da servidão. Além disso, este documento parece igualmente entrar na categoria de varios outros que citei no meu livro para provar a adhesão do servo originario á gleba, pelo modo por que indistinctamente se empregava o nome do individuo ou o da propriedade para designar esta. Doando trinta granjas, o doador declara que são situadas no districto de Nemitos, e que são *Generoso, Vivente &c.* nomes proprios de individuos e não de predios.

O 3.º documento creio servir antes para combater a opinião de sr. Muñoz do que a minha. O doador distingue em dous grupos os servos doados: a 1.ª dos *mancipios e mancipiellas que foram das gentes dos ismaelitas e agarenos*, e dos quaes, todavia, uns tem nomes godos, outros nomes arabes: a 2.ª dos *homens de criação havidos de avoengas* (heranças de familia) *dos antepassados* (do doador) e cujos nomes são todos godos. Porque a divisão em dous grupos, se a condição dos que pertencem a uma e a dos que pertencem

a outra é absolutamente identica? Porque uns são chamados *mancipios*, outros *homens de criação*, equivalente de servos de raça? Porque entre os *mancipios* tem uns nomes godos e outros arabes, enquanto os de *criazione* são todos godos? Peço ao sr. Muñoz que aproxime estes factos das ponderações que acima fiz, e que decida depois se o documento prova contra a minha, se contra a sua doutrina.

Refere-se no 4.º documento a historia de uma demanda entre o conde Ordonho Romaniz e o mosteiro de Cellanova ácerca de certas herdades do mosteiro e dos homens que n'ellas viviam. O que neste documento importa para a questão é o desfecho da contenda. Convencido de que não tinha razão, o conde propôs aos monges uma transacção, que acceitaram, e que consistia em elle possuir as granjas enquanto vivo *absque homines in adtonitum*. Nestas ultimas palavras o sr. Muñoz vê a separação dos homens da terra. Será essa a verdadeira interpretação?

Adtonitum é evidentemente a traducção latino-barbara da palavra *atondo*. *Atondo* significava alfaia, *traste de uso, objecto de serviço*. As obrigações do servo de gleba, como depois as dos colonos livres em seculos mais proximos de nós, eram,

em relação ao senhor da gleba, e depois em relação ao senhorio directo do predio, de duas espécies — prestações agrarias e serviços pessoais; estas abrangiam serviços de todo o genero, ainda os mais baixos; alguns, até, que poderiam ser feitos por animais domesticos. Nada mais facil, portanto, do que applicar a palavra *atendo* ao serviço pessoal dos servos, n'uma época que de certo se não distinguia pela precisão rigorosa da linguagem¹. Que ficava percebendo Ordonho por aquella concessão dos frades? As prestações agrarias. Os serviços pessoais ficavam ao mosteiro. E os monges procediam assisadamente fazendo uma concessão restricta ao homem poderoso. Felhos individuos que agricultavam as glebas, cujos redditos senhoriaes elles cediam vitaliciamente ao conde, ficando aliás esses individuos ligados pelos serviços pessoais ao mosteiro, era facil prevar a todo o tempo a quem o seio pertencia, se, como eu creio, o servo se achava unido ao predio que agricultava e onde vivia.

¹ Martim Moniz (genro do conde Seanando e seu successor no governo de Coimbra) doa perpetuamente a João Gossendes os bens na villa de S. Martinho *que ibi obtinuit Cister Polaris in sustento de consule domini Seanando*. (Livro Prato da Sé de Coimbra t. . .) Aqui *atendo* signifi-

Não comprehendendo como possa applicar-se á materia debatida o 5.º documento citado pelo sr. Muñoz. Para elle servir ao intento era necessario que a condessa D. Guncina provasse o que affirmava. Não o provou, porque a sentença deu-se a favor dos frades. Logo a separação dos dez homens pelo rei Ramiro nunca existiu conforme o que pretendia o abbade de Cellanova. Supponhamos, porém, que fosse verdade o que ella dizia. N'esse caso perguntaria: d'onde consta que dez glebas do testamento de Vanate não passaram com os dez homens para o dominio do mosteiro de Porcária? A contenda podia versar sobre os dez servos e os dez predios, embora se falasse unicamente de homens: esta confusão da linguagem juridica nos documentos daquelles tempos é uma coisa que me parece ter demonstrado no meu livro até a evidencia.

No 6.º documento doam-se varias granjas *com sua eriaçione et homines pertinentes*, exceptuando um d'estes homens com seus filhos. Não com-

ea serviço (no serviço do conde Sernando) ou retribuição por serviço, mas temporaria, por isso que os bens se doam depois hereditariamente a outro.

Documento hoje publicado no *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Charta*, Pars. 2.ª N.º 750.

prehando igualmente como se possa invocar contra mim um documento de que me poderia ter servido, cumulativamente com tantos outros, para estribar a minha theoria, se o houvera conhecido. A phrase latino-barbara acima citada exprime exactamente a situação dos servos: doam-se as glebas com a *sua* criação, com os homens *que lhes pertencem*. Supponhamos que a reserva que se faz de uma familia signifique o que o sr. Muñoz pretende. Seria um acto legitimo ou illegitimo; mas o que é certo, pelo menos, é que até ahí essa familia pertencia áquellas glebas como os outros homens de criação. Isoladamente este documento não seria bastante para provar o facto geral da adscrição, embora prove que havia adscriptos; mas o que elle de certo não prova é que a situação dos servos na sociedade leonesa fosse a mesma dos tempos gothicos.

A adhesão á gleba era um facto de indole complexa. Por um lado era um progresso immenso das classes laboriosas no caminho da liberdade; por outro uma garantia para os donos do solo; porque, circumscrevendo, coarctando a acção do senhor sobre o servo, a tornava por isso mais legitima e por consequencia mais solida. Nas relações entre ambos havia vantagens mutuas, de que es-

pontaneamente se podia ceder de parte a parte para as trocar por outras vantagens maiores. A adscrição não era uma lei escripta, como na Russia moderna; pelo menos nenhuns vestigios restam de que o fosse: era um facto social, um costume, uma praxe, que resultava da natureza das cousas, de factos politicos anteriores. É possivel apparecerem exemplos de separação entre o servo e a gleba por um acto violento do senhor. De que actos violentos deixa de nos subministrar exemplos a idade media? Mas o senhor tambem podia quebrar os laços que prendiam o servo ao predio com vantagem e assenso delle, como por exemplo para o unir a uma gleba mais productiva ou mais vasta, sem que por isso se reputasse offendida a praxe, a especie de lei mental que a força das cousas trouxera, e sem que hajamos de inferir d'ahi a não existencia do facto contrario como regra. Isto explicaria a reserya de Alvito Pepiz e seus filhos na doação de 1094 á sé de Lugo, se não se podesse tambem entender que com elles fora exceptuada a respectiva gleba.

Depois do que fica dicto a analyse dos 7.º, 8.º e 9.º documento do sr. Muñoz parece-me inutil, e a theoria da adscrição não obstará por certo á sua facil interpretação. Seja-me, todavia, licito

fazer algumas observações a respeito do ultimo documento. Não me lembra ter jámais visto mencionado, nem nòs historiadores nem nos monumentos, um unico mussulmano cujo nome seja godo. E contudo na memoria da divisão de Roveredo menciona-se o *sarraceno* Sendimiro. Não seria um captivo mosarabe? Mosarabe, porém, ou arabe, elle não fara um homem de criação, fora um escravo. Diogo Erit fugindo para Roveredo casou ahi. Mas porque não seria a mulher da sua condição e da sua raça? E então porque não se daria em troco d'elle uma irmã da sua mulher? Que pôde esse facto provar contra a adscripção dos servos originarios? Onde neguei eu que a escravidão dos sarracenos ou de seus filhos fosse a servidão pessoal?

Outra ordem de factos, que o sr. Muñoz recar-
da como vehemente indicio de que a condiçõ
dos servos era a mesma dos tempos gothicos, é
que ás vezes os poderosos nas suas depredações
roubavam uns aos outros os calens e iam vendê-
los, o que não poderia acontecer se a servidão
pessoal não existisse; que se davam servos aos
mourros em resgate d'illustres captivos¹; que os
servos eram obrigados ao serviço domestico, a
trabalhos mechanicos da industria, como por
exemplo, a serem cozinheiros, padeiros, teci-
lões, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, etc.; que al-
guns tinham os mais baixos encargos, como lim-
par os logares immundos, concertar os caminhos,
tractar das cubas em que seus senhores se ba-
nhavam etc.²; o que tudo, no entender do sr.
Muñoz, repugnava á adscripção. Lembra-se então
de alguns monumentos em que esses factos pe-

¹ Pag. 7.

² Pag. 12 e 13.

dem estribar-se, e que crê servirem para condemnar a minha opinião. Examinemo-los.

N'uma doação de Bermudo III á sé de Santiago fala-se de um certo Galiariz, que, entre outras rapinas que fez, roubou seis homens alheios e vendeu-os como captivos (*et vendidit eos sicut captivos*). Se eu procurasse um documento que positivamente contradissesse a doutrina do sr. Muñoz, não o acharia por certo mais a proposito. Galiariz vendeu os servos alheios *como se fossem captivos*, e este acto enumera-se entre os seus delictos. O que pois se vendia sem offensa dos usos e costumes era o prisioneiro, *captivum*. Vender como tal o servo alheio é uma circumstancia que agrava o roubo, e porque? Porque o servo, o homem d'alguem, não era um captivo, uma *cousa* venal. Peço que se reflecta neste documento.

Dous nobres de Galliza, conforme refere a Historia Compostellana, foram aprisionados pelos sarracenos. Tractou-se do seu resgate, e deram-se para os remir LX *captivos christianos, tamen ex servili conditione*. E é sobre semelhante texto que o sr. Muñoz assenta a idéa de que se entregavam servos originarios aos sarracenos em resgate de cavalleiros leoneses! Que é o que se deu

pelos dous nobres? Captivos christãos. Pois *captivo* foi nunca synonymo da palavra generica *servo*? *Captivo*, na idade media, significava o que significa hoje, o que significou sempre, o prisioneiro. O que houve foi uma troca de prisioneiros. Deram-se por dous sessenta, facto que o historiador explica: *tamen ex servili conditione*. Se dessem sarracenos nobres dariam um, dous, quatro, ou seis. Não tinham prisioneiros da mais elevada jerarchia ou não os quizeram entregar: deram sessenta de condição servil. Mas esses homens eram christãos. Por certo; mas tambem eram indubitavelmente captivos. A Compostellana é igualmente explicita a ambos os respeitos. Eis a necessidade de nunca esquecer a população mosa-rabe. Por ella se explica facilmente a existencia de prisioneiros christãos em poder de christãos. Aprisionados com seus senhores ou sem elles n'uma batalha ou n'uma correria dos leoneses na *Spania*, tinham mudado de donos, e agora entregavam-nos a outros donos em cujo poder de certo a sua condição desgraçada não melhoraria. Eis o que unicamente se pode inferir com plausibilidade da narrativa da Compostellana.

Não escrevendo a historia de Leão, ou dos outros estados da Peninsula, mas a de Portugal, eu

era obrigado a esboçar rapidamente a organização social da Hespanha de que se desmembrará a monarquia portugueza; só, porém, até onde fosse necessario para se entender a historia social de meu paiz. Apesar disso, creio que foi o primeiro que tentei fazer sentir aos escriptores hespanheos a importancia de dedicar profundas investigações á historia dos mosarabes, dessa população distincta, que, em meu entender, devia constituir a maioria dos habitantes da Península, ainda dous ou tres seculos depois da invasão dos arabes e da tentativa de Pelajo, pela simples razão de que a grande massa da população de um vasto paiz não se pode substituir como o poder supremo, como o predomínio de um prudente conquistador, sobretudo quando se tracta de uma nação civilisada, e não de tribas selvagens, sempre insignificantes em numero, e que a atrocidade fria e permanente dos vencedores chega a destruir no decurso de seculos. Depois das invasões e conquistas germanicas, a grande massa da população do imperio romano ficou sendo celta-romana: depois da invasão e conquista da China pelos tartaros mantchus, a maioria dos habitantes daquella immenso paiz ficou sendo chin: o sangue inglês é o sangue anglo-saxonio, apesar do predomínio

normando. E todavia nenhuma daquellas raças de conquistadores foi tão moderada, tão benigna para com os vencidos como os arabes na Hespanha. Por essa mesma brandura e tolerancia certa ordem de factos politicos e sociaes, que se dão depois dos grandes cataclysmos das nações, deviam ser mais prominentes, mais efficazes na Hespanha, e portanto influir mais poderosamente nas phases dos acontecimentos posteriores tanto politicos como sociaes. Nós, os homens d'hoje, que vimos ou ouvimos contar a nossos paes as scenas do dominio francês na Península no principio d'este seculo, deveriamos saber adivinhar o estado moral da população romano-gothica depois do estabelecimento do imperio dos khalifas, se aliás os monumentos fossem menos explicitos ou guardassem silencio a tal respeito. O transitorio dominio francês na Península não deixou de produzir logo um grande numero de *afrancesados* na Hespanha e de *jacobinos* em Portugal. Qual seria o jacobinismo, permitta-se-me a expressão, entre os godo-romanos em relação aos sarracenos pode imaginar-se tendo presente o estado de dissolução moral do imperio wisigothico, anniquilado n'uma unica batalha; o longo dominio dos arabes; a superioridade da sua civili-

zação material; a sua tolerancia para com a religião dos vencidos; o respeito guardado ás instituições civis destes; a benevolencia, emfim, dos principes muçulmanos para com os seus subditos christãos. Não quero dizer com isto que o patriotismo wíngothico; que a impaciencia do jugo extranho; que o sentimento de hostilidade religiosa não andassem em muitos corações; e até subissem a egrá de fanatismo. Pelo contrario. Não era preciso que os monumentos nos dissessem que a reacção se manifestava até na corte de Cordova; o conhecimento da índole das paixões humanas dispensa ás vezes em historia o testemunho dos monumentos. O homem é essencialmente o mesmo em todas as epochas. Mas é por isso que os interesses, a reflexão, os vícios, as virtudes, os hábitos, a educação, as mil causas moraes que impellem e dirigem o individuo e lhe determinam os affectos e as tendencias, deviam impellir outros, e talvez o maior numero, a manifestações oppostas. O *Indiculo Luminoso* de Alvaro de Cordova, especie de extenso artigo de fundo de jornal partidario, libello apaixonado contra o mosarabismo, revela-nos quão numeroso e importante era o partido arabe entre os romano-godos da Spania, partido que abrangia nobres, guerreiros, prela-

dos, sacerdotes, magistrados, povo. Se não existisse este testemunho insuspeito, a razão e a experiencia nos diriam o mesmo que elle nos diz¹.

Imagine-se agora qual seria durante a lucta entre a monarchia neo-gothica e o imperio dos Beni-Umayyas o papel deessa maxima parte da população peninsular chamada os mesarabes: uns indifferentes á contenda, accitando do mesmo modo o dominio dos reis d'Asturias e Leão ou o dos principes sarracenos, no meio dos éstos da guerra; outros forajando por identificar-se com a nova sociedade que se constituia á semelhança da patria wisigothica; outros, enfim, addictos por esperanças, por cobiça, por beneficios recebidos, e até por laços de sangue, resultado dos

¹ *sorda aure cum inimicis summi Dei associatas colligamus, et placentes eis nostrae fidei derogamus—Quotidie opprobriis et mille contumeliorum fascibus obrupti, persecutionem nos dicimus non habere—Christianos contra fidei suae socios, pro regis gratia et pro vendibilibus maneribus et defensione gentilitum praeliantes, non maledicimus nec detestamur, sed religiosos pro vero Deo certantes anathemate percutimus et infamamus—Nonne ipsi qui videbantur columnae, qui putabantur ecclesiae petrae... nullo cogente... Dei martyres infamaverunt? Nonne pastores Christi, doctores ecclesiae, episcopi, abbates, presbyteres, proceres et magnates haeticos eos esse pu-*

consorcios mixtos, á manutenção do dominio mussulmano, e calcule-se quantos factos politicos haviam de dimanar de um estado de cousas tal; quantas peripecias, quantas violencias se dariam em qualquer districto ou provincia da Hespanha a cada invasão, a cada correria, quer dos sarracenos, quer dos leoneses; como se traduziriam em vinganças acerbas os odios occultos; como as paixões mais oppostas trariam a mudança de partido e até de crença; como os homens da mesma raça e da mesma religião se perseguiriam, se denunciariam por desleaes a um ou a outro dos dous poderes publicos, que pelos accidentes da guerra se succediam tão frequentemente nos variaveis limites dos dous estados; como a con-

blicè clamaverunt?—Dùm enim circumcisionem ob improperantium ignominiam devitandam... cum dolore etiam non medio corporis exercemus— Et dùm eorum verbis et fabellis mille suis delectamus, eisque inservire, vel ipsis nequissimis obsecundare etiam premio emimus... ex illicito servitio et execrando ministerio abundantiores opes congregantes, fulgores, odores, vestimentorumque, sive opum diversarum opulentiam, in longa tempora nobis filiisque nostris atque nepotibus praevidentes,—ob honores saeculi fratres cum crimine regibus impiis accusamus,.. inimicis summi Dei ad occidendum regem Domini gladium revelationis porrigimus, ducatumque

pição do mesmo individuo mudaria mais de uma vez; como o nobre, o rico, o funcionario, o sacerdote poderiam cair de repente da situação mais elevada na mais abjecta servidão, e os mais humildes elevarem-se por acontecimentos imprevisitos até as mais altas graduações sociaes; como, finalmente, os monumentos na sua linguagem, nos factos que delles resultam podem illudir-nos, se entre os elementos a que devemos recorrer para a sua apreciação esquecermos o elemento mosarabico.

Que se me permita referir aqui uma anecdotta que pinta a vida agitada da população mosarabe nos territorios submittidos ora pelos arabes, ora pelos leoneses, no meio das vicissitudes da

eorum et ministerium ad ipsum facinus exercendum pecuniis emimus.—Nonne omnes juvenes christiani, vultu decori, linguae disserti, habitu gestuque conspicui, gentilitia eruditione praeclari, arabico eloquio sublimati, volumina chaldaeorum avidissimè tractant, intentissimè legunt, ardentissimè disserunt?—linguam suam nesciunt christiani, et linguam propriam non advertunt latini, ita ut omni Christi collegio vix inveniatur unus in milleno hominum numero, qui salutaris fratri possit rationabiliter dirigere litteras, et reperitur absque numero multiplex turba qui eruditè chaldaicas verborum explicet pompas.
Alvar. Cordub. Indicul. Lumin. passim.

guerra, e que está confirmando o que precedentemente disse ácerca do mosarabismo e das peripecias a que estavam sujeitos os individuos naquella situação incerta e cambiante. Dos territorios da Hespanha nenhum, talvez, mudou mais vezes de senhores durante a lucta do que os districtos d'entre Douro e Tejo, sobretudo nas proximidades do oceano, e porventura que em nenhum ficaram mais vestigios da existencia da sociedade mosarabica, da sua civilisação material, das suas paixões, dos seus interesses encontrados, e até dos seus crimes e virtudes. A publicação, que a Academia prepara, dos documentos dessas epochas, e especialmente dos que nos foram conservados nos archivos da cathedral de Coimbra e do mosteiro de Lorvão, lançará grande luz sobre o assumpto. É um desses documentos, tirado do chartulario de Lorvão, o Livro dos Testamentos, e que foi publicado já por Fr. Manuel da Rocha, mas horripelmente deturpado, que me subministra os elementos de uma narrativa, a qual reproduz, embora apenas n'uma das suas phases, o viver daquelles tumultuosos tempos.

Era nos fins do seculo x e regia o abbade Primo o cenobio de Lorvão. Coimbra, em enjo terri-

torio estava situado e mosteiro, pertencia á coroa leonesa pouco antes da epocha em que a espada irresistivel do hadjib Al-mansor fez recuar de novo as fronteiras da monarchia néo-gothica para além do Douro (987). Os districtes ao sul deste rio, que depois da invasão de Tarik e Musa tinham pertencido a maior parte do tempo aos sarracenos, encerravam uma população essencialmente mosarabe. Cordova era ainda para ella a capital da industria, das artes, da civilisação. O architecto cordovés Zacharias viera a Lorrvão, provavelmente chamado pelo abbade Primo para alguma obra de mosteiro. Sabendo isto, os regedores de Coimbra falaram com o abbade para que o architecto cordovés construísse algumas pontes sobre os rios das circumvizinhanças. Primo accedeu, e acompanhou Zacharias na empresa. Edificaram-se então quatro pontes, em Alviaster (Ilhastro), em Coselias (Coselhas), em Lateral Bazat (Ladairas do Bussaco?) e na ribeira de Ferna (Bosão?). Aqui, em memoria de ambos, e por conselho do architecto, Primo construiu umas azembas que ficaram pertencendo ao mosteiro. Tais foram os factos succedidos nos fins do século x que narra o documento de Lorrvão.

Passaram tres quartes de seculo. Coimbra e o

seu territorio, submettidos de novo por Almansor, tinham-se conservado sob o jugo do islam. Fernando magno veio, porém, a unir definitivamente aquella provincia á coroa de Leão nos meados do seculo xi. As azenhas da ribeira de Forma já não eram do mosteiro. Fernando I restituiu-lh'as, ajunctando o senhorio da ponte. Pelagio Halaf, nome que indica um mosarabe christão, fora, segundo parece, espoliado naquella restituição. Demandou os monges, affirmando que seu avô Ezerag edificara as azenhas, ao passo que o abbade Arias invocava os nomes de Primo e Zacharias. O mosarabe Sisnando, conde ou wasir de Coimbra, exigindo o juramento de Arias ácerca do que este affirmava, manteve a restituição. Surgiu então novo contendor. Era Zuleiman Alafla, primo-coirmão de Pelagio, talvez mussulmano, talvez christão, mas como elle da raça mosarabe. Sisnando enviou os contendores á curia do rei. Ahi, longe de estribar o seu direito na fundação do avô, Zuleiman recorreu a um titulo que hoje serfa singular, mas que então elle cria assás natural, e sufficiente para legitimar a sua pretensão. Era a historia do que se havia passado quando Almansor se apoderara de Coimbra. Ezerag habitava em Condeixa quando

se restabeleceu o dominio de Cordova. No tumulto da invasão os habitantes das aldeias internavam-se nos bosques. Ezerag pensou então que a desordem geral podia enriquecê-lo. Dirigiu-se ao chefe sarraceno Farfon-ibn-Abdallah, e abraçou o islamismo. Depois pediu trinta soldados sarracenos, escondeu-os nas brenhas, e dirigindo-se á gente foragida, aconselhou-os a voltarem aos seus lares, asseverando-lhes que tudo estava pacificado. Acreditaram-no e voltaram ás aldeias. Os soldados sarracenos, saindo então dos escondrijos, captivaram muitos, e levando-os a Santarem venderam-nos por grossas sommas. Os captivos foram conduzidos a Cordova com guia de Ibn-Abdallah e com o preço por que tinham sido vendidos. Então Ezerag pediu em recompensa os moinhos de Forma e diversas aldeias. Al-manssor concedeu-lhe tudo; porque Al-manssor era um heroe, e os heroes não tem tempo para pensar nos direitos da humanidade conculcados¹.

¹ ille dixit quomodo fuit suo avolo Ezerag de Condeixa, et quando filarunt mauros Colimbria fuit ille Ezerag ad Farfon ibn Abdella et fecit se mauro et petibit xxx.º mauros de arragaza et metivit illos in matos et dixit ad illos christianos de illas villas exite gente benedicta quia

Era nestá concessão que Zuleiman fundamentava a sua justiça.

A doação do hadjib aos olhos de Alafia, do neto do renegado, era um título legítimo, embora essa mercê tivesse tido por causa uma atroz vilania, e procedesse de um acto de auctoridade que o tribunal leonés, conforme as ideas de hoje, não poderia reconhecer. Zuleiman, porém, suppunha tão legítima, tão respeitavel a concessão de Al-manssor como o julgamento da curia de Fernando-magno. Era um poder que passara na terra: era outro que nella existia agora. Nisto se resumia, necessariamente, a crença politica de uma grande parte dos proprietarios e agricultores mesarabes. Mas o mais importante neste documento é o proceder d'Ezerag e os factos que d'ahi resultaram. Elles nos explicam como quasi-quer individuos da grande maioria da população podiam descer ao miserico estado d'eservos. Sem

jam pace flavi cum mauros et exhibant de illos matos et populabant illas villas et exiebant illos mauros de illos matos et levarunt eos ad Sanctarem et vendebant eos et fecerunt in illos vii haretas de argento et indecenterunt illos ad Casdowa cum carta deo Rarion et cum isto ganata, et petivit illos molinos de Forma et alias villas multas et donavit illos Almanzon: Lib. Testamentor: f. 16 v.

devida a historia de Ezerag não é a unica da sua especie soccedida naquelles quatro seculos de uma terrivel lucta: devia repetir-se com circumstancias variadas. E é mais que provavel que as conversões ao christianismo por bairros intaites de cubica, de vingança ou de traição, fossem, pelo menos, tão frequentes como as conversões mussulmanas.

Insiisti neste ponto, porque o reputo capital. Passemos agora á objecção deduzida de serem os servos originarios obrigades a trabalhos industriaes e ao serviço domestico dos senhores, trabalhes e serviços que, no entender do sr. Muñoz, repugnavam á adscripção da gleba.

No opusculo do sr. Muñoz parece-me haver duas preoccupações que allucinam o illustre escriptor. A primeira é a das idéas modernas applicadas ás expressões, ás phrases e aos factos da idade media. Desta é facil possuirmo-nos, e nella terei eu caído mais de uma vez. A outra é na verdade singular, mas em boa parte deriva da primeira. Consiste em suppôr a impossibilidade de accumular os trabalhos da vida rural com os industriaes e mechanicos, ou com os serviços pessoais feitos a outro individuo. Entre as nações onde o progresso das industrias fez pre-

dominar quasi exclusivamente o principio economico da divisão do trabalho, effectivamente não se dá tal associação: o official mechanico, o operario fabril, o creado domestico não associa de ordinario a occupação a que se entregou com o grangeio dos campos. Mas assim como a divisão e subdivisão dos misteres se vai multiplicando com o desenvolvimento industrial, assim quanto mais atrazado se acha um povo, mais o homem varia de occupações, porque é obrigado a variar, e porque justamente a imperfeição das industrias, a simplicidade e grosseria dos artefactos favorecem a accumulção e a variedade das occupações individuaes. Não sei o que succede em Hespanha: em Portugal, nos districtos ruraes, mais de uma industria fabril se associa com a agricultura sob o tecto do lavrador. E todavia, por atrazado que esteja este paiz nos progressos fabris, está sem comparação mais adiantado do que a monarchia leonesa no seculo x ou xi.

Recusar admittir que o servo da gleba pudesse separar-se do cultivo da mesma gleba para se empregar de outro modo no serviço do senhor, não é só negar o passado; é negar o presente. O camponês russo é servo da gleba, e nem por

isso deixa de separar-se della para exercer outros misteres. O que não pode é ser vendido como os brutos. Muda de senhor, ao menos legalmente, só quando é alienada a terra a que pertence.

O v volume da Historia de Portugal, ainda não publicado, conterà uma parte relativa ao systema do tributo, da renda, e do serviço publico nos seculos XII e XIII. Ahi se encontrarão numerosas provas de que n'uma época em que já a adscrição voluntaria succedera á forçada existiam para o colono, pessoalmente livre, ao lado das prestações agrarias esses mesmos encargos de serviço pessoal que ao sr. Muñoz parece repugnarem, não ao colonato livre, mas á propria servidão da gleba; e o mais é que continuamos a encontrá-los ainda nos contractos emphyteuticos de seculos mais modernos. Por singulares, por extranhos á vida rural que esses serviços se nos affigrem nos documentos citados no opusculo que examino, os dos colonos portuguezes do seculo XIII, colonos indubitavelmente livres de uma gleba serva, não são menos singulares e extranhos. Lembrarei, entre outros, o encargo que pesava sobre os moradores de tres casas de Tras-os-Montes. Deviam ir servir de es-

pias em Leão quando a isso se enviassem.¹ Era, por certo, um serviço mais abjecto do que o pungare tristigas de que falam os documentos leoneses.

Mas o mais notavel é que o proprio sr. Muñoz se encarregou de combater a sua opinião. Ao lado da servidão pessoal dos servos originarios admitta a existencia de servidão de gleba, e existencia simultanea de adscriptos, de que fórma uma classe á parte. Depois de enumerar as prestações agrarias que pagavam esta especie de colonos-servos, o sr. Muñoz adverte² que, além de uma quota de fructos, e de variadas foragens, esses colonos forçados estavam adscriptos a serviços pessoais, que consistiam nos amanhos de predios diversos da propria gleba, em construcções de edificios, e em fazer quanto se lhes ordenasse. Suppôs o sr. Muñoz que havia contradicção em dizer eu que os servos originarios eram

¹ Na freguesia de S. Martinho, aldeia de Valloera, districto de Aguiar de Pena, havia 3 casas, cujos moradores, além de outros onus, tinham o seguinte: *et vadunt in mandatum ad Legionem, ut sciatur per ipsos quid facit rex legionensis*: Inquirições de 1220: Liv. 5 de D. Diniz f. 118 v.

² Pag. 19 e 20.

todos adscriptos e ao mesmo tempo obrigados a serviços pessoais fóra da respectiva gleba, e todavia não só aceita essa doutrina contradictoria no seu mesmo opusculo, mas, além disso, aceita-a depois de afirmar a sua impossibilidade, para desta inferir contra mim a continuação da *monarchia* ou *vetense* *leonesa* da servidão *wisigothica*. Se os serviços pessoais alheios ao cultivo da gleba importavam forçosamente a não-adscrição, é necessario confessar que a adscrição, cuja existencia o sr. Muñoz crê descobrir ligada com quaesquer encargos de serviço pessoal ao senhor, é um sonho, e que os documentos que se referem a esse estado de cousas, ou são falsos, ou se não de entender, custe o que custar, de escravos semelhantes aos dos *wisigodos* ou aos captivos *sarracenos*.

Na *Collecion de Fueros Municipales*¹ publicou o sr. Muñoz dous interessantes documentos sem data, mas que parecem do seculo IX, relativos aos encargos pessoais dos servos originarios. A estes documentos se reporta igualmente no seu opusculo para abonar a these que estabelece da existencia simultanea de adscriptos e de escla-

¹ Pag. 124 e 153.

vos originarios. É o primeiro uma memoria dos serviços a que era obrigada para com a sé de Oviedo cada familia serva da terra de Gauzon: é o segundo uma memoria especial das obrigações dos servos de Pravia, logar ou aldeia incluída no mesmo territorio de Gauzon. Na *Collección* vê-se que as idéas do sr. Muñoz fluctuavam ainda. Estas duas memorias suppõe-nas elle ahí relativas indistinctamente aos servos da sé ovetense residentes naquelle territorio, quer adscriptos, quer não: no opusculo¹ suppõe-nas, porém, relativas exclusivamente aos não-adscriptos, isto é, aos servos de raça, que, segundo a sua doutrina, continuaram a ser na monarchia néo-gothica de condição identica á dos servos do vi e do vii seculos.

Permitta-me, todavia, o sr. Muñoz pensar que se houvera reflectido mais detidamente nestes documentos elles o teriam, talvez, conduzido a diverso resultado. Suppondo que se refiram a servos que, no seu entender, equivaliam a cousas, e de que seu antes dono que senhor podia dispôr livremente, a propria existencia dessa especie de memorias seria incomprehensivel. Na idade

¹ Pag. 12.

media não se escreviam cousas absolutamente inúteis, porque a arte de escrever poucos a possuíam, e até a materia da escriptura era assaz rara. Ora nada mais completamente inútil do que esses *cohrinillos* ou ementas, dada a theoria do sr. Muñoz. Para que escrever n'um pergaminho: *a familia de fulano de tal aldeia ou granja (villa) é obrigada a tal serviço?* Pois uma familia de escravos, que pode ser empregada a bel prazer do senhor nos mais oppostos misteres dentro de mesmo anno, do mesmo mez, do mesmo dia, como um animal domestico; que por arbitrio delhe pode mudar de domicilio quando isso convier; que, em summa, pode collectiva ou individualmente ser vendida, escambada, doada; uma tal familia, digo, tem acaso obrigações determinadas, de que seja necessario conservar a memoria para o futuro? De que serve declarar a granja, o villar, o casal onde cada uma dessas familias reside, se, no dia seguinte ao da redacção da ementa, o senhor pode achar mais conveniente outra distribuição dos seus escravos? Apesar da facilidade com que hoje se escrevem cousas inúteis, não se reputaria louco o proprietario que escrevesse e archivasse a seguinte memoria: *A raça do cavallo N. tem de conduzir madeiras; a raça do tou-*

ro N. tem de lavrar taes terras; tal vehiculo tem de servir de transporte a tal objecto; tal alfaia é destinada a tal uso?

Na minha opinião, o que estas memorias provam é o mesmo que provam directa ou indirectamente todos os documentos que se referem á condição ou aos encargos dos servos originarios, ou homens de criação: é que estes estão unidos a certos predios indissolavelmente; que desse complexo do homem e do predio o senhor tem de auferir prestações agrarias e serviços determinados. Nesta hypothese o *cobrinellum* é uma cousa racional. A *casata*, isto é, a familia que vive n'uma certa choupana ou grupo de choupanas, (*casa*) tem de satisfazer, de geração em geração, perpetuamente, aquelles encargos. Os enlances inevitaveis com outras familias podem produzir complicações de direitos entre diversos senhores, mas o *cobrinellum* ou ementa particular de cada um servirá para os deslindar, indicando os serviços, independentes das prestações agrarias, que essas familias devem, *debent*. Esta idéa de dever que se manifesta nos documentos presuppõem a do direito. O escravo não tem deveres; porque as *cousas* são incapazes d'elles. Nos proprios tempos barbaros dever

e direito são inseparáveis; porque as duas idéas são forçosamente correlativas.

Conforme o que n'outro logar adverti, a adscrição não era de feito simplesmente uma grande restricção da liberdade; importava também vantagens, as de uma especie de co-propriedade do servo colonô-na sua gleba. O sentimento do servo de gleba devia ser analogo ao do camponês russo dos nossos tempos. « No momento em que os servos separadôs da terra — diz o marquez de Custine — vissem vendê-la, arrendá-la, cultivá-la independentemente delles, amotinar-se-hiam de golpe, clamando que os despojavam *dos seus bens*¹. Do mesmo modo que na Russia, onde se caminha da barbaria para a civilisação, nas origens barbaras da monarchia néo-gothica a adscrição como regra succedeu naturalmente á servidão pessoal, e a servidão da terra cultivada por um colono pessoalmente livre succedeu á adscrição nos seculos XII e XIII, como me persuado que demonstrei no meu livro. Suppôr que da escravidão se passou de salto á liberdade pessoal affigura-se-me a supposição de um impossivel historico.

¹ La Russie, Lettre X.

Effectivamente: como achamos mais geralmente estabelecido o colonato nos seculos XII e XIII? O colono é *obrigado* a morar no predio que cultiva, mas não é forçado a isso. Se delle sai, não lhe é licito cultivá-lo; perde-o; não o reconduzem, porém, violentamente a elle. A união do homem á terra subsiste, mas essa união não é indissolúvel. A liberdade pessoal nasceu. Entre esta situação e a do homem-cousa, do escravo, ha um abysmo. Como se transpôs? O meio principal consistiu na servidão da gleba. O homem-cousa foi-se transformando em *pessoa serva*: a pessoa serva em pessoa livre; mas ficou ainda adscripta na qualidade de colono. Para ser plenamente pessoa livre precisava de desagregar de si esta qualidade; de divorciar-se da gleba, a que aliás o prende esse amor ardente do homem de trabalho ao solo que cultiva. E que importava, se *podia* fazê-lo? É por isso que disse no meu livro que a servidão desceu do homem para a terra. Depois, lentamente, é que veio o colonato na sua fórma quasi definitiva: o laço unico que liga o colono é a solução do canon e a prestação dos serviços pessoaes ao já não *senhor*, mas *senhorio*. Depois, finalmente, chegou-se á formula definitiva: os serviços pessoaes ou desaparece-

ram ou poderam ser substituídos, á vontade do colono, pela solução de um *quantum* que os representasse. Desde este momento o colonato não conteve mais em si elemento algum que repugne ás nossas idéas actuaes de direito, e nem sequer ás da economia politica.

Eu cri ver a liberdade humana despontando tenue nos horisontes da vida do povo desde os tempos wisigothicos. Para o sr. Muñoz a noite profunda da escravidão durou nesses horisontes até a fatal jornada do Guadalete. E não só, na sua opinião, durou até aquella epocha, como tambem subsistia ainda com todo o peso das suas sombras no seculo xi. Mas em que periodo collocar a transição para a liberdade pessoal dos seculos xii e xiii, cuja existencia demonstrei como facto predominante no colonato dessa epocha, se não for no estado dos servos originarios da monarchia leonesa? Se assim não houvera sido, singular excepção á lei de desenvolvimento gradual e constante do progresso humano seria a historia da Peninsula durante quatro seculos!

VI

O sr. Muñoz contrapõe ainda á minha opinião varios factos, que entende provarem ser o estado dos servos o de cousas na monarchia de Oviedo e Leão. Um delles é não ter o servo representação em juizo, nem poder servir de testemunha, havendo outro meio de prova.

De se me oppôr este facto parece poder inferir-se ter eu affirmado em alguma parte que o servo se convertera em homem plenamente livre na monarchia leonesa. Nesta hypothese a objecção poderia parecer plausivel, ainda que realmente o não seja; porque não se segue da plena liberdade do individuo, em qualquer estado social, a necessidade positiva de ser igual em direitos, ainda civis, a todos os individuos livres. O que, porém, affirmei, e o que julgo poder continuar a affirmar é que a servidão mais ou menos absoluta dos wisigodos se tornou na monarchia nêo-gothica em servidão da gleba, e que esta modificação foi um grande passo para a emancipação das classes populares. Se o servo não podia des-

agregar-se da gleba, é evidente que a gleba também não podia desagregar-se do servo, e que desse estado resultava para elle uma especie de co-propriedade de facto, que, por indestructivel, creava um direito positivo. O alcance deste direito era tal que as suas consequencias, na successão dos tempos, deviam trazer mais tarde ou mais cedo a plena liberdade pessoal, como de feito trouxeram. Eis o que eu estabeleci. Objectivamente, a existencia da pessoa civil resulta da manifestação da sua capacidade juridica, embora essa manifestação seja incompleta. Entre os romanos, o servo considerava-se como cousa, porque objectivamente era incapaz, não de um ou de outro direito, mas de todos elles, e por isso perdia a personalidade: nas sociedades modernas, porém, o privilegio, a jerarchia, a idade do homem, o seu estado physico ou moral produziram sempre e produzem ainda differenças de direitos, até civis, que nem por isso destroem a personalidade de ninguém. Fosse o poder publico, fosse o proprio adscripto que podesse invocar o principio da adscrição para não ser violentamente separado da gleba nativa; fosse o costume, a opinião, ou a lei que sanctificasse a união da terra com o seu cultor, o que é certo é que se invoca-

vá, sanctificava e mantinha em direito, uma vantagem importantissima do adscripto. Fosse qual fosse a dependencia deste do respectivo senhor, a sua personalidade existia.

Assim, quaesquer que fossem as restricções que houvesse a respeito dos servos no systema judicial desde o seculo viii até o xii, essas restricções não provam contra a personalidade objectiva dos servos, nem importam á adscrição ou não adscrição. Sobre aquelle systema judicial e sobre o papel que os servos representavam nos pleitos poderia acrescentar aqui algumas ponderações que me parece mereceriam a attenção do sr. Muñoz, mas que me levariam mais longe do que comportam as dimensões deste pequeno trabalho, e que seriam sobejas para o fim que me proponho. Deixando, pois, de parte questões agora inuteis, venhamos a outros factos juridicos em que o sr. Muñoz vê a morte da personalidade, e que evidentemente não provam o que elle pretende, antes em parte demonstram que de mais ou menos incompleto dos direitos civis em individuos desta ou daquella classe nunca se poderá deduzir a escravidão, a não-personalidade, a supressão absoluta desses direitos.

«Competia ao dono somente — diz o sr. Mu-

ãoz — reclamar a indemnisação do damno padecido pelo servo como cousa de sua propriedade¹.» Os documentos, aliás numerosos, em que esta affirmativa pôde estribar-se não servem de modo algum para dirimir a contenda; porque para provarem a não-personalidade dos servos e a sua não-adheção á gleba (suppondo que o facto o provasse), cumpria mostrar que elles se referiam aos servos originarios, e não a escravos captivos. Admittindo, porém, que taes documentos se referiam a servos originarios, essa concessão de nada servirá para revalidar a opinião do sr. Muñoz. A representação pelo senhor não se limitava ao escravo, e nem mesmo a este e ao servo de gleba; estendia-se a individuos livres collocados na dependencia juridica de alguém. Seguir-se-ha d'aqui que semelhantes individuos eram cousas; não tinham personalidade?

O sr. Muñoz estabeleceu excellentemente no seu opusculo² a natureza da maladia. O malado era o homem livre, que se collocava n'uma especie de vassalagem para com seu senhor ad-

¹ Pag. 15.

² Pag. 44 e segg.

ptivo, e esta especie de relações provei eu que eram inteiramente pessoas e independentes do character de colono, situação em que o malado podia estar em relação a outro senhor, bem como mostrei a transmissão da maladia de paes a filhos¹. A reparação, porém, dos danos feitos aos malados revertia ainda no seculo xi em beneficio do patrono². Admittida a doutrina estabelecida depois pelo sr. Muñoz, esta jurisprudencia provaria contra elle proprio; provaria que o malado, longe de ser, como tal, homem livre, era apenas uma cousa, apenas uma propriedade do *dominus*.

Como os malados, os solarengos (solariegos) eram colonos livres. Di-lo o sr. Muñoz, e com elle dizem-no os monumentos. Todavia nós lemos no Foro Velho de Castella³: «*Ninguem deve pousar nem entrar por força em casa de nenhum solarengo, e se alguém o fizer deve pagar*

¹ Hist. de Port., T. 4, pag. 336 e 482.

² Doação de Diogo Olidiz a Tructesindo Gutierriz da igreja de S. Marina: «*damus ad vobis illa pro plagas et feridas malas que cemus (sic) ad vestros malados, et non abuimus unde illas pectare.*» Doc. original do mosteiro de Moreira de 1075 no Arch. Nacional.

³ Liv. 1, Tit. 7, l. 2.

300 soldos ao senhor, de quem for o solar, e o damno em dobro ao lavrador que recebeu o agravo». Nos foraes do typo de Salamanca lemos tambem: « Se alguém matar o creado de qualquer vizinho, receba este a multa do homicidio. O mesmo é applicavel ao seu hortelão, ao caseiro que lhe paga quartos, ao seu moleiro e ao seu solarengo¹ ».

A simples relação de vassalagem e clientela produzia ás vezes os mesmos effeitos. Assim, em alguns desses foraes do typo de Salamanca se estatue tambem que *se forem assassinados homens que alguém tenha nas suas herdades, ou que sejam seus vassallos pertencerá ao senhor a multa do homicidio².*

Eis aqui como ainda nos seculos XII e XIII o senhor ou patrono havia a multa dos crimes commettidos contra os seus dependentes, sem que

¹ Qui conductarium alienum occiderit dominus ejus accipiat inde homicidium. Similiter de suo ortolano et de suo quartario et de suo molendinario et de suo solarengo.

² Et homo de Nomam qui suos homines habuerit in suis hereditatibus, aut sui vassali fuerint, et aliquis illum mactaverit, suus senior colligat inde homicidium: For. de Numão de 1130.

d'ahi se possa nem por sombras inferir que a dependencia do cliente, do vassalo, do malado, do solarengo ou do creado fosse a da escravidão. Nada direi acerca de o sr. Muñoz qualificar a *calumnia*, a multa judicial, *de compensação pecuniaria imposta como pena ao matador*. O sr. Muñoz sabe perfeitamente que não era essa a indole de taes multas: foi uma phrase inexacta que lhe escapou: na rapidez da composição, como talvez me terão escapado a mim outras analogas. Mas o que não posso deixar de observar é uma circumstancia que prova como os espiritos mais elevados e de mais solida sciencia chegam a precipitar-se quando subjugados por um preconceito. Possuido da idéa da escravidão dos servos originarios nos quatro primeiros seculos da monarchia leonesa, o sr. Muñoz, ao passo que via dimanar a não-personalidade do servo do direito do senhor ás multas dos crimes perpetrados contra elle, não viu, buscando estribar-se em documentos, que o primeiro que citava, tirado de um cartulario do mosteiro de Cellanova, continha a refutação peremptoria da sua doutrina. Este documento do anno 940 é uma carta ao mesmo tempo de *agnição* e de *incommunição*, em que Pelagio *incommunia* os bens que tinha em certas

aldeias a D. Ilduara e a seus filhos, por elle haver com uns clientes seus espancado por tal modo Froila, *junior* de D. Ilduara, que o espancado morrera, e Pelagio, não podendo talvez pagar a D. Ilduara a multa que lhe fora imposta, recorria ao expediente de lhe *incommuniar* aquelles bens¹. Mas Froila era um *junior*, colono da mais humilde classe, porém livre. O texto das cortes de Leão de 1020 e a sua antiga versão em vulgar não consentem que se interprete de outro modo a palavra *junior*: nisto o sr. Muñoz está perfeitamente de acôrdo comigo no seu commentario áquelle celebre monumento legislativo². Como, pois, se invoca um diploma que formalmente contradiz a doutrina que é destinado a sustentar?

¹ peccato impediante battivimus vestro junior, nomine Froila, cum alios meos galiasianes... et pervenit ipse Froila de ipsa battedura ad mortem, et pro ipso homicidium abui vobis ad dare in judicato quinque boves, et pro ipsis quinque boves incommunio vobis pro medio &. Est. de las Person., pag. 15.

² Collec. de Fuer. Municip., pag. 130 e seg.

VII

Os consorcios entre individuos das classes servis offerciam varias hypotheses juridicas: o servo podia casar com uma serva do mesmo senhor, ou com a de outro: ter um ou mais filhos ou nenhum: o marido podia ir viver na residencia anterior da mulher, ou a mulher na residencia anterior do marido: materialmente, essas translações de domicilio podiam ocorrer com licença do senhor ou sem ella. Estes diversos factos influíam necessariamente nas relações do senhor e do servo. Restam em Portugal e em Hespanha bastantes documentos de que elles se davam, e de que se buscavam arbitrios para solver as difficuldades que d'ahi procediam. Achamos contractos, inqueritos, memorias particulares, sentenças, em que se previnem, se memoram, ou se remedeiam as consequencias dessas varias hypotheses em relação aos direitos dos senhores, e em que, portanto, obtemos a certeza de ellas se haverem dado desde o VIII até o XII seculo. Para occorrer aos conflictos de interesses e de direi-

tos, vê-se dos mesmos documentos que se recorria á divisão das familias. Em que consistia esta divisão? O que é que se passava na realidade?

O desacôrdo entre mim e o sr. Muñoz já se vê que deve ser completo na apreciação dos documentos relativos a semelhante assumpto. Elle vê a escravidão como condição geral dos individuos da classe servil do seculo VIII ao XII: eu vejo-a só em relação aos captivos sarracenos, e a servidão da gleba em relação aos *homines de creatione*, aos *servi originales*. N'uma nota do meu livro¹ mostrei, segundo creio, que os documentos com que elle pretendia provar que os filhos do servo e da serva de diferentes senhores se dividiam entre estes² se deviam entender de um modo diverso. Na minha opinião, o que se dividia eram os serviços pessoaes, e em certos casos (como na incerteza de pertencer a um ou a outro senhor o dominio da gleba habitada pelo homem de criação) as prestações agrarias. Em relação ás glebas possuidas de paes a filhos pelas familias servas, a minha theoria era e é que o *dominio* e o *uso* de qualquer desses predios se

¹ Hist. de Port., Vol. 3., Nota final XVI.

² Collec. de Fuer. Municip., pag. 126.

moviam em duas esferas: que o *dominio*, manifestado, traduzido materialmente na percepção das prestações agrarias e na exigencia de serviços, era a propriedade do senhor; constituia o objecto de uma grande parte desses milhares de contractos do seculo VII ao XII que restam nos archivos da Peninsula; que o que se vendia, doava, escambava mais ordinariamente era o direito a haver dos servos, dos *juniores*, dos malados, dos solarengos, do homem de trabalho, em summa, ingenuo ou não ingenuo, certas prestações agrarias e certos serviços pessoais, que nas glebas servis derivavam da duplicada servidão do homem e da terra a que estava unido, e que na herdade ou casal do peão (*junior*), na maladia, no solar, derivavam de um contracto voluntario, tacito ou expresso; que as prestações e os serviços do adscripto, representando a renda da terra e a obrigação servil do individuo nella incorporado, eram duas cousas que facilmente podiam distinguir-se quando por consorcios, ou por outra qualquer eventualidade, o direito ás prestações da gleba e aos serviços do homem ou da familia vinha a achar-se dividido entre dous proprietarios (*domini*) diversos; que, assim distinctos, tanto aquellas prestações, como aquelles

serviços podiam não só affastar-se, unir-se de novo, medar de proprietario separadamente por toda a especie de transmissão, mas até fraccionar-se em si mesmos ou accumular-se, sem que por isso mudasse a condição do individuo que usufruia o predio, quer como adscripto, quer como colono livre.

Não sei se varios documentos que o sr. Maffone cita, logo no principio do seu opusculo¹, provam, como elle pretende, que as palavras *servus*, *homo*, *creatio*, *familia* se applicavam indistinctamente aos servos, ás familias da mesma origem, aos adscriptos, e não poucas vezes aos homens livres, posto que sujeitos a alguma especie de vassalagem. Não vem isso para esta questão. O que sei é que mostram, como muitos outros, a verdade da precedente theoria, por ser ella unicamente que os explica. Assim, lemos alli que em 934 Ezimina doou a aldeia ou granja de Malares ao mosteiro de Sobrado com todos os seus bens e pertenças, e com todos os seus homens, assim servos como livres, que serviram na mesma aldeia no tempo de meus paes e avós; lemos que em 1016 o mesmo mosteiro fez um escambo

¹ Pag. 2.

com Gutier Dominico dando este a aldeia de Luzario com as suas dependencias e *com a sua creação, servos e libertos e homens livres, quantos servem na mesma aldeia*; vemos que na doação de certas aldeias ao mosteiro de S. Salvador, em 932, se diz doarem-se *com a familia, libertos e pessoas livres (que façam) ao dicto mosteiro e aos dictos senhores o serviço que costumavam fazer*. Como explicar doações e escambos de pessoas livres e ainda de libertos conjunctamente com os de servos e com os das aldeias em que tantos estes como aquelles moravam, se entendermos esses documentos ao pé da letra? Não é evidente que se tracta das prestações agrarias, que pagavam tanto as glebas servis, como os predios colonizados por homens livres, e dos serviços que tanto os adscriptos como os ingenuos, forçadamente uns e por contractos espontaneos outros, eram obrigados a fazer? Não vemos, até, no 4.º documento que os individuos de ambas as categorias são, sem distincção, *herdeiros*, uns nos predios colonizados, outros nos predios de adscrição, porque os serviços que delles devem uns e outros vem de tempos remotos: *tam servis seu ingenuis qui ad ipsam villam deservierunt in vita aviorum et parentum meorum?*

A hereditariedade do servo na gleba, consequencia forçosa da adscripção, eis, como já disse n'outra parte, o grande passo dado na Península, desde o seculo VIII até o XII, pelo homem de trabalho, pelo antigo escravo, para a liberdade. Quando o artigo VII do concilio ou cortes de Leão de 1020 diz: —*Ninguem compre a herdade do servo da igreja, do rei ou de alguém. Quem a comprar perca-a e o que deu por ella*— faz-nos recordar a doutrina parallela do codigo wisigothico¹. Mas ha na lei de 1020 duas palavras que assignalam um abysmo entre as duas legislações: *haereditatem servi*, phrase que seria monstruosa no seculo VII, mas que no XI indica apenas um facto assás trivial para exigir providencias que o regulem e limitem. *Haereditas* é nas actas daquella assembléa, como em geral nos documentos das Hespanhas, o *hereditagium* de além dos Pirenéus; é o predio possuido de paes a filhos, o predio em que se succede por herança. O servo ligado á gleba sabe que, quando morrer, ficarão ahí os proprios descendentes; porque tambem sabe que elles e a gleba mutuamente se pertencem. Nas palavras *herdade do*

¹ Liv. 5, tit. 4, l. 13.

serão está resumida a historia de uma transformação social.

Que oppõe o sr. Muñoz a um facto que as leis, os contractos, as decisões forenses conspiram em mostrar não só como existente, mas tambem como universal em relação a todos os servos originarios ou homens de criação? Uma difficuldade practica. Suppõe que o servo de uma gleba poderia ir casar com uma mulher de uma gleba remota e de diverso senhor. Prestações agrarias não as podia pagar, porque a terra era de outro dono; serviços pessoaes não os podia prestar, pela distancia em que vivia. Assim seus filhos. Dividindo-se estes materialmente, e levando o senhor do pae metade delles, emquanto a outra metade ficava na gleba materna, aquelles podiam ter o destino que conviesse a seu dono se eram escravos, ser repostos na gleba paterna se fossem de raça adscripta. D'aqui a necessidade de entender os documentos no seu sentido apparente, e de crer que a praxe de se dividir a prole dos servos de differentes senhores era a geralmente seguida. Ora esse facto, equiparando a classe servil aos bens semoventes e aos moveis, destruia a personalidade dos individuos de semelhante classe, escrava em tal hypothese,

situação que o opusculo do sr. Muñoz tende a provar ser a dos servos desde o VIII até o XII século.

Mas este argumento pécca pela sua propria indole. Inferir que não existiu, ou pelo menos que não foi geral e predominante certa instituição, de ter ella inconvenientes, que aliás não existiriam predominando uma instituição diversa ou contraria, e concluir d'ahi que foi esta a que existiu ou predominou, parece-me que seria um pessimo raciocinio na historia de épochas e de paizes altamente civilizados, quanto mais na de eras semi-barbaras e de um paiz semi-barbaro. Que havia em Oviedo e Leão desde o VIII século até o XII no direito publico, na administração, no estado das pessoas, nas relações civis, que fosse absoluto, uniforme, sem excepção na practica? Que condições sociaes havia que não fossem incompletas, antinomicas, obscuras sob um ou sob outro aspecto? Que foi a idade média, senão a infancia dolorosa e longa da civilização moderna; que foi, senão uma serie de experiências e tentativas de organização das nações, que surgiram do singular consorcio da sociedade romana; corrupta e dissolvida, com as aggregações quasi selvagens das hostes e das tribus germânicas.

cas, mixto tornado ainda mais confuso na Peninsula pelo influxo da cultura arabe? Que cousa mais enredada, mais desharmonica, mais cheia de soluções difficeis do que a vida social d'então? Sem duvida que certas leis supremas, que regem a humanidade em qualquer situação que ella se ache, actuavam então entre os povos, como sempre, e as paixões impelliam os individuos do mesmo modo e produziam efeitos identicos ao que produzem em todos os tempos; mas disto á perfeição, á harmonia das instituições vai uma distancia immensa.

Acceitando, porém, a doutrina do sr. Muñoz sobre a escravidão absoluta dos servos originarios ficam, acaso, resolvidas as difficuldades de applicação practica que elle vê na existencia da servidão de gleba? A hypothese que lembrou pôde modificar-se. Supponhamos que o escravo, ido para outro logar e ahi casado com uma escrava de diverso dono, tinha um filho só. Como se dividiria materialmente esse individuo? Supponhamos que tinha um filho e uma filha. Á luz a que os escravos eram considerados, isto é, como animaes de carga, como machinas de trabalho, como cousas, emfim, o sexo dos individuos representava forçosamente um valor diverso. A quem ca-

bia o filho? A quem a filha? Mais: supponhamos a união infecunda. Conforme quer o sr. Muñoz, o meio ordinario de reparar a perda do escravo ou escrava, que pelo consorcio ia viver na gleba de um senhor differente, era a repartição material dos filhos. Na falta destes, resignava-se, acaso, o senhor do servo fugido a perder os serviços d'elle, porque, não podendo dissolver-se o matrimonio e vivendo a familia escrava a grande distancia, não era possivel exigi-los?

A lei wisigothica, porém, ainda em vigor na monarchia néo-gothica, estatua a respeito destes consorcios, não devidamente consentidos, entre servos de differentes donos uma regra clara e exequivel. Aquelle dos dous senhores que se aproveitara desse acto irregular, que se appropriara por tal meio o servo ou a serva alheios, perdia os dous conjuges e a respectiva prole em beneficio do que fora espoliado¹. Se a situação dos servos originarios não tinha mudado, porque não se applicava a lei? Que a divisão das familias, quer como a entende o sr. Muñoz, quer como eu a entendo, constituia já a jurisprudencia ordinaria do seculo xi é uma cousa de que os documentos ci-

¹ Liv. 2, tit. 4, l. 5.

tados por elle, e outros que poderia citar, não permitem que se duvide. Porque se obliterou a lei wisigothica nesta parte? É evidentemente porque, tendo mudado a situação dos individuos a que ella era applicavel, devia buscar-se um meio de reparar a offensa do direito sem tractar os servos como bens semoventes.

O direito dos senhores das glebas, ás quaes os servos pertenciam, sobre as prestações agrarias das mesmas glebas e aos serviços dos individuos ou familias a ellas adscriptos não offereria realmente os inconvenientes practicos que suscitaria o systema supposto pelo sr. Muñoz. Já notei que este argumento é máu; mas é certo que nem esse máu argumento favorece a sua opinião. O servo, que se desaggregava da gleba sem consentimento do senhor, podia ser reconduzido violentamente a ella. Este era o principio. Mas se elle lhe fizesse os serviços pessoais que d'antes fazia, parece que devia ser facil o chegar-se a uma transacção, a um acôrdo. A gleba lá ficava cultivada pelo resto da familia adscripta e produzindo as mesmas prestações agrarias, ao passo que o individuo desempenhava os mesmos deveres pessoais. Suppondo que este fosse residir a grande distancia (hypothese rarissima n'uma epocha

em que não existia a menor facilidade de communições) esses serviços podiam ser transformados em prestações em generos, ou em moeda. Se o servo se casava e tinha filhos, metade dos serviços da nova familia pertenciam ao seu antigo senhor, obrigação herdada, que podia ser satisfeita do mesmo modo. Era um systema complicado, e que daria, como dava, origem a mais de um pleito entre senhor e senhor, mas que me parece não offerceria hypotheses insolúveis como a theoria adoptada pelo sr. Muñoz.

Na noticia dos homens do mosteiro de Cartavio publicada na *Collection de Fueros*¹ lê-se in *Garvio, Maria Eccliaz mediana cum suis filiis mediis . . . in Mérites . . . Savoricum integram . . . in Mintas . . . Petrum Victis integram cum suis filiis mediis*, etc. Temos, pois, nos proprios documentos publicados pelo sr. Muñoz a prova de que um individuo morador em certa granja ou aldeia podia pertencer integralmente ou parcialmente ao dono dessas glebas. É uma das hypotheses que eu figurei, e que o sr. Muñoz nos não diz como se resolveria no seu systema.²

¹ Reg. 160.

² I. Arconfusio, na phrase. entre o colono e o predio, tomados um pelo outro, confusio que substitui-se deus

A interpretação que dou aos documentos que se referem á divisão dos servos originarios, e que eu supponho geralmente adscriptos, é tão obvia; esses documentos provam tão pouco que a divisão dos membros da familia serva se haja forçosamente de entender como uma divisão material; era tão possivel moverem-se os individuos, em relação ao dominio, n'uma esphera diversa daquella em que se moviam as prestações agrarias e os serviços pessoaes; a confusão da terra com o homem, da obrigação com a pessoa a quem ella incumbia, era tão vulgar na linguagem juridica, que o proprio sr. Muñoz adopta o meu systema de interpretação a proposito de documentos analogos nas expressões áquelles com que pretende refutar o mesmo systema. Falando de

claramente das singulares expressões *homem inteiro*, *meio homem*, etc. apparece ainda ás vezes nos nossos monumentos do seculo XIII. Nas Inquirições da terra de Faria, feitas naquella epocha, lê-se, por exemplo: «S. Leocadia de Pedrafurada: homines de ista collacione solebant pectare vocem et calumniam, sed modo non pectant nisi quinque homines et medium qui dant annuatim singulas gallinas, et *medius homo* dat mediam gallinam: et ista casalia... dant vocem et calumniam et singulas gallinas et duos, duos solidos, tribus vicibus in pedida, sed *medius casale* medium forum facit. Inquir. d'Affons. III, L. 7, f. 14 v.

diplomas, em que se faz doação, venda, ou permutação de solares incluindo os solarengos, accrescenta: *Obstam muito pouco alguns documentos de venda, doação e troca feitas junctamente com os solarengos. Não quer isto dizer que se vendessem as pessoas; mas sim os tributos e serviços que estas tinham obrigação de prestar.* Se a linguagem dos documentos se pôde tomar como figurada em relação aos solarengos, porque não se poderá entender do mesmo modo em relação aos servos originarios ou homens de criação? Como se pretende deduzir dessa linguagem um argumento para provar que estes eram vendidos, escambados, ou doados como cousas, como bens semoventes, e sem personalidade, não se permittindo tirar igual inferencia a respeito dos solarengos?

A questão do estado das classes servas na monarchia néo-gothica comportava maiores desenvolvimentos. Esses desenvolvimentos não cabem, porém, neste breve opusculo e na forma de publicação a que é destinado: por isso pararei aqui. Permitta-me o sr. Muñoz y Romero que repita, acabando, as expressões de sincero apreço pelo seu alto merito litterario, e pelos seus esforços para derramar luz nas trevas da nossa idade me-

dia. O que ha de abnegação, de zelo pela sciencia, de forças intellectuaes consummidas em desbravar os desvios por onde o sr. Muñoz se embrenhou só o conhece aquelle que nesse duro labor deixou passar os melhores dias da vida, sem saber o que a mocidade tem de gozos, a idade viril de ambições, e a velhice de vaidades, e cuja recompensa unica será escrever-se-lhe na campa: *Aqui dorme um homem que conquistou para a grande mestra do futuro, para a historia, algumas importantes verdades.*

ERRATA

Pag. 50	lin. 5	encarnada	lêa-se <i>incarnada</i>
» 137	» 16	instinctos	» <i>intuitos</i>
» 157	» 24	desprezados	» <i>desprezadas</i>
» 160	» 9	de	» <i>do</i>
» 187	» 22	gira	» <i>gira</i>
» 191	» 5	pena	» <i>penna</i>
» 275	» 26	celebran	» <i>celebrantes</i>
» 287	» 9	da	» <i>de</i>
» 288	» 15	prudente	» <i>precedente</i>
» 293	» 1	conpição	» <i>condição</i>



INDICE

A batalha de Ourique

I Eu e o Clero.....	3
II Considerações pacificas	35
III Solemnia Verba 1.ª	72
IV Solemnia Verba 2.ª	99
V A Sciencia arabico-academica.....	185

Do estado das classes servas na Peninsula

I	237
II	245
III	263
IV	265
V	285
VI	317
VII	318



Viuva Bertrand & C.^a
Successores Carvalho & C.^a
Chiado, 73—Lisboa

CATALOGO

(EXTRACTO)

DE

LIVROS PORTUGUEZES

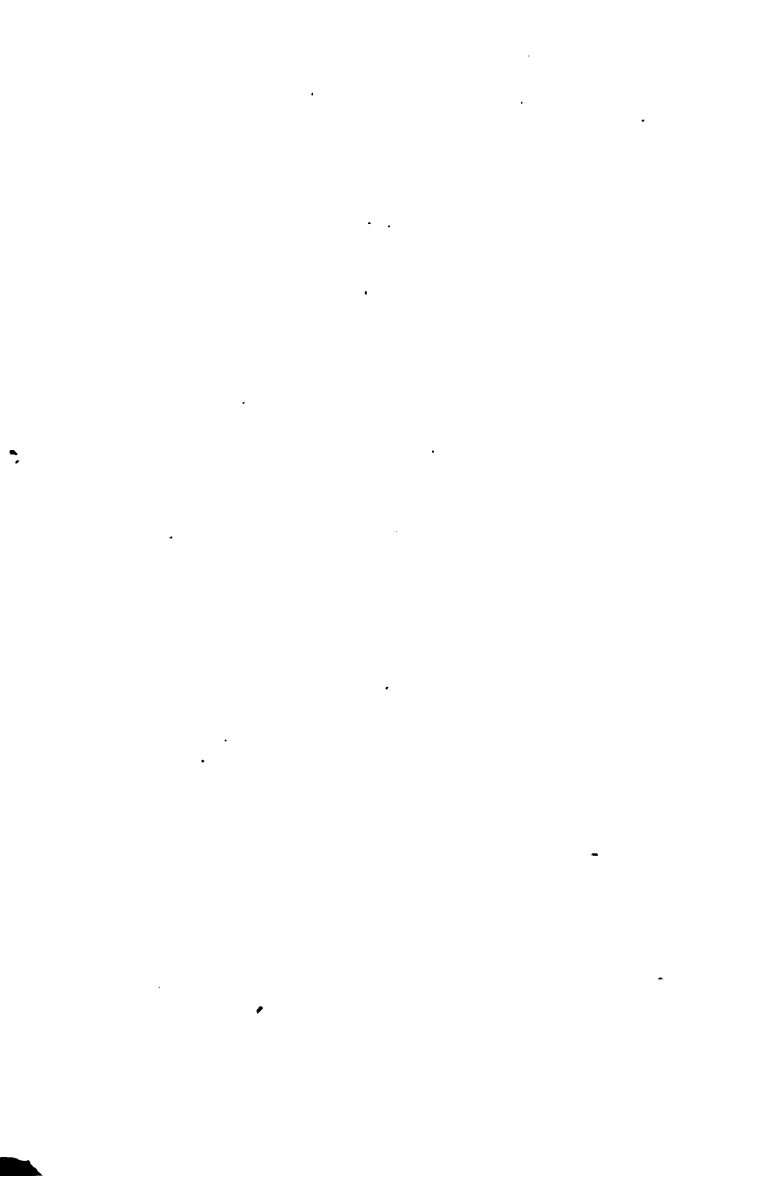
ANTIGOS E MODERNOS

À VENDA N'ESTA LIVRARIA



LISBOA
IMPRESA NACIONAL

1876



MISCELLANEA

- A b c, e compendio da sciencia da riqueza, por Barbosa, 8.º 1822 — 300 réis.
- Abolição da companhia do Alto Douro, 4.º 1832 — 400 réis.
- Academia celebrada no dia da inauguração da estatua equestre, 4.º 1775 — 200 réis.
- Academia dos humildes e ignorantes, 4.º 8 vol. 1762-70 — 35000 réis.
- Academia dos jogos, 8.º 5 vol. 1806 — 15500 réis.
- Academia dos singulares de Lisboa, 4.º 2 vol. 1692-98 — 15800 réis.
- Academicas orações physico-anatomico-medico-cirurgicas, por Mourava e Roca, 4.º Antuerpia, 1732 — 400 réis.
- Acompanhamentos de missas, por fr. José de Santo Antonio, fol. 1761 — 15500 réis.
- Adão remido por Jesu Christo, poema, por Vicente Carlos de Oliveira, 8.º 1794 — 300 réis.
- Additamentos e retoques á synopse chronologica de Figueiredo, por J. Pedro Ribeiro, 4.º 1829 — 360 réis.
- Advertencias aos modernos que aprendem os officios de pedreiro e carpinteiro, por Oliveira, 8.º 1860 — 400 réis.
- Advertencias sobre os abusos e legitimo uso das aguas das Caldas, por Francisco Tavares, 4.º 1791 — 400 réis.
- Afonso Africano, poema, por Quebedo, 8.º 1611 — 15300 réis, ou 1844 — 480 réis.
- Aforismos moraes e instructivos, por Morganti, 8.º 1765 — 300 réis.
- Africa occidental, por Travassos Valdez, 8.º 1.º vol. 1864 — 15500 réis.
- Agostinheida, poema, 12.º Londres 1817 — 600 réis.
- Agricultor (O) instruido, por fr. Theobaldo, 8.º 1824 — 480 réis.
- Agricultura das vinhas, por Alarte, 8.º 1818 — 200 réis.
- Agria (A) imperial, successos da campanha da Servia em 1717, 4.º (sem data) — 400 réis.
- Agulha de marear, trad. do inglez por Antonio Vieira, 8.º Londres, 1772 — 300 réis.
- Album italo-portuguez, por Galleano Ravara, 8.º 1852 — 300 réis.
- Alcobaça illustrada, noticias e historia dos mosteiros e monges insignes cistercienses, fol. Coimbra, 1710 — 25500 réis.
- Aldeão (O) constitucional, 8.º 1821 — 100 réis.
- Algunas considerações sobre o azotato de bismutho, fol. — 360 réis.
- Algunas considerações sobre expostos por Degerando, 8.º Porto, 1843 — 200 réis.
- Algunas paginas acerca de expostos por Chateaneuf, 8.º Porto, 1841 — 200 réis.
- Allegação de facto e de direito a favor dos réus da conspiração denunciada em maio de 1817, 4.º 1820 — 480 réis.
- Alphabeto encyclopedico, por E. A. Monteverde — 120 réis.
- Alvoradas, versos de Luiz de Mendonça, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Amadis de Gaula, por Theophilo Braga, 8.º 1873 — 600 réis.
- Amante (O) da humanidade, ou memorias sobre a extincção da mendicidade em Portugal, 8.º 1821 — 300 réis.

- migo (O) das mulheres, 8.º 2 vol. 1823 — 400 réis.
- migo (O) do principe e da patria, 8.º 1779 — 240 réis.
- mor e melancholia, por Castilho, 8.º 1861 — 400 réis.
- nalyse dos breves apostolicos sobre a clausura das religiosas, por Cyrillo Carneiro, 8.º 1814 — 400 réis.
- nalyse chimica das aguas ferreas, por Porto, 4.º 1818 — 500 réis.
- nalyse graphic'orthodoxa, de que a esculptura e pintura podem, ao representar o sagrado mysterio da encarnação, figurar varios anjos, por Machado de Castro, 4.º 1805 — 600 réis.
- nalyse do livro das prescripções de Tertuliano, 4.º 1788 — 600 réis.
- nalyse do manifesto do principe, por Girão, 4.º 1822 — 400 réis.
- nalyse das ordens do dia de Beresford, por Ferreira da Costa, 4.º 1820 — 600 réis.
- nalyse da profissão de fé de Pio IV, por A. Pereira de Figueiredo, 4.º 1791 — 500 réis.
- nalyse da sentença de Gomes Freire, 4.º 1820 — 400 réis.
- nalyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa de Africa, por Azevedo Coutinho, 4.º 1808 — 400 réis.
- nalyses da algebra, ou exame dos ossos do corpo humano, por Manuel Lopes, 4.º 1760 — 600 réis.
- nalyses criticas, economicas e politicas das menores producções do Alemtejo, 4.º 1823 — 500 réis.
- nalysis benedictina, por fr. Manuel dos Santos, fol. 1732 — 1\$800 réis.
- atomico jocoso, que manifesta a ruindade do corpo humano, por fr. Zeferino, 4.º 5 vol. 1755 — 1\$200 réis.
- ncora medicinal, pelo dr. Francisco da Fonseca Henriques, 4.º 1731 — 600 réis.
- nimaes (Os) fallantes, poema, por Casti, 8.º 3 vol. 1835 — 600 réis.
- Annaes da ilha Terceira, por Drumond, 4.º 1856 — 6\$000 réis.
- Annaes de el-rei D. João III, por fr. Luiz de Sousa, publicados por A. Herculano, 4.º 1844 — 1\$200 réis.
- Anno historico, diario portuguez, pelo padre Francisco de Santa Maria, fol. 3 vol. 1744 — 4\$800 réis.
- Anno medico, que contém as observações meteorologicas e medicas feitas no Porto em 1792, 8.º Porto, 1796 — 300 réis.
- Anotações ad Rudimenta grammatica (latina), pelo padre Freyre, 4.º 2 vol. 1656 — 800 réis.
- Annuario clinico da arte obstetricia, por Mazarem, 4.º 1826 — 500 réis.
- Annuario portuguez historico, biographico e diplomatico, por Antonio Valdez, 4.º 1855 — 500 réis.
- Anti-legista critico e apologetico, por Dionysio Bernardo de Moraes, fol. Paris, 1735 — 1\$000 réis.
- Anti-prologo critico e apologetico, por Manuel Mendes Moniz, 4.º 1753 — 500 réis.
- Antonio Ferreira, poeta quincentista. Estudos, por Julio de Castilho, 8.º 3 vol. Paris, 1875 — 2\$700 réis.
- Apologia critico-chimica e pharmaceutica, por Xavier da Costa, 8.º 1786 — 200 réis.
- Apologia dialogal. Conversação entre dois boticarios, 8.º 1820 — 300 réis.
- Apologia a favor do padre Antonio Vieira, pela madre soror Margarida Ignacia, 4.º 1727 — 600 réis.
- Apologia do periodico *Reflexões sobre o Correio braziliense*, 8.º — 240 réis.
- Apontamentos sobre alguns processos summarios, summarissimos e executivos, por Chaves e Castro, 8.º Coimbra, 1866 — 1\$000 réis.
- Apontamentos para a educação de um menino nobre, por Proença, 8.º 1734 — 240 réis.
- Apontamentos grammaticaes, 8.º Porto, 1787 — 160 réis.

- Apontamentos sobre a praça de S. José de Bissau, por Mendes Coutinho, 8.º 1853 — 120 réis.
- Apparato para a disciplina e ritos ecclesiasticos de Portugal, por D. Francisco de Almeida, fol. 4 vol. 1735 — 4,500 réis.
- Appendice ás reflexões do *Portuguez* sobre o memorial do padre geral dos jesuitas, 8.º 1759 — 500 réis.
- Aplicação da algebra á geometria, por Spinola, fol. 1844 — 600 réis.
- Argonautas (Os), poema, por Apollonio Rhodio, trad. por J. M. da Costa e Silva, 8.º 1852 — 500 réis.
- Arminio, ou a Allemanha libertada, poema, pelo barão de Schomaich, 8.º 2 tom. 1791 — 480 réis.
- Armonia politica dos documentos divinos com as conveniencias do estado, por Antonio de Sousa de Macedo, 4.º Haga do Conde, 1651 — 800 réis.
- À roda da lua, por Julio Verne, 8.º — 900 réis, ou Rio de Janeiro — 600 réis.
- Arte (A) do alfaiate, por Compaing, 4.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Arte de aprender a ler a letra manuscrita, por Duarte Ventura, 12.º Paris — 200 réis.
- Arte de brilhantes vernizes e das tinturas, por Stooter, 8.º 1790 — 220 réis.
- Arte de cantochão remida, por fr. Gabriel da Anunciação, 4.º 1735 — 600 réis.
- Arte de conhecer os homens, pelo abbade de Bellegarde, 8.º 2 vol. 1818 — 180 réis.
- Arte de conhecer os homens pelas suas attitudes, segundo Lavater, 8.º 1842 — 400 réis.
- Arte de conservar a saude dos principes, por B. Ramazino, e Elogios da vida sobria, por Cornaro, 4.º 1753 — 800 réis.
- Arte da correspondencia commercial, 8.º 1824 — 240 réis.
- Arte de correspondencia commercial em portuguez e em francez, por Macedo e Daux, 12.º Paris, 1868 — 1,200 réis.
- Arte explicada. Contém os nominativos, linguagens, rudimentos, generos preteritos e declinações dos latinos e gregos, por Madureira, 4.º 3 vol. 1739 — 1,000 réis.
- Arte de fazer chitas, por Lormois, 8.º 1804 — 200 réis.
- Arte de fazer o salino e o potassio, por Portius e Sage, 4.º 1834 — 100 réis.
- Arte de formular segundo as regras da chimica pharmaceutica, trad. por Lopes de Carvalho, 8.º 1817 — 240 réis.
- Arte de furtar, pelo padre Antonio Vieira, 4.º Amsterdam, 1744 — 500 réis, ou Londres, 1820 — 1,000 réis, ou Lisboa, 1855 — 720 réis.
- Arte de galanteria, por D. Francisco de Portugal, 4.º 1670 — 800 réis.
- Arte da grammatica latina, por Antonio Pereira Xavier, 8.º 1773 — 300 réis.
- Arte da grammatica latina, por Maia, 8.º 1805 — 200 réis.
- Arte da guerra, poema, por Frederico II, trad. por Pedegache, 4.º 3 vol. 1791 — 1,200 réis, ou 8.º 1814 — 600 réis.
- Arte e dictionario do commercio e economia portugueza, por Mello Baccellar, 8.º 1784 — 600 réis.
- Arte de se tratar a si mesmo nas enfermidades venereas, por Bourru, 8.º Coimbra, 1777 — 400 réis.
- Artefactos symmetricos e geometricos advertidos e descobertos pela industria profissão das artes, pelo padre Vasconcellos, fol. 1733 — 1,800 réis.
- Arte historica, de Luciano Samossateno trad. do grego por fr. Jacinto de S. Miguel e fr. Manuel de Santo Antonio, 8.º 1733 — 480 réis.
- Arte legal para estudar a jurispruden

- cia, trad. por Jordam, 4.º 1737 — 480 réis.
- Arte (A) magica anniquilada, por Scipião Maffeo, 4.º 1783 — 800 réis.
- Arte medica, por Manuel Alvares da Cruz, 4.º 1750 — 500 réis.
- Arte minima (da musica), pelo padre Manoel Nunes da Silva, 4.º 1704 — 1\$500 réis.
- Arte nova da lingua grega, por fr. Custodio de Faria, 4.º Coimbra, 1790 — 480 réis.
- Arte phlebotomanica, 4.º 1741 — 160 réis.
- Arte poetica de Horacio, trad. por Candido Lusitano, 4.º 1758 — 1\$000 réis, ou 8.º 1759 — 720 réis.
- Arte poetica de Horacio. Epistola aos pisões, trad. por José da Fonseca, 4.º 1790 — 600 réis.
- Arte poetica, ou epistola de Horacio, por Costa e Sá, 8.º 1794 — 600 réis enc.
- Arte poetica, restituída á sua ordem, com a interpretação parafrastica em portuguez, pelo padre Thomás José de Aquino, 4.º 1793 — 600 réis enc.
- Arte de rhetorica, pelo dr. Sampayo Valladares, 8.º 1756 — 240 réis.
- Arte rhetorica, para uso da mocidade lusitana, por J. R. de Villalobos, 8.º Evora, 1773 — 240 réis.
- Arte de viver em paz com os homens, por fr. Antonio de Padua, 8.º 1783 — 240 réis.
- Associação (A), por Costa Goodolphim, 8.º 1876 — 500 réis:
- Assumpção (A), poema, por fr. Francisco de S. Carlos, 12.º 1862 — 600 réis.
- Atalaia contra os pedreiros livres, 8.º 1818 — 200 réis.
- Athalia, tragedia de Racine, trad. por Candido Lusitano, 8.º 1712 ou 1785 — 400 réis.
- Atlas moderno para uso da mocidade, 8.º 1824 — 400 réis.
- Atribuições dos presidentes de provincia, por Caetano José de Andrade Pinto, 8.º Rio de Janeiro — 1\$500 réis.
- Auctor (O) da explicação imparcial, por Ferreira Cardoso, 8.º 1813 — 1\$200 réis.
- Australia meridional, por Julio Verne, 8.º — 1\$100 réis, ou Rio de Janeiro, — 600 réis.
- Auto do levantamento e juramento a D. Maria I, 4.º 1780 — 400 réis.
- Aventuras do capitão Hatteras: Os inglezes no polo norte — O deserto de gelo, por Julio Verne, Rio de Janeiro — 900 réis.
- Aves illustradas em avisos para as religiosas, por Maria do Ceo, 8.º 1736 — 400 réis.
- Aventuras de Telemaco, trad. por Manuel de Sousa e F. Manuel do Nascimento, 12.º Paris — 800 réis.
- Aventuras de tres russos e tres inglezes, 8.º — 900 réis.
- Aviso á gente do mar sobre a sua saude, por Mauran, 4.º 1794 — 800 réis enc.
- Avisos do ceo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que aconteceram desde a perda de el-rei D. Sebastião, por Luiz de Torres de Lima, 8.º 2 vol. 1761 — 1\$000 réis.
- Avisos concernentes á restauração da vida dos afogados, 8.º 1788 — 300 réis.
- Avisos para o paço, por Luiz de Abreu de Mello, 12.º 1659 — 1\$000 réis.
- Á volta do mundo, por Julio Verne, 8.º 1870 — 1\$000 réis, ou Rio de Janeiro — 600 réis.
- Aula politica, curia militar, por D. Francisco Manuel de Mello, 4.º 1720 — 1\$000 réis.
- Balança intellectual, 4.º 1752 — 720 réis.
- Banco (Do) de Lisboa, por Ferreira Borges, 4.º 1827 — 20 réis.
- Bancos (Os) em Portugal, por Pinto Coelho, 8.º — 300 réis.

- Bancos (Dos) portuguezes**, por Luciano Cordeiro, 8.º 1873 — 500 réis.
- Bandarra descoberto nas suas trovas**, 8.º Londres, 1810 — 400 réis.
- Banhos (Os) turcos**, pelo dr. J. A. Marques, 8.º 1863 — 400 réis.
- Bases de todo o governo representativo**, por C. Rebello de Carvalho, 8.º Londres, 1832 — 300 réis.
- Bases de um plano de organização do exercito**, 8.º 1851 — 200 réis.
- Batalhas dos portuguezes**, por Osorio de Vasconcellos, 8.º — 500 réis.
- Bellezas de Coimbra**, por Corte Real, 12.º Coimbra, 1831 — 480 réis.
- Bernardim Ribeiro**, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1872 — 600 réis.
- Bibliotheca historica de Portugal e seus dominios ultramarinos**, por José Carlos Pinto de Sousa, 8.º 1797 — 600 réis.
- Bibliotheca do mundo visivel e invisivel da eterna filosofia**, por fr. Manuel da Trindade, fol. 1752 — 1\$500 réis.
- Bibliotheca maçonica**, ou instrução completa do franc-maçõ, 12.º 6 tom. 3 vol. Paris, 1864 — 1\$200 réis.
- Bibliotheca sousana**, ou catalogo das obras de Caetano de Sousa, pelo conde da Ericeira, fol. — 720 réis.
- Biographia de Julio Diniz**, 8.º Porto, 1872 — 100 réis.
- Biographia politico-litteraria do visconde de Almeida Garrett**, por Manuel Fernandes, 8.º 1873 — 500 réis.
- Biographia de Renan**, 8.º 1864 — 200 réis.
- Biographia de Sá da Bandeira**, por Canto e Castro, 8.º 1876 — 400 réis.
- Boa (A) lavradora**, ou a caseira economica, 8.º 1779 — 500 réis.
- Bom (O) lavrador**, ou o apaixonado da lavoura, 8.º 2 tom. 1799 — 700 réis.
- Bonaparte (De) e dos Bourbons**, e da necessidade de nos unirmos aos nossos legitimos principes, por Chateaubriand, 8.º Londres, 1814 — 600 réis.
- Brado aos portuguezes contra a união de Portugal á Hespanha**, 8.º 1860 — 240 réis.
- Brados do desengano contra o profundo somno do esquecimento**, por D. Magdalena da Gloria, 4.º 2 vol. 1749 — 500 réis.
- Braga triumphante na real eleição e posse do principe D. José**, por Alvarenga, fol. Coimbra, 1742 — 800 réis.
- Brazil (O) social e politico**, por Mello Moraes, 8.º — 300 réis.
- Brasileiras celebres**, por J. Norberto, 12.º 1862 — 600 réis.
- Braziliada**, ou Portugal immune e salvo, poema, por Thomás Antonio dos Santos e Silva, 8.º 1815 — 400 réis.
- Breve dictionario da latinidade pura e impura**, por A. P. de Figueiredo, 8.º 1760 — 160 réis.
- Breve instrução militar sobre a infantaria**, por Teixeira Homem, 8.º 2 vol. 1761 — 600 réis.
- Breves instrucções para formar um museu nacional**, 4.º 1781 — 300 réis.
- Breves noções para se estudar com methodo a geographia do Brazil**, por Pacheco, 12.º — 300 réis.
- Breve noticia das ordens religiosas**, por Azevedo, 8.º 1790 — 400 réis.
- Breves observações sobre a constituição politica da monarchia portugueza**, por S. P. Ferreira — 100 réis.
- Breve relação da santa casa do Loreto**, 4.º 1736 — 800 réis.
- Breve resumo do jogo do florete**, por Theotonio Rodrigues de Carvalho, 4.º 1804 — 500 réis.
- Breve resumo sobre a natureza do commercio da escravatura e das atrocidades que d'elle resultam**, 8.º Londres, 1821 — 240 réis.
- Breve tratado analytico do movimento elliptico dos planetas**, por Monteiro de Barros, 8.º 1802 — 600 réis.
- Breves tratados de geographia**, por Cyriaco da Silva, 8.º 1835 — 480 réis.

- Brios heroicos de portuguezas, por Pe-
reira da Cunha, 8.º 1861—600 réis.
- Bucolica (A), de Francisco de Pina e
de Mello, 4.º Coimbra, 1735—600
réis.
- Burro (O), apologo, por J. B. Casti,
8.º 1836—60 réis.
- Busca-pé (O), em defeza do Quixote,
por Cervantes, 8.º Porto, 1830—
500 réis.
- Calculo dos cambios de Portugal com
varias praças, fol. 1792—800 réis.
- Calculo das pensões vitalicias, por
Saint-Cyrau, fol. 1797—600 réis.
- Camara optica, por José Daniel, 4.º
1824—1\$000 réis.
- Camões, por A. F. de Castilho, 16.º 3
vol. 1864—1\$500 réis.
- Cancioneiro e romanceiro geral portu-
guez, por Theophilo Braga, 12.º 3
vol. Porto, 1867—1\$500 réis.
- Cantico heroico sobre as façanhas dos
portuguezes na expedição de Tripo-
li, 4.º 1800—600 réis.
- Cantos do ermo e da cidade, por Fa-
cundes Varella, 8.º—800 réis enc.
- Capital, circulação e bancos, por Wil-
son, 8.º Paris—1\$500 réis.
- Character (O), por Samuel Smiles, 8.º
Rio de Janeiro—900 réis.
- Caracteres da amizade, por Caraccioli,
8.º 1813—320 réis.
- Caramurú, poema epico do descobre-
mento da Bahia, por fr. Durão, 8.º
1836—360 réis.
- Carlos reduzido, Inglaterra illustrada,
poema, por Pedro de Azevedo To-
jal, 4.º 1716—600 réis.
- Carnaval (O), com est., 8.º 1859—240
réis.
- Carta constitucional, 16.º 1870—40
réis, ou 8.º—200 réis.
- Carta critica sobre o methodo curativo
dos medicos funchalenses, 8.º 1761
—160 réis.
- Carta de despedida deixada pela medi-
cina, 4.º 1780—240 réis.
- Carta de guia de casados, por D. Fran-
cisco Manuel, 8.º 1853—200 réis,
ou Porto, 1873—360 réis.
- Carta de Heloisa a Abaelardo, 8.º 1829
300 réis, ou 4.º Paris, 1821—500
réis.
- Carta de marear, por fr. Antonio de
Rosario, 8.º 1717—800 réis.
- Carta sobre a verdade ou incerteza da
morte de D. Sebastião, 4.º 1808—
300 réis.
- Carta sobre o odio dos inimigos fran-
cezes, 8.º 1811—100 réis.
- Cartapacio de syllaba e figuras, por
Mathias Rodrigues Portella, 4.º 1738
—900 réis.
- Cartapacio de syntaxe latina, 4.º 1758
—360 réis.
- Cartas americanas, por Biancardi, 8.º
1820—400 réis.
- Cartas do padre Antonio Vieira, 4.
3 vol. 1735-46—4\$500 réis.
- Cartas do padre Antonio Vieira a Duarte
Ribeiro de Macedo, 4.º 1827—600
réis.
- Cartas sobre a agricultura e commer-
cio da Bahia, por Brito e outros, 4.º
1821—240 réis.
- Cartas (sobre Portugal) dirigidas ao
conde Grey, por Walton, 4.º 2 vol.
1832—800 réis.
- Cartas sobre os elementos de botanica,
por J. J. Rousseau, 8.º 1801—600
réis.
- Cartas interessantes do papa Clemente
XIV, 8.º 4 vol. 1785—1\$000 réis.
- Cartas dirigidas a D. João VI, por Araujo
Carneiro, 8.º Londres 1821—200
réis.
- Cartas do dr. Manuel Mendes Fogaça,
8.º 1820—cada uma 120 réis.
- Cartas de José Agostinho de Macedo,
4.º 1827—800 réis.
- Cartas sobre as modas, 8.º 1783—300
réis.
- Cartas de Ovidio, chamadas heroideas,
trad. por Couto Guerreiro, 8.º 2 vol.
1879—800 réis.
- Cartas sobre a origem e progresso das

- ciencias, por José da Costa Leitão, 4.º 1753 — 400 réis.
- Cartas philosophicas a Attico, por J. Agostinho de Macedo, 8.º 1815 — 400 réis.
- Cartas fisico-mathematicas de Theodosio a Eugenio, pelo padre Theodoro de Almeida, 8.º 3 vol. 1784-99 — 1,3440 réis enc.
- Cartas portuguezas de D. Hieronymo Osorio, 12.º Paris 1819 — 240 réis.
- Cartas a um sceptico em materia de religião, por Balmes, 8.º Porto 1876 — 600 réis.
- Castello (O) do Lago, poema, por Ferreira de Queiroz, 12.º Coimbra 1841 — 500 réis.
- Catalogo dos bispos do Porto, por D. Rodrigo da Cunha, fol. 1742 — 1,500 réis.
- Catalogo das obras impressas e manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo, 4.º 1800 — 240 réis.
- Catecismo de economia politica, por João Baptista Say, 8.º 1822 — 160 réis.
- Catecismo moral e politico, por Carvalho, 8.º 1820 — 200 réis.
- Catecismo de tactica elementar, de 1841, 8.º 1846 ou 1850 — 200 réis.
- Catecismo politico do cidadão portuguez, por Ferreira da Costa, 8.º 1822 — 400 réis.
- Causa dos frades e dos pedreiros livres no tribunal da prudencia, 8.º 1822 — 300 réis.
- Causa sobre nullidade de matrimonio (de D. Affonso VI), 8.º 1843 — 400 réis.
- Cavalheiro (O) christão, dialogo sobre a vida de Manuel Soares de Brito, 8.º 1761 — 300 réis.
- Censura dos Lusíadas, por Agostinho de Macedo, 8.º 2 vol. 1820 — 600 réis.
- Censura da obra *Historia Juris Civilis Lusitani* de Pascoal José de Mello, 4.º 1821 — 240 réis.
- Ceo (O) e o inferno, por Kardec, 8.º Rio de Janeiro — 900 réis.
- Chave da pratica medico-browniana, pelos drs. Weibard, 8.º 1800 — 300 réis.
- Chiquinho, encyclopedia da infancia, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Cholera-morbus tratada homeopathicamente, por João Vicente Martins, 8.º Rio de Janeiro, 1819 — 500 réis.
- Chronica de D. Affonso Henriques, por Duarte Galvão, fol. 1767 — (traçada) 700 réis, ou 8.º 1749 — 600 réis.
- Chronica dos eremitas da serra de Ossa, por fr. Henrique de Santo Antonio, fol. 2 vol. 1745-52 — 5,5000 réis.
- Chronica de D. Henrique, e vida de Miguel de Moura, 8.º 1840 — 500 réis.
- Chronica de D. João II, por Damião de Goes, 8.º 1724 — 500 réis.
- Chronica de D. João III, por Francisco de Andrade, fol. 1613 — (traçada) 2,5000 réis.
- Chronica de D. Manuel, por Damião de Goes, fol. 1619 — 4,5000 réis.
- Chronica da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, pelo padre Nicolau de Santa Maria, fol. 2 tom. 1668 — 3,5000 réis.
- Chronica de Palmeirim de Inglaterra, por Francisco de Moraes, 4.º 3 vol. 1786 — 2,3400 réis.
- Chronica de D. Pedro I, por Fernão Lopes, acrescentada por Bayam, 8.º 1735 — 800 réis, ou 1760 — 600 réis.
- Chronica de D. Sebastião, por D. Manuel de Menezes, fol. 1730 — 1,5000 ou 2,5000 réis.
- Chronicas de D. Affonso Henriques, por Duarte Galvão, de D. Sancho I, D. Affonso II, D. Affonso III e D. Diniz, por Ruy de Pina, fol. 1726-29 — 3,5200 réis.
- Chronicas brazileiras: II A conspiração de Pernambuco, por Pinheiro Chagas, 8.º 1870 — 500 réis.
- Cidadão lusitano (ou compendio dos

- deveres do cidadão constitucional), por J. A. de Miranda, 8.º—200 réis.
- Cinco annos de emigração, por Pereira do Lago, 8.º 2 vol. 1834—400 réis.
- Cirurgia classica lusitana, por Gomes Loureiro, 4.º 2 vol. 1790—800 réis.
- Cirurgia medico-pharmaceutica, por José Ferreira, 4.º 1740—600 réis.
- Classificação dos bens nacionaes, por Alberto Carlos de Menezes, 4.º 1823—700 réis.
- Codigo civil portuguez, 16.º 1868—300 réis.
- Codigo commercial de signaes para uso internacional, por J. P. Parente, 8.º 1868—4\$000 réis enc.
- Codigo criminal do Brazil, annotado por Baptista Pereira, 8.º—600 réis.
- Codigo criminal do imperio do Brazil, annotado por Carlos Antonio Cordeiro, 8.º—800 réis.
- Codigo do homem, por J. I. Roquette, 12.º Paris—900 réis enc.
- Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas, em portuguez e marata, 4.º Nova Goa 1854.
- Coincencias admiraveis da historia das nações, por J. D. do Quental, 8.º—300 réis.
- Colombo, poema, por Porto Alegre, 8.º 2 vol.—1\$800 réis br.
- Collecção das antiguidades de Evora, por André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, fr. Bernardo de Brito e Manuel Severim de Faria, 8.º 1785—500 réis.
- Collecção dos applausos com que a cidade de Lisboa festejou a chegada do bispo do Porto, fol. 1742—800 réis.
- Collecção chronologica dos assentos das casas da supplicação e do civil, 4.º Coimbra—1\$440 réis.
- Collecção de contos philosophicos para instrucção da mocidade, por F. Luiz Leal, 8.º 1793—200 réis.
- Collecção de decretos, editaes, etc., do tempo dos francezes, 4.º 1807—1811—1\$600 réis.
- Collecção dos decretos das côrtes constituintes de 1821, fol. Coimbra 1822
- Collecção de documentos relativos ao tratado de commercio concluido entre o Brazil e Portugal, 8.º 1836—400 réis.
- Collecção de escriptos relativos á regeneração politica das ilhas dos Açores, por Garção Stockler, 4.º 1821—1\$000 réis.
- Collecção de fabulas, etc., dos melhores auctores francezes, 8.º 3 vol. 1798—600 réis.
- Collecção de fabulas, imitadas de Esopo e Lafontaine, por José da Rocha, 8.º, Rio de Janeiro—160 réis.
- Collecção funebre das obras impressas por occasião da morte do príncipe D. José, 4.º 1788—500 réis.
- Collecção de genealogias reaes, por D. José de Alarcão, fol. 1751—réis 2\$000.
- Collecção de ineditos portuguezes dos seculos xiv e xv, ordenada por fr. Fortunato de S. Boaventura, 8.º 3 vol. 1829—1\$500 réis.
- Collecção das leis promulgadas e sentenças proferidas nos casos da infame pastoral do bispo de Coimbra 4.º 1769—600 réis.
- Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, esculptores, architectos e gravadores portuguezes, por Cyrillo Wolkmar Machado, 8.º 1823—1\$000 réis.
- Collecção moral e politica de apothegmas, por P. J. Suppico de Moraes, 8.º, 2 vol., 1720—900 réis.
- Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas. 4.º 4 vol. 1812-16—4\$000 réis
- Collecção das obras do bispo de Miranda, 8.º 2 vol. 1784—800 réis.
- Collecção das obras de Francisco de Pina de Sá e de Mello, 4.º 1765—1\$000 réis.

- lecção de algumas obras de Joseph e Sousa, 8.º 1746 — 240 réis.
- lecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, por fr. Canecatim, 4.º 1859 — 1\$000 réis.
- lecção de odes, sonetos e outras obras feitas á exaltação de D. Maria I, fol. 1777 — 2\$000 réis.
- lecção de palavras familiares latinas e portuguezas, por Antonio Pereira de Figueiredo), 8.º 1839 — 320 réis.
- lecção de palavras familiares, portuguezas, francezas, latinas e inglezas, 4.º 1762 — 360 réis, ou 1764 — 400 réis.
- lecção de peças importantes relativas á historia, 8.º 2 vol. 1806 — 800 réis.
- lecção de peças volantes, por Pinto de Vasconcellos, 8.º 1790 — 100 réis.
- lecção de pensamentos, por Bastos, 8.º 2 vol. 1817 — 500 réis. ●
- lecção de pequenas estampas (para aprender a ler), 8.º 1820 — 960 réis.
- lecção de phrases (portuguezas, francezas e inglezas), 8.º 1868 — 400 réis.
- lecção de problemas de arithmetica, por J. J. Bordalo, 8.º 1823 — 240 réis.
- lecção de providencias municipaes da camara de Lisboa desde 1833 até 1852, 4.º — 1\$000 réis.
- lecção dos regimentos da repartição de saude do reino, 4.º 1819 — 400 réis.
- lecção regular da regra dos frades menores de S. Francisco, 8.º, 1747 — 600 réis.
- lecção universal de bullas, etc., contra a fracção do sigillo sacramental, 4.º 3 vol. Madrid, 1746 — 1\$500 réis.
- lecção de varias obras de José Gostano de Mesquita e Quadros, 8.º, vol. 1.º (unico publicado), 1794 — 240 réis.
- lomboy de mentiras, por José Daniel, 4.º 1820.
- Comedia Ulyssippo, por Jorge Ferreira de Vasconcellos, 8.º 1787 — 480 réis.
- Comedias (As primeiras quatro) de Tarcencio, trad. por Leonel da Costa, 8.º 1788 — 1\$200 réis, ou 1790 — 960 réis enc.
- Commentario critico á lei da boa rasão, por Correia Telles, 4.º 1836 — 240 réis.
- Commentarios de Affonso de Albuquerque, 8.º 4 vol. 1774 — 1\$200 réis.
- Commentarios sobre a legislação criminal que organisou o systema do jury, por Ferraz, 8.º 1836 — 240 réis.
- Como e porque me tornei espirito, por Barreau, 12.º — 600 réis.
- Compendio de agricultura, por Ignacio Paulino de Moraes, 8.º 5 vol. 1801 — 2\$000 réis.
- Compendio de botanica, por Brotero, com fig., 8.º 2 vol. 1788 — 2\$400 réis.
- Compendio do calculo de latitude no mar, por José Militão, 4.º 1801 — 600 réis.
- Compendio de cantochoão, por Domingos José de Paiva, 4.º 1858 — 500 réis.
- Compendio chronologico da historia santa e ecclesiastica, 8.º 1814 — 300 réis.
- Compendio chronologico das vidas dos papas, 8.º 1788 — 500 réis.
- Compendio das correccões que se devem fazer ás observações dos astros, por José Militão, 4.º 1798 — 600 réis.
- Compendio dos elementos de mathematica, pelo padre Ignacio Monteiro, 8.º 2 vol. 1754 — 400 réis.
- Compendio das enfermidades venereas, pelo dr. Fritze, 8.º 2 vol. 1802 — 400 réis.
- Compendio geographico, pelo padre Antonio Carvalho da Costa, 4.º 1686 — 1\$200 réis.
- Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza, pelo padre Duarte, 8.º Maranhão, 1840 — 480 rs.

- Compendio grammatical da ellypse, por Manuel Luiz de Magalhães, 8.º 1793 — 300 réis, ou 1830 — 240 réis.
- Compendio de historia, por J. A. de Sousa Doria, 8.º Coimbra, 1874 — 1\$400 réis enc.
- Compendio de historia universal, por Víctor Duruy, 8.º — 800 réis.
- Compendio de grammatica latina e portugueza, por Gomes de Moura, 8.º Coimbra, 1857 — 760 réis enc.
- Compendio historico dos acontecimentos mais celebres motivados pela revolução de França, por fr. Joaquim Soares, 4.º Coimbra, 1808 — 800 réis.
- Compendio historico da congregação da terceira ordem de Portugal, por fr. Vicente Salgado, 8.º 1793 — 600 réis.
- Compendio historico do estado da universidade de Coimbra, 4.º Coimbra, 1771 — 500 réis, ou Lisboa, 1772 — 360 réis.
- Compendio historico da villa de Celorico da Beira, por Villela, 4.º 1808 — 300 réis.
- Compendio historico e universal de todas as sciencias e artes, 8.º 1838 — 300 réis.
- Compendio de materia medica, por Bomtempo, 4.º Rio de Janeiro, 1814 — 400 réis.
- Compendio das metamorphoses de Ovidio, por J. A. da Silva Rego, 8.º 1772 — 400 réis.
- Compendio das minas, com fig., por J. da Rosa, 4.º 1791 — 960 réis.
- Compendio das scientias e artes, em francez e portuguez, 8.º 1808 — 200 réis.
- Compendio militar, por Francisco Pedro Celestino Soares, 4.º 6 vol. 1833-34 — 6\$400 réis.
- Compendio militar, 3.ª parte, tactica, por Azedo, 4.º 1796 — 300 réis.
- Compendio musico, ou arte da cantoria, acompanhamento e contraponto, por M. de Moraes Pedroso, 4.º to, 1757 — 800 réis.
- Compendio narrativo do peregrino America, por Marques Pereira, 1731 — 1\$500 réis.
- Compendio de observações, por Antonio de Sá, 8.º 1783 — 320 réis.
- Compendio de orthographia, por Carmelo, 4.º, 1767 — 500 réis.
- Compendio rhetorico, por Menezes, 1794 — 800 réis.
- Compendio scientifico para a mocidade brazileira (com est.) 8.º 1827 — 200 réis.
- Compendio da theorica dos limites, Stockler, 8.º 1794 — 240 réis.
- Compendio da vida do beato Gaspar Bono, 8.º 1789 — 300 réis.
- Compendio da vida de S. Gonçalo de Lagos, 8.º 1778 — 400 réis.
- Compendio da vida do beato Joaõ Francis Regis, 4.º 1717 — 600 réis.
- Compendio da vida de S. Joaõ Nemesio, 24.º Roma, 1736 — 200 réis.
- Compendio panegyrico da vida e accão de Luiz Alvarez de Tavora, pelo c. de da Ericeira, 4.º 1674 — 500 réis.
- Compendio da vida e feitos de José Balamo, 8.º Porto, 1874 — 400 réis.
- Compendio da vida do glorioso pontifice Pio V, por Sebastião de Sampaio, 4.º Roma, 1728 — 2\$400 réis.
- Compendio da vida da madre Maria Lado, 4.º 1762 — 800 réis.
- Compilação das providencias a respeito da criação e educação dos engenheiros, por Gouveia Pinto, 4.º 3 vol. 1833 — 200 réis.
- Compilação systematica das leis estavagantes, pelo dr. Cardoso da Costa, 4.º 1806 — 500 réis.
- Complemento dos elementos de algebra de Lacroix, 8.º 1813 — 200 réis.
- Composições dramaticas de Metastasio trad. por J. Carneiro da Silva, 8.º vol. 1.º (unico publicado), 1783 — 600 réis.

- osições poeticas de Belchior Ma-
el Curvo Semmedo, 8.º 4 vol.
13-17 — 1,200 réis.
- promisso da irmandade de Santa
az, fol. 1779 — 1,000 réis.
- promisso da santa miserieordia de
imbra, fol. 1747 — 1,000 réis.
- deração (A) dos tamóios, por Ma-
hães, 8.º Rio de Janeiro — 900
rs.
- ança o mundo os jacobinos, 8.º
ndres, 1812 — 300 réis.
- ecimento pratico dos medicamen-
t, ou nova pharmacopéa, por Le-
s, 4.º 3 vol. 1815 — 1,500 réis.
- ecturas sobre uma medalha de
onze achada em Troya, por fr. Sal-
do, 8.º 1784 — 120 réis.
- ecturas de varios philosophos ácer-
dos cometas, por Pedegache, 8.º
57 — 2,000 réis.
- uração (A) mineira, por Norberto
Silva, 8.º Paris — 1,800 réis.
- quista, antiguidades e nobreza de
imbra, por Coelho Gasco, 8.º
05 — 400 réis.
- quista da sabedoria, ou maximas
e Salomão, 8.º 3 tom. 1766 — 900
rs.
- siderações physiologico-praticas so-
re a medicina cutanea, por Oliveira
ares, 4.º 1836 — 160 réis.
- spirações (Das) e da justiça politica,
or Guizot, 8.º 1822 — 300 réis.
- stancia (A), ecloga, por Chagas, 8.º
08 — 300 réis.
- stituição do paraiso terrestre, pela
ual se descobrem muitas desordens
ue grassam em Portugal, 4.º 1822 —
00 réis.
- stituição politica da monarchia hes-
anhola de 1812, 8.º 1820 — 200
réis.
- strucção e analyse de proporções
eometricas, fol. 1798 — 600 réis.
- nsultor (O) militar, por Feliciano Ca-
iope, 8.º Rio de Janeiro — 1,200
réis.
- Conta publicada pela commissão encar-
regada de dirigir a distribuição do
donativo votada pelo parlamento de
Inglaterra, para soccorro das terras
devastadas pelo inimigo em 1810,
4.º — 800 réis.
- Contos do ermo e da cidade, por Va-
rella, 8.º Paris — 800 réis enc.
- Conversações familiares sobre a elo-
quencia do pulpito, 8.º 1762 — 500
réis.
- Conversações sobre a pintura, escul-
ptura e architectura, por Volkmar,
8.º 2 vol. 1794 — 600 réis.
- Conversações sobre a pluralidade dos
mundos, por Fontenelle, 8.º 1841 —
400 réis.
- Cordel triplicado de amor a Christo sa-
cramentado, por D. Antonio Ardi-
zone Spinola, 4.º 1680 — 2,250 réis.
- Côro das musas, por Francisco do Nas-
cimento Silveira, 8.º 4 vol., 1792 —
1,200 réis.
- Corographia do Brazil, por Manuel de
Macedo, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro —
1,800 réis.
- Corographia brasílica, pelo padre Ma-
nuel Ayres do Casal, 4.º 2 vol. Rio
de Janeiro, 1817 — 5,000 réis.
- Corographia cabo-verdiana, por Chelmi-
cki e Varnhagen, 8.º 2 vol. 1841 —
1,200 réis.
- Corollarios praticos (sobre o trato das
sedas na comarca de Moncorvo), por
José Antonio de Sá, 4.º 1787 — 720
réis.
- Correcção de abusos introduzidos con-
tra o verdadeiro methodo de medi-
cina, 4.º 1668 — 1,200 réis.
- Correcção da cacographia portugueza,
por J. J. Roquette, 12.º Paris, 1838 —
200 réis cart.
- Correspondencia authentica e completa
dos ministros de sua santidade com
os agentes do governo francez, 8.º
1809 — 400 réis.
- Côrtes de Lisboa dos annos de 1697-98,
fol. 1824 — 400 réis.

- Credito rural, por Werneck, 8.º Rio de Janeiro — 1,500 réis.
- Criminosos celebres, por Azevedo, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Crítica moral contra os vícios em commum, 8.º 1821 — 240 réis.
- Cuidados facéis para o accio da bóca, por Bourdat, 8.º 1818 — 240 réis.
- Cuidados litterarios do prelado de Beja (fr. Manuel do Conaculo), 4.º 1781 — 1,200 réis.
- Culto (O) do dever, por Manuel de Macedo, 8.º — 600 réis.
- Cultura americana, 4.º 2 vol. 1799 — 960 réis.
- Cultura das arvores fructíferas, por Camillo Aureliano, 8.º Porto, 1875 — 800 réis br.
- Cupido prostrado, amor profano desvanecido, por Gregorio de Olivares, fol., 1709 — 4,500 réis.
- Curiosas advertencias da boa grammatica (latina) 8.º 1786 — 500 réis, ou Coimbra, 1750 — 440 réis.
- Curiosidades bibliographicas, por Tito de Noronha, 8.º Porto, 1871, I e II — 400 réis.
- Curiosidades. Noticias e variedades historicas brazileiras, por Manuel de Azevedo, 8.º — 600 réis.
- Curso de cirurgia, por Col de Vilars, 4.º 3 vol., 1771 — 1,200 réis.
- Curso completo de cirurgia, por Bell, 4.º 6 vol. 1804 — 3,600 réis.
- Curso completo de mathematicas puras, por Francoeur, 4.º 2 vol., 1838 —
- Curso graduado de letra manuscripta, 8.º Rio de Janeiro — 160 réis cart.
- Curso de historia universal, por Daniel, trad. e continuado por Joaquim Maria de Lacerda, 8.º 4 vol. — 1,920 réis.
- Curso da lingua ingleza, por Robertson, 8.º Rio de Janeiro — 900 réis.
- Curso elemental e completo de mathematicas puras, por La Caille, 4.º, 1800 — 1,080 réis.
- Curso elemental da physica e de chi-
- mica, por Mousinho de Albuquerque, 4.º, 5 vol., 1824 — 2,000 réis, ou vol. — 1,000 réis.
- Curso de estudos para uso do commercio e da fazenda, por Dantas Faria, 4.º 1798 — 600 réis.
- Curso de medicina theorica e pratica, por Henrique de Paiva, 4.º 1780 — 600 réis.
- Curso de physica elemental, por L. B.drigues Guedes, 8.º 3 vol. 1838 — 2,400 réis.
- Decadas da Asia, por Joze de Barros, fol. 4 vol. 1628 — 12,000 réis.
- Decadas da Asia, por Diogo do Couto, fol. 3 vol. 1736, e os cinco livros da decada XII, fol. Paris 1645 — 900 réis.
- Deductão chronologica e analytica, 4.º 1767 — 1,500 réis.
- Defesa de Cecilia Faragó, accusada de crime de feiliceria, 8.º 1783 — 800 réis enc.
- Defesa dos direitos nacionaes e reaes da monarchia portugueza, por Joze Antonio de Sá, 4.º 2 vol. 1816 — 1,200 réis enc.
- Definições e estatutos dos cavalleiros freires da ordem de N. S. Jesu Christo, fol. 1717 — 1,500 réis.
- Delicioso jardim de rhetorica, em latim e portuguez, 8.º 1750 — 400 réis.
- Demetrio moderno, ou o bibliographo juridico portuguez, por Arago, 8.º 1784 — 500 réis.
- Descripção da arvore assucareira, por Costa Pereira, 4.º 1800 — 150 réis.
- Descripção compendiosa das infirmitades mais communs dos exercitos, por Vidigal, 8.º 1763 — 500 réis.
- Descripção corografica do reino de Portugal, por Oliveira Freire, 4.º 1738 — 800 réis.
- Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Beilas, 4.º 1799 — 100 réis.
- Descripção da Serra Leoa, por Fagnière, 8.º 1822 — 400 réis.

- scripção do real mosteiro de Belem, pelo abbade Castro, 8.º 1840 — 600 réis.
- scripção do reino de Portugal, por Duarte Nunes de Leão, 4.º 1610 — 2.5000 réis.
- scripção da terra, ou methodo breve de geographia, por Bonavie, 8.º 1757 — 300 réis.
- scripção e uso dos instrumentos de reflexão, por Antonio Cabral, fol. 1799 — 1.000 réis.
- asterro critico das falsas anatomias, pelo dr. Mouravá e Roca, 4.º 1739 — 600 réis.
- astro (O) observador, ou methodo facil de saber a latitude no mar, por José Militão, 4.º 1781 — 800 réis.
- everes de um official em campanha, 8.º 1820 — 200 réis.
- ia (O) 11 de agosto de 1829, poema, por Gentil, 8.º 1844 — 100 réis.
- dialogo entre Braga e Porto, 8.º Londres, 1808 — 600 réis.
- dialogo cirurgico sobre a inflammação, fundado na doutrina de Boerhaave, por Manuel Gomes de Lima, 8.º 1756 — 480 réis.
- dialogo sobre a historia de Portugal, em portuguez e francez, 8.º 1708 — 200 réis.
- dialogo sobre a inflammação, por Manuel Gomes de Lima, 8.º 1756 — 300 réis.
- dialogo, ou perfeito modo para eleger os deputados, em verso, por Ricardo Antonio Rodrigues, 8.º 1820 — 300 réis.
- Dialogos dos mortos, 8.º 1786 — 600 réis.
- Dialogos sobre a eloquencia em geral, por Fénelon, 8.º 1761 — 500 réis.
- Dialogos francezes e portuguezes, 8.º 1808 — 200 réis.
- Dialogos de Frederico II, rei de Prussia, 8.º 1794 — 360 réis.
- Dialogos soeraticos, trad. por Duarte Machado, 8.º 1823 — 400 réis.
- Dialogos de varia historia, por Pedro Mariz, 4.º Coimbra, 1598 — (manchado) 6.5400 réis, ou 2 vol. Lisboa, 1749 — 1.5500 réis.
- Diario da navegação de Pero Lopes de Sousa, por Varnhagen, 8.º 1867 — 400 réis.
- Diario da viagem a S. José de Rio Negro no anno de 1774, por Sampaio, 4.º 1825 — 300 réis.
- Diccionario apologetico sobre a capacidade dos conegos regrantes, 4.º 1826 — 160 réis.
- Diccionario do codigo civil portuguez, por S. Ferrão, fol. 2 vol. 1869 — 4.5500 réis.
- Diccionario das ellypses, por Manuel Rodrigues Maia, 8.º 1790 — 500 réis.
- Diccionario exegetico, 8.º 1781 — 600 réis.
- Diccionario (Novo) francez-portuguez e portuguez-francez, por José da Fonseca e J. I. Roquette, 8.º gr. 2 vol. Paris, 1875 — 3.5500 réis enc.
- Diccionario geographico de Portugal, por fr. Francisco Maranhão, 8.º Porto, 1862 — 500 réis.
- Diccionario para a intelligencia de Horacio, 4.º — 400 réis.
- Diccionario lusitanico-latino, por fr. Pedro de Poyares, 4.º 1667 — 960 réis.
- Diccionario latino-lusitanico, e lusitanico-latino, por Jeronymo Cardoso, fol. 1597 ou 1677.
- Diccionario da lingua portugueza, e diccionario de synonymos, por J. I. Roquette, 18.º 2 vol. Paris, 1870 — 1.5600 réis enc.
- Diccionario da lingua portugueza, grammatica philosophica e orthographia racional, por Bacellar, 4.º 1783 — 1.000 réis.
- Diccionario da linguagem das flores, 8.º 1868 — 1.000 réis.
- Diccionario francez-portuguez e portuguez-francez, por Manuel de Sousa, fol. 1784 — 1.000 réis.

- Diccionario da lingua portugueza, seguido do diccionario de synonyms, por D. José de Lacerda, fol. 2 tom. em 1 vol. 1862 — 7,680 réis enc.
- Diccionario italiano-portuguez e portugueza-italiano, por Antonio Bordo, 8.º 2 vol. — 5,000 réis.
- Diccionario de medicina e therapeutica homoeopathica, pelo dr. Mello Moraes, 4.º Rio de Janeiro — 2,000 réis.
- Diccionario das moedas e dinheiro da Sagrada Escripura, 8.º 1788 — 200 réis.
- Diccionario dos nomes dos navios e das terras, 4.º 1856 — 200 réis.
- Diccionario poetico, por Candido Luisitano, 4.º 1820 — 1,440 réis enc.
- Diccionario dos politicos, por D. Juan Rico y Amat, 8.º Porto — 500 réis.
- Diccionario (Novo) portatil das linguas portugueza e ingleza, por Vieira, 18.º 2 vol. Paris, 1873 — 1,500 réis enc.
- Diccionario (Novo) portatil das linguas portugueza e franceza, por F. S. Constancio, 8.º 2 vol. Paris, 1874 — 2,000 enc.
- Diccionario portatil (Resumo do *Elucidario*), 4.º Coimbra, 1825 — 640 réis.
- Diccionario (Novissimo) portuguez-inglez e inglez-portuguez, por João Fernandes Valdez, 8.º 2 vol., Paris, 1875 — 3,000 réis enc.
- Diccionario portuguez francez e francez-portuguez, por José da Fonseca, 12.º 2 vol. Paris, 1868 — 1,500 réis.
- Diccionario portuguez-francez e latino, por Costa e Sá, fol. 1794 — 1,500 réis.
- Diccionario portuguez-francez e francez-portuguez, 4.º 2 vol., 1808-17 — 1,200 réis.
- Diccionario portuguez e latino, por José da Fonseca, 4.º 1872 — 4,000 réis enc.
- Diccionario telegraphico, fol. 1855 — 800 réis.
- Diccionario dos termos technicos de historia natural, por Domingos Vaddelli, 4.º Coimbra, 1788 — 500 réis.
- Diccionario universal das moedas, 8.º 1793 — 500 réis.
- Descripção da villa de Torres Vedras, 4.º 1819 — 500 réis.
- Digesto portuguez, ou tratado dos direitos e das obrigações, por Correa Telles, 8.º 4 vol., 1860 — 4,000 réis enc.
- Diorama de Portugal nos trinta mezes constitucionaes, por José Sebastião de Saldanha Oliveira Daun, 4.º 1822 — 500 réis.
- Direito criminal, por Didimo Junior, 8.º Rio de Janeiro — 1,200 réis.
- Direcções para os coroneis, tenentes coroneis e majores dos regimentos de artilheria, ordenadas pelo conde de Lippe, 8.º 1756 — 480 réis.
- Direcções para os novos militares, 4.º 1832 — 480 réis.
- Directorio para os procuradores, por J. Pinto Queiroz, 4.º 1823 — 240 réis.
- Direito contra o direito, ou o estado sobre o individuo, pelo bispo do Pará, 8.º Porto, 1874 — 800 réis.
- Direitos e deveres do cidadão, por Mably, 4.º 1821 — 600 réis.
- Direitos (Os) individuaes, hymno constitucional, por F. Senna, 16.º 1822 — 200 réis.
- Discurso apologetico a respeito do collegio de S. Pedro, fol. 1733 — 1,000 réis.
- Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto da philosophia, pelo padre Antonio Soares, 4.º 1766 — 160 réis.
- Discurso critico, em que se defende a nova edição dos Lusíadas, 8.º 1784 — 120 réis.
- Discurso sobre os delictos e penas, por Francisco Freire de Mello, 8.º 1816 — 500 réis.
- Discurso sobre os desvarios do espirito humano, por Pluquet, 8.º 2 tom. Porto, 1869 — 800 réis enc.

- Discurso a favor do cabido de Coimbra,** Vol. 1778—720 réis.
- Discurso filosofico e theologico,** por Manuel Pires Vaz, 4.º 2 tom. 1823—600 réis.
- Discurso fundamental sobre a população,** por Herren-Schwand, 4.º Rio de Janeiro, 1814—480 réis.
- Discurso sobre a historia universal,** por Bossuet, 8.º 1761—400 réis.
- Discurso historico dos progressos e estado actual da filosofia natural portugueza,** por Balthasar da Silva Lisboa, 8.º 1786—100 réis.
- Discurso sobre a inutilidade dos espousaes dos filhos celebrados sem consentimento dos paes,** por Neves Rebello, 8.º 1773—400 réis.
- Discurso moral e politico sobre os contrabandos,** por fr. Ignacio, 8.º Porto, 1814—300 réis.
- Discurso preliminar á mathematica,** por F. de Mello de Vasconcellos e Lima, 4.º 1792—120 réis.
- Discurso historico e analytico sobre a companhia dos vinhos do Alto Douro,** por Guerner, 4.º 1814—400 réis.
- Discurso sobre as utilidades do desenho,** por Joaquim Machado de Castro, 4.º 1788—300 réis.
- Discurso sobre o voto de castidade dos freires conventuaes da ordem de S. Thiago da Espada,** por D. Manuel da Camara, 4.º 1817—400 réis.
- Discursos sobre a disciplina militar,** por Theotonio de Sousa Tavares, 4.º 1737—400 réis.
- Discursos da ignorancia,** por Joseph Boreas de Araujo, 4.º 2 vol. 1740—13000 réis.
- Discursos juridicos,** por Amaral Botelho, fol. 1790—13200 réis.
- Discursos sobre varios objectos relativos á cultura em Inglaterra (com fig.)** 4.º 1800—13440 réis.
- Discursos (proferidos no parlamento brasileiro),** por J. M. Pereira da Silva, 8.º 2 vol.—13800 réis.
- Dissertação sobre a alma racional,** por fr. José Mayne, 4.º 1778—320 réis.
- Dissertação sobre os alveos, os combros ou ribanceiras deixadas pelos rios,** 4.º 1787—120 réis.
- Dissertação apologetica sobre a capacidade dos conegos regulares,** 4.º Coimbra 1826—400 réis.
- Dissertação analyticica sobre a usurpação do throno da casa de Bragança,** 4.º 1810—600 réis.
- Dissertação sobre o character e antiguidades da musica,** por Solano, 4.º 1780—800 réis.
- Dissertação chimico-medica sobre as causas e effeitos das enfermidades,** por Sousa Pinto, 4.º 1820—600 réis.
- Dissertação sobre a combinação das idéas intellectuaes e sensiferas,** 8.º Coimbra 1791—400 réis.
- Dissertação critica contra as memorias para a historia do bispado da Guarda,** 4.º 1733—500 réis.
- Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno,** por Azevedo, 4.º 1815—960 réis.
- Dissertação a favor da monarchia,** pelo marquez de Penalva, 4.º 1799—400 réis, ou 8.º 1818—480 réis.
- Dissertação historica e critica sobre o dominio temporal de Leiria,** por fr. Manuel de Figueiredo, 4.º 1790.
- Dissertação sobre os juroes,** 8.º 1784—400 réis.
- Dissertação sobre o methodo mais simples e seguro de curar as feridas das armas de fogo,** por Antonio de Almeida, 4.º 1797—160 réis.
- Dissertação sobre o novo systema do contra-estimulo,** por Sousa Pinto, 4.º 1816—120 réis.
- Dissertação sobre as obrigações do vassallo,** pelo marquez de Penalva, 4.º 1804—600 réis.
- Dissertações anti-revolucionarias,** 8.º 1810—300 réis.

- Dissertações chronologicas e criticas, por João Pedro Ribeiro, 4.º 4 tom. 1810-19 — 4,5000 réis.
- Dissertações sobre a fortificação permanente, por Hennert, 4.º Rio de Janeiro, 1814 — 600 réis.
- Dissertações moraes, por fr. Cyrillo Carneiro, 8.º 3 vol. 1814 — 720 réis.
- Dissertações philosophico-politicas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo, pelo dr. Sá, 4.º 1787 — 800 réis.
- Dissertação sobre o uso das suturas nas feridas abdominaes, por Bizarro, 4.º 1828 — 500 réis.
- Dissertações varias de Manuel de Figueiredo, 4.º 1789 — 240 réis.
- Disparates litterarios, 4.º 1812 — 600 réis.
- Dithyrambos, ou poesias bacchicas de Myrtillo, por Soyé, 8.º 1787 — 480 rs.
- Divindade (A) de Jesus, 8.º 2 vol. 1864 — 800 réis.
- Documentos arabicos para a historia portugueza, por fr. João de Sousa, 4.º 1790 — 480 réis.
- Documentos officiaes relativos á supressão do trafico da escravatura, fol. 1839 — 600 réis.
- Doutrina das enfermidades venereas, pelo dr. Plenck, 8.º 1805 — 400 réis.
- Doutrinas da igreja sacrilegamente offendidas pelos jesuitas, 8.º 1772 — 240 réis.
- Doze novellas, por Gerardo de Escobar, 4.º 1674.
- Ecco juridico, contra a allegação a favor do prior e beneficiados da igreja parochial de S. Nicolau, pelo dr. Francisco Trigueiros Goes, fol. 1731 — 1,200 réis.
- Eccos que o clarim da fama dá, por Joseph Moregelo de Osan, 8.º 2 vol., 1761 — 600 réis.
- Eclogas de Virgilio, trad. por José Pedro Soares, 8.º 1800 — 160 réis.
- Eclogas (As) de Virgilio, trad. por Leonel da Costa, 12.º 1761 — 800 réis.
- Economia rural e domestica, por Teixeira Girão, 4.º 2 vol., 1835 — réis 1,920.
- Efeitos raros e formidaveis dos quatro elementos, por Padilha, 4.º 1736 — 600 réis.
- Egidea (A), poema, 8.º 1788 — 240 réis.
- Elegia dedicada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, trad. do latim por Bocage, 4.º 1800 — 60 réis.
- Elegia á morte de Bocage, 8.º 1806 — 160 réis.
- Elegiada, poema da jornada de Africa por Luiz Pereira, 8.º 1785 — 480 réis.
- Elementos de agricultura, por Bertrand, 8.º 1788 — 180 réis.
- Elementos de arithmetica, por Renaut, 12.º Paris, 1875 — 160 réis cart.
- Elementos de arithmetica e algebra, por Ferreira da Costa, 4.º 1825 — 960 réis enc.
- Elementos da arte oratoria, por fr. Bento de Nossa Senhora, 8.º 1792 — 400 réis.
- Elementos de chimica, por Seabra, 4.º 1788 — 720 réis.
- Elementos de chimica e pharmacia, por Henriques de Paiva, 4.º 1783 — 480 réis.
- Elementos de chronologia, por Costa Pereira, 4.º Rio de Janeiro, 1840 — 160 réis.
- Elementos da civilidade, 8.º 1836 — 400 réis.
- Elementos de cirurgia, por Jacinto da Costa, 4.º 4 vol. 1813 — 2,8000 réis.
- Elementos de cirurgia, por Sue, o moço, 8.º 2 vol. 1790 — 480 réis.
- Elementos de cirurgia ocular, por Joaquim José de S. Anna, 4.º 1793 — 480 réis.
- Elementos de cirurgia therapeutica, por Bento Lopes, 8.º 2 vol. 1794 — 600 réis enc.
- Elementos de commercio, 8.º 2 vol. 1766 — 600 réis.

- Elementos de construcção e dictionario francez e portuguez das peças de que se formam os navios, por Pedro de Mariz, 8.º 1788 — 120 réis.**
- Elementos de desenho linear, por Albuquerque Gama, 8.º — 300 réis cart.**
- Elementos do direito natural, por Burlamaqui, 8.º 2 vol., 1768 — 600 réis.**
- Elementos do direito natural, por La Croix, 8.º 2 vol. 1782 — 800 réis.**
- Elementos de direito social, por Stockler, 8.º 1827 — 320 réis.**
- Elementos de Euclides, 8.º Coimbra, 1824 — 300 réis.**
- Elementos de geodesia, por Araujo Guimarães, 8.º Rio de Janeiro, 1815 — 720 réis.**
- Elementos de geodesia, por Costa Pereira, 4.º Rio de Janeiro, 1840 — 1,200 réis.**
- Elementos de geometria plana, pelo padre Manuel de Campos, 4.º 1735 — 600 réis.**
- Elementos geraes da grammatica latina, por Nunes de Andrade, 8.º 1844 — 360 réis.**
- Elementos da grammatica franceza, por Le Bourdieu, 8.º 1828 — 600 réis.**
- Elementos da grammatica franceza, por Lhomond, trad. por Cabral, 8.º 1818 — 250 réis.**
- Elementos da grammatica latina, por Le Bourdieu, 8.º 1816 — 300 réis.**
- Elementos da grammatica portugueza por Monte Verde, 8.º — 120 réis enc.**
- Elementos de geographia, por Comings, 4.º 1828 — 400 réis.**
- Elementos da historia, por Vallemont, 4.º 5 vol. 1767 — 3,000 réis.**
- Elementos de hygiene, por Mello Franco, 4.º 1814 — 500 réis.**
- Elementos da lingua italiana, 8.º — 200 réis.**
- Elementos de pharmacia, chimica e botanica, por Sousa Pinto, 4.º 1805 — 400 réis.**
- Elementos da policia geral de um estado, por Villalobos e Vasconcellos, 8.º 2 vol. 1786 — 600 réis.**
- Elementos de rhetorica, pelo padre Antonio Pereira, 8.º 1759 — 300 réis.**
- Elementos de rhetorica, por Cardoso de Figueiredo, 8.º Coimbra — 760 réis enc.**
- Elementos da syntaxe latina, por Laurentino, 8.º 1778 — 600 réis.**
- Elementos de trigonometria rectilinea e da sua applicação á topographia, por J. J. Manso Preto, 8.º Coimbra, 1861 — 720 réis.**
- Elisio e Serrano, dialogo em que se defende e illustra a Bibliotheca lusitana, 8.º 1782.**
- Elogio funebre da Sr.ª D. Maria Izabel, infanta de Portugal, por fr. Manuel da Conceição e Argea, 4.º 1819 — 100 réis.**
- Elogio funebre do Sr. D. Thomás de Lima, por Antonio Pereira de Figueiredo, 4.º 1781 — 40 réis.**
- Elogio historico de Pascoal José de Mello Freire dos Reis, por Stockler, 4.º 1799 — 160 réis.**
- Elogio de Marco Aurelio, por Thomás, 8.º 1815 — 120 réis.**
- Elogio do marquez de Pombal, por Costa e Sá, 4.º 1774.**
- Elogio do quarto conde da Ericeira, por D. José Barbosa, 4.º 1745 — 360 réis.**
- Elogio de Renato Duguay-Trouin, por Thomás, 8.º 1774 — 120 réis.**
- Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira e Affonso d'Albuquerque, por Francisco Xavier de Oliveira, 8.º 1798 — 500 réis.**
- Elogios dos reis de Portugal, illustrados por Antonio Pereira de Figueiredo, 4.º 1785 — 800 réis enc.**
- Elogios dos reis de Portugal do nome João, fol. 1749 — 900 réis.**
- Elogios dos reis de Portugal, por fr. Bernardo de Brito, 4.º 1726 — 800 réis, ou 12.º 1825 — 200 réis.**

- Embaixada do conde de Villa Maior ao principe Philippe Guilhelmo, por A. Rodrigues da Costa, fol. 1694—4,500 réis.
- Embaixada do conde de Villa Mayor á corte de Vienna, pelo padre Francisco da Fonseca, 8.º Vienna, 1717—800 réis.
- Emilia e Leonido, poema, por José Maria da Costa e Silva, seguido da Sombra de Pope, poemeto, por Lourenço Pignoti, 8.º 1836—600 réis.
- Engenheiro (O) portuguez, por Manuel de Azevedo Fortes, 4.º 2 vol. 1728—720 réis.
- Ennea, ou applicação do entendimento sobre a pedra philosophal, por Gasmão de Castello Branco, 4.º 2 tom. 1832—300 réis.
- Ensaio sobre a administração da fazenda e da riqueza da Gran-Bretanha, por Gentz, 8.º 1803—360 réis.
- Ensaio sobre a arte de ser feliz, por José Droz, 16.º Rio de Janeiro—300 réis.
- Ensaio sobre as boubas, por Bernardino Antonio Gomes, 4.º, 1815—160 réis.
- Ensaio do código criminal, por Mello Freire, 8.º 1823—200 réis.
- Ensaio sobre o chinchonismo, por B. A. Gomes, fol.—160 réis.
- Ensaio sobre a critica, de Alexandre Pope, 4.º 1810—960 réis.
- Ensaio de critica e litteratura, por Lopes de Mendonça, 8.º 1849—600 réis.
- Ensaio critico sobre a viagem ao Brazil, de Mansfield, por Adadus Calpe, 8.º 2 tom. 1827—1,600 réis enc.
- Ensaio de direito administrativo, pelo visconde de Uruguay, 8.º 2 vol.—3,000 réis.
- Ensaio economico sobre o commercio de Portugal, por Azeredo Coutinho, 4.º 1816—300 réis.
- Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficencia, pelo conde de Berchtold, 8.º 1792—240 réis.
- Ensaio sobre as febres, por Mello Franco, 4.º 1829—400 réis.
- Ensaio historico sobre os nomes proprios, 8.º, 1845—500 réis.
- Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, por Stockler, 8.º Paris, 1819—500 réis.
- Ensaio historico-politico sobre a constituição e governo de Portugal, por José Liberato Freire de Carvalho, 8.º Paris, 1830—1,000 réis.
- Ensaio sobre o homem, por Alexandre Pope, 4.º Porto, 1826—120 réis.
- Ensaio hydrografico do Piemonte, por Michelotti, 4.º Roma, 1803—600 réis.
- Ensaio sobre a instrucção publica, de povos livres, por Constant, 4.º 1850—500 réis.
- Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o exercito, por Gomes Freire de Andrade, 4.º 1806—960 réis.
- Ensaio sobre os principios geraes de strategia, por Barreiros, 8.º 1837—800 réis.
- Ensaio sobre as propriedades medicinaes do oxygenio, por Alcyon, 8.º 1789—400 réis.
- Ensaio sobre o provete-balança, por Pedro Celestino Soares Junior, 4.º 1835—240 réis.
- Ensaio de tactica naval, por Joff Clerk, fol. 2 vol. 1801—1,800 réis.
- Ensaio litterarios, por Moreira de Azevedo, 8.º Rio de Janeiro—600 r.
- Entretenimentos cosmologicos, por José Accursio das Neves, 8.º tomo 1.º (unico publicado), 1826—480 réis.
- Epicedio na sentida morte de Maria I, por Castilho, 4.º 1816—160 réis.
- Epigrammas portuguezes, por Miguel do Couto Guerreiro, 8.º 1793—100 réis enc.
- Epilogo juridico, por Vanguerve, fol. 1749—1,000 réis.

- Episodios da historia patria**, por Fernandes Pinheiro, 8.º Rio de Janeiro — 700 réis.
- Epistola de Heloyza a Abaylard**, 4.º Londres, 1801 — 240 réis.
- Epistola (A) 1.ª do livro 2.º de Horacio**, por Thomás José de Aquino, 4.º 1796 — 360 réis.
- Epitome chronologico**, por Bonuccy, 4.º 1706 — 1,000 réis.
- Epitome chronologico da historia do Brazil**, por Lopes de Moura, 12.º Paris, 1860 — 720 réis.
- Epitome da historia portugueza**, por D. Joaquim de Azevedo, 8.º 1789 — 400 réis.
- Epitome da vida e acções de D. Pedro I**, de Castella, por João Nunes da Cunha, 4.º 1666 — 1,000 réis.
- Epitome da vida de fr. Ignacio de S. Caetano**, 8.º 1791 — 500 réis.
- Epitome da vida de Lourenço Galvão**, 4.º 1666 — 600 réis.
- Epopeas da raça mosarabe**, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1871 — 600 réis.
- Erasto**, pastoral de Gessner, 8.º 1817 — 120 réis.
- Esboço sobre a vida politica de Pitt**, 8.º 1806 — 40 réis.
- Esboços biographicos dos principaes pintores italianos**, por Feijó, 8.º 1866 — 400 réis.
- Escola mercantil sobre o commercio**, por Manuel Luiz da Veiga, 4.º 1817 — 500 réis.
- Escola moral, politica, christã e juridica**, por Diogo Guerreiro Camacho de Aboym, fol. 1747 — 800 réis.
- Escola nova, christã e politica**, por D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva, 8.º 1813 ou 1817 — 360 réis.
- Escola de politica**, por D. João Siqueira, 8.º 1821 — 240 réis.
- Escola das verdades aberta aos principaes**, pelo padre Juglaris, 4.º 1671 — 300 réis.
- Escolha de poesias orientaes**, por Guilherme Jones, 8.º 2 vol. 1793 — 400 réis.
- Espantosas acções de Antão Broega**, poema, por Bocage, 8.º 1835 — 120 réis.
- Espectaculo das bellas artes**, por Lacombe, 8.º Porto, 1786 — 300 réis.
- Espeelho exemplar de virtudes (dos Maldonados)**, 4.º Ambères, 1724 — 1,800 réis.
- Espeelho de lusitanos em o crystal do psalmo 43**, por Antonio Velloso de Lyra, 4.º 1753 — 600 réis.
- Esperança (A)**, poema, por Saint-Victor, trad. por Zagallo, 8.º 1863 — 240 réis.
- Espingarda perfeita e regras para a sua operaçam**, 4.º 1718 — 800 réis.
- Espirito de Ganganelli**, 8.º 1845 — 400 réis.
- Espirito de Vieira**, por Silva Lisboa, 4.º Rio de Janeiro, 1821 — 480 réis.
- Espreitador (O) do mundo novo**, por José Daniel, 4.º 1819 — 1,000 réis.
- Estações (As) do anno**, poema, por Francisco Antonio Martins Bastos, 8.º 1833 — 300 réis.
- Estado da medicina em 1858**, pelo duque de Saldanha, 4.º 1859 — 480 réis.
- Estatutos da basilica de Santa Maria**, 4.º 1814 — 800 réis.
- Estatutos da basilica patriarchal de Lisboa**, fol. 1780 ou 1788 — 600 réis.
- Estatutos do collegio de Mafra**, 4.º 1781 — 500 réis.
- Estatutos da irmandade dos clerigos pobres**, fol. 1732 — 1,000 réis.
- Estatutos litterarios dos religiosos carmelitas calçados**, fol. 1776 — 1,500 réis.
- Estatutos da santa igreja cathedral do Rio de Janeiro**, 4.º 1811 — 1,000 réis.
- Estatutos da universidade de Coimbra**, confirmados por D. João IV, fol. Coimbra, 1654 — 2,500 réis.

- Estatutos da universidade de Coimbra, compilados debaixo da inspecção de D. José I, 4.º 4 vol. 1772 — 1,500 réis.
- Estomatite (A) ulcerosa do exercito, por Leopoldo Carneira, 8.º 1861 — 500 réis.
- Estudos sobre alguns synonymos da lingua portugueza, por Alves Passos, 8.º 1840 — 800 réis.
- Estudos sobre o casamento civil, por A. Herculanio, 8.º 3 folhetos — 600 réis.
- Estudos sobre o credito rural e hypothecario, por Verneck, 8.º Rio de Janeiro — 1,500 réis.
- Estudos economicos e hygienicos sobre os arrozacs, por Andrade Corvo, 4.º 1860 — 1,000 réis.
- Estudos estatisticos sobre as doencas e a mortalidade do exercito portuguez, pelo dr. J. A. Marques, 8.º 1862 — 500 réis.
- Estudos sobre a historia das instituições (de Hespanha), por Viardot, 8.º 1844 — 400 réis.
- Estudo sobre a instituição do credito predial em França, por Albuquerque, 8.º Paris, 1853 — 200 réis.
- Estudos litterarios, por Pereira Rodrigues, 8.º — 500 réis.
- Estudos praticos, por Pedroso, 8.º 1868 — 500 réis.
- Estudos praticos sobre a administração das provincias do Brazil, pelo visconde de Uruguay, 8.º 2 vol. — 3,600 réis.
- Estudos sobre a reforma do processo civil ordinario portuguez, por Chaves e Castro, 8.º Coimbra, 1866 — 800 réis.
- Eurico, o presbytero, por A. Herculanio, 8.º 1876 — 600 réis.
- Eufrosina (Comedia), por Jorge Ferreira de Vasconcellos, 8.º 1786 — 480 réis.
- Europa (A) sem véu, ultimatum aos gabinetes, 4.º 1834 — 640 réis.
- Evidencia apologetica (das *Memorias militares*), 4.º 1733 — 600 réis.
- Exame de artilheiros, por Alpoym, 4.º 1744 — 800 réis.
- Exame de bombeiros, por Alpoym, 4.º 1748 — 960 réis.
- Exame da constituição de D. Pedro, 4.º 1829 — 480 réis.
- Exame critico das causas proximas da actual situação financeira, por Silveira Pinto, fol. 1843 — 480 réis.
- Exame critico e comparativo do estado actual de Portugal, por Dalar, 4.º 1827 — 300 réis.
- Exame critico das primeiras cinco edições dos *Lusiadas*, por Trigo, fol. — 300 réis.
- Exame critico e historico do livro de *Martyres de Fox*, por Andrews, 4.º 1828 — 1,000 réis.
- Exame (O) examinado (critico do poema *Gama*), por Agostinho de Macedo, 8.º 1812 — 120 réis.
- Exame instructivo sobre a musica, por Solano, 8.º 1790 — 480 réis.
- Exame do papel intitulado *Anti-sebastianismo*, 4.º 1809 — 120 réis.
- Exame de sangradores, por Fonseca, 8.º 1835 — 100 réis.
- Exame theologico (da dissertação sobre os juros do dinheiro), 8.º 1787 — 100 réis.
- Excerptos das obras de Bocage, 12.º 3 vol. Paris, 1867 — 1,800 réis.
- Excerptos das obras de Fernão Mendes Pinto, 12.º 2 vol., 1865 — réis 1,200.
- Excerptos das obras de Garcia de Rezende, 12.º Paris, 1865 — 1,200 réis.
- Excerptos das obras do padre João de Lucena, 12.º 2 vol. Paris, 1870 — 1,200 réis.
- Excerptos das obras do padre Manuel Bernardes, 12.º Paris — 1,200 réis.
- Exemplar politico (no rei D. Pedro II), por fr. Henrique de Noronha, 8.º 1723 — 400 réis.

- Exequias** feitas em Roma a D. João V, fol., Roma, 1732 — 1\$200 e 2\$000 réis ou 4.º — 900 réis.
- Exercício** mercantil da arithmetica, por Gonçalves Ramiro, 8.º 2 tom. 1799 — 480 réis.
- Exercícios** da lingua latina e portuguezza sobre diversas materias, por Antonio Pereira (de Figueiredo), 8.º 1824 — 360 réis.
- Explicação** breve da regra do patriarcha S. Bento, 4.º 1744 — 800 réis.
- Explicação** da formação e uso das tábuas logarithmicas, por Mario, 8.º 1800 — 120 réis.
- Explicação** da syntaxe latina, por A. Rodrigues Dantas, 8.º 1811 — 480 réis enc.
- Explicação** do systema metrico, por Renault, 12.º Paris — 160 réis cart.
- Explicações** de arithmetica superior, por Dalhury, 4.º 1862 — 500 réis.
- Exposição** anatomica do utero humano gravido, pelo dr. Hunter, 4.º 1813 — 240 réis.
- Exposição** (A) de bellas artes em 1866, por R. Videira, 8.º — 100 réis.
- Exposição** synoptica do systema de fazenda publica, por Silveira, fol. 1847 — 240 réis.
- Extracto** dos principios fundamentaes do systema administrativo de França, por Bonnin, 4.º 1822 — 200 réis.
- Extractos** das cartas de Maria Wollstonecraft, 8.º 1806 — 300 réis.
- Extractos** das obras politicas e economicas de Burke, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro, 1812 — 1\$000 réis.
- Fabulas** de Lafontaine, trad. de Francisco Manuel do Nascimento, 12.º 2 tom. 1815 — 600 réis enc.
- Fabulas** de Phedro, trad. por Moraes Soares, 8.º 1785 — 720 réis.
- Fabulista** (O) da mocidade, ou fabulas selectas (de diferentes auctores), ornado de 24 bellas estampas, 8.º obl. Paris — 1\$000 réis.
- Factos** e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre o territorio africano, 8.º 1855 — 300 réis.
- Farmacopea** bateana, 4.º Pamplona, 1763 — 800 réis.
- Farmacopea** lisbonense, por Henriques de Paiva, 8.º 1785 — 200 réis.
- Fastos** de hymneo, por fr. José da Natividade, fol. 1752 — 1\$000 réis.
- Febre** (A) amarella no Porto em 1856, 8.º Porto, 1858 — 300 réis.
- Febre** (Da) e da sua curação em geral, pelo dr. Reich, 8.º Bahia, 1813 — 120 réis.
- Feliz** (O) independente do mundo, pelo padre Theodoro de Almeida, 8.º 2 vol. 1861 — 1\$920 réis enc.
- Fenis** (A) renascida, por Pereira da Silva, 8.º 5 vol. 1746 — 2\$400 réis.
- Figuras** da syntaxe latina, por Antonio Pereira de Figueiredo, 8.º 1835 — 180 réis.
- Filosofia** methodica, por Victorino José da Costa, 8.º 1734 — 500 réis.
- Filosofo** (O) discursivo, por fr. Manuel de Santa Anna, 8.º 1802 — 400 réis.
- Flor** de entremezes, escolhidos por Francisco Vaaz Lobo, 8.º 1718 — 600 réis.
- Flora** pharmaceutica e alimentar portuguezza, por Joaquim de Figueiredo, 4.º 1825 — 1\$000 réis.
- Flores** sylvestres, poesias de T. L. Bettencourt Sampayo, 8.º — 600 réis.
- Floresta** de Cintra, em verso, 8.º 1809 — 300 réis.
- Floresta** de varios romances, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1869 — 500 réis.
- Fontes** proximas da compilação philippina, por Ferreira Gordo, 4.º 1829 — 400 réis.
- Foral** da alfandega de Lisboa de 1587, fol. — 720 réis.
- Foral** de Lisboa, 4.º 1790 — 600 réis.
- Foral** da mesa de portagem de Lisboa, fol. 1726 — 600 réis.
- Foraes** da cidade do Porto, fol., Porto, 1823 — 1\$000 réis.

- Fôrma (Da) dos governos, por D. José de Lacerda, 8.º 1854 — 600 réis.
- Formulario arithmetico, 8.º 1843 — 100 réis.
- Formulario pharmaceutico dos hospitaes de França, 4.º 1816 — 200 réis.
- Formulario (de um inventario processado perante o juiz de paz), por Carvalho, 4.º 1835 — 100 réis.
- Formulario geral para medicos, cirurgiões e pharmaceuticos, por J. P. Reis, 8.º Porto, 1874 — 600 réis.
- Frades (Os) julgados no tribunal da rasão, 4.º 1814 — 500 réis.
- Fragments de direito canonico, por Feliciano José Alves da Costa Pinto, 8.º 1794.
- Fragments da vida da madre Marianna da Purificação, por fr. Caetano do Vencimento, 4.º 1747.
- Franc-maçonaria e a revolução, por Gautrelet, 8.º 3 vol. — 1\$500 réis.
- Franc-maçons, por Ségur — 80 réis.
- Frases (Primeira parte das) portuguezas e latinas, fol. — 500 réis.
- Fundação (Da), antiguidades e grandezas de Lisboa, por Luiz Marinho de Azevedo, fol. 1652 — 13\$500 réis.
- Fundamentos botanicos de Carlos Lineo, por Henriques de Paiva, 4.º 1809 — 480 réis.
- Funeral de Napoleão I, 8.º 1812 — 400 réis.
- Futuro (O) de Inglaterra, por Alves Ribeiro, 8.º 1865 — 400 réis.
- Galateo ou o cortezoão, por João da la Casa, 8.º 1732 — 1\$200 réis.
- Galeria dos deputados, 4.º 1822 — 800 réis.
- Galeria pittoresca da historia portugueza, ornada de 34 estampas, 8.º obl. Paris — 1\$000 réis.
- Gaticanea, ou cruelissima guerra entre os cães e os gatos (em verso), por João Jorge de Carvalho, 8.º 1828 — (sem a est.) 600 réis.
- Gazeta litteraria, ou noticia exacta dos principaes escriptos modernos, por Bernardo de Lima, 4.º Porto, 1794.
- Genealogia dos Cunhas — 240 réis
- Genethliaco do principe D. João, por Luiz Antonio de Azevedo, 4.º 1794 — 480 réis.
- Geographia elementar e trigonometria rectilinea, por Ferreira da Costa, 4.º 1835 — 600 réis.
- Geographia geral, por Botelho, 8.º Porto, 1875 — 600 réis.
- Geographia historica da Europa, por Luiz Caetano, fol. 2 vol. 1735 — 2\$400 réis.
- Geographia moderna, por Silva Rep, 8.º 10 vol. 1780-93 — 1\$800 réis
- Geographia moderna de Portugal e Hespanha, 8.º 1816 — 400 réis.
- Geographia physica, por Maury, 12.º Paris, 1873 — 600 réis.
- Georgicas portuguezas, por Mousinho de Albuquerque, 12.º Paris, 1830 — 480 réis enc.
- Geral ruina (pelo vicio da murmuração), por fr. Sicardo, 8.º 1711 — 240 réis.
- Gloriosos trabalhos do Hercules da igreja, S. Domingos de Gusman, por fr. Antonio da Assumpção, 8.º 1767 — 600 réis.
- Godofredo (O), ou Hierusalem libertada, trad. por Antonio Rodrigues de Mattos, 4.º 1682 — 2\$000 réis, Coimbra, 1859 — 1\$440 enc.
- Gonzaga, poema, por ***, 12.º Paris — 600 réis.
- Governador (O) das praças, por Antonio Davilla, 8.º 1708 — 600 réis.
- Governo do mundo em secco, por Manuel José de Paiva, 4.º 2 vol. 1751 — 1\$500 réis.
- Grammatica analytica da lingua franceza, por J. Ruffier, 8.º Rio de Janeiro — 750 réis.
- Grammatica elementar da lingua franceza, por J. I. Roquete, 12.º Paris — 500 réis.
- Grammatica elementar da lingua lati-

- na, por Abreu e Lemos, 8.º 1822—
600 réis.
- Grammatica elementar da lingua lati-
na, por J. Alves de Sousa, 8.º Coim-
bra, 1870—800 réis enc.
- Grammatica (Nova) portugueza, por B.
José de Oliveira, 8.º Coimbra, 1875
— 500 réis.
- Grammatica franceza, por Lopes de
Lima, 4.º 1756—300 réis.
- Grammatica franceza, por Guiffier, 8.º
Rio de Janeiro—600 réis cart.
- Grammatica franceza, por Sevène, 8.º
2 vol. Rio de Janeiro—640 réis.
- Grammatica franceza, por Monteverde,
8.º 1875—960 réis enc.
- Grammatica hollandeza, por Folqman,
8.º 1742—500 réis.
- Grammatica indostana, 8.º Roma,
1778.
- Grammatica ingleza, de Siret, trad. por
Bourdieu, 8.º 1813.
- Grammatica ingleza, por Urculla, 4.º
1830—300 réis.
- Grammatica latina, por Verney, 4.º
1790—600 réis enc.
- Grammatica latina figurada, por Pedro
Soares, 8.º 1802—240 réis.
- Grammatica latina (Novo methodo da),
pelo padre Antonio Pereira, 12.º
Paris—240 réis cart.
- Grammatica da lingua latina, por Fe-
lix Mendes, 8.º 1814—300 réis.
- Grammatica da linguagem portugueza,
por Fernão de Oliveira, 8.º Porto,
1871—600 réis.
- Grammatica lusitano-anglica, por Ja-
cob de Castro, 8.º 1777—240 réis.
- Grammatica lusitano-latina, por Leal,
8.º 1783—300 réis.
- Grammatica (Nova) portugueza e fran-
ceza, por Montaigu, 8.º 2 vol.—900
réis.
- Grammatica para os portuguezes e bra-
zileiros, por J. I. Roquette, 12.º 2
vol. 1850.
- Grammatica philosophica, por Couto e
Mello, 4.º 1818—600 réis.
- Grammatica portugueza e franceza, por
Montaigu 12.º, 2 vol. Rio de Janeiro
— 900 réis.
- Gritos do inferno para despertar ao
mundo, pelo dr. Boneta, 8.º 1721—
400 réis.
- Guia do creado de servir, 8.º 1851—
80 réis.
- Guia do engenheiro, por Mousinho de
Albuquerque, 4.º 1844—4,500 réis.
- Guia do lavrador portuguez, por Veiga,
8.º Porto, 1835—400 réis.
- Guia do viajante, por fr. Anastacio de
Santa Clara, 8.º 1791—240 réis.
- Guerra grammatico-critica, 4.º Madrid,
1807—600 réis.
- Guerra dos mascates, chronica dos
tempos coloniaes, por Alencar, 12.º
2 vol. Rio de Janeiro—1,200 réis.
- Heras e violetas, por Theophilo Braga,
Porto, 1870—600 réis.
- Henriada, poema, por Voltaire, trad.
por Thomás de Aquino, 16.º 2 vol.
1812—480 réis.
- Henrique IV, poema, trad. do francez,
4.º 1804—480 réis.
- Hippolito, de Euripedes, 4.º 1803—
300 réis.
- Hippolito, de Seneca—Fedra, de Ra-
cine, trad. por Mendo Trigoso, 4.º
1813—500 réis.
- Historia da academia real da historia
portugueza, por Manuel Telles da
Silva, 4.º vol. 1.º (unico publicado),
1727—1,500 réis.
- Historia antiga, por Rollin, trad. por
Manuel de Sousa, 8.º 2 vol. (unicos
publicados), 1767—480 réis.
- Historia da antiguidade de Evora, por
Andree de Reezende, 8.º 1783—
800 réis.
- Historia das antiguidades de Evora,
por Amador Patricio, 4.º 1739—
1,500 réis.
- Historia abreviada da perseguição, as-
sassinato e desterro do clero fran-
cez, pelo abbade Barruel, 8.º 3 vol.
Porto, 1795—1,500 réis.

- Historia do bemaventurado Sam João de Sahagum, por Pedro de Mariz, 4.º 1609.
- Historia do Bom Jesus de Bouças, por Cerqueira Pinto, 4.º 1737—600 réis.
- Historia do Brasil, por Pereira da Silva, 8.º 3 vol.—4,5100 réis.
- Historia do Brasil, por Southey, 8.º 6 vol. Paris—9,5000 réis enc.
- Historia do Brasil-reino e do Brasil-imperio, pelo dr. Mello Moraes, 4.º 2 vol.—4,5000 réis.
- Historia de Camões, por Theophilo Braga, 12.º 3 vol. Porto, 1873—2,5000 réis.
- Historia de Carlos XII, por Voltaire, trad. por Freire de Andrade, 8.º 2 vol. 1769—400 réis.
- Historia certa da seita dos franc-masões, 8.º 1817—160 réis.
- Historia da conjuração mineira, por J. Norberto, 8.º—1,5800 réis.
- Historia da conquista do Mexico, 8.º 2 vol. 1820—480 réis.
- Historia da criação do mundo, pelo padre Manuel Alvares, 4.º 1742—600 réis.
- Historia critica da composição oratoria, por José Verissimo dos Santos, 12.º Coimbra 1773—200 réis.
- Historia do descobrimento e conquista da India pelos portuguezes, por Fernão Lopes de Castanheda, 8.º 2 vol. 1797—1,5000 réis.
- Historia dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes, trad. por Manuel de Sousa, 8.º 1 vol. 1786—1,5920 réis.
- Historia de Diofanes, Clymenea e Heremirena, 8.º 1818.
- Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga, por D. Rodrigo da Cunha, fol. 2 vol. Braga, 1634—9,5000 réis.
- Historia ecclesiastica e chronologica da primeira idade do mundo, por João Rodrigues Chaves, 4.º 1744—600 réis.
- Historia ecclesiastica do scisma de Inglaterra, pelo padre Ribadeneira, 4.º 1732—600 réis.
- Historia da feliz aclamação de S. João IV, por Ferreira Lobo, 8.º 1803—300 réis.
- Historia dos filosofos antigos e modernos, por Francisco Luiz Leal, 8.º 2 vol. 1788—92—1,5000 réis.
- Historia da franc-maçõnaria, 8.º Rio de Janeiro, 1832—120 réis.
- Historia da fundação do convento de Santa Monica, por fr. Agostinho de Santa Maria, 4.º 1699—1,5000 réis.
- Historia da fundação do convento de Santo Christo, 4.º 1743—800 réis.
- Historia da fundação do imperio do Brasil, por Pereira da Silva, 8.º 1 vol.—9,5000 réis.
- Historia do futuro, pelo padre Antonio Vieira, 4.º 1718—800 réis.
- Historia geral do Paraguay, por Demersay, 8.º—500 réis.
- Historia geral de Portugal e suas conquistas, por D. A. de Lemos Faria e Castro, 8.º 20 vol.—4,5500 réis.
- Historia da Grecia, por Goldsmith, 8.º 1865—400 réis.
- Historia da guerra do Paraguay, por Fix, 8.º—1,5200 réis.
- Historia de Hipolito, por M.^{me} d'Aulnay, 8.º 2 vol. 1824—400 réis.
- Historia das imaginações extravagantes, por Oufle, 8.º 1814—500 réis.
- Historia do imperador Carlos Magno e dos doze pares de França, trad. por Carvalho, 8.º—400 réis.
- Historia do imperio da Russia, por Voltaire, 8.º 2 vol. 1781—2,5000 réis.
- Historia de Inglaterra, por Izabel Helme, 4.º 1835.
- Historia da instituição da festa, processão e officio do corpo de Christo, por Barbosa Machado, fol. 1759—800 réis.

- Historia de Justiniano Paleologo, 8.º tom. 1.º (unico publicado), 1816 — 120 réis.**
Historia dos martyres da liberdade, por Esquiros, 8.º 2 vol. — 2400 réis.
Historia de Napoleão Bonaparte, por Lopes de Moura, 12.º 2 vol. 1846 — 1200 réis enc.
Historia de Napoleão, por Norvins, 8.º 4 vol. 1841 — 1200 réis enc.
Historia natural dos pinheiros, por Brotero, 4.º 1827 — 800 réis.
Historia natural da urzella, por Brotero, 8.º 1824 — 160 réis.
Historia do naufragio de Mr. de Brisson, 8.º 1800 — 360 réis.
Historia das orações de Cicero, 8.º 1772 — 600 réis.
Historia da ordem de Malta, por J. A. de Figueiredo, fol. 3 vol. 1800 — 6000 réis.
Historia da ordem do Hospital, hoje de Malta, por J. A. de Figueiredo, 4.º — 400 réis.
Historia da organização dos bancos, 1854 — 500 réis.
Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal, por A. Herculano, 8.º 3 vol. — 1800 réis.
Historia panegyrica do 1.º conde das Galveas, por Julio de Mello de Castro, fol. 1721 — 1200 réis.
Historia de Portugal, por A. Herculano, 8.º 4 vol. — 5000 réis.
Historia de Portugal restaurado, por D. Luiz de Menezes, fol. 2 vol. 1679-98 — 6000 réis.
Historia dos principaes lazaretos da Europa, por Howard, 4.º 1800 — 300 réis.
Historia da prostituição e policia sanitaria do Porto, por Azevedo, 8.º Porto, 1864 — 600 réis.
Historia da reforma protestante em Inglaterra, por Cobbett, 4.º 1827 — 500 réis.
Historia das revoluções succedidas no governo da republica romana, por Vertot, 8.º 3 vol. Porto 1791 — 900 réis.
Historia romana, por Manuel Pereira da Costa, parte 1.ª, 8.º 1743 — 400 réis.
Historia da santa inquisição de Portugal, por fr. Pedro Monteiro, 4.º 2 vol. 1749 — 4000 réis.
Historia secreta da córte e gabinete de S. Cloud, 8.º 2 vol. 1810 — 900 réis.
Historia secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte, por Goldsmith, 8.º 1811 — 800 réis.
Historia dos soberanos mahometanos, por Mohamed Assalech, trad. por Moura, 4.º 1828 — 800 réis.
Historia de Tanger, por Fernando de Menezes, fol. 1732 — 1000 réis.
Historia do theatro portuguez, por Theophilo Braga, 8.º 4 vol. Porto 1870 — 2400 réis.
Historia de Theodosio, o Grande, por Flechier, trad. por Manuel de Sousa, 8.º 1786 — 300 réis.
Historia tragica da imperatriz Agripina, 4.º 1766.
Historia dos varões illustres do appellido Tavora, por Lourenço de Tavora, fol. 1648 — 8000 réis.
Historia universal, por fr. Manuel dos Anjos, 4.º Coimbra 1652 — 1000 réis, ou 1702 — 800 réis.
Historia universal da igreja catholica, por João Chrisostomo de Vasconcellos, 8.º 3 vol. 1765 — 1500 réis.
Historia universal dos reinos e imperios, por João Chrisostomo de Vasconcellos, 8.º 5 vol. (unicos publicados), 1765-68 — 1200 réis.
Historia universal dos terremotos, por Mendonça, 4.º 1758 — 900 réis.
Historia da vida, conquistas e religião de Mafoma, por João José Ferreira, 8.º 1808 — 300 réis.
Historia da vida de S. João da Cruz, por Fernando Correia de Lacerda, 4.º 1680 — 800 réis.

- Historia da vida de Santa Izabel, por F. Correia de Lacerda, 4.º 1735—1,500 réis.
- Homem (O) medico de si mesmo, por Xavier do Monte, 8.º 1760—200 réis.
- Honras (As) da pintura, esculptura e architectura, por Bellori, 8.º 1815—160 réis.
- Hospital do mundo, por José Daniel, 4.º 1824—1,500 réis.
- Humildade (A) triumphante, em verso, por fr. Borralho, 8.º 1708—1,200 réis.
- Hygiene e medicina popular, por Centazzi, 8.º 1841—500 réis
- Hyssope, poema, por Antonio Diniz da Cruz e Silva, 12.º Paris, 1821—600 réis enc.
- Idéas (As) liberaes, 8.º 1819 ou 1823—480 réis.
- Idéas sobre a instrucção publica, por Mousinho de Albuquerque, 8.º Paris, 1823—600 réis.
- Idyllios de Gessner, trad. por Pina Osorio, 8.º 1784—200 réis.
- Ifigenia, tragedia de Racine, 4.º Rio de Janeiro 1816—120 réis.
- Ignez (D.) de Castro, drama, por Julio de Castilho, 8.º Paris 1875—900 réis.
- Aliada de Homero, em verso portuguez, por Manuel Odorico Mendes, 4.º Rio de Janeiro, 1874—900 réis.
- lliada de Homero, livro 1, trad. por José Maria da Costa e Silva, 8.º vol. 1.º (unico publicado), 1811—500 réis.
- Ilustração medica, por Duarte Rebello de Saldanha, 8.º 2 vol. 1761—800 réis.
- Ilustrações preliminares sobre o balanço geral do negocio, por J. G. Ramiro, 8.º 1800—60 réis.
- Imagem da vida christã, por fr. Heitor Pinto, 8.º 2 vol. 1680-92—2,800 réis, ou 4.º 1681—1,800 réis.
- Imagens conceituosas, por Antonio dos Reis, 4.º 2 vol. 1731—1,800 réis.
- Imperador (Ao), cartas politicas de Erasmo, 8.º Rio de Janeiro 1883—300 réis.
- Impiedade confundida, pelo padre Gonçalves, 4.º 1830—500 réis
- Impostura (A) castigada, comedia, por Agostinho de Macedo, 8.º 1832—240 réis.
- Impostura (A) fradesca desmascarada, 8.º 1821—60 réis.
- Incas (Os), por Marmontel, 12.º 3 vol. Paris, 1837—1,8400 réis.
- Indagações sobre as hexigas de vacca, por Jenner, 4.º 1803—480 réis.
- Indagações sobre o mormo na especie humana, pelo dr. Gomes do Valle, 8.º 1860—500 réis.
- Indice alphabetico das leis extravagantes, por fr. Thomás, fol. Coimbra, 1815.
- Indice da legislação impressa na officina regia, fol. 1825.
- Indiculo universal, 8.º Evora 1751—600 réis.
- Infante peregrino escravo, por fr. João do Egypto, 4.º 1721—800 réis.
- Infermidades da lingua, por Manuel José de Paiva, 4.º 1759—800 réis
- Informação em direito com que se satisfaz por parte das ordens militares de Santiago e S. Bento de Avis a todas as propostas e duvidas que contra ellas move o arcebispo de Evora, fol. 1630.
- Informação para a estatistica industrial de Leiria e Funchal, 8.º 1863—600 réis.
- Injusta aclamação de D. Miguel, por Lopes Rocha, 8.º Londres 1828—400 réis.
- Inquerito industrial de 1863, 4.º 1865—800 réis.
- Insigne (O) pintor Vieira, 8.º 1780—720 réis.
- Instituições de rhetorica, por Mesquita, 8.º 1795—200 réis.
- Instituições rhetoricas de Quintiliano, trad. por Villa-Lobos e Vasconcellos, 8.º 2 vol. 1794—400 réis.

- tulo (O) dos meninos cegos de Pa-
 s, por Guadet, 8.º Rio de Janeiro—
 60 réis.
 ituto dos pobres de Hamburgo, 4.º
 801 — 120 réis.
 ituições do direito romano privado,
 or Warnkoenig, 8.º Rio de Ja-
 reiro — 2,000 réis.
 trucción sobre o contrato de seguros,
 3.º 1787 — 160 réis.
 trucción sobre os corpos celestes,
 por Ahlers, 4.º 1758 — 240 réis.
 trucción sobre a cultura das batatas,
 4.º 1800 — 30 réis.
 trucción dirigida aos officiaes de in-
 fanteria, por Gaudi, 8.º 1784 — 240
 réis.
 strucción de enfermeiros, 8.º 1747 —
 1,000 réis.
 strucción da mocidade, por Gobinet,
 8.º 2 vol. 1778 — 500 réis.
 strucción militar, por Francisco José
 Sarmiento, 4.º 1723 — 1,500 réis.
 strucción a principes (sobre os jesui-
 tas), 8.º 1760 — 300 réis.
 strucción de rhetorica e eloquencia,
 por Quadros, 8.º 1795 — 120 réis.
 strucción secreta roubada a Frede-
 rico II, 4.º 1803 — 400 réis.
 strucción do tiro, por Bentes, 8.º —
 360 réis.
 strucción para os viajantes e empre-
 gados nas colonias, 4.º 1819 — 800
 réis.
 struccões sobre as cartas reduzidas
 de navegação, 4.º 1819 — 200 réis.
 Instruccões-estatisticas de Franzini, 4.º
 1815 — 120 réis.
 Instruccões sobre a infantaria 4.º 1824 —
 120 réis.
 Instruccões do marquez de Valença, 8.º
 1746.
 Instruccões sobre o modo de bem es-
 tudar, por Gobinet, 8.º 1770 — 400
 réis enc.
 Instruccões moraes e asceticas. Vida
 de soror Francisca do Livramento,
 fol. 1731 — 2,000 réis.
- Instruccões praticas (roteiro do Brazil),
 4.º 1821 — 500 réis.
 Instruccões de Phocion a Aristias, 8.º
 1791 — 240 réis.
 Instruccões sobre a religião, por Mes-
 quita, 8.º 1 vol. — 400 réis.
 Instruccões de rhetorica e eloquencia,
 por Mesquita e Quadros, 8.º 1795 —
 120 réis.
 Instruccões sobre os trabalhos geode-
 sicos, 8.º — 240 réis.
 Instruccões de um pae a seu filho, por
 Dupuy, 8.º 1780 — 300 réis.
 Interesse publico e defeza pessoal, por
 João Damasio Roussado Gorjão, 4.º
 1837 — 600 réis.
 Interprete (O) francez e portuguez, por
 Michele, 8.º 1817 — 300 réis enc.
 Introducção á convocação das côrtes,
 por Almeida, 4.º 1820 — 80 réis.
 Introducção ao curso de physica, por
 Mousinho, 4.º 1824 — 160 réis.
 Introducção ao novo codigo, por Al-
 vares da Silva, 8.º 1780 — 240 réis.
 Itinerario da India, por fr. Gaspar de
 S. Bernardino, 8.º 1842 — 500 réis.
 Jeronymo Côte Real, chronica do se-
 culo XVI, por Pereira da Silva, 8.º
 Paris — 600 réis.
 Jesus Christo em face do mundo, por
 Almeida Braga, 8.º Porto, 1865 — 120
 réis.
 Jogo dos dotes, por José Daniel, 8.º
 1818 — 500 réis.
 Jornada de Africa, por Hieronymo de
 Mendonça, 8.º 1785 — 400 réis.
 Jornada de Antonio de Albuquerque
 Coelho, 8.º 1732 — 1,000 réis.
 Jornada interessante e joco-seria (para
 as Caldas), 8.º 1817 — 200 réis.
 José de Castilho, o heroe do *Mondego*.
 por D. Antonio da Costa, 8.º — 500
 réis.
 José Estevão (A), versos de Bulhão
 Pato, 8.º 1865 — 100 réis.
 Juizo historico sobre a paz, por Duarte
 Ribeiro de Macedo, fol. 1726 — 480
 réis.

- Juizo sobre o terremoto, por Francisco de Pina, 4.º Coimbra, 1756 — 800 réis.
- Jury (O) portuguez, por Sousa Duarte, 8.º Porto, 1866 — 120 réis.
- Justa aclamação de D. João IV, por Francisco Velasco Gouveia, fol. 1644 — 1,600 réis.
- Justa defeza dos direitos e poder dos soberanos, 4.º 1835 — 240 réis.
- Justa defeza do livro intitulado *Os Sebastianistas*, por Agostinho de Macedo, 8.º 1810 — 60 réis.
- Justino Lusitano, por Froilo de Vasconcellos, fol. 1726 — 1,5000 réis.
- Lamartineanas, poesias de Lamartine, trad. por poetas brasileiros, 8.º — 600 réis.
- Lauso, tragedia, por José de Castro, 4.º 1790 — 400 réis.
- Leal conselheiro, por D. Duarte, 4.º Paris, 1842 — 3,000 réis.
- Legado de um pae a suas filhas, 8.º 1825 — 100 réis.
- Leis extravagantes, por Duarte Nunes de Leão, 4.º 1796 — 800 réis.
- Leis sobre a policia, desde a creação de um intendente geral em 1760 até 1831, 4.º — 1,800 réis.
- Leituras de economia politica, 4.º Rio de Janeiro, 1827 — 240 réis.
- Lendas e narrativas, por A. Herculano, 8.º 2 vol. — 1,200 réis.
- Lenitivos da dor (na morte de D. Maria Izabella), fol. 1700 — 2,250 réis.
- Letra (A) de cambio segundo o direito patrio, por Liberato Barroso, 8.º — 600 réis.
- Letras symbolicas e sybillinas, por Rafael da Purificação, fol. 1747 — réis 3,600.
- Letreiros celebres, 8.º 2 vol. 1806 — 600 réis.
- Lições breves de fazer vinho, 8.º 1801 — 300 réis.
- Lições de chimica geral, por Pimentel, 8.º 1850.
- Lições de direito publico, por Sallas, 8.º 1835 — 600 réis.
- Lições elementares de geographia, Estacio de Sá, 8.º — 600 réis enc.
- Lições de geographia, por Gaultier, Paris, 1872 — 900 réis enc.
- Lições de historia do Brazil, por Manuel de Macedo, 8.º — 720 réis.
- Lições de mathematica, por Lacerda, 4.º Coimbra, 1801 — 960 réis.
- Lições moraes e religiosas, por Rodrigues Vasconcellos, 12.º Paris — 500 réis.
- Lições de um pae a uma filha sua, Ferreira Lobo, 8.º 2 vol. 1870 — 700 réis.
- Linguagem da rasão, por Carracão, 8.º 1798 — 400 réis.
- Lisboa reedificada, por Miguel Ramalho, 8.º 1780 — 300 réis.
- Lista dos cavalleiros do priorado de Portugal, 4.º 1800.
- Livro (O) azul, ou correspondencia relativa aos negocios de Portugal, fol. 1847 — 600 réis.
- Livro da fazenda e real patrimonio, por Luiz de Figueiredo Falcão, fol. 1839 — 1,200 réis.
- Livro (O) dos espiritos, por Karden, 12.º Rio de Janeiro — 900 réis.
- Livro das grandezas de Lisboa, por fr. Nicolau de Oliveira, 4.º 1804 — 1,5000 réis.
- Livro (O) dos mediums, por Karden, 12.º Rio de Janeiro — 900 réis.
- Livro dos meninos, por Martinez de U Rosa, 8.º Porto, 1862 — 160 réis.
- Livro da vida e morte do padre fr. Estevão da Purificação, por fr. Luiz da Apresentação, 4.º 1621 — (falto de rosto e manchado) 1,5000 réis.
- Logares communs das letras humanas, 4.º 1744 — 500 réis.
- Logica, por Condillac, 8.º 1844 — 400 réis enc.
- Logica racional, geometrica e analytica, por Fortes, fol. 1737 — 1,500 réis.
- Lorena perseguida e exaltada, por Caetano Gomes, fol. 1749 — 1,5000 réis.

- Ludovicus et Stanislaus, tragico-comedia, por Serra, 4.º Evora, 1730 — 240 réis.
- Lunario perpetuo, 8.º 1876 — 300 réis.
- Lusiadas (Os), 16.º 1867 — 240 réis enc.
- Lusiadas (Os), annotados por Lopes de Moura, 12.º Paris, 1859 — 1,200 réis.
- Lusitania transformada, por Ferrão de Alvares, 8.º 1781 — 600 réis.
- Luz universal de arithmetica, 4.º 1763 — 400 réis.
- Luz verdadeira (da cirurgia), por Antonio Ferreira, fol. 1757 — 1,000 réis.
- Luzes da poesia, por Fonseca Borralho, 4.º 1724 — 600 réis.
- Madeira illustrada, por Duarte Arraez, fol. 1715 — 1,200 réis.
- Manejo e governo da cavallaria, por Galeão, 8.º 1707 — 400 réis.
- Manhãs e noites, por Machado, 8.º 1873 — 500 réis.
- Manifesto dos procedimentos do conselho real de Hespanha, 4.º 1808 — 300 réis.
- Manifesto dos direitos de D. Maria II, Rennes, 1834 — 240 réis, ou fol. Londres, 1829 — 800 réis, ou 4.º 1836 — 600 réis.
- Manifesto sobre a reforma dos habitos do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, 4.º 1738 — 600 réis.
- Manifesto theo-juridico, por Vergolino, fol. Coimbra, 1756 — 900 réis.
- Manual chronologico, por Cerafino, 8.º 1788 — 400 réis.
- Manual da confeitaria, por Candido Borges da Silva, 12.º Paris 1866 — 600 réis enc.
- Manual encyclopedico, por Monteverde, 8.º 1874 — 550 réis enc.
- Manual do engenheiro, por Briche, 4.º Bahia, 1815
- Manual de Epicteto, trad. por fr. Antonio de Sousa, 8.º 1785 — 400 réis.
- Manual epistolar galante, 1838 — 200 réis.
- Manual homeopathico, 8.º Porto, 1872 — 500 réis.
- Manual homeopathico, por Germon, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Manual do jardineiro e do arboricultor, por J. Rossiguon, 12.º Paris, 1866 — 600 réis.
- Manual pratico sobre a cultura das batatas, 4.º 1845 — 300 réis.
- Manual das revoluções, por Bery, 4.º 1830 — 500 réis.
- Manuel de Moraes, chronica do seculo xvii, por Pereira da Silva, 8.º — 600 réis.
- Manifesto (a favor dos professores de leis), fol. Madrid, 1735 — 2,400 réis.
- Mappa chronologico de Portugal, por Castro, 8.º 1815 — 300 réis.
- Mappa orthographico, de Juvene, 4.º 1793 — 40 réis.
- Mariposas, por Edmundo Frank, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 1,200 réis.
- Marilia de Dirceu, por Gonzaga, 8.º 1804-12 — 220 réis enc., ou Rio de Janeiro, 2 vol. — 1,500 réis.
- Marquez (O) de Pombal, por Clemence Robert, 8.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Martyres (Os), por Chateaubriand, 8.º 6 vol. 1816 — 720 réis.
- Materia medica, por Sousa Pinto, 4.º 1813 — 1,000 réis.
- Materialeira (A), discurso de Couto, 8.º 1815 — 80 réis.
- Maximas sobre a arte oratoria, por Candido Lusitano, 8.º 1759 — 400 réis.
- Meandro poetico, por Fernandes Pinheiro, 8.º Rio de Janeiro — 500 réis.
- Mechanica (Curso de mathematica), por Bezout, 8.º 2 vol. 1820 — 300 réis.
- Mechanica das palavras, 8.º 1787 — 400 réis.
- Medicina lusitana, soccorro dellico, por Francisco da Fonseca Henriques, fol. Porto, 1750.
- Medicina theologica, 4.º 1794 — 500 réis.

- Medicina veterinaria, por Resende, 8.^o 2 vol. 1842 — 1\$200 réis.
- Meditações sobre as sepulturas, do dr. Hervey, 8.^o 1808 — 400 réis.
- Meditações do príncipe do Hohenloe, 8.^o Porto, 1852 — 500 réis enc.
- Meditações sobre as revoluções dos imperios, por Volney, 8.^o 1822 — 300 réis.
- Melhor (O) livro da guerra, ou o capitão valoroso, 8.^o 1867 — 80 réis.
- Memorias historicas, politicas e filosoficas da revolução do Porto em 1828, 4.^o Rio de Janeiro, 1841 — 1\$200 réis.
- Mercador (O) exacto, por Bonavie, fol. 1758 — 240 réis.
- Mestre francez, por Clamopin, 4.^o 1841 — 720 réis.
- Methodo de aprender (grammatica latina), por fr. Jacome, 4.^o 1743 — réis
- Methodo de aprender a contar, 8.^o 1794 ou 1804 — 200 réis.
- Methodo de construir estradas, por Mascarenhas Neto, 4.^o 1790 — 200 réis.
- Methodo de conhecer e curar o morbo gallico, por Madeira Arrais, 4.^o 1674.
- Methodo de curar o typho, por B. A. Gomes, 8.^o 1806 — 300 réis.
- Methodo para a disciplina das legiões nacionaes, 8.^o 1809 — 60 réis.
- Methodo facil de aprender a ler, por Renault, 12.^o Paris, 1875 — 160 réis cart.
- Methodo de geographia francez-portuguez, 8.^o 1787 — 100 réis.
- Methodo inverso dos limites, por Stockler, 4.^o 1824 — 1\$200 réis.
- Methodo lusitanico de desenhar as fortificações, por Pimentel, fol. 1680 — 1\$000 réis.
- Methodo de musica, por José Mauricio, 4.^o Coimbra, 1806 — 140 réis.
- Methodo de musica vocal, para uso da mocidade brasileira, 8.^o — 600 réis.
- Methodo novissimo (de grammatica latina), por Oliveira, 4.^o 1786 — 720 réis.
- Methodo (novo) de partejar, por José Affonso e Francisco de Meilo, 8.^o 1772 — 240 réis.
- Methodo de ser feliz, 8.^o 1727 — 300 réis.
- Methodo pratico de conhecer e formar os tons ou acordes na viola, 4.^o 1811 — 500 réis.
- Memoria acerca de Martinez de la Rosa, 8.^o 1862 — 240 réis.
- Memoria sobre a aquisição dos bens de raiz pela igreja, por Trigozo, fol. — 300 réis.
- Memoria sobre a administração do mercúrio, por Sousa Pinto, 4.^o 1811 — 100 réis.
- Memoria analytica da machina de dilatação e de contracção, 4.^o 1792 — 200 réis.
- Memoria sobre o aneurisma, 8.^o 1818 — 160 réis.
- Memoria sobre o aqueducto geral de Lisboa, 8.^o 1857 — 800 réis.
- Memoria sobre a capitania de Santa Catharina, por Miguel de Brito, fol. 1829 — 500 réis.
- Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos de Lisboa, fol. 1851 — 1\$000 réis.
- Memoria de cinco medalhas africanas por fr. José de Moura, 4.^o — 300 réis.
- Memoria sobre a conducta do dr. Abrantes, 8.^o 1810 — 500 réis.
- Memoria sobre as colonias (de Africa occidental), 8.^o Paris, 1839 — 300 réis.
- Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal, por Trigozo, 4.^o 1786 — 300 réis, ou 1818 — 480 réis.
- Memoria sobre a descoberta de uma supposta ilha (nos Açores), por Sena Freitas, 4.^o 1845 — 480 réis.
- Memoria sobre a destillação continua, por Travassos, 4.^o — 40 réis.
- Memoria sobre o estabelecimento do papel-moeda em Portugal, por Gouveia Pinto, 4.^o 1820 — 300 réis.

- Memoria sobre o estado actual do dique de Lisboa, 4.º 1825 — 100 réis.**
- Memoria estatistica (sobre a Africa oriental), por Xavier Botelho, 8.º 1835 — 4.5000 réis.**
- Memoria sobre a economia do combustivel, por Girão, 4.º 1834 — 800 réis.**
- Memoria sobre os escravões de puridade, por Trigoso, fol. 1835 — 400 réis.**
- Memoria sobre a ferrugem das oliveiras, 8.º — 400 réis.**
- Memoria em que se pretende provar que os arabes não conheceram as Canarias antes dos portuguezes, por J. J. Costa de Macedo, 4.º 1844 — 480 réis.**
- Memoria historica (do dia 11 de agosto de 1829), por Candido Cordeiro, 4.º 1835.**
- Memoria historica da imagem dos Passos de S. Domingos, 8.º 1747 — réis 1.5000.**
- Memoria historica (da amizade ingleza), 8.º 1802 — 480 réis.**
- Memoria hydrographica, por J. Basto da Fonseca, 4.º 1824 — 100 réis.**
- Memoria hydrographica, por Lobeinstein, 8.º Porto, 1826 — 120 réis.**
- Memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde, 4.º 1804 — 500 réis.**
- Memoria sobre os differentes meios de atalhar os incendios, por Santos Cruz, 4.º 1850 — 400 réis.**
- Memoria (sobre a inscripção da peça de Diu), por fr. José Moura, 4.º — 300 réis.**
- Memoria sobre a ipecacuanha fusca do Brazil, pelo dr. B. A. Gomes, 4.º 1801 — 160 réis.**
- Memoria sobre os judeos em Portugal, por J. J. Ferreira Gordo, 4.º — 240 réis.**
- Memoria sobre os laudemios, 4.º 1821 — 60 réis.**
- Memoria sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos no Brazil, 4.º 1821 — 360 réis.**
- Memoria sobre a nova mina de ouro da Outra Banda, por J. B. de Andrada e Silva, 4.º 1817 — 300 réis.**
- Memoria sobre as oliveiras, 4.º Coimbra, 1784 — 700 réis.**
- Memoria para servir de indice aos foraes, por Francklin, 4.º 1816 — 800 réis.**
- Memoria sobre as pasquizas e lavra dos veios de chumbo (em Traz os Montes), por J. B. de Andrada e Silva, 4.º 1813 — 300 réis.**
- Memoria sobre os pesos e medidas em Portugal, por Girão, fol. 1833 — 480 réis.**
- Memoria sobre a preferencia do leite de vacca, por Freitas Soares, 4.º 1812 — 100 réis.**
- Memoria sobre um projecto de pasigraphia, por Dantas, fol. 1800 — 180 réis.**
- Memoria physiologica de Lobeinstein, 8.º Porto, 1826 — 120 réis.**
- Memoria sobre a restauração das barras, por Carvalho, fol. — 500 réis.**
- Memoria a respeito da peste em Paris, 8.º 1788 — 160 réis.**
- Memoria sobre as sepulturas nos templos, 4.º 1800 — 110 réis.**
- Memoria sobre os trabalhos geodesicos executados em Portugal, por Folque, fol. 2 vol. — 4.5500 réis.**
- Memoria sobre o uso da agua de Inglaterra, 4.º 1828 — 100 réis.**
- Memoria sobre a utilidade das gadanhas alemãs, 4.º 1811 — 100 réis.**
- Memoria sobre os vasos murrhinos, por C. de Macedo, fol. 1842 — 100 réis.**
- Memorial contra os pós venenosos que o diabo inventou, 4.º 1631 — 1.5000 réis.**
- Memorial sobre o sigillismo, 4.º 1769 — 1.5000 réis.**
- Memorias (sobre as aguas das Caldas), por Brandão, 4.º 1781 — 960 réis.**
- Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, por Jeronymo**

- Contador Arzote, fol. 5 vol. 1732 — 1,500 réis.
- Memórias dos benefícios de D. João VI, 4.º 2 tom., Rio de Janeiro, 1818 — 720 réis.
- Memórias do Bom Jesus do Monte, por Pimentel, 8.º Coimbra 1875 — 500 réis.
- Memórias do Bussaco, por Sampaio, 18.º 2 vol. Coimbra 1838 — 720 réis, ou 8.º Porto, 1864 — 500 réis.
- Memórias sobre os chancelleres môres, fol. 1836.
- Memórias chronologicas e historicas do governo da rainha D. Thereza, por D. Francisco de S. Luiz, 4.º 1844 — 400 réis.
- Memórias da collegiada de Alcaçova, 4.º 1784 — 800 réis.
- Memórias da collegiada de Santa Maria de Alcobaça, 8.º — 1,500 réis
- Memórias sobre os descobrimentos de Africa, 8.º Porto, 1843 — 300 réis.
- Memórias sobre os estabelecimentos portuguezes no Cabo da Boa Esperança, 4.º 1798 — 800 réis.
- Memórias sobre as feridas de armas de fogo, por Paiva, 8.º 1800 — 240 réis.
- Memórias do grande exercito alliado libertador do sul da America, por Fitara, 8.º Rio de Janeiro — 1,000 réis.
- Memórias historicas, por Padilha, 4.º 1746 — 1,500 réis.
- Memórias historicas de anedotas, 8.º 2 vol. 1786.
- Memórias historicas (de Paris a Lisboa), 4.º 1746 — 1,200 réis.
- Memórias historicas de fr. Francisco de S. Luiz, fol. 1864 — (sem estampas) 600 ou (com estampas) 1,200 réis.
- Memórias historicas do manifesto do pulpito, fol. 1773 — 2,000 réis.
- Memórias para a historia de D. Filipe II, fol. Antuerpia, 1639 — 5,000 rs.
- Memórias para a historia da medicina lusitana, por Soares, 4.º 1821 — 360 réis.
- Memórias para a historia de D. João por Soares da Silva, fol. 4 vol. 1732 — 4,500 réis.
- Memórias para a historia de D. João V, por Bastos, 8.º 1863 — 300 réis.
- Memórias de historia natural, por Henriqueques de Paiva, 4.º 1790 — 400 réis.
- Memórias sobre as ilhas das Azores por Canto e Castro, fol. Paris, 1788 — 480 réis.
- Memórias de João Brick, filho de Cromwell, 8.º 1807 — 360 réis.
- Memórias do marquez de Santa Cruz, 4.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Memórias acerca do mercúrio nas uguas, por Soares, 4.º 1814 — 300 réis.
- Memórias sobre as nitreiras e sal, 4.º 1803 — 120 réis.
- Memórias e noticias da celebre ordem dos templarios, por Alexandre Ferreira, fol. 2 vol. 1735 — 3,000 réis.
- Memórias da ordem militar de S. João de Malta, por fr. Lucas, fol. 1736 — 1,500 réis.
- Memórias da princeza D. Izabel, por Padilha, 4.º 1748 — 800 réis.
- Memórias das providencias que se fizeram no terremoto de 1755, fol. 1758 — 1,500 réis.
- Memórias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações por Brito, 4.º 3 vol. 1803 — 1,500 réis.
- Memórias para um official de artilheria em campanha, 8.º 1778 — 360 réis.
- Memórias resuscitadas da antiga Guimarães, pelo padre Torquato, 1.º Porto 1845 — 800 réis.
- Memórias sobre a vida do bispo de Vizeu, 8.º 1844 — 240 réis.
- Memórias da vida de soror Maria Joanna, 4.º 1762 — 1,000 réis.
- Microscopio, ou mundo abreviado, pelo padre (Theobaldo), 8.º 1784 — 300 réis.

- Miguel I (D.)**, obra a mais completa (sobre a legitimidade), 4.º 1828 — 500 réis.
- Miscellanea grammatical**, pelo padre Bento de Araujo, 8.º 1734 — 2000 réis.
- Modelo de conversações**, por Bottegarde, 4.º 1734 — 600 réis.
- Monarchia (A)**, por Zuniga, 4.º 1798 — 600 réis.
- Monge (O)** de Cistér, por A. Herculano, 8.º 2 vol. 1869 — 1200 réis.
- Monita secreta**, 8.º 1820, ou 4.º Rio de Janeiro, 1827 — 400 réis.
- Monte pio dos medicos de Paris**, 4.º 1819 — 200 réis.
- Monumentos (Noticia dos) da lingua latina**, 4.º 1823.
- Moral (A) em acção**, 8.º 2 vol. 1837 — 400 réis.
- Moral e religião. Extracto de Platão Polichinelle**, 8.º Rio de Janeiro — 480 réis.
- Moribundo (O) cysne do Vouga**, 8.º Porto, 1850 — 500 réis.
- Morte de Abel**, poema, de Gessner, 8.º 1784 — 600 réis.
- Mosaico brasileiro**, por Moreira de Azevedo, 8.º Paris — 600 réis.
- Movimentos de cavallaria**, por Moura, 4.º 1741.
- Mulher (A) como devia sel-o**, por Marchal, 8.º Porto, 1872 — 400 réis.
- Mulheres (As) celebres da revolução franceza**, 8.º 2 vol. 1804 — 240 réis.
- Mundo civil, politico e moral**, por Matos Callado, 8.º 1799 — 400 réis.
- Musa pueril**, por João Cardoso da Costa, 8.º 1736 — 500 réis.
- Museu pittoresco, ou historia natural dos tres reinos da natureza (com numerosas estampas)**, 4.º Paris — 1600 réis enc.
- Mythologia (A) da mocidade, ornada de numerosas estampas**, por C. Lopes de Moura, 8.º obl. Paris — 1000 réis.
- Narciso á fonte**, pelo padre Talone, 8.º 2 tom. 1748 ou 1762 — 600 réis.
- Narração dos applausos com que o juiz do povo e a casa dos vinte e quatro festejou a inauguração da estalua equestre**, 4.º 1775 — 600 réis.
- Narrativa da passagem do Pacifico através do Andes, e descendo pelo rio Amazonas até ao Pará**, por H. Lister Maw, 8.º 1831 — 1200 réis.
- Natal (O) na residencia, poemeto**, por Alberto Pimentel, 8.º Porto, 1871 — 200 réis.
- Naturalismo, ou dogmatismo applicado ás sciencias**, 8.º Porto, 1871 — 200 réis.
- Natureza (A)**, poema, por Agostinho de Macedo, 8.º 1815 — 300 réis.
- Natureza (Da) das cousas**, por Lucrecio, 8.º 1850, ou 2 vol. 1851 — 800 réis.
- Natureza (Da) e limites do poder moderador**, por Vasconcellos, 8.º Rio de Janeiro — 800 réis.
- Naufragio (O) de Sepulveda**, 8.º 1783 — 800 réis.
- Newton**, poema, por Agostinho de Macedo, 8.º 1815 — 300 réis.
- Nobiliarchia medica**, por Bastos, 8.º 1820 — 120 réis.
- Noções de corographia do Brazil**, por Macedo, 8.º 2 vol. — 1800 réis.
- Noções astronomicas**, por Borges Carneiro, 4.º 1829 — 80 réis.
- Noções sobre a cultura das amoreiras**, 8.º Porto, 1865 — 120 réis.
- Noite (A) do Castello**, por M. elle Gay, trad. por Castilho, 8.º 1836 — 700 réis.
- Noites clementinas**, poema, por D. Jorge Bertola, 8.º 1816 — 240 réis.
- Nomenclatura portugueza e latina**, por Folqman, 8.º 1793 — 200 réis.
- Notas ao pretendido manifesto da nação portugueza, publicado em Lisboa em 1820** — 900 réis.
- Noticia da doença (de D. Pedro V)**, 8.º 1862 — 200 réis.

- Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem, 8.º 1842 — 800 réis.
- Noticia das ossadas, por F. Palha, 8.º 120 réis.
- Noticias acerca do modo de defender os edificios dos raios, por Dalla Bella, 4.º 1773 — 240 réis.
- Noticias de Portugal, por Manuel Severim de Faria, fol. 1740 — 24000 réis, ou 8.º 2 vol. 1791 — 15000 réis.
- Noticias reconditas (da inquisição), 8.º 1821 — 200 réis.
- Nova Castro, tragedia, de João Baptista Gomes, 8.º 1838 — 160 réis.
- Nova escola para aprender a ler, por Figueiredo, fol. 1740 — 24400 réis.
- Nova explicação da syntaxe, por A. Pereira Xavier, 8.º 1788 — 300 réis enc.
- Nova historia da militar ordem de Malta, por José Anastacio de Figueiredo, fol. 3 vol. 1800 — 45500 réis.
- Nova instrucção musical, por Solano, 4.º 1764 — 800 réis.
- Nova relação do terremoto, 4.º 1756 — 15500 réis.
- Nova sentinella contra os franc-masões, 8.º 1817 — 240 réis.
- Nova theoria do universo, 4.º Rio de Janeiro, 1827 — 400 réis.
- Novo livro, ou jogo de sortes, 8.º 1837 — 300 réis enc.
- Novo mestre francez, 8.º 1815 — 300 réis enc.
- Novo methodo de grammatica latina, por Antonio Pereira, 8.º Rio de Janeiro, 1870 — 240 réis.
- Novo methodo da pronunciação da lingua portugueza, por Mello, 4.º 1817 — 400 réis.
- Novo methodo da plantação do café, 16.º Rio de Janeiro — 100 réis.
- Novo principe, 8.º Rio de Janeiro, 1844.
- Novo systema dos tumores, 8.º 1786 — 300 réis.
- Obelisco (O) portuguez, por Alvares da Cunha, 4.º 1669 — 400 réis.
- Oberon, poema por Wieland (trad. de Filinto), 8.º 1802 — 600 réis.
- Obras completas do dr. Antonio Ferreira, 8.º 2 vol. Paris — 15800 réis.
- Obras poeticas de Antonio Joaquim de Mesquita e Mello, 8.º Porto, 1821 — 600 réis.
- Obras varias de Antonio Pereira de Figueiredo, fol.
- Obras de Antonio Pinheiro, 8.º 2 vol. 1785 — 15200 réis.
- Obras varias de Bocage, 4.º
- Obras poeticas de Antonio Lourenço Caminha, 8.º 2 vol. 1784 — 1500 réis.
- Obras completas de J. M. Casimiro de Abreu, 8.º Paris — 500 réis.
- Obras de Christovão Falcão, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1871 — 300 réis.
- Obras de Claudio Manuel da Costa, 12.º 1768 — 400 réis.
- Obras completas de D. J. G. de Magalhães, 8.º 8 vol. Paris — 125000 réis.
- Obras varias de Faustino José da Madre de Deus, 4.º 1823.
- Obras de Francisco Dias Gomes, 4.º 1799.
- Obras completas de Filinto Elysio, 8.º 11 vol. Paris, 1817-19 — 105000 réis, ou 16.º 22 vol. 1836-40 — 55000 réis.
- Obras varias de Francisco de Mello Freire, 4.º 1821.
- Obras de Francisco de Sá de Miranda, 4.º 1614 — 25250 réis.
- Obras de Gerson, 8.º 3 vol. 1768 — 800 réis.
- Obras de Gil Vicente, correctas por Barreto Feio e Monteiro, 3 vol. Hamburgo, 1824 — 25400 réis, ou 18.º 1852 — 800 réis.
- Obras poeticas de Ignacio José de Alvarenga Peixoto, 8.º — 600 réis.
- Obras de João Francisco Lisboa, 8.º 4 vol. Maranhão — 85000 réis.
- Obras varias de João Pinto Ribeiro, fol. 2 tom. 1729 — 15500 réis.

- ras de José Accursio das Neves, 4.º
 ras de José Agostinho de Macedo,
 1.º — 800 réis.
 ras litterarias e poeticas de J. M. Pe-
 reira da Silva, 8.º Paris, 2 vol. —
 1\$800 réis.
 ras de José da Silva Lisboa, 4.º Rio
 de Janeiro — (uma collecção) 1\$000
 réis.
 ras poeticas de Luiz José Joaquim
 Freire, 12.º 2 vol. Paris — 1\$200 réis.
 ras completas de Nicolau Tolentino
 de Almeida, 16.º 3 vol. 1828 — 500
 réis.
 ras de Manuel Antonio Alvares de
 Azevedo, 12.º 3 vol. Paris — 1\$800
 réis.
 ras de Melyzeu Cylenio, 12.º 1764 —
 300 réis.
 ras poeticas de Manuel Ignacio da
 Silva Alvarenga, 8.º 2 vol. Paris —
 1\$200 réis.
 ras varias de Maria do Ceu, 8.º 1735
 — 400 réis.
 ras poeticas da Marquiza de Alorna,
 4.º 5 vol. 1844 — 4\$500.
 ras ineditas de Perestrello e Galvão,
 8.º 2 vol. 1791 — 600 réis.
 ras de Virgilio, trad. por Lima Lei-
 tão, tom. 1 (unico publicado), con-
 tendo as Bucolicas e as Georgicas,
 8.º 1818 — 500 réis.
 Obsequio funebre á memoria de Blu-
 teau, 4.º 1734 — 200 réis.
 Obsequios e applausos com que foi re-
 cebido em Portugal o bispo do Por-
 to, 4.º 1742 —
 Obrigações da sentinella e do comman-
 dante, 8.º 1817 — 60 réis.
 Observações sobre as affecções catar-
 rhaes, por Cabanis, 8.º Bahia, 1816.
 Observações botanico-medicas, por Ber-
 nardino Antonio Gomes, fol. 1803 —
 1\$600 réis.
 Observações sobre a cura da gonorrhœa
 virulenta, por Simons, 8.º 1794 —
 240 réis.
 Observações (Novas) sobre os differen-
 tes methodos de prégar, 8.º 1765 —
 240 réis.
 Observações fisiologicas sobre a vida e
 a morte, por Bichat, 4.º 1816 — 500
 réis.
 Observações historicas e criticas, por
 João Pedro Ribeiro, 8.º 1798 — 500
 réis.
 Observações sobre melhoramentos de
 hospitaes, por Langsdorf, 4.º 1800 —
 300 réis.
 Observações sobre a orthographia lati-
 na, pelo padre A. P. de Figueiredo,
 4.º 1765 — 400 réis.
 Observações sobre a primeira parte de
 projecto do codigo civil, por Luiz de
 Seabra, 8.º 1837 — 500 réis.
 Observações sobre a quina do Brazil,
 4.º 1801 — (com 1 est.), 160 réis.
 Observações de Storck sobre o uso da
 cicuta, 4.º 1765 — 300 réis.
 Observações e reflexões sobre o uso da
 quina na gota, por Francisco Tava-
 res, 8.º 1802 — 200 réis.
 Ode ao sr. Antonio Mantheon de Cur-
 nicu, 8.º — 40 réis.
 Odes de Horacio, trad. por Costa e Sá,
 8.º 3 vol. 1780 — 1\$440 réis enc.
 Odes modernas, por Anthero do Que-
 tal, 8.º — 400 réis.
 Odes pindaricas, por Antonio Diniz,
 12.º Londres, 1820 — 400 réis.
 Ondina (A) do Lago, poema, por Theo-
 philo Braga, 8.º Porto, 1866 — 500
 réis.
 Opusculos do padre Theodoro de Al-
 meida, 8.º 2 tom. — 300 réis.
 Opusculo cirurgico, por M. da Costa
 Monteiro, 4.º 1712 — 300 réis.
 Opusculos de arithmetica universal, por
 Cangalhas, 4.º 2 vol. 1795 — 1\$200
 réis.
 Opusculo para converter a lingua latina
 na portugueza, 8.º 1731 — 400 réis.
 Oração academica, por sr. Francisco da
 Cunha, 4.º 1743 — 1\$200 réis.
 Oração congratulatoria ao patriarcha,
 4.º 1787 — 60 réis.

- Oração congratulatoria pela restauração de Portugal, 8.º 1808 — 60 réis.
- Oração funebre recitada nas exequias de José da Silva Passos, 8.º Porto, 1862 — 400 réis.
- Oração ao marquez de Pombal, em agradecimento dos beneficios recebidos, por J. J. de Miranda Rebello, 4.º 1773 — 500 réis.
- Oração sobre a restauração dos estudos, 4.º 1760 — 200 réis.
- Orações academicas de fr. Simão Antonio de Santa Catharina, 8.º 1722 — 400 réis.
- Orbe celeste, por Leonarda Gil da Gama, 8.º 1742 — 600 réis.
- Ordenações de D. Manuel, fol. 1521 — (exemplares imperfeitos) 2\$000 réis.
- Ordenações do reino, 4.º 4 vol. 1789 — 1\$200 réis.
- Ordenança de campanha destinada ás tropas ligeiras, por Mendonça Furtado, 8.º 1809 — 200 réis.
- Oriente (O), poema, por Agostinho de Macedo, 8.º 1817 — 600 réis, ou 2 vol. 1814 — 800 réis.
- Origem antiga de physica moderna, pelo padre Regnault, 4.º 2 tom. 1783 — 720 réis.
- Origem da nobreza polifica, por Vera, 8.º 1791 — 300 réis.
- Origem infecta da moral dos jesuitas, 8.º 1771 — 600 réis.
- Origem e orthographia da lingua portugueza, 8.º 1864 — 500 réis.
- Origem do titulo e da dignidade dos condes, por A. Pereira de Figueiredo, 4.º 1780 — 200 réis.
- Orthographia latina, por José Pedro Soares, 8.º 1790 — 300 réis.
- Orthographia da lingua portugueza, por João Franco Barreto, 4.º 1671 — (falta do mappa) 1\$200 réis.
- Osmia (e outras poesias), por José Osorio Cabral, 8.º 1815 — 400 réis.
- Palestra canonico-moral (sobre dízimos, renunciias e oblatas), 8.º 1799 — 200 réis.
- Palmaria contra pedreiros livres, 4.º 1821 — 120 réis.
- Panegyrico de el-rei D. João IV — Epitome da vida de D. Pedro de Castella, por João Nunes da Cunha, 4.º 1666 — 800 réis.
- Panegyrico do marquez de Marialva por D. Fernando de Lacerda, 4.º 1674 — 700 réis.
- Panegyrico do marquez de Pombal, 4.º 1815 — 240 réis.
- Panegyricos do grande João de Barros, 8.º 1791 — 500 réis.
- Papas (Os) dos tempos modernos, por A. Villas Boas, 8.º Porto, 1871 — 600 réis.
- Papeis relativos aos dois conselhos de guerra feitos a Rodrigo José Ferreira Lobo, 4.º
- Paqueta, poema por Bulhão Pato, 8.º — 1\$000 réis.
- Parallelo de Augusto Cesar e de D. José I, fol. 1775 — 800 réis.
- Parallos de principes, por F. S. Toccanio, 4.º 1623 ou 1733 — 800 réis.
- Paraphrase dos proverbios de Salomão, por Ottoni, 8.º Bahia, 1815 — 600 réis.
- Parecer sobre os chamados autos de fé, 8.º 1798 — 300 réis.
- Parecer sobre a violação da clausura do mosteiro de Santa Clara, fol. 1749 — 800 réis.
- Pastoral do bispo de Troyes contra matos livres, 4.º 1626 — 120 réis.
- Patriótico (O). Poesias pela expulsão dos francezes, 8.º 1816 — 300 réis.
- Pauta das alfandegas, fol. 1837 — 200 réis.
- Pauta das alfandegas do Brasil, 4.º 1826 — 400 réis.
- Pauta geral para a alfandega grande de Lisboa, fol. 1782 — 600 réis.
- Peças justificativas do padre Morad, 4.º 1823 — 800 réis.
- Peculto do procurador regio, por Leitão e Vasconcellos, fol. 1841 — 1\$000 réis.

- ensador matritense: Discursos criticos sobre a sociedade, 8.º 2 vol. Porto, 1793—400 réis.
- ensamentos sobre a philosophia, pelo abbade Lamourette, 8.º 1795—400 réis.
- ensamentos, reflexões e maximas do padre Transfiguração, 8.º 1807—480 réis enc.
- pequeno resumo de castrametação, por Fonseca Coutinho, 8.º 1792—200 réis.
- peregrino desterrado, pelo padre Manuel de Santa Maria, 4.º 1653—1500 réis.
- peregrinação pela provincia de S. Paulo, por Emilio Zaluar, 8.º Rio de Janeiro—1500 réis.
- perfeito (O) contador arithmetico portuguez, por J. M. de Oliveira, 4.º 1754—(avariado) 600 réis.
- perfeito (O) heroismo, por A. Rodrigues de Almada, 4.º 1762.
- perfeito (O) soldado e politica militar, por J. de Medeiros Correia, 4.º 1659—600 réis.
- perfis burlescos, por Urbano Loureiro, 8.º Porto, 1866—500 réis.
- Phalenas, poesias, por Machado de Assis, 8.º Paris—600 réis.
- Pharmacopea chimica, medica e chirurgica, por Sousa Pinto, 4.º 1803—240 réis.
- Pharmacopea naval e castrense, por Jacinto da Costa, 4.º 2 vol. 1810—960 réis.
- Pharmacopea tubalense, por M. Rodrigues Coelho, fol. 3 tom. 2 vol. 1751—1500 réis.
- Philosophia chimica, por Pourroy, 4.º 1816—
- Philosophia da Internacional, por Delaporte, 8.º Porto, 1872—200 réis.
- Philosophia moral, por fr. Aleixo de S. Antonio, 4.º Coimbra, 1640—1500 réis.
- Physiologia do matrimonio, por Debay, 12.º Rio de Janeiro—900 réis.
- Pinto renascido, empenado e desempenado, por Thomás Pinto Brandam, 4.º 1752—600 réis.
- Plano (de estudos) da provincia de Portugal dos menores observantes de S. Francisco, fol. 1776—800 réis.
- Planetario lusitano para o anno de 1757, 4.º 1756—600 réis.
- Plano de estudos da congregação de S. Bento, fol. 1775—800 réis.
- Plano de estudos da congregação de S. Francisco, fol. 1776—800 réis.
- Plano de estudos elementares, 8.º 1801—60 réis.
- Plano dos estudos para a congregação de S. Paulo, fol. 1775—600 réis.
- Plano dos estudos para os religiosos menores da ordem da Piedade, fol. 1776—800 réis.
- Plano de estudos da provincia da Soledade, fol. 1776—1500 réis.
- Plano para o systema do espirito philosophico, 8.º 1784—400 réis.
- Plano e regulamentos dos estudos para a congregação de S. Bento, fol. 1789—700 réis.
- Plano de uma obra pia, por Word, 8.º 1782—240 réis.
- Plano de reforma dos foraes, e direitos banaes, fundado em um novo systema emphyteutico, por A. C. de Menezes, 4.º 1825.
- Plutarco (O) revolucionario, 8.º 2 vol. 1809—600 réis.
- Poemas de Antonico Soares de Azevedo, 8.º 1794—400 réis.
- Poemas de Francisco Villela Barbosa, 8.º 1794—1500 réis.
- Poemas juvenis, 4.º 1822—200 réis.
- Poemas lusitanos, por Antonio Ferraira, 8.º 2 vol. 1771—15600 réis, ou 16.º 2 vol. 1829—300 réis.
- Poemas lyricos de uma natural, de Lisboa, 8.º 1787—240 réis.
- Poemas de Ovidio Saraiya de Carvalho e Silva, 8.º Coimbra, 1808—300 réis.

- Poemas de Rodrigues da Silva, 8.º 1791
- Poesias de A. Herculano, 8.º 1872 — 600 réis.
- Poesias de A. Correia, 12.º Porto, 1863 — 500 réis.
- Poesias de B. J. da Silva Guimarães, 8.º Rio de Janeiro — 1,500 réis.
- Poesias de Antonio Maria Campello, 4.º 1853 — 500 réis.
- Poesias de Antonio de Serpa, 8.º 1854 — 400 réis.
- Poesias de Antonio Villas Boas e Sampaio, 4.º Coimbra, 1844 — 300 réis.
- Poesias de B. M. Vianna, 12.º Paris, 1821 — 200 réis.
- Poesias de Elpino Duriense, 4.º 3 vol. Londres, 1812 — (o 3.º vol. incompleto) 1,200 réis.
- Poesias de Fernandes Prata, 8.º Porto, 1859 — 300 réis.
- Poesias de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, 8.º 1802 — 400 réis.
- Poesias de Francisco Palha, 8.º — 300 réis.
- Poesias de Francisco Roque de Carvalho Moreira, 8.º 1817 — 360 réis.
- Poesias de João Evangelista de Moraes Sarmiento, 8.º Porto, 1847 — 400 réis.
- Poesias de José Ignacio de Araujo, 8.º 1862 — 300 réis.
- Poesias lyricas de Stockler, 8.º Londres, 1821 — 800 réis.
- Poesias de Medina, 8.º 2 vol. 1797 — 600 réis.
- Poesias de Paulino Cabral de Vasconcellos, 8.º 2 vol. 1786 — 800 réis.
- Poesias (varias) de Paulo Gonçalves d'Andrada, 8.º Coimbra, 1658 — 720 réis.
- Poesias de Thomás Antonio dos Santos e Silva, 8.º 1806 — 500 réis.
- Poetas palacianos, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1872 — 600 réis.
- Poetica de Aristoteles, trad. por A. Ribeiro dos Santos, 8.º 1779 — 300 réis.
- Poetica de Horacio, trad. pela comdessa d'Oyenhausen, 8.º 1812 — 300 réis.
- Politica moral e civil, por Damião Antonio, 4.º 7 vol. 1749 — 3,000 réis.
- Politica predicavel e doutrina moral do bom governo do mundo, por Manuel dos Anjos, fol. 1693 — 1,500 réis.
- Policia secreta dos ultimos tempos do reinado de D. João VI, e sua conseqüencia até 1826, 4.º 1835.
- Polymathica exemplar, por Manuel Galliano Lourosa, 4.º 1866 — 300 réis.
- Ponto de vista anatomico-physiologico, por Sousa Pinto, 4.º 1819 — 200 réis.
- Porque somos catholicos e não protestantes, por Emilia Augusta Gomes Penido, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Porque (O) de todas as cousas, por Valdecebro, 8.º 1818 — 240 réis.
- Porto (O) invadido e libertado, poema 8.º 1815 — 80 réis.
- Portugal consolado e instruido, por fr. Manuel da Epifania, 8.º 1757 — 400 réis.
- Portugal cuidadoso e lastimado, por Bayam, fol. 1737 — (falta da folha de indice) 1,500 réis.
- Portugal depois da revolução de 1820 — 160 réis.
- Portugal renascido, por fr. Manuel da Rocha, fol. 1730 — 1,500 réis.
- Portugal sacro-profano, ou catalogo de todas as freguezias, por Paulo Dias de Niza, 8.º 3 vol. 1767 — 1,500 réis.
- Portugal e o socialismo, por Oliveira Martins, 8.º 1873 — 660 réis enc.
- Portuguezes nos concilios geraes, por A. Pereira de Figueiredo, 4.º 1787 — 300 réis.
- Povo (Do) e dos reis, por Viconterie, 8.º Porto, 1800 — 400 réis.

- tica criminal do fóro militar, por Magalhães Castello Branco, 8.º 1815 — 320 réis.**
tica criminal, por Manuel Lopes Ferreira, fol. 1741 — 800 réis.
axe syntaxística, por Bento Verjus, 8.º 1735 — 240 réis.
receitos de construção de navios, por Mariz, 8.º 1789 — 200 réis.
reciosa (A), allegoria moral, 8.º 2 vol. 1731 — 720 réis.
regador (O) mariano. Vida de fr. João de Nossa Senhora, 4.º 1760 — 800 réis.
releccões de economia politica, por Matta Albuquerque, 8.º Rio de Janeiro — 1,500 réis.
reparatorio universal, ou logica, 8.º 1800 — 300 réis.
Preservativo das bexigas, por Henriques de Paiva, 8.º 1806 — 160 réis.
Priamo, tragedia, por Henrique José de Castro, 8.º 1786 — 300 réis.
Primavera (A), por A. F. de Castilho, 8.º 1837 — 800 réis.
Primavera, por Francisco Rodrigues Lobo, 8.º 1704 — 1,000 réis.
Primavera (A), cantata, por Francisco Villela Barbosa, fol. 1819 — 800 réis.
Primeira defeza de Sebastião José de Abreu, por seu filho, 8.º 1806 — 200 réis.
Primeiras linhas de chimica e botanica, por Silveira Pinto, 4.º 1827 — 900 réis.
Primeiras linhas sobre o processo criminal, por Pereira e Sousa, 4.º 1831 — 2,550 réis.
Primeiro (O) navegante, poema, por Gessner, 8.º 1820 — 120 réis.
Primeiros elementos de cirurgia therapeutic, por Pinto de Almeida, 8.º 2 vol. 1794 — 400 réis.
Primeiros trabalhos litterarios do padre Figueira, 8.º 1865 — 400 réis.
Primeiros versos de Julio de Castilho, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
Principios de agricultura philosophica, por Brotero, 4.º Coimbra, 1793 — 300 réis.
Principios da arte diplomatica, 8.º — 320 réis.
Principios da arte da gravura, por Lairesse, 4.º 1801 — 360 réis.
Principios de chimica e botanica, 4.º 1827 — 200 réis.
Principios de direito divino, natural e das gentes, por Nogueira Coelho, 4.º 1773 ou 1777 — 600 réis.
Principios de direito mercantil, por J. da Silva Lisboa, 4.º 1798 — 300 réis.
Principios de economia politica, 4.º 1804 — 500 réis.
Principios de economia politica, por Maculloch, 8.º Londres — 200 réis.
Principios geraes de musica, por D. João da Soledade Moraes, 4.º 1833 — 960 réis.
Principios da lingua ingleza, 4.º 1822 — 100 réis.
Principios de musica, por Ferreira da Costa, 4.º 2 vol. 1820-24 — 1,200 réis.
Principios de musica, por Leoni, 4.º 1853 — 480 réis.
Principios de musica, por Rossini, 4.º — 240 réis.
Principios de optica, por Valente do Couto, 4.º 1836 — 600 réis.
Principios de tactica de cavallaria, por Rohan, 8.º 2 vol. 1791 — 1,000 réis.
Principios de tactica naval, 4.º 1862 — 200 réis.
Privilegios aos milicianos, 8.º 1810 — 40 réis.
Privilegios da nobreza, por Luiz da Silva, 4.º 1806 — 800 réis.
Privilegios e prerogativas que o genero feminino tem por direito commum e ordenações do reino, mais que o masculino, 8.º 1785 — 200 réis.
Problema de architectura civil, por Mathias, 4.º 2 tom. — 600 réis.
Problemas de arithmetica, por Saigey, 4.º — 600 réis.

- Processo do general Mousinho, 4.º 1828 — 600 réis.
- Processo sobre a liberdade do despotismo, 8.º 1834 — 60 réis.
- Processo de Vieira de Castro, 4.º 1870 — 600 réis enc.
- Profecia politica verificada pelo que está succedendo aos portuguezes pela sua cega affeição aos inglezes, 8.º 1818 — 120 réis.
- Progressos academicos dos anonymos de Lisboa, 4.º 1718 — 800 réis.
- Projecto de lei para a construcção dos cauninhos de ferro da Beira, 8.º 1873 — 100 réis.
- Projecto de reforma de instrucção publica, por A. F. F. e Almeida, 8.º 1836 — 60 réis.
- Projecto para a reforma da lei fundamental, 8.º Paris, 1834 — 240 réis.
- Promptuario arithmetico para uso dos lavradores, por Fernandes de Castro, 8.º 1815 — 120 réis.
- Promptuario pharmaceutico; por Santos de Torres, 4.º 1756 — 240 réis.
- Promptuario de syntaxe, pelo padre Antonio Franco, 8.º 1713 ou 1750 — 300 réis.
- Prosodia, por Bento Pereira, fol. Evora, 1723 ou 1750 — 4,800 réis.
- Prospecto de um systema simplissimo de medicina, por Weikard, 8.º 2 vol. 1816 — 960 réis enc.
- Propostas para fundar em Londres uma instituição financeira, 4.º 1790 — 100 réis.
- Prototypo de um general perfeito, por A. R. Coutinho, 4.º 1713 — 600 réis.
- Prova sobre a policia dos trigos, 8.º 1768 — 400 réis.
- Provincia (A): Estudo sobre a descentralização no Brazil, pelo visconde de Uruguay, 8.º Paris — 1,800 réis.
- Quadro da morte, por Carraccioli, 8.º 1779 — 200 réis.
- Quadros, por Joaquim Serra, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Quadros glossados, por Berrane, 8.º 1804 — 240 réis.
- Quadros naturaes, por Xavier da Silva, 8.º — 400 réis.
- Quatro (As) estações do dia, por Zacharias, 8.º 180½ — 400 réis.
- Que amor de criança! pela condessa de Ségur, 8.º 1872 — 600 réis.
- Que é o clero em uma monarchia constitucional, 12.º 1821 — 240 réis.
- Que é o codigo civil? por Cardoso da Costa, 4.º 2 vol. 1822 — 1,440 réis.
- Questão (A) nacional, pelo abbade Bueruel, 4.º 1823 — 400 réis.
- Questão (A) portugueza, 4.º 1827 — 240 réis.
- Quinta parte do thesouro descoberta, 4.º Rio de Janeiro, 1820 — 200 réis.
- Raizes da lingua latina, por Amaro de Roboredo, 4.º 1621 — (sujo) 600 réis.
- Ramalhete de duvidas. Adidçam á doutrina de Antonio Ferreira, por Alexandre da Cunha, 4.º 1759 — 1,200 réis.
- Ramalhete do jardim da erudição, por Maçed e Miranda, 8.º 1724 — 300 réis.
- Ramo de flores, por João de Deus, 8.º Porto, 1870 — 300 réis.
- Raridades da natureza e da arte, por Padilha, 4.º 1759 — 400 réis.
- Recordações de uma viagem, 8.º Porto, 1858 — 200 réis.
- Recreaçam provéytosa, por Custodio Jesain Barata, 8.º 2 vol. 1728 — 500 réis.
- Recreações do homem de bom. 8.º 2 tom: Coimbra, 1821 — 240 réis.
- Recreações do homem sensivel; 8.º 3 vol. 1768 — 800 réis.
- Recopilção das pautas geraes das alfandegas de Portugal desde 1862 a 1864, por G. J. de Queiroz, 4.º 1868 — 800 réis.
- Recreio util e pio, 8.º 1822 — 400 réis.
- Reflexões experimentaes methodicoboticas, por Christovão dos Reis, 8.º 1779 — 400 réis.

- Reflexões sobre o banco do Brazil, 4.^o — 60 réis.
- Reflexões sobre a conspiração de 1817, 8.^o 1818 — 240 réis.
- Reflexões sobre a educação dos militares, 8.^o — 100 réis.
- Reflexões sobre a Marinha Grande, 4.^o 1821 — 160 réis.
- Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal, por Carnot, 4.^o 1793 — 160 réis.
- Reflexões sobre o methodo latraleptico, por Sousa Pinto, 4.^o 1819 — 200 réis.
- Reflexões sobre a melhor orthographia portugueza, por Ferreira da Costa, fol. 1821 — 120 réis.
- Reflexões sobre o regulamento do exercito, por Franzini, 4.^o 1820 — 200 réis.
- Reflexões sobre a questão dos Estados Unidos com a França, por Harper, 8.^o 1798 — 400 réis.
- Reflexões sobre as usuras do mutuo, por fr. Manuel de Sant'Anna, 8.^o 1787 — 500 réis.
- Reflexões sobre a vaccina, por Elbedoro, 8.^o 1809 — 100 réis.
- Reflexões sobre a vaidade dos homens, 4.^o 1752 — 500 réis, ou 8.^o 1761 e 1788 — 400 réis.
- Refulação dos pedreiros livres, por Agostinho de Macedo, 8.^o 1861 — 300 réis.
- Regimento da alfandega do Porto de 1703, 4.^o 1770 — 500 réis.
- Regimento da armada real, 8.^o 1796 — 800 réis.
- Regimento do auditorio ecclesiastico do arcebispado de Evora, fol. Evora, 1898 — 1,5000 réis.
- Regimento da fórna por que se ha de fazer a despeza da junta dos tres estados, 8.^o 1722 — 240 réis.
- Regimento de pilotos e roteiro das navegaçoens da India oriental, por Antonio Maria Carneiro, 4.^o 1642 — (falto de alguns mappas) 3,5000 réis.
- Regimento da proscripta inquisição de Portugal, 8.^o 1821 — 200 réis.
- Regimento de saude para o porto de Belem, 4.^o 1800 — 60 réis.
- Regimento do santo officio da inquisição de Portugal, fol. 1774 — 1,5000 rs.
- Regimento de signaes navaes, 4.^o 3 vol. 1728 — 600 réis.
- Regimentos do auditorio ecclesiastico de Evora, fol. 1898.
- Regimentos militares de 1748, 1753 e 1797 — 480 réis.
- Regra de S. Agostinho, ou constituições da ordem dos pregadores, 8.^o 1764 — 1,5200 réis.
- Regra de cavallaria e ordem militar de S. Bento de Aviz, fol. 1631.
- Regra, estatutos, definições e reformação da ordem de S. Thiago da Espada, fol. 1694 — 6,5000 réis.
- Regra das religiosas maltezas de S. João Baptista de Extremoz, fol. 1762 — 800 réis.
- Regras de acompanhar, para cravo ou orgão, por Gomes da Silva, 4.^o 1758 — 240 réis.
- Regras das cinco ordens de architectura, segundo os principios de Vignola, 4.^o 1872 — 2,5400 réis enc.
- Regras de desenho para a delineação das plantas; por Antonio José Moreira, 8.^o 1793 — 960 réis.
- Regras da lingua portugueza, por Argote, 8.^o 1725 — 400 réis.
- Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, por Caetano Maldonado da Gama, 8.^o 1721 — 240 réis.
- Regras methodicas para se aprender a escrever, por J. G. Ventura, 8.^o 1808, 1819 ou 1841 — 660 réis enc.
- Regras geraes da melhor orthographia latina e portugueza, por Bento Pereira, 8.^o 1733 — 120 réis.
- Regulamento da administração militar, 4.^o 1837 — 100 réis.
- Regulamento das alfandegas e rendas de mesas, por Augusto de Athaide, 8.^o Rio de Janeiro — 1,5200 réis.

- Regulamento do banco de Lisboa, 4.º — 60 réis.
- Regulamento das escolas do collegio de Alcobça, fol. 1776.
- Regulamento para a escola do tiro, por Bentes, 8.º Porto, 1874 — 300 réis.
- Regulamento do imposto de transmissão de propriedade, por A. André Ribeiro, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Regulamento das tropas holandezas, 4.º 1799 — 400 réis.
- Reino da poesia. Descrição geographica metrificada, por Freire da Cunha, 8.º 1806.
- Reinado (O) do amor, por A. P. de Figueiredo, 4.º 1789 — 160 réis.
- Reino da Babylonia ganhado pelas armas do Empireo, por Leonarda Gil da Gama, 4.º 1749 — 600 réis.
- Relação das acções de graça pelos annos de D. José I no mosteiro de Alcobça em 1775, fol. 1775 — 800 réis.
- Relação da China, por Rogemont, 4.º 1672.
- Relação cirurgica e medica, por J. Cardoso de Miranda, fol. 1747 — 600 rs
- Relação da cholera-morbus em Paris, 8.º Paris, 1833 — 600 réis.
- Relação da conquista das praças de Alorna, Bicholim, Avaro, etc., 4.º 1747 — (avariado) 1,200 réis.
- Relação completa da campanha da Russia, por Labaume, 4.º 2 vol. 1818 — 800 réis.
- Relação da conversão de João Thayer, 8.º 1788 — 400 réis.
- Relação da conversão de Ratisbonne, 8.º 1843 — 100 réis.
- Relação da derrota naval (dos cruzados que partiram do Escalda em 1189) 4.º 1844.
- Relação das exequias feitas a D. João V em Roma, 4.º 1750 — 1,000 réis, ou fol. 1751 — 1,200 ou 2,000 réis.
- Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa em 1836, 8.º — 240 réis.
- Relação historica do que fizeram os moradores de Barcellos desde a acclamação de D. João IV até 1812, 1.º Braga, 1871 — 400 réis.
- Relação historica da liga sagrada contra os turcos, 4.º 1686.
- Relação metrica das festas de S. João da Cruz, 4.º 1729 — 200 réis.
- Relação da paz com Tripoli, 4.º 1799 — 60 réis.
- Relação politica das mais particulares acções do conde duque de Olivares, 4.º 1771 — 800 réis.
- Relação da primeira jornada que fez Africa no anno de 1574 o rei D. Sebastião, escripto pelo mesmo, 4.º — 1,000 réis.
- Relação do sitio posto á praça do Sacramento, por Ferreira da Silva, 4.º 1748 — 600 réis.
- Relação da varanda em que foi acclamado D. José I, 4.º 1750 — 900 réis.
- Relação da viagem á India dos marquezes de Tavora, 4.º 1752.
- Relatorio ácerca da nova edição das Lusíadas, impressa em Paris, 4.º 1817 — 300 réis.
- Relatorio sobre a fabricação e administração da polvora, 4.º 1855 — 500 rs.
- Relatorio de uma viagem scientifica, pelo dr. Simões, 4.º Coimbra, 1866 — 200 réis.
- Religião (A), poema de Racine, 8.º 1791 — 480 réis.
- Religião (A) demonstrada, por Balmes, 8.º Braga, 1858 — 160 réis.
- Religião (A) provada pela revolução, pelo abbade Clausel, 8.º 1819 — 480 réis enc.
- Remissões das leis novissimas, por José Roberto, 4.º 2 tom. 1 vol. 1779 — 800 réis.
- Repertorio alphabetico das materias em geral contidas no codigo civil portuguez, 16.º 1868 — 300 réis.
- Repertorio de incompatibilidades, por Carvalho e Albuquerque, 8.º Rio de Janeiro — 1,500 réis.
- Repertorio chronologico, 4.º 1783 — 200 réis.

- Repertorio commercial**, por Moura Reis, 4.º 1836 — 500 réis.
Repertorio de legislação ecclesiastica desde 1500 até 1874, por Campos Porto, 8.º Paris — 35000 réis.
Repertorio das leis, por Fernandes Thomás, fol. 2 vol. 1815.
Repertorio das ordenações de D. Manuel, por Duarte Nunes de Leão, fol. 1560 — 15000 réis, ou 4.º Coimbra, 1820 — 400 réis.
Repertorio das ordenações, por Manuel Mendes de Castro, fol. Coimbra, 1661 a 1699 — 400 réis.
Repertorio das ordens do dia do exercito, 4.º 1809 a 1826 — 240 réis.
Representação a Pio VII sobre a secularisação dos regulares, 8.º 1823 — 40 réis.
Repulsa critica contra o poema *Triumpho da religião*, de Pina e Mello, 4.º 1764 — 240 réis.
Resenha analytica, ou principios geraes do methodo do ensino mutuo, chamado de Lancaster, 8.º 1827 — 160 réis.
Responsabilidade e garantias do poder, 8.º 1842 — 500 réis.
Resposta á analyse critica do *Investigador* contra as Reflexões sobre a conspiração de 1817, 8.º — 600 réis.
Resposta ao arcebispo de Lacedemonia, fol. 1749.
Resposta do bispo de Angra sobre indulgencias, 4.º 1820 — 200 réis.
Resposta desenganada, em oitava rima, 4.º 1782 — 60 réis.
Resposta e reflexões á carta do bispo de Cochim, 8.º 1774 ou 1826 — 500 réis.
Resposta (a respeito do contrato chamado do dinheiro a ganho), 8.º 2 vol. 1775 — 400 réis.
Resposta ao opusculo intitulado Exame critico (acerca dos manuscritos de Alcobaca), 4.º 1800 — 160 réis.
Resposta ao sr. Simão José da Luz, por José Seabra da Silva, 8.º 1868 — 80 rs.
- Restauração de Portugal prodigiosa**, por Gregorio de Almeida, 4.º 1643 — 15000 réis.
Resposta publica, por Gouveia Pinto, 4.º 1820 — 400 réis.
Resorreçam de Portugal, por Fernão Homem de Figueiredo, 4.º Nantes, 1642.
Resumo do almanach nautico, 4.º Porto — 400 réis.
Resumo de castrametação, 8.º 1792 — 160 réis.
Resumo de chronologia, por A. L. Ribeiro, 4.º 1825 — 80 réis.
Resumo chronologico de varios artigos de legislação patria, por Gouveia Pinto, 4.º 1818 — 600 réis.
Resumo das doutrinas contidas nos elementos de analyse de Bezout, 4.º 1825 — 200 réis.
Resumo da historia contemporanea, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
Resumo da historia litteraria, por Fernandes Pinheiro, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 45200 réis.
Resumo da historia natural das aves, 8.º 1865 — 15500 réis.
Resumo da historia de Portugal, 8.º 1850 — 300 réis.
Resumo orthographico da lingua portugueza, por Coutinho, 8.º — 120 réis.
Resumo dos privilegios da nobreza, por Bastos, 8.º 1854 — 600 réis.
Resumo das regras de cantochão, pelo padre Cresser, 4.º 1741 — 300 réis.
Resumo do systema de medicina de Darwin, 4.º 1806 — 500 réis.
Resumo da vida e morte de fr. Lourenço Brandisi, 8.º 1789 — 120 réis.
Resumo da vida de Labre, 8.º 1782 — 200 réis.
Resumo da vida de Pio VI, 8.º 1815 — 100 réis.
Retrato dos jesuitas, 4.º 1761 — 600 réis.
Revelações poeticas, por Emilio Zaluar, 8.º Rio de Janeiro — 15200 réis.

Revista dos genios de ambos os sexos, por José Daniel, 8.º 1837 — 600 réis.
 Revolução de França, 8.º 7 vol. — réis 2,250.
 Revolução (A) de Portugal em 1640, 8.º Londres, 1808 — 240 réis.
 Rhetorica de Quintiliano, extrahida da trad. de Soares, 8.º Pernambuco, 1838 — 480 réis.
 Rimas de Bocage, 8.º 5 vol. 1791-1831 — 2,500 réis.
 Rimas de Francisco Alvares de Nobrega, 8.º 1804 — 300 réis.
 Rimas de Francisco de Pina de Sá e de Mello, 8.º 1727 — 600 réis.
 Rimas de João Xavier de Matos, 8.º 3 vol. 1783 — 1,000 réis, ou 1827 — 1,540 réis enc.
 Rimas de Joaquim Severino Ferrás de Campos, 8.º 1794 — 300 réis.
 Rimas de José Daniel, 8.º 2 vol. 1793 — 1,000 réis.
 Rimas de J. S. dos S. R., 8.º 1818 — 240 réis.
 Rimas de Manuel Mathias Fernandes de Mendonça, 8.º 2 vol. 1815 — 480 rs.
 Rimas de Paulino Joaquim Leitão, 8.º 1844 — 440 réis enc.
 Rimas de J. D. Talaia Sotto Maior, 8.º 1790 — 360 réis.
 Rimas de Thomás Antonio dos Santos e Silva, 8.º 1792 — 400 réis.
 Roda da fortuna, e vida de Alexandre e Jacinta, pelo padre Mathens Ribeyro, 8.º 1692 — 800 réis.
 Roteiro das costas de Portugal, por Franzini, 4.º 1812 — 800 réis.
 Roteiro da costa do Maranhão e Pará, 4.º 1823 — 600 réis.
 Roteiro de Neptuno Oriental, por Paganino, 4.º 5 tom. 2 vol. — 800 réis.
 Roteiro de D. João de Castro, 8.º Paris, 1833 — 1,200 réis.
 Roteiro occidental para a navegação da costa e portos do Brazil, 4.º 1784 — 700 réis.
 Rudimentos da lingua grega, por J. A. Teixeira, 12.º 1788 — 300 réis.

Rudimentos de orthographia portugueza, 8.º 1842 — 40 réis.
 Rudimentos de philosophia racional moral, 4.º 1852 — 200 réis.
 Ruinas (As) de Santarem, poema, por Joaquim Nunes Ribeiro, 8.º 1821 — 480 réis.
 Ruinas (As), ou meditações sobre as revoluções dos imperios, por Volny, 8.º 1822 — 600 réis.
 Sabios (Os) illustres. Christovão Colombo, por L. Figuiet, 4.º Rio de Janeiro — 300 réis.
 Satisfação da aggraves e contentes vingativos, pelo padre. João de Saesca, 4.º 1700 — 600 réis.
 Satyra do homem; por. Despotism, 4.º 1800 — 100 réis.
 Satyra de Sulpicia, trad. por L. A. Azevedo, 8.º 1786 — 360 réis.
 Satyras de Miguel do Couto Gusman, 8.º 1716 — 480 réis.
 Saudades de D. Pedro e de D. Ignatí Castro, por D. R. de Macedo, 4.º 1762 — 400 réis.
 Sciencia hodierna, por Woodhouse, 8.º Porto, 1875 — 200 réis.
 Scythas (Os), tragedia, por Voltaire, 4.º 1781 — 100 réis.
 Sebastianista (O) desenganado, comedia, 8.º — 240 réis.
 Sebastianistas (Os) por Agostinho de Macedo, 8.º 1810 — 800 réis.
 Sebastianistas (Os) combatidos, 8.º 1822 — 500 réis.
 Secretario (O) portuguez, por Freire, 4.º 1745 — 400 réis.
 Seculo (O) XIX explicado á vista da Biblia, por Duarte Gorjão, 4.º 1824 — 240 réis.
 Segredos necessarios para os officios, artes e manufacturas, 8.º 2 vol. 1861 — 1,200 réis enc.
 Segundo periodo do reinado de D. Pedro I no Brazil, por Pereira da Silva, 4.º Rio de Janeiro. — 1,800 réis.
 Semanas proveitosas ao vivente racional, por Osan, 4.º 1760 — 800 réis.

Sem caso de entrarem em Portugal as tropas castelhanas, 4.º Madrid, 1762 — 240 réis.
Sentença da alçada de Porto (sobre a rebelião de 1757), 4.º Porto, 1758 — 360 réis.
Sentença do parlamento de Paris contra os jesuitas, 4.º 1761 — 300 réis.
Sentinella contra franceses, 4.º 1808 — 400 réis.
Sepulveda patenteado, 4.º Londres, 1813 — 600 réis.
Serão politico (Novellas), por Felix da Castanheira Turacem, 4.º 1704 ou 1723 — 1,200 réis.
Serões na provincia, por Julio Diniz, 8.º Porto, 1873 — 500 réis.
Sete penadas, por Gentazzi, 8.º 1852 — 240 réis.
Sirão de Nantua, por Jussieu, 8.º 1865 — 300 réis enc.
Sítio de Lisboa, por Luiz Mendes de Vasconcellos, 8.º 1608 — 2,250 réis, ou 1786 — 800 réis.
Sociedade (A) civil nas suas relações com o christianismo, pelo padre Jacinto, 8.º Porto, 1868 — 240 réis.
Solãos, por Serpa Pimentel, 8.º Coimbra, 1819 — 480 réis.
Soldado pratico. (Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia), 4.º 1790 — 400 réis.
Solidões e delicias do campo, 8.º 1792 — 400 réis.
Sonho (O) de uma noite de S. João por Shakespear, trad. por Castilho, 8.º Porto, 1874 — 600 réis.
Spingardeiro com conta, peso e medida, por Stooter, 4.º Anvers, 1719 — 800 réis.
Sonho, poema, por Soyé, 8.º 1786 — 300 réis.
Subsidio para a historia da India portugueza, fol. 1868 — 1,000 réis.
Subsidios para a historia do Ypanema, 8.º 1858 — 500 réis.

Successo do segundo cerco de Diu, poema, por Jeronymo Corte Real, 8.º 1784 — 480 réis enc.
Summa da instituta, por Bem Ferrei- ra, fol. 2 vol. 1746 — 2,250 réis.
Summario da Bibliotheca Lusitana, por Sousa Farinha, 8.º 4.º vol. 1786 — 2,000 réis.
Summario chronologico da historia de Portugal, por Clerck, 4.º 1805 — 500 réis.
Superstições (As) descobertas, 8.º 1822 — 240 réis.
Supplemento do Manual da ordem de S. João de Deus, 4.º 1801 — 500 réis.
Supplemento ao methodo grammatical, 4.º 1790 — 240 réis.
Supremacia intellectual da raça latina, por E. Lisis, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
Suspensão (A) do arcebispo de Myt- lene, 4.º 1856 — 160 réis.
Sympathias (As), ou arte de conhecer pelas feições, 16.º 1841 — 120 réis.
Synagoga desenganada, pelo padre Pinamonti, 4.º 1720 — 800 réis.
Synonymia chimico-pharmaceutica, por Agostinho da Silva Vieira, 8.º Porto 1866 — 1,200 réis.
Synopse dos principaes actos da camara municipal no anno de 1840, 4.º — 200 réis.
Synopse trigonometrica, pelo padre Manuel de Campos, 4.º 1737 — 360 réis.
Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia, por José Anastacio de Figueiredo, 4.º 2 vol. 1790 — 1,800 réis.
Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil, por José Ignacio de Abreu e Lima, 4.º Pernambuco, 1845 — 1,200 réis.
Syntagma chirurgico de Juam de Vigo, fol. 1713 — 800 réis.
Systema britannico de educação, 4.º 1823 — 500 réis.

- Systema (O) representativo**, por Alencar, 8.º Rio de Janeiro—900 réis.
- Systema rhetorico**, causas da eloquencia, 8.º 1719—240 réis.
- Systema (O) stenographico**, inventado por Taylor, 4.º 1820—200 réis.
- Systema (O) dos impios**, 8.º 1798—160 réis.
- Tabellas para a medição dos volumes**, 4.º 1860—13800 réis.
- Tábua da declinação e conjugação para aprender as linguas hespanhola, italiana e franceza**, por Gomes de Moura, 4.º 1821—300 réis.
- Tábua geographico-estastica lusitana**, ou dictionario de Portugal, 4.º Porto, 1839—400 réis.
- Tábua das latitudes e longitudes**, por José Militão, 4.º 1807—240 réis.
- Tabuada curiosa**, por J. A. Garrido, 4.º 1759—400 réis, ou 1815—240 réis.
- Tabuada**, ou escala dos graus (dos morteiros e peças), 8.º 1810—120 réis.
- Tabuada de quadrados**, 4.º—160 réis.
- Tabuadas dos numeros primos**, por Cangalhas, fol. 1794—300 réis.
- Tabuadas de redução de dinheiro a papel**, 4.º 1826—120 réis.
- Tabuadas perpetuas da navegação**, por Francisco Antonio, 4.º 1765—200 réis.
- Tábuas astronomicas para o calculo das ephemerides**, 4.º Coimbra, 1813—200 réis.
- Tábuas logarithmicas**, por José Militão, 4.º 1799—160 réis.
- Tábuas de logarithmos**, por Dantas, 8.º 1864—120 réis.
- Tábuas mineralogicas**, fol. Coimbra, 1823.
- Tábuas de redução**, por José Militão, 4.º 1813—400 réis enc.
- Tábuas synopticas de chimica**, por Fourcroy, 4.º 1802—300 réis.
- Tábuas telegraphicas**, 4.º 1810—160 réis.
- Tábuas das unidades**, por Cangalhas, fol. 1813.
- Tactica**, de Azevedo, 4.º 1796—600 réis.
- Tardes de maio**, por Bento Morgantini, 4.º 1758—400 réis.
- Taumaturgo napolitano**. Portentosa vida do padre Francisco de Jeronyma, 4.º 1758—800 réis.
- Templo (O) de Jatab**. Collecção de memorias turcas, 8.º 1806—100 réis.
- Telemaco (O) de Fenelon**, trad. por Manuel de Sousa, 8.º 2 vol. 1825—600 réis enc.
- Tentativas do auctor da machina de dilatação**, 4.º 1792—60 réis.
- Tentativas poeticas**. Odes de Florin Boileau, etc. 8.º Braga, 1839—300 réis.
- Theatro comico portuguez**. 8.º 4 vol. 1787-93—13600 réis.
- Theatro de eloquencia**, por Francisco de Pina, 4.º 1 vol. 1766—600 réis.
- Theatro heroico**, ou catalogo de mulheres illustres, fol. 2 vol. 1736—13600 réis.
- Theatro litterario**, ou origem das letras, por fr. José de Lourenço, 8.º 1767—13200 réis.
- Theatro do mundo visivel**, por fr. Bernardino de Santa Rosa, 4.º 1743—13200 réis.
- Thebaida (A) portugueza**. (Compendio da congregação dos monges pobres), por fr. Damasio, 8.º 2 vol. 1793—800 réis.
- Theoria do direito penal**, por Silva Ferrão, 4.º 8 vol. 1857—43000 réis.
- Theoria do discurso**, por Antonio Leitão Ribeiro, 8.º 1716—240 réis, ou 1836—480 réis.
- Theoria das facultades e operações intellectuaes e moraes**, por Ferreira da Costa, 8.º 1816—60 réis.
- Theoria das funcções analyticas**, por La Grange, 4.º 2 vol. 1790—13200 réis.
- Theorias das operações secundarias da guerra**, por Lallemand, 4.º 1834—480 réis.

teoria philosophica sobre a arte de ser feliz, 4.º 2 tom. 1842 — 600 réis.
 teoria do socialismo, por Oliveira Martins, 8.º 1872 — 500 réis.
 tesouro descoberto. Luzes de logica e pratica mercantil, 8.º 1815 — 200 réis.
 tesouro de meninas, por m.^{me} Beaumont, 8.º 2 vol — 800 réis enc.
 Olo (O) por arte e o sabio por geito, 8.º 1794 — 240 réis.
 torrentes. Ultimos versos, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1869 — 600 réis.
 trabalhos medicos, por Bomtempo, 4.º Rio de Janeiro, 1825 — 600 réis.
 traducção do extracto da pastoral do bispo de Soissons (sobre perniciosas doutrinas) 4.º 1760 — 200 réis.
 traducção livre, ou imitação das Georgicas de Virgilio, por Pina Leitão, 8.º 1794 — 480 réis enc.
 traducção portugueza da ode iv do livro iv de Horacio, por Paulo Germano, 4.º 1761 — 500 réis.
 Tratado dos affectos e costumes oratorios, 8.º 1793 — 400 réis.
 Tratado de algebra e geometria, 4.º Rio de Janeiro, 1812 — 500 réis.
 Tratado da alagação dos navios, 4.º 1818 — 100 réis.
 Tratado da analyse mathematica, por Cousin, 4.º 1802 — 300 réis.
 Tratado analytico do movimento dos planetas, 4.º 1802 — 150 réis.
 Tratado analytico sobre o provimento dos bispados, por Leitão, fol. 1715 — 1,500 réis.
 Tratado sobre a aposentadoria, por Pereira e Sousa, 4.º 1818 — 400 réis.
 Tratado dosapparelhos e ligaduras. Obra da academia de Paris, 8.º 1766 — 240 réis.
 Tratado de arithmetica, por J. A. Coqueiro, 8.º Paris, 1860 — 1,920 réis.
 Tratado de arithmetica e algebra, por Antonio Pereira, 4.º 1760 — 240 réis.

Tratado completo de cirurgia obstetricia ou sciencia e arte de partos, por Jacinto da Costa, 4.º 2 vol. 1815 — 1,000 réis.
 Tratado da conservação da saude dos povos, 4.º 1787 — 500 réis.
 Tratado da conservação dos canaries, por Hervieux, 8.º 1801 — 200 réis.
 Tratado da conservação do mundo, 8.º 1700 — 500 réis.
 Tratado dos deveres do homem, por Silvio Pellico, 8.º 1843 — 400 réis.
 Tratado da diabetes, por Pereira da Graça, 8.º — 120 réis.
 Tratado sobre a disciplina e operações das tropas ligeiras, 8.º 1806 — 400 réis.
 Tratado da educação physica e moral, por L. C. Moniz Barreto, 8.º 1787 — 220 réis.
 Tratado elementar de applicação de algebra á geometria, 4.º Rio de Janeiro, 1842 — 300 réis.
 Tratado elementar de arithmetica, por Laeroix, 4.º Rio de Janeiro, 1824 — 240 réis.
 Tratado elementar de geographia e hydrographia, por A. L. da Costa Almeida, 4.º 1844 — 500 réis.
 Tratado dos escrupulos, 8.º 1786 — 360 réis.
 Tratado das evoluções militares do conde de Bombelles, 8.º 1761 — 200 réis.
 Tratado das feridas feitas com armas de fogo, 8.º 1811 — 100 réis.
 Tratado dos funeraes e sepulturas, 8.º 1826 — 320 réis.
 Tratado de geographia universal, por Balbi, 8.º 2 vol. Paris, 1838 (avariado) — 1,200 réis.
 Tratado da gota, 8.º 1714 — 100 réis.
 Tratado da harmonia e acompanhamento, pelo padre Moura, 4.º Porto, 1868 — 1,000 réis.
 Tratado de hemorrhoidas, por Larroque, 8.º 1823 — 480 réis.
 Tratado historico e juridico sobre o

- sacrilego furto no convento de Odiveias, por M. Alvares Pegas, 4.º 1710 ou 1774 — 400 réis.
- Tratado historico e physico das abelhas, por Aragão, 4.º 1800 — 540 réis.
- Tratado de hydrodynamica, por Bossut, 8.º Coimbra, 1813 — 600 réis.
- Tratado do jogo do florete, por T. R. de Carvalho, 4.º 1804 — 360 réis.
- Tratado theorico das letras typographicas, por J. Carneiro Silva, 4.º 1803 — 360 réis.
- Tratado dos libellos, por Caminha, fol. Coimbra, 1764 — 500 réis.
- Tratado da linhagem dos Estaços, por Gaspar Estaço, fol.
- Tratado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por fr. Pedro de Poyares, 4.º 1672 — 3,500 réis.
- Tratado das machinas aerostaticas, 8.º 1794 — 60 réis.
- Tratado de mechanica, por Maria da Caza, 4.º Coimbra, 1775 ou 1812 — 300 réis.
- Tratado completo de medicina operatoria, por Antonio de Almeida, 4.º 2 vol. 1825 — 2,5400 réis.
- Tratado sobre os meios de preservar da peste, 4.º 1748 — 400 réis.
- Tratado do melhoramento da navegação dos canaes, por Machado e Silva, 4.º 1800 — 2,5000 réis.
- Tratado do nascimento, vida e morte do dr. Joaquim Pizarro, 4.º 1741 — 400 réis.
- Tratado do ponto da honra, por G. J. Paes Velho, 8.º 1744 — 1,5200 réis.
- Tratado sobre a precedencia de Portugal a Napoles, 8.º 1843 — 400 réis.
- Tratado dos principaes fundamentos da dansa, por Natal Jacomo Bonem, 8.º 1767 — 240 réis.
- Tratado do principe e das letras, por Alfieri, 12.º Paris, 1832 — 300 réis.
- Tratado da real loteria, 8.º 1805 — 200 réis.
- Tratado da redução dos cambios, 8.º 1790 — 100 réis.
- Tratado da sciencia da cabella, 4.º 1724 — 800 réis.
- Tratado singular da prata e ouro, 8.º 2 tom. 1759 — 600 réis.
- Tratado de navegação, por Bezout, 8.º 1785 — 240 réis.
- Tratado completo de navegação, por Francisco Xavier do Rego, 4.º 1754, 1779 ou 1784 — 500 réis.
- Tratado das obrigações das pessoas do mundo, por Collet, 8.º 1784 — 200 réis.
- Tratado das operações do banco, por A. T. Negreiros, 4.º Bahia, 1817 — 240 réis.
- Tratado orphanologico e pratico, por Couceiro de Almeida, 8.º 1820 — 400 réis enc.
- Tratado de orthographia, por J. J. Baldallo, 8.º 1849 — 100 réis.
- Tratado (Breve) da orthographia, por João Pinheiro Freire da Cunha, 8.º 1770 — 200 réis.
- Tratado das partidas dobradas, 8.º 1792 — 300 réis.
- Tratado pratico sobre o modo de crear os passaros, ornado de vinte e quatro estampas com sessenta e sete aves coloridas, 8.º 1872 — 1,500 réis.
- Tratado physico-chimico medico das aguas das Caldas, por Nunes Gago, 4.º 1822 — 300 réis enc.
- Tratado da situação da Germania, 4.º — 300 réis.
- Tratado do sublime, de Dionysio Longino e Luciano, 4.º 1804 — 360 réis.
- Tratado de synonymos e differenças de palavras da lingua latina, por Joaquim Manuel dos Santos, 8.º 1855 — 600 réis.
- Tratado de tactica, por Almeida Osorio, 8.º 1787 — 400 réis.
- Tratado de trigonometria, por Le Gen-dre, 8.º Rio de Janeiro, 1809 — 300 réis.
- Tratado da versificação, por Guerreiro, 8.º 1784 — 600 réis.

- tratamento homeopatico do cholera,** 8.º 1806 — 600 réis.
- Trigonometria plana e espherica, pelo padre Manuel de Campos,** 4.º 1737 — 600 réis.
- Triumpho (O) da innocencia, poema, por Costa,** 8.º 1785 — 400 réis.
- Triumpho (O) da natureza, tragedia, por Nolasco da Cunha,** 8.º Londres, 1809 — 360 réis.
- Triumpho do clero portuguez em geral,** 8.º 1815 — 240 réis.
- Trovadores (Os) galecio-portuguezes, por Theophilo Braga,** 8.º Porto, 1871 — 600 réis.
- Trovas ineditas de Bandarra,** 8.º 1815 — 80 réis.
- Ulissipo, comedia de Jorge Ferreira de Vasconcellos,** 8.º 1787 — 480 réis enc.
- Uso (Do) e abuso das minhas aguas de Inglaterra, por Castro Sarmiento,** 8.º 1756 — 400 réis.
- Uso da quina na gota,** 8.º 1802 — 200 réis.
- Vademecum do cirurgião, por Sousa Pinto,** 4.º 1815 — 800 réis.
- Valoroso Luciendo, e triumpho da liberdade, fol. 1648 — 5,500 réis.**
- Vantagens da sociedade, fundadas na religião christã, por Lourenço Rousado,** 8.º 1792 — 300 réis enc.
- Varias antiguidades de Portugal, por Gaspar Estaço, fol. 1625 — 5,400 réis.**
- Varões (Os) illustres do Brazil durante os tempos coloniaes, por Pereira da Silva,** 8.º 2 vol. — 1,800 réis.
- Velhice instruida e destruida, pelo padre Manuel Consciencia,** 4.º 2 vol. 1766 — 1,500 réis.
- Venus maçonica, poema, por Luiz Brado,** 4.º 1822 — 100 réis.
- Véo (O) levantado, ou o maçonismo desmascarado,** 8.º 1822 — 300 réis.
- Verdade (A) ou pensamentos philosophicos, por Agostinho de Macedo,** 8.º 1814 — 240 réis.
- Verdade (A) sem mascara ou tragi-comedia,** 8.º 1803 — 80 réis.
- Verdadeira razão demonstrada,** 4.º 2 vol. — 600 réis.
- Verdadeiras (As) bernardices,** 12.º Paris, 1841 — 300 réis.
- Verdadeiro (O) methodo de estudar,** 4.º 2 vol. 1746 — 800 réis.
- Verdadeiro valor do oiro e prata,** 8.º 1739 — 360 réis.
- Verdadeiros principios de desenho conforme o character das paixões, por Le Clerk.** 4.º — 1,000 réis.
- Verdades preteritas para quem as quiser ouvir no presente, em verso,** 4.º 1820 — 20 réis.
- Versos de Bulhão Pato,** 8.º — 800 réis.
- Versos a Annarda,** 8.º 1807 — 160 réis.
- Versos de Filinto Elysió,** 12.º 3 vol. Paris, 1796 — 400 réis, ou 4 tom. 2 vol. 1802 — 600 réis.
- Versos de D. Francisco de Portugal,** 4.º 1652.
- Versos de oiro de Pythagoras,** 8.º 1795 — 360 réis.
- Vestigios da lingua arabica em Portugal, por fr. João de Sousa,** 4.º 1789 — 100 réis.
- Viagem de Ben-Batuta, trad. por Moura,** 4.º 2 vol. 1840 — 1,500 réis.
- Viagem da corveta D. João I á capital do Japão,** 8.º 1860 — 200 réis.
- Viagem extatica ao templo da sabedoria, por Agostinho de Macedo,** 4.º 1830 — 600 réis, ou 16.º Pernambuco, 1836 — 200 réis.
- Viagem (A) imperial, por Alencar,** 8.º Rio de Janeiro — 100 réis.
- Viagem ao interior da Nova Hollanda,** 8.º 3 vol. 1841 — 600 réis.
- Viagem de um peregrino a Jerusalem,** 4.º 1831 — 500 réis.
- Viagem (Uma) á serra da Louzã, por Forjaz de Sampaio, fol. 1838 — (com est.) 720 réis.**
- Viagens de Cyro, historia moral e politica, por Ramsay,** 12.º 2 vol. 1774 ou 8.º 1791 — 300 réis.

Viagens de Gibraltar a Tangere, Salé, etc., por G. Lamprière, 8.º 1794 — 200 réis.

Viagens e phantasias, por Franco de Castro, 8.º — 500 réis.

Viagens na terra alheia, por Teixeira de Vasconcellos, 8.º 1860 — 600 réis.

Viamos, e não veremos, 8.º 1820 — 80 réis.

Vias ferreas estreitas, por A. P. Rebouças Filho, 8.º Rio de Janeiro — 300 réis.

Vida de Abeillard, 8.º 1827 — 100 réis.

Vida e acções do famoso Sevagy, por Cosmo da Guarda, 8.º 1730 — 300 réis.

Vida de D. Affonso VI, escripta no anno de 1684, 8.º Porto, 1872 — 400 réis.

Vida do barão de Trenck, 8.º 2 vol. 1816 — 760 réis.

Vida e effeitos de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, escripta por elle mesmo, 8.º 4 vol., 1824 — 1\$600 réis enc.

Vida de el-rei D. João I, por D. Francisco de Menezes, 4.º 1677 — 1\$200 réis.

Vida do general Bonaparte, 8.º 1800 — 160 réis.

Vida do general Laudon, 8.º 1793 — 300 réis.

Vida do general Mina, 8.º 1827 — 120 réis.

Vida de Gomes Freire de Andrade, 8.º 2 vol. 1724 — 1\$000 réis.

Vida do heroe Luiz de Loureiro, por Mexia Galvão, 4.º 1782 — 600 réis.

Vida da imperatriz Leonor, 4.º 1727 — 600 réis.

Vida do infante D. Luiz, por D. João de Portugal, 4.º 1735 — 1\$000 réis.

Vida de D. João de Castro, fol. 1703 — 1\$000 réis, ou 4.º 1736 — 600 réis, 1747 — 500 réis, 1835 — 400 rs.

Vida de Judas. Renan, 8.º — 200 réis.

Vida de lord Wellington, por Clarke, 8.º 2 vol. 1817 — 600 réis.

Vida de Lourenço Luiz Galvão, por Mareco Gama, 4.º 1760 — 1\$600 réis.

Vida de Ludowico, conde de Matina, por Zavaleta, 8.º 1738 — 500 réis.

Vida de Luiz XVI, 8.º 2 vol. 1801 ou 1805 — 600 réis.

Vida, virtudes e doutrina admiravel de Simão Gomes, o çapateiro santo, pelo padre Manuel da Veiga, 8.º 1739 — 800 réis.

Vida da madre Francisca da Conceição, 4.º 1738 — 1\$200 réis.

Vida da madre Maria Amada de Blo-nai, 8.º 1783 — 300 réis.

Vida da madre Maria Perpetua da Luz, fol. 1742 — 1\$000 réis.

Vida da madre Thereza da Annuacia-da, 4.º ou fol. 1763 — 800 réis.

Vida de Marianna, 8.º 4 vol. 1818 — 960 réis.

Vida e morte do padre fr. Estevão da Purificação, por fr. Luys d'Apresentação, 4.º 1621 — 1\$800 ou 2\$400 réis.

Vida e morte tragica de Maria Stuart, por Alcoforado Rebelo, 4.º 1737 — 400 réis.

Vida de D. Nuno Alvares Pereira, fol. 1723 — 1\$200 réis.

Vida do padre Antonio Vieira, por André de Barros, fol. 1746 — 1\$200 réis.

Vida do padre Antonio de Almeida Villanova, o padre dos terços, pelo padre Francisco Gomes de Sequeira, 8.º 1735 — 1\$500 réis.

Vida do padre Antonio das Chagas, pelo padre Manuel Godinho, 4.º 1687 — 700 réis, ou 1728 ou 1764 — 600 réis.

Vida do padre Estanislão, por fr. Casimiro Vvyszynski, 4.º 1757 — 400 réis.

Vida da princeza D. Joanna, por Correia de Lacerda, 4.º 1674 — 800 réis.

Vida do principe Eugenio de Saboya, 4.º 1739 — 600 réis.

- Vida do principe eleitor D. Philippe Wilhelm**, 4.º 1692 — 600 réis.
- Vida do principe D. Theodosio**, por João Baptista Domingues, 4.º 1707 — 500 réis.
- Vida publica e privada de Talleyrand**, 8.º 4 vol. 1849 — 800 réis.
- Vida da serva de Deus soror Izabel do Menino Jesus**, 4.º 1757 — 600 réis.
- Virgilio brasileiro**, ou traducção do poeta latino, por Manuel Odorico Mendes, 8.º Paris — 25000 réis.
- Virtude (A) coroada na felicissima acclamação da rainha Nossa Senhora**, 4.º 1777 — 40 réis.
- Visão (A) dos tempos**, por Theophilo Braga, 8.º Porto, 1870 — 500 réis.
- Visão entre o padre Macedo e seu compadre**, 4.º — 200 réis.
- Visitas ao horto botanico da escola medica**, por Sousa Telles, 8.º 1846 — 160 réis.
- Vocabulario em idioma bengalla e portuguez**, por fr. Manuel de Assumpção, 4.º 1743 — 15500 réis.
- Vocabulario marujo**, por Campos, 4.º Rio de Janeiro, 1823 — 480 réis.
- Vozes dos leaes portuguezes**, 8.º 2 vol. 1820 — 720 réis.
- Vozes saudosas do padre Antonio Vieira**, pelo padre André de Barros, 4.º 1736 — 600 réis.
- Zargueida**, poema, 8.º 1806 — 120 réis.
- Zoochiologia veterinaria**, 8.º 1839 — 500 réis.

RELIGIOSOS

- Advertencias aos confessores**, por Carlos Borromeu, 12.º — 200 réis.
- Affectos do rosario meditado**, pelo padre Salazar, 4.º 1736 — 400 réis.
- Affectos sobre os quatro novissimos**, pelo padre Salazar, 12.º Coimbra, 1831 — 240 réis.
- Afflicção (A) confortada**, por J. B. de Castro, 8.º 1827 — 240 réis.
- Agua benta**, por Gaume, 8.º Porto — 400 réis.
- Amigo (O) da verdade (demonstração respectiva á repetição do sagrado viatico na mesma enfermidade)**, 8.º Coimbra, 1822 — 160 réis.
- Amores (Os) do amado João Evangelista**, 8.º 1784 — 300 réis.
- Angelus no seculo XIX**, por Gaume, 8.º Porto, 1874 — 400 réis.
- Anno panegyrico e moral**, ou sermões escolhidos, 8.º 2 vol. 1789 — 800 réis.
- Apologetico de S. Gregorio Nazianzeno**, 8.º 1782 — 320 réis.
- Armas da castidade**, pelo padre Manuel Bernardes, 8.º — 800 réis.
- Arte espiritual**, por fr. Paulo de Vasconcellos, 4.º 1649 — 600 réis.
- Arte manuse de theologia moral**, 8.º 1758 — 200 réis.
- Arte nova de espirituales documento para a boa creação dos novicos**, 8.º Coimbra, 1764 — 240 réis.
- Arvore da vida**, pelo padre Alexandre de Gusmão, 4.º 1734 — 400 réis.
- Avisos sobre o que deve obrar um religioso**. 8.º 2 vol. 1751 — 600 réis. — ou 8.º 4 vol. 1778 — 960 réis.
- Benefícios (Os) do christianismo**, pelo abade Verdenal, 8.º 1845 — 240 réis.
- Biblia da infancia**, pelo abade de Noiret, 16.º — 200 réis cart., 240 réis enc.
- Biblia sagrada**, pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo, 8.º 23 vol. 1796 — 45800 réis (cada vol. 240 réis).
- Biblia sagrada**, com o texto latino, pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo, 4.º 7 vol. 1794 — 1819 — 445400 réis enc.

- Bibliotheca do christão, 8.º 3 vol. 1843**
— 800 réis.
- Bom (O) pastor, por Opstraet, 8.º 1.º**
vol. (unico publicado), 1788 — 360
réis.
- Bosque mystico (das plantas e flores**
de que se trata na Sagrada Escri-
ptura), por fr. Antonio do Sacra-
mento, 4.º 1749 — 600 réis.
- Brado do pastor ás suas ovelhas, por**
fr. José de Santa Maria, 4.º 1735 —
400 réis.
- Breve aparelho para ajudar a bem**
morrer, pelo padre Castro, 8.º 1705
— 360 réis.
- Breve demonstração de como em por-
tuguez se deve pronunciar o nome**
de Jesus, por Antonio Pereira de Fi-
gueiredo, 4.º 1784 — 300 réis.
- Breve declaração das rubricas do bre-
viario romano, por Gonçalo Vaz, 8.º**
1674 — 400 réis.
- Breve direcção para o santo exercicio**
da boa morte, 8.º 1726 — 240 réis.
- Breve discurso contra a heretica per-
fidia do judaismo, 4.º 1622 ou 1668**
— 400 réis.
- Breve explicação dos casos reservados**
nas constituições dos arcebispos
de Lisboa, e em alguns dos outros
arcebispos, pelo padre Antonio
Pimenta, 8.º 1670 — 500 réis.
- Breve exposição dos preceitos que na**
regra dos frades menores obrigam a
peccado mortal, 4.º 1739 — 240 réis.
- Breve instrucção do amor de Deus, 8.º**
1787 — 400 réis.
- Breve instrucção de ordinandos, 8.º**
1787 — 240 réis.
- Breve resumo para ordinandos, 8.º**
1738 — 200 réis.
- Breve tratado dos sete sacramentos,**
8.º 1765 — 200 réis.
- Breve tratado dos sete sacramentos,**
pelo padre Bellarmino, 8.º 1765 —
200 réis.
- Breviario carmelitano, 12.º 1805 —**
300 réis.
- Caminho do ceu ou meditações sobre**
as maximas eternas, por fr. Bernar-
dino, 12.º Londres, 1665 — 800 réis,
ou 12.º 1872 — 240 réis.
- Canticos christãos 8.º 1864 — 120**
réis.
- Canticos ecclesiasticos 8.º Rio de Ja-
neiro — 1,500 réis enc.**
- Canticos espirituaes, colligidos pelos**
padres da congregação da missão
brazileira, 12.º Paris, 1868 — 1,500
réis enc.
- Canticos sagrados, a duas ou tres vo-
zes, com acompanhamento de piano**
ou órgão, 4.º Paris, 1875 — 1,500
réis enc.
- Caracteres da verdadeira religião 8.º**
1817 — 200 réis.
- Carta do bispo de Pekin sobre os pro-
gressos do christianismo na Coréa.**
8.º 1808 — 360 réis.
- Carta de escravidão feita ao SS. Sa-
cramento, 8.º 1857 — 200 réis.**
- Carta sobre o futuro concilio ecume-
nico ao bispo de Orleans, 8.º Porto,**
1869 — 100 réis.
- Cartas espirituaes, pelo padre Theo-
doro de Almeida, 8.º 1804 — 480**
réis.
- Cartas de certa mãe a seu filho para**
lhe provar a verdade da religião
christã, 8.º 3 vol. 1786 — 1,540
réis.
- Cartas directivas e doutrinaes, pelo pa-
dre Manuel Velho, 4.º 1730 — 400**
réis.
- Cartas espirituaes de Santa Joanna**
Francisco Frémot, 8.º 2 vol. 1816 —
1,520 réis.
- Catacumbas (As) de Roma e a doutri-
na catholica, por Wolter, 12.º Porto,**
1873 — 300 réis.
- Catecismo de Astette, por D. José Ur-
cullu, 8.º Porto, 1862 — 600 réis.**
- Catecismo das Necessidades, 8.º 1852**
— 80 réis.
- Catecismo da diocese de Montpellier,**
8.º 1864 — 200 réis.

- Catecismo dialogico, theatro de desengano, pelo padre Manuel Evangelista, 8.º 1760 — 160 réis.**
- Catecismo dos dois sacramentos, 12.º 1778 — 40 réis.**
- Catecismo historico e doutrinal, por D. Joaquim da Encarnação, 8.º 1737 — 160 réis.**
- Catecismo ou doutrina christã, por fr. Bartholomeu dos Martyres, 4.º 1574 — 1\$200 réis.**
- Catecismo do real, 8.º 1876 — 400 réis.**
- Catecismo para uso dos parochos, 4.º 1817 — 480 réis.**
- Catholico no templo, por fr. Manuel de Deus, 8.º 1742 — 240 réis.**
- Celeste e devota Filothea, por fr. Agostinho de Santa Maria, 4.º 1727 — 400 réis.**
- Cemiterio (O) no seculo XIX, por Gume, 8.º Porto, 1874 — 400 réis**
- Centuria metrica de sonetos sobre a paixão, pelo padre Barruncho, 8.º 1765 — 400 réis.**
- Ceo (O) aberto no templo, pelo padre Sodré, 12.º Coimbra, 1746 — 300 réis.**
- Ceremonial alphabetico do culto divino, por fr. Faustino da Graça, 18.º 1736 — 120 réis.**
- Ceremonial da congregação dos monges negros da ordem de S. Bento, fol. 1747.**
- Ceremonial monastico reformado da congregação de S. Bento, fol. 1820 — 900 réis.**
- Ceremonial e ordinario monastico da congregação de S. Jeronymo, 4.º 2 vol. 1784 — 500 réis.**
- Ceremonial da provincia da Soledade, por fr. Francisco da Soledade, 4.º 1755 — 600 réis.**
- Certeza (A) das provas do christianismo, pelo padre Bergier, 8.º 1788 — 240 réis.**
- Christão (O) por sentimento, 8.º 3 vol. 1818 — 960 réis.**
- Christão (O) verdadeiramente devoto, por fr. Bento de Nossa Senhora, 8.º 1807 — 240 réis.**
- Christo sacramentado na terra e glorioso no ceu, por fr. Francisco Antonio de S. José, 4.º 1760 — 400 réis**
- Cidade da consciencia, pelo padre Balthazar, 4.º 1731 — 600 réis.**
- Cinco discursos moraes, pelo padre Antonio Vieira, 8.º 1754 — 500 réis**
- Clamores do ceu aos corações da terra Vida de soros Thereza Juliana, pelo padre Francisco Xavier, 4.º 2 vol. 1752 — 1\$000 réis.**
- Collecção de canones, ordenada por S. Martinho Bracarense, fol. 1803 — 800 réis.**
- Collecção espirital de varias obras de Santa Thereza de Jesus, 8.º 1737 — 500 réis.**
- Collecção de pastoraes e leis para os conegos regulares, 4.º 1758 — 600 réis.**
- Collecção dos principaes sermões do padre Antonio Vieira com a sua vida, por Teixeira de Aguiar, 4.º 1754 — 1\$000 réis.**
- Colloquios do calvario para todos os dias do mez, 8.º 1788 — 360 réis.**
- Combate espirital, pelo padre Scupoli, 8.º 1783 — 700 réis.**
- Compendio do desejoso, e por outro nome espelho de religiosos, 8.º 1833 — 360 réis enc.**
- Compendio do dictionario dos casos de consciencia, de Pontas, por fr. Joaquim do Rosario, 8.º 5 vol. 1794 —**
- Compendio de doutrina christã, 8.º Roma, 1775 — 200 réis.**
- Compendio da historia do antigo e novo testamento, 8.º 1830 — 100 réis.**
- Compendio historico da doutrina christã, por J. C. de Mesquita e Quadros, 8.º 1793 — 320 réis.**
- Compendio de indulgencias e devoções, pelo padre Azambuja, 8.º 1734 — 320 réis.**
- Compendio de meditações, por La Puente, 16.º 2 vol. — 720 réis.**

- Compendio de meditações, extrahido das obras de Santo Affonso de Ligu-rio, 16.º — 100 réis.
- Compendio de orações, por uma sociedade de senhoras, 8.º 1825 — 300 réis.
- Compendio de orações para os devotos do sagrado coração de Jesus, 18.º Rio de Janeiro 1875 — 450 réis.
- Copêdio da sãta doutrina e exercicio christão, 8.º 1850 — 120 réis.
- Compendio de sermões novos, 8.º 1.º vol. (unico publicado), Porto, 1789 — 300 réis.
- Compendio da theologia moral evangelica, para formar dignos ministros, 8.º 6 vol. 1797 — 35000 réis enc.
- Considerações literais, morais e allegoricas, sobre threnos et lamentações do propheta Jeremias, pelo padre frey Thomás da Veiga, fol. 1633 — (manchado) 15600 réis.
- Constituições (Primeira parte das) dos carmelitas descalços, 8.º 1817 — 400 réis.
- Constituições do arcebispado de Evora, fol. Evora, 1753 — 15500 réis.
- Constituições geraes para todas as freiras e religiosas (da ordem de S. Francisco), 4.º 1698 — 700 réis.
- Constituições synodales do bispado do Porto, fol. Coimbra, 1585 — (traçados e sujós) 45500 réis, ou 1735 — 25500 réis.
- Constituições synodales do bispado de Vizeu, fol. 1617 — (pouco traçado e sujo) 45000 réis.
- Constituições dos religiosos da ordem dos eremitas, 4.º Coimbra, 1734.
- Completas da vida de Christo cantadas á harpa da cruz por elle mesmo, por fr. Gregorio Baptista, 4.º 1623 — 800 réis.
- Concilio tridentino vindicado, por J. J. Pacheco e Sousa, 8.º 1808 — 480 réis enc.
- Conducta de uma senhora christã, 8.º 1788 — 400 réis enc.
- Conferencias theologicas e moraes, por fr. Moretta, 8.º 3 vol. 1809 — 60 réis.
- Confessor examinado e approvado, 1.º 1832 — 400 réis.
- Confissionario geral, pelo padre Lazz Pinello, 8.º 1618 — 800 réis.
- Confissões de Santo Agostinho, 8.º 1 vol. 1824 — 700 réis enc.
- Confrontação da doutrina da igreja com a doutrina da sociedade dos jesuitas, 8.º 1770 — 400 réis.
- Conselheiro fiel, por fr. Manuel Guilherme, 4.º 3 vol. 1727 — 900 réis.
- Considerações dos quatro novissimos do homem, pelo padre Izquierdo, 8.º 1758 — 240 réis.
- Considerações literaes sobre os threnos, por fr. Thomás da Veiga, fol. tom. 1.º (unico publicado), 1633 — 720 réis.
- Consultas espirituales, por fr. Affonso dos Prazeres, 4.º 1745 — 480 réis.
- Considerações das lagrimas, por fr. Luiz de Sousa, 8.º 1850 — 40 réis.
- Crystaes da alma, por Gerardo de Escobar, 8.º 1721 — 800 réis.
- Cuidae-o bem, por fr. José de Santa Rosa, 8.º 1778 — 160 réis.
- Considerações sobre os quatro novissimos, 8.º Anvers, 1715 — 300 réis.
- Corda angelica, pelo padre Manuel Consciencia, 16.º 1809 — 80 réis.
- Corda serafica, por fr. Luiz de S. Gattano, 4.º 1767 — 600 réis.
- Defensa apologetica pelo direito canonico, por Nicolau Fernandes Collares, 4.º 1708 — 480 réis.
- Defeza da verdade (da doutrina e pratica da comunhão), 8.º 1622 — 320 réis.
- Delicias do coração catholico, pelo padre Manuel Consciencia, 8.º 1794 — 400 réis.
- Devoção ás dores de Maria Santissima, 12.º 1779 — 80 réis.
- Demonstração da existencia de Deus, por Agostinho de Macedo, 8.º 1816.

- Demonstração theologica** (da existencia da religião catholica no principio do mundo), por fr. José Caldeira, 8.º 1847 — 240 réis.
- Demonstração theologico-canonica**, por fr. Francisco Xavier, 4.º 1742 — 400 réis.
- Desejos de Job**, pelo padre Francisco de Matos, 4.º 1716 — 600 réis.
- Despertador espiritual**, pelo padre Balthasar da Encarnação, 4.º 1758 — 600 réis.
- Deveres do christão**, 12.º 1823 — 200 réis.
- Devoção ás dores de Maria Santissima**, 12.º 1779 — 80 réis.
- Devoção especial do SS. Sacramento**, 8.º 1823 — 300 réis.
- Devoções especiaes a Santa Barbara**, 12.º 1791 — 240 réis enc.
- Dialogo da historia sagrada**, pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo, 8.º 1845 — 400 réis.
- Dialogo de historia sagrada**, 8.º 1845 — 400 réis.
- Dialogo entre discipulo e mestre catechizante**, por João Baptista d'Este, 4.º 1621 — 15000 réis, ou 1674 — 800 réis.
- Dialogo sobre os concilios geraes da igreja**, 8.º 1789 — 50 réis.
- Diccionario apologetico, critico e chronologico** sobre as excomunhões, por Joseph Gomes da Cruz, 4.º 1735 — 600 réis.
- Diccionario theologico**, 8.º 5 vol. 1803 — 15200 réis.
- Definições : moraes**, recopiladas das obras de Aguirre, pelo padre Antonio de Araujo, 8.º Coimbra, 1706 — 160 réis, ou 1714 — 160 réis.
- Directorio de ceremonias do coro e parochos**, 4.º 1745 — 600 réis.
- Director ecclesiastico**, por fr. Verissimo dos Martyres, 4.º 1755 — 400 réis.
- Director espiritual**, 8.º 1778 — 300 réis.
- Directorio christão**, 12.º 1852 — 200 réis enc.
- Directorio espiritual**, pelo padre Amaro dos Anjos, 4.º 1717 — 600 réis.
- Directorio eucharistico**, por D. Simão dos Martyres Leal, 4.º 1749 — 400 rs.
- Directorio do joven sacerdote**, por Beaume, 12.º Paris, 1872 — 900 réis.
- Discurso sobre a penitencia dos fracos**, por fr. José Caetano de Mesquita, 8.º 1789 — 160 réis.
- Discurso sobre a trezena de S. Francisco de Paula**, por fr. Alvares Gusmão, 4.º 1762 — 400 réis.
- Discursos sacros** (em italiano e portuguez), por fr. Bernardo de Castello Branco, 4.º Roma, 1706 — 600 réis.
- Discursos sobre a historia ecclesiastica**, por Fleury, 8.º 3 vol. 1773 — 600 réis.
- Dissertação apologetica** sobre a appellação para o summo pontifice *omnis medietis*, por Francisco Xavier da Silva, 4.º 1743 — 400 réis.
- Dissertação canonica** sobre o uso do amicto debaixo do pluvial, por Matheus José da Costa, 4.º 1817 — 300 réis.
- Dissertação historica-critica** sobre a communhão frequente, por Sepulveda, 8.º 1803 — 240 réis.
- Dissertação liturgica** sobre a collecta na missa, por Francisco José da Serra Xavier, 4.º 1776 — 300 réis.
- Dissertação liturgica** (sobre a omissão do nome dos reis portuguezes no canon da missa) 4.º 1776 — 240 réis.
- Dissertação sobre a origem das vestes sagradas na lei da graça**, por fr. Barroco, 4.º 1781 — 800 réis.
- Dissertação sobre o estado religioso**, 8.º 1786 — 400 réis.
- Dissertação sobre os regulares**, 4.º 1821 — 300 réis.
- Dissertação sobre os suffragios** (por Dionysio Miguel Leitão Coutinho), 4.º 1820 — 300 réis.
- Dissertações theologicas medicinaes**, por fr. Manuel de Sant'Anna, 8.º 2 vol. 1799 — 500 réis.

- Divindade (A) de Jesus Christo, por Nicolás, 8.º 2 vol. 1864 — 800 réis.
- Documentos christãos, por fr. Cartaxo, 8.º 1804 — 240 réis.
- Documentos de virtude ensinados de Jesus Christo, 8.º Braga, 1870 — 100 réis.
- Dogma (O) da infallibilidade, por Ségur, 8.º Rio de Janeiro — 400 réis.
- Doutrina catholica, por Fernão Ximenes de Aragão, 4.º 1625 — 2,500 réis.
- Doutrinas da Virgem Maria, por João Pinto Fernandes, 8.º 1758 — 400 réis.
- Doutrinas praticas, pelo padre Calatayud, 4.º 4 vol. Coimbra, 1753 — 2,500 réis.
- Ecco da santidade, por fr. Manuel de Figueiredo, 8.º 1765 — 400 réis.
- Economicon sacro dos ritos e ceremonias ecclesiasticas, 4.º 1693 — 800 réis.
- Eleyçam entre o bem, & mal eterno, pelo padre Alexandre de Gusman, 8.º 1720 — 600 réis.
- Elevações a Deus, por Bossuet, 8.º 2 vol. Coimbra, 1794 — 800 réis.
- Embriologia sagrada, 8.º 2 vol. 1791 — 800 réis.
- Entretenimentos de Theophilo e Eugenio sobre a religião christã, 8.º 1780 — 300 réis.
- Epistolas (As) e evangelhos, 8.º 2 vol. 1818 — 600 réis.
- Epistolas e evangelhos, por Guillois, 8.º 2 vol. — 1,550 réis.
- Epitome das indulgencias e privilegios da bulla da Santa Cruzada, por Carvalho, 8.º 1698 — 600 réis.
- Epitome das indulgencias plenarias, por fr. Manuel de S. Damaso, 8.º 1763 — 300 réis.
- Epitome da vida de S. Amaro, 4.º 1743 — 400 réis.
- Epitome dos principios da moral, com uma direcção para os confessores e penitentes, 8.º 1785 — 240 réis.
- Escada mystica de Jacob, pelo padre Cardoso, 8.º 1747 — 400 réis.
- Escola de Bethlem, pelo padre Alexandre de Gusman, 4.º 1678 — 100 réis.
- Escola decurial de varias lições, por fr. Fradique Spinola, 8.º 6 vol. 1721 — 3,000 réis.
- Escola da oração, 8.º 1678 — 300 réis.
- Escola do Santissimo Coração de Jesus, por fr. Francisco Brandam, 8.º Coimbra, 1749 — 500 réis.
- Escudo admiravel para os males da vida, 12.º — 360 réis enc.
- Escudo marianno, critico theologico, por Antonio Diniz e Sousa, 4.º 1735 — 300 réis.
- Espelho de disciplina para a criação dos noviços, por S. Boaventura, 1735 — 500 réis.
- Espelho de perfeição, por fr. Afonso Cruz, 12.º 1615 — 800 réis.
- Espelho de desenganos, pelo padre Bastiam de Campos, 8.º 1678 — 200 réis.
- Espelho do invisivel, por Troilo Vasconcellos da Cunha, 4.º 1711 — 800 réis.
- Espirito consolador, 8.º 1791 — 200 réis enc.
- Espirito (O) de Nicole, ou instrucção sobre as verdades da religião, 8.º 2 vol. 1785 — 400 réis.
- Espirito (O) de Pio IX, por Hagut, 8.º — 900 réis.
- Estado (Do) da igreja, e poder legitimo do pontifice romano, por Justo Febronio, 8.º 2 vol. 1770 — 1,500 réis.
- Estimulos do amor da Virgem, 12.º 1791 — 200 réis.
- Estrella (A) d'alva, Santa Theresã de Jesus, por fr. Antonio da Expectação, fol. 3 vol. 1735-53 — (traçada) 1,580 réis.
- Estudo curioso. Livro de theologia moral, pelo padre Francisco Gil, 4.º 1735 — 500 réis.
- Estudo sobre a vida de Jesus, 8.º Porto, 1866 — 600 réis.

- me critico de alguns privilegios regulares concedidos pela Santa Sé, 1815 — 240 réis.
- cellencias da mulher forte, 8.º 1733 — 400 réis.
- ercicios de perfeição, por fr. Pedro e Santa Clara, fol. 1749 — 000 réis.
- ercicio da via sacra, por J. I. Rouette, 18.º 1847 — 200 réis enc. e lourado.
- ercicios das Dores Gloriosas, 8.º 1800 — 100 réis.
- ercicios espirituaes de Santo Ignacio, 3.º Rio de Janeiro — 360 réis.
- ercicio para preparar-se para a morte, 8.º 1845 — 300 réis.
- ercicios divinos das tres vias, pelo dr. Nicolau Esquio, 12.º 1746 — 400 réis.
- ercicios teresianos, por fr. Izidoro, 8.º 1860 — 120 réis.
- orcista (O) bem instruido, por Pinamonti, 8.º 1736 — 300 réis.
- xplicação das orações e ceremonias da missa, 8.º 1787 — 360 réis.
- xplicação do psalmo 50, por fr. Pedro de S. Francisco, 4.º 1629 — 600 réis.
- xplicação dos jubileos do anno de 1619 e 1621, por D. Rodrigo da Cunha, 4.º Porto, 1622 — 1200 réis.
- Exposição da doutrina da igreja catholica, por Bossuet, 8.º 1768 — 320 réis.
- é (A) dos catholicos, pelo abbade Platel, 8.º 1763 — 300 réis.
- enix (A) apparecida na vida (Santa Catharina), por Marina Clemencia, 8.º 1715 — 500 réis.
- Fervoroso (O) escravo de Jesus Sacramento, 8.º 1833 — 300 réis.
- Fiel (O) christão instruido, pelo padre Matos Callado, 8.º — 480 réis.
- Filho instruido pelo melhor pae, pelo padre Mathias de Andrade, 8.º 1731 — 300 réis.
- Flagello (O) da impiedade. Sentinella contra os impios, 8.º 1810 — 600 réis.
- Flor peregrina, por fr. Apollinario, 8.º 1744 — 300 réis.
- Floresta evangelica, por fr. Doroteo, 4.º 7 vol. 1739-49 — 12420 réis.
- Formosura (A) de Deus, trad. por soror Thereza Angelica, 8.º 1785 — 480 réis.
- Formulario de orações e ceremonias, por Xavier Monteiro, 4.º Porto, 1798 — 400 réis.
- Fragoa do amor de Maria, pelo padre Nieremberg, 8.º 1747 — 240 réis.
- Fructas do Brazil n'uma nova e asctica monarchia, por fr. Antonio do Rosario, 4.º 1702 — 600 réis.
- Gemidos da Mãe de Deus, 12.º 1867 — 320 réis enc.
- Gloriosos trabalhos do Hercules (S. Domingos), 8.º 1767 — 320 réis.
- Grandezza da Mãe de Deus, 12.º 1823 — 160 réis.
- Grito (O) da verdade, pelo padre Luiz Marques, 8.º 1822 — 360 réis.
- Guia de peccadores, por fr. Luiz de Granada, 4.º 1764, ou 8.º 2 vol. 1873 Rio de Janeiro — 12800 réis.
- Guia para tirar as almas do caminho da perdição, por Hayneufe, 8.º 1695 — 400 réis.
- Historia abreviada da igreja, para servir de continuação á historia da religião, por Lhomond, 8.º 1846 — 500 réis.
- Historia abreviada da religião, por Lhomond, trad. por fr. Domingos Vieira, 8.º 2 vol. 1843 — 800 réis.
- Historia do Antigo e Novo Testamento, por fr. Francisco Xavier de Santa Anna, 4.º 1833 — 500 réis.
- Historia biblica, por fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento, 4.º 44 tom. 1778-1829; enc. em 22 vol. — 162800 réis.
- Historia ecclesiastica, pelo padre Goud, 8.º Paris — 22100 réis.
- Historia evangelica, trad. por fr. Sarmiento, 4.º 11 tom. 6 vol. 1777-82 — 42800 réis.
- Historia dos milagres do Rosario, pelo padre João Rebello, 8.º 1669 — 800 rs.

- Historia da paixão de N. S. Jesu Christo, 8.º 1796 — 400 réis.
- Historia do predestinado peregrino, pelo padre Alexandre de Gusmão, 8.º 1683 — 600 réis.
- Historia sagrada, pelo conego Fernandes Pinheiro, 8.º Rio de Janeiro — 800 réis.
- Historia sagrada do Antigo e Novo Testamento, por J. I. Roquette, 8.º 2 vol. 1874 — 15800 réis.
- Historia sagrada do Velho e Novo Testamento, por Royauumont, 8.º 2 vol. 1817 — 400 réis enc.
- Historia da vida de N. S. Jesus Christo, pelo padre Ligny, 8.º 2 vol. 1865 — 15440 réis.
- Honras christãs nas afrontas de Jesus Christo, por Vicente da Costa Mattos, 4.º 1625 — 800 réis.
- Horas do Coração de Jesus, 8.º 1802 — 30 réis.
- Horas eucharisticas, por fr. Antonio José da Encarnação, 12.º 1815 — 240 réis.
- Horas de Maria Santissima, 12.º 1804 — 300 réis enc.
- Horas marianas, por fr. Sarmiento, 8.º 1793 — 400 réis.
- Horas da semana santa, por fr. Sarmiento, 8.º 1762 — 400 réis.
- Idéa de um perfeito parochio, 8.º 5 vol. 1785 — 23300 réis enc.
- Idéas sagradas, sermões de fr. Manuel de Lima, 4.º 2 vol. 1720-57 — 43500 réis.
- Igreja (A) militante, por Mattos Callado, 8.º 6 vol. 1797 — 15920 réis.
- Illustração aos manuaes da missa, por Lucas de Andrade, 4.º 1660 — 800 réis.
- Imagens predicaveis (sermões), por fr. Dionisio da Conceição, 4.º 2 vol. — 800 réis.
- Importancia da primeira communhão, por Huguet, 8.º — 600 réis.
- Instrucção catholica para o advento e natal, 8.º 2 tom. 1759 — 320 réis.
- Instrucção de ceremonias (de 8.º 1854 — 300 réis.
- Instrucção para a confissão e oração, 8.º 1789 — 200 réis.
- Instrucção ecclesiastica sobre as ceremonias da missa, 4.º 1760 — 800 réis.
- Instrucção de noviços, 8.º 1716 — 800 réis.
- Instrucção de ordinandos, 4.º 1750 — 500 réis.
- Instrucção (Nova) de visitar enfermos, 8.º 1799 ou 1784 — 480 réis.
- Instrucções praticas e necessarias sobre os ritos e ceremonias das missas, 8.º 1787 — 300 réis.
- Instrucções sobre as disposições para os sacramentos da penitencia, 1775 — 500 réis.
- Introdução á vida devota, de S. Francisco de Sales, 8.º 1852 — 600 réis enc. ou 12.º Paris, 1875.
- Isagoge moral em a materia dos sacramentos, pelo padre fr. Lourenço Garro, 8.º 1625 — 400 réis.
- Itinerario mystico de uma alma ao céu, por fr. Caetano de S. Ventura, 4.º Porto, 1750 — 500 réis.
- Jaboaão mystico, por fr. Jaboaão, 4.º 1758 — 800 réis.
- Jardim sagrado, 4.º 1736 — 800 réis.
- Jesu Christo, modelo de legislador, 4.º 1794 ou 1821 — 500 réis.
- Jesu Christo no SS. Sacramento, 4.º vol. 1792 — 720 réis.
- Jornal (O) do christão, 12.º 1819 — 800 réis enc.
- José (S.) pae de Deus filho, 4.º 1750 — 500 réis.
- Josephina panegyrica e ascetica em sermões, por fr. José da Expectação, 4.º 2 vol. 1731 — 15200 réis.
- Jesus Maria. Thesouro de pensamentos concionativos sobre a explicação dos mysterios sagrados, por Gaspar F. rez de Rabello, 4.º 1635 — 35000 réis.
- Louvores de Maria Santissima, pelo padre Ligorio, 8.º 2 vol. 1871 — 700 réis.

- o Ecclesiastico, por Veigana, 8.^o
— 200 réis.
- l de confesores, por fr. João de
argota, 8.^o 1667 — 500 réis, ou
4 — 300 réis.
- l da eloquencia sagrada, por J.
toquette, 12.^o Paris, 1857 — 600
- al da ordem terceira de S. Do-
gos, 8.^o 1716 ou 1733 — 300
- al do parcho, pelo conego Fer-
ndes Pinheiro, 8.^o — 500 réis.
- al portuguez (de instrucção reli-
sa), 12.^o 1858 — 400 réis enc.
- al de theologia christã, pelo pa-
e Concino, 8.^o 5 vol. 1799 — 2.000
is enc.
- ducçam da alma, pelo padre Do-
ngos de Carvalho, 12.^o 3 vol.
47 — 600 réis.
- itações dos attributos divinos, pelo
adre Diogo Monteiro, 8.^o Roma,
571 — 1.000 réis.
- itações dos attributos divinos, pelo
adre Theodoro de Almeida, 8.^o 4
pl. 1786 — 1.3920 réis enc.
- itações dos domingos de Ramos,
. 3 vol. 1695-99 — 1.000 réis.
- itações da sacratissima paixão, pelo
adre Quental, 8.^o 1784 — 400 réis
nc.
- itações, soliloquios e manual de S.
Agostinho, 8.^o 3 tom. 1 vol. 1784 —
500 réis.
- itações da infancia de Christo, pelo
adre Quental, 8.^o 1790 — 400 réis
enc.
- itações da gloriosa resurreição de
Christo, pelo padre Quental, 8.^o 1794
— 400 réis enc.
- itações da paixão, pelo padre Car-
neiro, 8.^o — 600 réis enc.
- itações do Santissimo Sacramento,
pelo padre Pinello, 8.^o 1653 — 600
réis.
- itações e suspiros de S. Agostinho,
12.^o 1727 — 300 réis.
- Methodo de ajudar os moribundos, pelo
padre João Polanco, 8.^o 1802 — 400
réis enc.
- Methodo para empregar santamente o
tempo, 12.^o 1823 — 200 réis enc.
- Mez do sagrado Coração de Jesus, 8.^o
Rio de Janeiro, 1875 — 200 réis.
- Methodo para vencer o sagrado cora-
ção de Maria, 8.^o 1755 — 300 réis.
- Mimo á infancia, ou manual de historia
sagrada, por Monteverde, 4.^o 1869 —
600 réis enc.
- Misericordia de Deus, 8.^o 1787 — 300
réis.
- Monte (O) Libano mystico, 8.^o 2 vol.
1737 — 600 réis.
- Moral christã, pelo padre Besombes,
8.^o 4 vol. 1791 — 1.200 réis enc.
- Motivos espirituaes, pelo padre Rodrigo
de Deus, 8.^o 1619 ou 1633, ou 1723
— 360 réis enc.
- Mystica theologia de S. Boaventura,
8.^o 1731 — 240 réis:
- Noites (As) de Santa Maria Magdale-
na, por Geramb, 8.^o — 300 réis.
- Nova instrucção de visitar enfermos,
pelo padre Galizia, 8.^o 1799 — 480
réis enc.
- Nova pratica dos oratorios, 8.^o 1758 —
400 réis.
- Novena panegyrica, 8.^o 1803 — 480
réis.
- Novenario de meditações, 8.^o 1736 —
200 réis.
- Novenario sagrado, 8.^o 1748 — 500 réis.
- Novissimas orações sacras, por um be-
nedictino, 8.^o 2 vol. 1804 — 800 réis
enc.
- Novo ministro de enfermos, 8.^o 1815 —
480 réis.
- Novo (O) romeiro da Nazareth, 8.^o 1815
— 400 réis.
- Novo Testamento, por Antonio Pereira,
8.^o — 600 réis.
- Obra espiritual de fr. José Falconi, 8.^o
Roma — 400 réis.
- Obras espirituaes de fr. Antonio das
Chagas, 4.^o 1701 — 600 réis.

- Obrigações de Santo Ambrosio, 8.º 1768 — 360 réis.
- Obrigações do frade menor, por fr. Damaso da Apresentação, 8.º 1727 — 300 réis.
- Obsequio devido aos sagrados templos, 4.º 1739 — 500 réis.
- Observações sobre o ministerio parochial, 8.º 1815 — 240 réis.
- Officio da semana santa (em latim e portuguez) 8.º 1786 — 300 réis.
- Opusculo canonico-moral, 8.º — 240 réis.
- Opusculo theologico das constituições benedictinas, 4.º 1759 — 400 réis.
- Oração funebre nas exequias de Baptista Machado, 8.º 1773 — 240 réis.
- Oração funebre de Manuel da Silva Passos, 8.º Porto, 1862 — 240 réis.
- Orações funebres nas exequias do visconde de Santarem, 8.º 1818 — 240 réis.
- Orações sacras, por Vasconcellos, 8.º 1785 — 240 réis.
- Orações sagradas, por Godinho, 8.º 1803 — 300 réis.
- Orador (O) sagrado, por D. José de Almada e Lencastre, 8.º 3 vol. — 2400 réis.
- Oratorio sacro, 8.º 1805 — 240 réis.
- Panegyrico de Santo Antonio, 8.º 1780 — 80 réis.
- Panegyricos italianos de fr. Giacco, 8.º 2 vol. 1785 — 800 réis.
- Paixão (A) moralizada em sonetos, pelo padre Barruncho, 1783 — 400 réis.
- Palavra de Deus desatada em discursos concionatorios, pelo padre Francisco de Matos, 4.º 2 vol. 1709 — 600 réis.
- Palestra da oratoria sagrada, por fr. Manuel de Figueiredo, 4.º 2 vol. 1709 — 800 réis.
- Paraiso mystico descoberto, 8.º 1742 — 300 réis.
- Parocho (O) instruido, 8.º — 400 réis.
- Pastor evangelico (O), pelo padre Theodoro de Almeida, 8.º 4 vol. 1857 — 1820 réis enc.
- Pastor (O) fidelissimo, 8.º — 200 réis.
- Pastor (O) fiel, por Guarini, 8.º 1700 — 240 réis.
- Penitencio sacramental, por fr. U. de S. Francisco, 4.º 1691 — 300 réis.
- Pensamentos sobre o christianismo, J. Droz, 8.º 1845 — 200 réis.
- Peregrino curioso. Vida de S. Maria, 4.º 1721 — 400 réis.
- Peregrino (O) desterrado, por fr. Thiel de Santa Maria, 4.º 1653 — 240 réis.
- Peregrinação de Angelica, por S. de Oliveira e Sousa, 4.º 1738 — 240 réis.
- Perfeição (Da) vida monastica, de Lourenço Justiniano, 4.º 1791 — 240 réis enc.
- Pio IX, discurso gratulatorio, pelo padre Senna Freitas, 8.º Porto, 1876 — 200 réis.
- Ponte segura para o golfo da vida, 4.º 1717 — 200 réis.
- Pontifical monastico da congregação de S. Bento, 4.º Coimbra, 1730 — 600 réis.
- Postilla religiosa e arte de enfermeira, 4.º 1741 — 400 réis.
- Pratica de exercicios espirituaes, pelo padre Innocencio, 8.º 1757 — 400 réis.
- Pratica da oração mental, 8.º 1761 — 240 réis.
- Pratica do exorcista, 8.º 1753 — 400 réis.
- Pratica do sacramento da penitencia, por Verdun, 8.º 1772 — 300 réis.
- Praticas espirituaes, pelo padre M. Velho, 4.º 1832 — 600 réis.
- Prefacção geral da Biblia, pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo, 4.º 1794 — 600 réis.
- Prefeito prelado, 4.º 1805 — 400 réis.
- Prégador (O) mariano, por fr. Jeronymo de Belem, 4.º 1760 — 800 réis.
- Preparação para a eternidade, pelo padre Ignacio Manuel, 4.º 1705 — 400 réis.

- Primavera sagrada, por fr. Joam de S. Francisco, fol. 1675 — 1,200 réis.
- Primicias evangelicas, por Rafael Bluteau, 4.º 1676 — 800 réis.
- Principe (O) dos patriarchas S. Bento, por fr. Joam dos Prazeres, fol. 2 vol. 1683 — 1,500 réis.
- Principios da historia ecclesiastica, 8.º 2 vol. 1765 — 400 réis.
- Prodigiosa vida de S. João Nepomuceno, por Valasco, 4.º 1747 — 160 réis.
- Promptuario augustiniano, 8.º 1737 — 300 réis.
- Promptuario espirital, por Manuel Severim de Faria, 4.º 1651 — 800 réis.
- Promptuario regular, por fr. Verissimo dos Martyres, 4.º 1754 — 600 réis.
- Promptuario de theologia moral, por fr. Francisco Larraga, 8.º 4 vol. 1829 — 1,600 réis.
- Promptuario theológico, 8.º 2 vol. 1788 — 400 réis.
- Psalmos de David, 8.º 1820 — 160 réis.
- Queixas do amor divino, por Luiz Botelho, 8.º 1717 — 300 réis.
- Racional de ceremonias, pelo padre Maciel Prego, 8.º 1679 — 240 réis.
- Ramalhete de devoção, 8.º 1756 — 300 réis.
- Ramalhete espirital. Sermões de fr. Antonio das Chagas, 4.º 1764 — 1,000 réis.
- Ramilhete serafico, 4.º 1716 — 400 réis.
- Receita universal. Santos advogados contra os achaques, 8.º 1727 — 100 réis.
- Refeição espirital, por fr. Manuel do Sepulchro, fol. 2 vol. 1669 (manchada), ou 1742 — 2,400 réis.
- Reflexões sobre os attributos de Deus, por Avrillon, 8.º 2 vol. 1785 — 500 réis.
- Reflexões sobre a misericordia de Deus, pela duqueza de la Vallière, 8.º 1786 — 240 réis.
- Reformação christã, 8.º 1726 ou 1744 ou 1758 — 300 réis.
- Regra de S. Agostinho, ou constituições da ordem dos prégadores, 8.º 1764 — 480 réis.
- Regra e estatutos da ordem de S. Thiago, fol. 1694 — 480 réis.
- Regra da ordem da SS. Trindade, 4.º 1726 — 480 réis.
- Regra dos religiosos marianos, por fr. João de Deus, 4.º 1757 — 480 réis.
- Regras da christã educação, 8.º 1783 — 200 réis.
- Regras e estatutos das religiosas maltezas de S. João Baptista de Extremoz, fol. 1762 — 600 réis.
- Relação das festas de S. Camillo de Lellis, 4.º 1747 — 600 réis.
- Religião (A) demonstrada, 8.º Braga, 1838.
- Religião em triumpho, 4.º 1822 — 500 réis.
- Religião catholica (A) em triumpho, 8.º 1819 — 240 réis.
- Religio da paixão, pelo padre Theodoro de Almeida, 16.º 1779 — 30 réis.
- Resumo espirital, por fr. Antonio da Madre de Deus, 8.º 1749 ou 1756 — 300 réis.
- Resumo dos livros santos, por Carneiro, 8.º 1827 — 300 réis.
- Resumo da vida e novena de S. Francisco de Salles, 8.º 1761 — 120 réis.
- Retiro de cuidados, 4.º 1750 — 600 réis.
- Retiro de dez dias, ou exercicios espirituales, 8.º Genova 1726 — 400 réis.
- Retiro espirital, 8.º 2 vol. 1764.
- Retrato do purgatorio, por Bayão, 8.º 1742 — 600 réis.
- Rhetorica sagrada, 4.º — 500 réis.
- Rimas do Bom Jesus, pelo padre Manuel Bernardes, 8.º 1622 — 1,200 réis.
- Ritual das execuções, extrahido do Ritual romano, pelo padre Moura, 4.º 1782 — 320 réis, ou 1825 — 960 réis.
- Rosa de Nazareth, pelo padre Alexandre de Gusmão, 4.º 1715 — 800 réis.
- Santos desejos da morte, 8.º 1786 — 360 réis.

- Saphira veneziana, e jacinto portuguez.*
Vida de S. Lourenço Justiniano e do padre Antonio da Conceição, 4.º 1677—800 réis.
- Sciencia espirital, por Joam Lopes da Graça, 8.º 1744—500 réis.*
- Sciencia da salvação, por Nicole, 8.º 1784—400 réis.*
- Semana santa, pelo padre Antonio da Expectação, 4.º 1734—400 réis.*
- Semana santa, pelo padre Sanchez, 8.º 1710—300 réis.*
- Semana santa regular, por Prado, 8.º 1764—300 réis.*
- Sentenças espirituas dos santos padres, 8.º 2 vol. 1800—960 réis enc.*
- Sentimentos affectuosos da alma para com Deus, 8.º 1782—400 réis enc.*
- Sermão funebre nas exequias de D. Maria II, por Fonseca, 8.º—200 réis.*
- Sermão da Immaculada Conceição, por fr. Manuel Rodrigues, 4.º 1757—160 réis.*
- Sermão do nascimento do principe da Beira, pelo padre Manuel de Mendonça, 4.º 1762—100 réis.*
- Sermões do padre Antonio Vieira, 4.º 15 vol. 1686—1748—15000 réis.*
- Sermões da semana santa, do dr. fr. Balthasar Paez, 4.º 2 vol. 1630—33—20400 réis, ou 1 vol. 1634—20000 réis.*
- Sermões do padre Chagas, 4.º 1690—800 réis.*
- Sermões do bacharel Francisco de Paula Figueiredo, 8.º 1803—400 réis rs.*
- Sermões de fr. Philippe de Sousa, fol. 1617—10000 réis.*
- Sermões de fr. Francisco da Madre de Deus Pontes, e de outro celebre pregadore, 8.º 5 vol. 1798—20400 réis enc.*
- Sermões do dr. Francisco Fernandes Galvão, 4.º 2 vol. 1611 e 1616, ou 1 vol. Sevilha, 1615—10000 réis.*
- Sermões do padre Francisco de Mendonça, fol. parte 1, 1632—10000 réis.*
- Sermões (varios), de Francisco Xavier da Rocha, 4.º 3 vol. 1734—2000 réis.*
- Sermões e praticas do padre Joam Bernardes, 4.º 1714—800 réis.*
- Sermões de fr. Joam de Ceita, 4.º 1600 ou 1635—10200 réis.*
- Sermões de fr. João Tavares, 4.º 2 vol. 1729—960 réis.*
- Sermões de fr. José da Conceição, 8.º 1787—360 réis.*
- Sermões de D. fr. José de Jesus Maria, 4.º 5 vol. 1751—20000 réis.*
- Sermões de fr. João de Ceita, fol. 2 vol. Evora, 1625—10600 réis*
- Sermões do padre Luiz Alvares, 4.º 1688—800 réis.*
- Sermões de D. fr. Luiz de Santa Frezeza, 4.º 2 tom. 1766—600 réis.*
- Sermões de fr. Manuel de Gouveia, 4.º 8 vol. 1726—30—*
- Sermões de fr. Manuel da Madre de Deus Bulhões, 4.º 1739—800 réis.*
- Sermões do padre Manuel dos Reis, 4.º 3 vol. 1720—27—20000 réis.*
- Sermões de fr. Manuel da Ribeira de Niza, 4.º 2 vol. 1760—10000 réis.*
- Sermões panegyricos de La Tour-de-pain, 8.º 6 vol. 1772—20880 réis enc.*
- Sermões panegyricos, por fr. Manuel de S. João Nepomuceno, 8.º 1768—600 réis.*
- Sermões panegyricos e moraes de Freire Barbosa, 8.º 1800—400 réis enc.*
- Sermões quaresmaes e panegyricos, 8.º 1816—10920 réis enc.*
- Sermões varios (sete) do padre José Agostinho de Macedo, 8.º 2 vol—960 réis enc.*
- Sermões quaresmaes, por fr. J. D. S. T. C. 8.º, 4 vol, 1816—10920 réis enc.*
- Servo prudente (Vida de S. José), 8.º 1726—400 réis.*
- Sete meditações sobre o padre nosso, 4.º 1864—600 réis.*
- Signal dos predestinados, Maria Santissima, mãe dos homens e advogada*

- dos peccadores, pelo padre José da Conceição, 12.º 1749 — 500 réis.
- Soliloquios a Jesus Christo, pelo padre Manuel Ferreira, 4.º 1733 — 600 réis.
- Summa das indulgencias, 8.º 1764 — 400 réis.
- Summario da doutrina catholica, 8.º 1850.
- Fardes de quaresma, por fr. Manuel Rodrigues, 4.º — 600 réis.
- Ferremoto destruido, ou escudo celestial contra os terremotos, peste, rayos, trovões, e tempestades, 8.º 1757 — 600 réis.
- Tentativa theologica, por Antonio Pereira, 4.º 1766 — 500 réis.
- Tercero (O) instruido, 8.º 1742 — 400 réis.
- Theologia moral, por Godeau, 8.º 3 vol. 1774 — 600 réis.
- Thesouro biblico, ou dictionario historico e etymologico, 4.º 1826 — 480 réis.
- Thesouro carmelitano, 8.º 1765 — 400 ene.
- Thesouro do christão, ornado de boas gravuras, 8.º Paris — 780 réis enc.
- Thesouro dos christãos, 4.º 2 vol. 1739 — 700 réis.
- Thesouro de eloquencia e de piedade, ou devoção do rosario, 8.º — 120 réis.
- Thesouro espirital seraphico, 4.º 1737 — 500 réis.
- Thesouro franciscano, por fr. Manuel de Maria Santissima, 12.º 1801 — 200 réis enc.
- Thesouro singular do sacrificio da missa, fol. 1734 — 300 réis enc.
- Tratado ceremonial da missa resada, por Azambuja, 8.º — 500 réis.
- Tratado da alegria da alma christã, pelo padre Lombez, 8.º 1820 — 400 réis enc.
- Tratado da dissertação da Magdalena, 8.º 1780 — 300 réis.
- Tratado da missa resada, 8.º 1739 — 300 réis.
- Tratado das obrigações da vida christã, por Tracy, 8.º 2 vol. 1779 — 400 réis.
- Tratado da paz interior, pelo padre Lombez, 8.º 1849 — 400 réis enc.
- Tratado dos dois preceitos da caridade e dos mandamentos da lei de Deus, 12.º Rio de Janeiro, 1876 — 300 réis.
- Tratado da significação das plantas da sagrada escriptura, por fr. Isidoro de Barreira, 4.º 1698 — 720 réis.
- Tratado sobre a união da igreja, por S. Cypriano, 8.º 1801 — 480 réis enc.
- Tratado de varios obsequios, 8.º 1789 — 400 réis.
- Tratados quadragesimas e da paschoa, por fr. Antonio Feio, fol. 1609 — 15500 réis.
- Tres (Os) livros das obrigações de Santo Ambrosio, 8.º 1768 — 300 réis.
- Tribunal de ordenandos, 4.º — 400 réis.
- Triumpho da religião christã contra o judaismo, por Fernão Ximenes de Aragão, 4.º 1752 — 860 réis.
- Triunvirato espiritual, 4.º 1722 — 600 réis.
- Unica religião verdadeira demonstrada, pelo padre Febure, 8.º 1784 — 400 réis enc.
- Unidade (A) da igreja, 8.º — 480 réis.
- Varias orações, 4.º 1819 — 500 réis.
- Verdadeira (A) se triumphante, 4.º 1784 — 600 réis.
- Verdadeira (A) voz do pastor, 8.º 6 vol. 1786 — 12000 réis.
- Verdade (A) da religião christã provada pela invenovel paciencia de seus martyres, por Silva Trigueiros, 8.º 1825 — 360 réis.
- Verdadeiro methodo de pregar, por fr. Manuel da Epifania, 4.º 1759 — 600 réis.
- Verdadeiro (O) pregador no seculo xviii, 4.º 1798 — 480 réis.
- Verdadeiro (O) modo de confessar-se bem, por fr. Vicente Maria de Vicencia, 12.º 1812 — 160 réis.
- Verdades principaes de fé, por Abetty, 4.º 1729 — 400 réis.

- Vida de Santo Antonio, por fr. Fortunato de S. Boaventura, 8.º Coimbra, 1830 — 600 réis.
- Vida de Santo Antonio, em verso, por Francisco Lopes, 8.º 2 vol. 1683—1701 — 800 réis.
- Vida de Santa Hedwiges, 8.º 1844 — 240 réis.
- Vida de Santa Joanna, por D. Fernando de Lacerda, 4.º 1674 — 800 réis.
- Vida de Santa Catharina Fiescha Adorna, 4.º 1790 — 800 réis.
- Vida espiritual do homem, 4.º 1633 — 600 réis.
- Vida de S. Francisco de Paulo, por Bossio, 8.º 1779 — 300 réis.
- Vida de S. Francisco de Salles, por Marsollier, 8.º 2 vol, 1792 — 960 réis.
- Vida e historia de S. Francisco Xavier, 8.º 4 vol. 1788 — 1,920 réis enc.
- Vidra e regras de S. Fructuoso, fol. 1805 — 1,500 réis.
- Vida de S. José, por Fernando de Abreu e Faria, 8.º 1726 — 400 réis.
- Vida de S. José Calazans, 8.º 1719 — 240 réis.
- Vida de Jesu Christo, pelo padre Francisco Manuel do Nascimento, 12.º 1847 — 500 réis enc.
- Vida de Santa Margarida de Cortona, por João José de Vasconcellos, 8.º 1804 — 300 réis enc.
- Vida e opusculos de S. Martinho Braçarense, fol. 1803 — 960 réis.
- Vida do santo padre Pio VI, 8.º 1815 — 400 réis.
- Vida de Santa Radegonda, 8.º 1844 — 400 réis.
- Vida de Santa Thereza de Jesus, por fr. Antonio de S. José, 4.º 1769 — 1,000 réis.
- Vida de S. Torquato, 8.º 1853 — 300 réis.
- Vida de Santa Victoria, por D. Francisco Xavier do Rego, 4.º 1721 — 800 réis.
- Vinda e vida dos tres Santos Reis Magos, pelo padre Pedro Correia, 8.º 1745 — 500 réis.
- Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, pelo padre Francisco Annuniação, 8.º 3 vol. 1725 — 2,000.
- Virgem (A) portugueza Santa Iria, 8.º 1853 — 300 réis.
- Virgem da Virgem Maria, por Durbo, 8.º
- Visitas ao Santissimo Sacramento e Maria Santissima, 12.º 1866 — 200 réis enc.
- Viva Jesus. Cartas espirituaes do padre Chagas, 4.º 1701 — 1,200 réis.
- Voz de Jesus Christo pela bôca dos parochos, 8.º 2 vol. 1830 — 600 réis enc.
- Voz em Roma e echo em Lisboa na canonisação de S. João Francisco Regis, 4.º 1739 — 600 réis.
- Voz (A) do pastor. Discursos familiares de um parochio, 8.º 4 vol. 1858 — 1,800 réis enc.
- Voz da verdade da santa igreja catholica, pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos, 4.º 1830 — 600 réis.
- Voze de desengano, que bradam aos ouvidos do peccador adormecido no lethargo das culpas, por fr. Antonio da Madre de Deus, 8.º 1743 — 300 réis.

ROMANCES

- Abandonado (O), por J. Verne. 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Abbadessa (A) de Castro, 18.º Porto — 1840 — 120 réis.

- bbadia (A) de Ruthingleme, 8.º 2 vol. 1845 — 400 réis.**
- bbadia (A) de Santo André, por Fé-ré, 8.º 2 vol. 1827 — 160 réis.**
- beira mar, por Augusto Loureiro, 8.º 1870 — 500 réis.**
- contecimentos (Os) da vida de Eufemia, 8.º 1786 — 200 réis.**
- Adelaide, ou a maior generosidade, 8.º 1805 — 300 réis.**
- Adolpho, anecdota allemã, 8.º 1839 — 100 réis.**
- Adolpho, ou a historia da marquezade de Brianville, 8.º 6 tom. 1827 — 720 réis.**
- Adriana de Brianville, 8.º 6 tom. 1827 — 900 réis.**
- Affonso, por Madame de Genlis, 8.º 2 vol. 1840 — 360 réis.**
- Alba, por Luiz Enault, 8.º 1865 — 500 réis.**
- Aldeia na côrte, por Bento Antonio, 8.º 1750 — 800 réis.**
- Alforje (O) da boa rasão, por Bruno Seabra, 12.º — 300 réis.**
- Alma (A) do justo, por Centazzi, 8.º 2 vol. 1861 — 500 réis.**
- Amanda e Oscar, 8.º 1837 — 600 réis.**
- Amante (O) de Alice, por Montepin, 12.º 2 vol. — 600 réis.**
- Amantes (Os) de minha amante, por P. de Kock, 8.º 1865 — 400 réis.**
- Amelia, ou os effeitos da sensibilidade, 8.º 1826 — 120 réis.**
- America (A) do Sul, por Julio Verne, 8.º — 1200 réis, ou Rio de Janeiro — 600 réis.**
- Americanas (As), por Machado de Assis, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.**
- Americano (O) em Londres, por J. D. do Quintal, 8.º 1849 — 200 réis.**
- Amigas e peccadoras, trad. de Pinheiro Chagas, 8.º 1873 — 500 réis.**
- Amigo (O) Piffard, por P. Kock, 8.º 1871 — 400 réis.**
- Amigos (Os) rivaes, 8.º 1804 — 50 réis.**
- Amintor no Epiro, por Silva Abran-ches, 8.º 1827 — 400 réis.**
- Amor e melancolia, por Castilho, 8.º 1861 — 800 réis.**
- Amores (Os) de Aurora, por Terrail, 8.º 2 vol. Porto, 1872 — 1200 réis.**
- Amores (Os) do diabo, por Cazotte, trad. por C. Castello Branco, 8.º Porto, 1872 — 500 réis.**
- Amores (Os) de Luiz XV, por Terrail, 8.º 2 vol. 1875 — 800 réis.**
- Amores (Os) de um visionario, por Bernardino Pinheiro, 8.º 2 vol. 1874 — 1200 réis.**
- André Chénier, por Méry, 4.º — 600 réis.**
- André, o feiticeiro, por Mirécourt, 8.º — 360 réis.**
- André, ou a pedra de toque, 8.º 2 vol. 1849 — 300 réis.**
- André, o saboyano, por P. de Kock, 8.º 4 vol. 1844 — 800 réis.**
- Angelica e Joanninha, por Pigault Le-brun, 8.º 4 vol. 1844 — 1200 réis.**
- Anna de Geiersten, por W. Scott, 8.º 4 vol. 1844 — 1200 réis.**
- Anna Grenwil, 8.º 3 vol. 1817 — 150 réis.**
- Annel (O) mysterioso, por Alberto Pi-mentel, 8.º 1873 — 660 réis enc.**
- Anneis (Os) de uma cadeia, por Arlin-court, 8.º 2 vol. 1846 — 290 réis.**
- Antes de soprar a luz, por Albano, 8.º — 500 réis.**
- Apologos e contos orientaes, pelo ab-bade Blanchet, 8.º 1814 — 200 réis.**
- Ao redor da lua, por Julio Verne, 8.º — 900 réis, ou Rio de Janeiro, 600 réis.**
- Armadeille, por Collins, 8.º 2 vol. — 400 réis.**
- Arrependimento (O) premiado, 8.º 1818 — 100 réis.**
- Arte de agradar, por Feydeau, 12.º — 300 réis.**
- Arte de ganhar dinheiro, por Philo-gelus, 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.**
- Aspasia, por Pereira da Silva, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.**

- Assassino (O)**, por A. Belot e J. Dantin, 8.º 2 vol. 1873 — 800 réis.
- Astucias de namorada**, por Pinheiro Chagas, 8.º 1873 — 300 réis.
- Astucias subtilissimas de Bertholdo**, 12.º 1767 — 200 réis.
- Atalá**, por Chateaubriand, 8.º 1820 — 160 réis.
- Atheo (O)**, por madame Pannier, 8.º 3 vol. 1842-43 — 1,200 réis.
- Australia (A) meridional**, por J. Verne, 8.º — 1,100, ou 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Avatar**, por Gautier, 8.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Avarento (O) confundido pela natureza**, 8.º 1816 — 160 réis.
- Aventuras do capitão Hatteras**, por J. Verne, 8.º — 1,100 réis, ou Rio de Janeiro — 900 réis.
- Aventuras de Diosfanes**, por Dorothea Engrassia Tavares da Balmira, 8.º 1777 — 300 réis.
- Aventuras de Estevão Gonçalves**, por La Sage, 8.º 3 vol. 1823-24 — 720 rs.
- Aventuras de Fileno e Flora**, 8.º 1807 — 120 réis.
- Aventuras de João Salteador**, por Férré, 8.º 2 vol. — 600 réis.
- Aventuras de Lorianro**, 8.º 1807 — 120 réis.
- Aventuras maravilhosas de Lazarillo de Tormes**, 12.º 1838 — 300 réis.
- Aventuras de quatro mulheres e um papagaio**, por Dumas filho, 8.º 3 vol. — 1,200 réis.
- Aventuras de Telemaco**, trad. em verso, por J. J. C. Pereira e Sousa, 8.º 2 vol. 1788 — 1,000 réis.
- Aventuras de tres russos e tres ingleses**, por J. Verne, 8.º — 900 réis, ou Rio de Janeiro — 600 réis.
- Aventuras do ultimo Abencerrage**, por Chateaubriand, 8.º 1828 — 240 réis.
- Bachel (O) de Salamanca**, 12.º 6 vol. 1850 — 1,200 réis.
- Bananeira (A)**, por F. Soulié, 8.º 2 vol. 1844 — 600 réis.
- Bandoleiro (O) dos Apenninos**, 16.º Paris, 1841 — 100 réis.
- Barbarinski**, 18.º 2 vol. Paris, 1838 — 800 réis.
- Barbeiro (O) de Paris**, por P. de Kock, 8.º 4 vol. 1866 — 600 réis.
- Baroneza (A) de Batteville**, 8.º 2 vol. 1837 — 200 réis.
- Batalha (A) de Navarino**, por Moka, 8.º 1834 — 100 réis.
- Beatriz e o aventureiro**, por Contani, 8.º 2 vol. 1848 — 360 réis.
- Bertha de Plouernel**, por E. Sue, 8.º 2 vol. 1857 — 720 réis.
- Betsi**, ou as extravagancias do destino, 8.º 2 vol. 1830 — 200 réis.
- Bigamo (O)**, por Montepin, 12.º 4 vol. — 1,200 réis.
- Bom (O) Adonis e Zerbina**, 8.º 1816
- Bom (O) do sr. Leitão**, por Assolant, 12.º — 300 réis.
- Clotilde e Ursina**, 8.º 1839 — 160 réis.
- Codigo de amor**, vertido sobre o de Molière, 8.º Porto, 1864 — 240 réis.
- Conde (O) de Carmagnola**, por Mék Gentilhomme, 8.º 1856 — 500 réis.
- Condenados (Os) da India**, por Méry, 8.º — 600 réis.
- Cabana (A) do pae Thomaz**, por Stowe, 12.º 2 vol. Paris, 1835 — 800 réis.
- Caçadores (Os) de cabelleiras**, por Mayne Reid, 8.º 5 vol. 1865 — 1,200 réis.
- Cachimbo (O) turco**, por Gonzales — A noiva de Inkerman — A camara mysteriosa, 8.º 1857 — 400 réis.
- Calumnias (A)**, por Leite Bastos, 8.º 1872 — 400 réis.
- Calvario das mulheres**, por Ganhour, 8.º 4 vol. — 1,600 réis.
- Camilla**, ou o subterraneo, 8.º 1817 — 120 réis.
- Campones (O) fidalgo**, 8.º 2 vol. 1835 — 400 réis.
- Cantico do natal**, 8.º — 100 réis.
- Capitão (O) Paulo**, por Dumas, 8.º 2 vol. 1848 — 400 réis.
- Cativeiro (O) do trombeta Escoller**, 8.º 2 tom. — 600 réis.

- Barvaçarã (O), contos orientaes, 8.º 1823 — 240 réis.
- Carlos Barimore e Nereida, 8.º 1843 — 300 réis.
- Carlos e Julieta, 8.º 1838 — 240 réis.
- Carlos e Maria, 8.º 1814 — 60 réis.
- Carta (Uma) anonyma, por Arnould, 8.º 1842 — 200 réis.
- Cartas amorosas de dois amantes, 8.º 1848 — 200 réis.
- Cartas de Heloisa e Abaillard, 12.º Paris, 1838 — 800 réis.
- Casa Perdaillet & C.ª, por P. de Kock. 12.º 2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Casa (A) dos fantasmas, por Rebello da Silva, 8.º 2 vol. 1866 — 1.000 réis.
- Casamento (Um) de tirar o chapéo, por Fausto, 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Castellã (A) sanguinaria, 8.º 2 vol. 1845.
- Castello (O) de Grasville, 8.º 4 vol. — 400 réis.
- Castello (O) de Otranto, por Marshall 8.º 1854 — 140 réis.
- Castello (O) de Rochecourde, por Duhamel, 8.º 3 vol. 1850 — 960 réis.
- Castello (O) do Tyrol, por Hubert, 8.º 2 vol. — 400 réis.
- Catacumbas (As) de Paris, por Berthet, 8.º 2 vol. 1873 — 1.200 réis.
- Catharina Blum, por Dumas, 8.º 2 vol. 1862 — 600 réis.
- Cavalheiro (O) de Pamplona, por Condrecourt, 16.º 3 vol. Porto, 1857 — 600 réis.
- Cavalheiros (Os) do cysne, por madame de Genlis, 8.º 4 vol. 1841 — 800 réis.
- Caverna (A) da morte, 8.º 1833 — 160 réis.
- Cecilia de Chatenai, 8.º 2 vol. 1816.
- Celestina, ou os esposos sem o serem, 8.º 4 vol. 1853 — 400 réis.
- Celestino Gallimard, por Calvimont, 8.º 1868 — 120 réis.
- Celina, ou a filha do mysterio, 8.º 6 vol. 1859 — 600 réis.
- Chavornay e Helena, por Carlos Didier, 8.º 2 vol. 1842 — 400 réis.
- Chancellor (O), por J. Verne, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Cidade (Uma) fluctuante, por J. Verne, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Cigana (A), ou a França de Luiz XI, 8.º 2 tom. 1846 — 600 réis.
- Cinco minutos—A viuvinha, por Alencar, 12.º — 600 réis.
- Cinco semanas em balão, por J. Verne, 8.º — 1.100, ou 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Clara d'Alba, por M.ª Cottin, 8.º 1834 — 100 réis.
- Cousas alegres, por Manuel Roussado, 12.º 1865 — 240 réis.
- Companheiros (Os) de Jehu, por Dumas, 8.º 2 vol. 1861 — 1.000 réis.
- Conde de Monte Christo, por Dumas, 8.º 4 vol. 1871 — 1.440 réis.
- Condessa (A) de Nancey, por Montepin, 12.º 2 vol. — 600 réis.
- Condessa (A) de Salysbury, por A. Dumas, 8.º 2 vol. 1848 — 600 réis.
- Confissão de uma badenze, por Assolant, 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Conquista (A) do st, por Brown, 8.º Rio de Janeiro — 900 réis.
- Conselheiro (O) das damas, por Bouilly, 8.º 1840 — 360 réis.
- Conto (Um) em familia, por Avellar, 8.º Porto, 1873 — 600 réis.
- Conto oriental, 8.º 1818 — 480 réis.
- Contos, por Musset, 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Contos, por Schmidt, 12.º — 160 réis cart.
- Contos ao fogão, por E. Souvestre, 8.º Porto, 1860 — 600 réis.
- Contos fluminenses, por Machado de Assis, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Contos e lamentos, por Silva Ferraz, 12.º Porto, 1857 — 400 réis.
- Contos phantasticos, por Theophilo Braga, 8.º 1865 — 500 réis.

- Contos jocosos, por P. de Kock, 12.º
Rio de Janeiro — 300 réis.
- Contos a minha filha, por Bouilly, 8.º
2 vol. 1847 — 600 réis.
- Contos para as horas de ocio, por Luiz
Guedes, 8.º 1870 — 500 réis.
- Contos da roça, por Zaluar, 12.º Rio de
Janeiro — 300 réis.
- Contos sem nome, 8.º 1863 — 240 réis.
- Contos sem pretensão, por Luiz Gui-
marães, 12.º Rio de Janeiro — 600
réis.
- Corda (A) na garganta, por Gaboriau,
12.º 5 vol. — 1\$500 réis.
- Crime (Um) de mocidade, por Terrail,
8.º 1871 — 300 réis.
- Crime (O) de Orcival, por Gaboriau,
8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Criminosos (Os) celebres, por Moreira
de Azevedo, 8.º Rio de Janeiro —
600 réis.
- Chrysalidas, por Assis, 12.º Rio de Ja-
neiro — 600 réis.
- Creoula (A), por Féval, 8.º 2 vol. 1839
— 160 réis.
- Czarwitz (O) Constantino, por J.
Czynski e Demolière, 8.º 2 vol. 1855
— 720 réis.
- Dacolard e Lubin (Continuação do Ma-
tricida), por Belot et Dantin, 12.º
2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Da corte á fazenda da Santa Fé, por
Correia, 8.º Rio de Janeiro — 600
réis.
- Dama das camelias, por Dumas, 8.º
2 vol. 1860 — 500 réis.
- Dama (A) dos tres espartilhos, por P.
de Kock, 8.º 1866 — 400 réis.
- Da parte d'el-rei, por Cunha e Sá, 8.º —
400 réis.
- Descoberta (A) da terra, por J. Verne
12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Descobrimento prodigioso e suas incal-
culaveis consequencias, por J. Verne,
8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Desmornamento (O), por Gaboriau,
8.º 4 vol. Rio de Janeiro — 2\$400
réis.
- Desposados (Os), por Walter Scott, 8.º
3 vol. 1837 — 960 réis.
- Desventuras de miss Ellen, por Rey-
nolds, 8.º — 400 réis.
- Dia (O) de S. Nunca, por Second, 12.º
Rio de Janeiro — 600 réis.
- Diabo (O) amoroso, por Cazotte, 8.º
1835 — 240 réis.
- Diabo (O) a quatro, 8.º 4 vol. 1845 —
960 réis.
- Diabo (O) na corte, por Ortega e Ma-
theos, 8.º 3 vol. — 2\$100 réis.
- Dialogos de uma avó, por D. Mathilde
de Bettencourt, 8.º 1862 — 120 réis.
- Diana de Lys, por Dumas, filho, — Cos-
sas que se ignoram, 8.º 1862 — 300
réis.
- Digressões e novellas, por Bulhão Paes,
8.º 1864 — 600 réis.
- Divertimento curioso ou novellas orien-
taes, 8.º 7 vol. 1799 — 1\$600 réis.
- Diva, perfil de mulher, por G. M., 8.º
Rio de Janeiro — 600 réis.
- Divertimento para um quarto de hora,
4.º 2 vol. 1782.
- Dois (Os) amores, por Manuel de Ma-
cedo, 12.º 2 vol. Rio de Janeiro —
600 réis.
- Dois (Os) Angelos, por Hogan, 8.º
2 vol. — 600 réis.
- Dois (Os) artistas, por Rodrigues Bas-
tos, 8.º Porto, 1867 — 500 réis.
- Dois (Os) bobos, por Paulo Jacob, 8.º
2 vol. 1853 — 600 réis.
- Dois dias de felicidade no campo, por
Fausto, 12.º Rio de Janeiro — 300
réis.
- Dois (Os) irmãos, por George Sand,
8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Dois miseraveis, por Reynolds, 8.º —
400 réis.
- Dois (Os) Robinsons, 8.º 3 vol. 1832 —
960 réis.
- Donzel (O) de D. Henrique, por D. Ma-
rianno José de Lara, 8.º 4 vol. 1845 —
400 réis.
- Dote (O) de Suzaninha, por Fiévée,
18.º Rio de Janeiro — 300 réis.

- Doutor (O) Judasshon, por Assoland, 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Doutor (O) Ox — Mestre Zacharias — Uma internada no gelo — Um drama nos ares, por J. Verne, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Duas (As) amazonas, por Mery, 8.º 1849 — 300 réis.
- Duas (As) desposadas, por Lafontaine, 8.º 4 vol. 1819 — 600 réis.
- Duas (As) estrellas, por Gauthier, 8.º 2 vol. 1857 — 400 réis.
- Duas facadas, por Teixeira de Vasconcellos, 8.º 1869 — 300 réis.
- Duplessis e o seu castellão, 8.º 1852 — 200 réis.
- Dupont (O Sr.), por P. de Kock, 8.º 2 vol. 1844 — 480 réis.
- Duqueza de la Vallière, por M.^{me} de Genlis, 8.º 2 vol. 1847 — 800 réis.
- Elvira, historia instructiva e moral, 8.º 1817 — 50 réis.
- Embaixada (A) á China, por Van der Velde, 8.º 2 vol. 1837 — 400 réis.
- Emerance, por Ancelot, 8.º 2 vol. 1844 — 800 réis.
- Emilia, ou os amantes desgraçados, 8.º 1843 — 50 réis.
- Emilia de Tourville, 8.º 2 vol. 1817 — 100 réis.
- Emilia e Affonso, 8.º 2 vol. 1824 — 400 réis.
- Emma, 12.º 2 vol. 1807 — 400 réis.
- Em redor da minha secretária, por Desforges, 8.º — 500 réis.
- Encarnado (O), por Signelay, 8.º 4 vol. 1861 — 1,600 réis.
- Enguerrand de Coucy, 8.º 2 tom. 1836 — 400 réis.
- Entre estrangeiros, por M. Roussado, 8.º — 640 réis enc.
- Eremita (O) dos bosques de Santarem, 8.º 2 tom. 1843.
- Ermitação (O) da gloria, por Alencar, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Ermitação de Muquem, por Bernardo Guimarães, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Ernesto, por Saint-Clair, 8.º 1830 — 200 réis.
- Erros (Os) do amor e da philosophia, 8.º 1824 — 160 réis.
- Esau, o leproso, 8.º 4 vol. 1860 — réis 1,600.
- Esboços e episodios, por Brito Aranha, 8.º — 500 réis.
- Escolha das melhores novellas e contos moraes, 8.º 8 vol. 1814 — 1,200 réis.
- Escolha de aneddotas antigas e modernas, 8.º 1842 — 200 réis.
- Escolhidos e reprobos, por E. Souvestre, 8.º 3 vol. 1861 — 1,500 réis.
- Escrava (A) Isaura, por Bernardo Guimarães, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Escravo (O) branco, por Hildreth, 8.º 4 vol. 1854 — 800 réis.
- Escravos (Os) de Paris, por Gaboriau, 8.º 4 vol. — 2,000 réis.
- Esfoladores (Os), por Arlincourt, 8.º 2 tom. 1842 — 400 réis.
- Espectro (O), por J. M. da Costa e Silva, 8.º Paris, 1838.
- Esperia ou o cemiterio de S. Thiago, 8.º 4 tom. 1841 — 400 réis.
- Espião (O) do campo neutral, por Cooper, 8.º 4 vol. 1857 — 400 réis.
- Espião (O) prussiano, por Valmont, 8.º — 600 réis.
- Esposos (Os) desgraçados, 8.º 2 tom. 1820 — 320 réis.
- Estudantes (Os), por Dumas, 8.º 1858 — 40 réis.
- Eugenio e Virginia, 8.º 2 vol. 1831 — 400 réis.
- Eugenio, por Boddallo, 8.º 1854 — 480 réis.
- Eulalia ou o amor filial, 8.º 2 vol. 1856 — 640 réis.
- Eurico, o presbytero, por A. Herculano, 8.º 1876 — 600 réis.
- Eva contra A. Dumas filho, por Maria Deraismes, 12.º Rio de Janeiro — 160 réis.
- Extravagante (Um), 8.º 1846 — 480 réis.

- Fabiola**, por Wiseman, 4.º 2 tom. Porto 1873 — 1\$500 réis.
- Fabulas orientaes de Saadi**, 4.º 1831 — 300 réis.
- Facas (Os) de oiro**, por P. Féval, 8.º 2 vol. 1859 — 600 réis.
- Falkenberg**, por M. Pichler, 8.º 2 vol. 1844 — 240 réis.
- Familia (A) africana**, 8.º 1854 — 180 réis.
- Familia (A) dos Borgias**, por Dumas, 8.º 2 vol. 1856 — 480 réis.
- Familia (A) Jouffroy**, por E. Sue, 8.º 6 vol. 1854 — 1\$440 réis.
- Familia (A) Gógó**, por P. de Kock, 8.º 4 tom. 1845 — 840 réis.
- Fantasma (O) de Nemrod Castle**, 8.º 2 vol. 1840 — 480 réis.
- Faustina ou o que é o mundo**, 8.º 1839 — 100 réis.
- Fernando, ou o joven hespanhol**, 8.º Porto, 1842 — 200 réis.
- Ferraques e Bauchau mont**, por Rollande, 12.º 2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Fatalidade (As) de dois jovens**, por Teixeira e Sousa, 8.º Rio de Janeiro — 800 réis.
- Favos e travos**, por Rozendo Moniz, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Ferreiros (Os)**, por Soulié, 8.º 3 tom. 1819.
- Filigranas**, por Guimarães, 12.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Filha (A) do genio**, 8.º 1837 — 240 réis.
- Filho (O) do barqueiro**, por mistress Hentz, 8.º 2 vol. 1858 — 800 réis.
- Filho (O) do carnaval**, por Lebrun, 8.º 2 vol. 1841 — 600 réis.
- Filho (O) do carrasco**, por Reynolds, 8.º — 400 réis.
- Filho (O) de Deus**, por Fernandes Prata, 8.º Porto, 1863 — 500 réis.
- Filho (O) de Marat**, por Dumas, 4.º 4 tom. — 480 réis.
- Filho (O) do pedreiro**, 16.º Porto, 1844 — 120 réis.
- Filho (O) do pescador**, por Tezina Sousa, 8.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Filho (O) do taballiço**, por P. Inch, 8.º 1851 — 200 réis.
- Filhos (Os) familias**, por E. Sue, 8.º vol. — 1\$440 réis.
- Fingal**, por Fernandes Prata, 8.º Porto, 1867 — 500 réis.
- Filigranas**, por Luiz Guimarães, 8.º Paris — 600 réis.
- Flammarande**, por George Sand, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Força (A) de uma paixão**, por Aug, 8.º 1825 — 100 réis.
- Felhas da vida**, por Soares Franco, 8.º 1863 — 600 réis.
- Flora Mac Alpin**, por Wachsmann, 8.º 1863 — 160 réis.
- Florentino e Rosina**, 8.º 2 vol. 1834 — 200 réis.
- Flores e fructos**, por Bruno Scabra, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Flores e queixumes d'alma**, por Campbell, 8.º — 500 réis.
- Florinda, ou a bella italiana**, 8.º 1833 — 200 réis.
- Polhetins d'um marinheiro**, por J. Viana, 8.º 1873 — 500 réis.
- Ferasteiro (O)** por Manuel de Macedo, 12.º 3 vol. Rio de Janeiro — 1\$800 réis.
- Formosa (A) donzella**, por W. Scott, 8.º 2 vol. 1840 — 600 réis.
- Francezes (Os) no Rio de Janeiro**, por Moreira de Azevedo, 8.º — 600 réis.
- Freira (A) do subterraneo**, trad. por Castello Branco, 8.º 1872 — 660 réis enc.
- Fructos verdes**, por Xavier Silva, 8.º — 400 réis.
- Gaiato (O) do Terreiro do Paço**, 8.º 4 vol. 1845 — 1\$200 réis.
- Garimpeiro**, por Bernardo Guimarães, Rio de Janeiro — 600 réis.
- Gaúcho (O)**, por Senio, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 1\$200 réis.
- Galucho (O)**, por P. de Kock, 8.º 2 vol. — 600 réis.

- Amores (As) de Machomet, por Dumas, 8.º 4 vol. 1862—12600 réis.**
Amor-ovo, por Christoffo Schmid, 8.º Porto, 1868—120 réis.
Gil Braz (O) da revolução, 8.º 2 vol. — 960 réis.
Sãa Sanchez, por A. Aragão, 8.º 1845 — 100 réis.
Gloria, riquezas e honras, ou Gilberto e Gilberta, por E. Sue, 8.º 6 vol.
Guarany, por Alencar, 8.º 2 vol. Paris — 12800 réis.
Man de Islandia, por V. Hugo, 8.º 3 vol. 1841—600 réis.
Hannah e Wilton, 8.º 1839—240 réis.
Henrique de Monmouth, por Michel, 8.º 3 vol. — 12200 réis.
Herança (A) de meu tio, por A. de Lavergne, 8.º 1842.
Herança (A) mysteriosa, por Terrail, 8.º 2 vol. — 600 réis.
Heras e violetas, por Guilherme Braga, 8.º Porto—600 réis.
Hervanaria (A), por Arincourt, 8.º 2 tom. 1839—200 réis.
Historia de D. Affonso Braz, 8.º 2 tom. 1839—200 réis.
Historia de Carlota Francheville, por P. Lebrun, 8.º 2 tom. 1840—200 réis.
Historia das fortunas de Sempriles e Genorodano, por Henriques de Zuniga, 8.º 1735.
Historia georgiana, por uma senhora, 8.º 1824—300 réis.
Historia de Gil Braz de Santilhana, 8.º 4 vol. 1860—12600 réis.
Historia do infeliz conde de Cominge, 8.º 1782—200 réis.
Historia de M.º de Prilly, 8.º 1863—100 réis.
Historia do reinado de Luiz XVI, por Dumas, 8.º 6 vol. 1862—22400 réis.
Historia da Torre de Vincennes, por Leynadier, 8.º 1853—360 réis.
Historia e tradições da provincia de Minas Geraes, por Bernardo Guimarães, 8.º Rio de Janeiro—600 réis.
Historia de um bozadinho de pão, por João Macé, 12.º Rio de Janeiro—900 réis.
Historia de um homem, por A. Achard, 8.º Porto, 1863—500 réis.
Historias brasileiras, por Dinarte, 12.º Rio de Janeiro—800 réis.
Historias da meia noite, por Machado de Assis, 8.º Rio de Janeiro—600 réis.
Historias para gente alegre, por Luiz Guimarães, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro—12200 réis.
Homem-mulher (O) por Dumas, 12.º—400 réis.
Homem (O) da natureza, por P. de Kock, 8.º 4 vol. 1842—760 réis.
Homem (O) singular, por Lafontaine, 8.º 3 tom. 1848—900 réis.
Homem (O) do realajo, por Tervail, 8.º 5 vol.—250 réis.
Homens (Os) do passado, por Moreira de Azevedo, 12.º Rio de Janeiro—600 réis.
Hora (Uma) de leitura, por Ribeiro de Sá, 8.º 1859—500 réis.
Huberto, ou o Gil Braz parisiense, por Quentia, 8.º 3 vol. 1843—720 réis.
Honra e louzara, por Arnaldo Gama, 8.º Porto—500 réis.
Ida, por Arincourt, 8.º 2 vol. 1842—400 réis.
Ilha incognita, por Grivel, 8.º 6 vol. 1802—12440 réis.
Ilusão, experiencia e desengano, por Silveira da Motta, 8.º—300 réis.
Ilusões e crenças, por Almeida Blanco, 8.º Porto, 1860—600 réis.
Indio (O) Affonso—A morte de Gonçalves Dias, canto elegiaco, por Bernardo Guimarães, 8.º Rio de Janeiro—300 réis.
Infortunios tragicos de Constante Florinda, por Rebello, 8.º 3 vol. 1761—12200 réis.
Inglezes (Os) no polo norte, por J. Verne, 8.º—12400 réis, ou Rio de Janeiro—900 réis.

- Monsieur de Kingtia, 8.^o Bahia, 1689 — 70 réis.
- Moravia (A), por Ducange, 8.^o 2 vol. 1844 — 600 réis.
- Moreninha (A), por Manuel de Macedo, 8.^o Rio de Janeiro — 600 réis.
- Mortandade (A) no Meio Dia, por Dumas, 8.^o 2 vol. 1857 — 480 réis.
- Morte (A) moral, por Pascoal, 8.^o 4 vol. Rio de Janeiro — 2,5400 réis.
- Morto (Um) a contar a sua historia, 8.^o — 600 réis.
- Mulher (A) de fogo, por Belot, 12.^o 2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Mulher (A) ou os seis amores, 8.^o 3 tom. 1844 — 600 réis.
- Mulheres (As) de mantilha, por Manuel de Macedo, 8.^o Rio de Janeiro — 1,5200 réis.
- Mundos (Os) novos, por Niboyet, 4.^o 1860 — 600 réis.
- Mysterios (Os) do gabinete negro, por Reynolds, 8.^o — 400 réis.
- Mysterios (Os) do Palais-Royal, 8.^o 2 tom. — 1,5500 réis.
- Mysterios de Paris subterraneo, 8.^o — 600 réis.
- Mysterios da policia, 8.^o 2 vol. — 960 réis.
- Namoradeira (A), por Manuel de Macedo, 8.^o 3 vol. Rio de Janeiro — 1,5200 réis.
- Namoro (O) pela janella, 16.^o Paris, 1853 — 300 réis.
- Nariz (O) de um tabelião, por About, 12.^o Rio de Janeiro — 300 réis.
- Naufragio (O) da galera Tejo, 8.^o 1850 — 300 réis.
- Naufragos (Os) do sr, por J. Verne, 12.^o Rio de Janeiro — 600 réis.
- Nebulosa (A), por Manuel de Macedo, 8.^o Rio de Janeiro — 900 réis.
- Nem sempre, nem nunca, por P. de Kock, 8.^o 4 tom. 1855 — 800 réis.
- Nina, por Manuel de Macedo, 8.^o 2 vol. Rio de Janeiro — 1,5200 réis.
- Nocturnos (Os), por Guimarães Junior, 12.^o Rio de Janeiro — 600 réis.
- Noites (As) do castello e os crimes do barde, por M.^{lle} Delphina Gay, trad. por A. F. de Castilho, 8.^o 1836 — 1,5000 réis.
- Noites Josephinas de Mirtilo, por Soyé, 8.^o 1790 — 800 réis.
- Noites selectas de Young, 8.^o 1817 — 400 réis.
- Noites tristes de Fileno, 8.^o 2 vol. 1800 — 400 réis.
- Noiva (A), por Desly, 8.^o 2 vol. 1800 — 600 réis.
- Noivas (Os), por Manzoni, 8.^o 4 tom. 1842 — 600 réis.
- Noivo (Um) a duas noivas, por Manuel de Macedo, 8.^o 3 vol. Rio de Janeiro — 1,8000 réis.
- Nova (A) Heloisa, por J. J. Rousseau, 12.^o 4 vol. Paris, 1836 — 1,5200 réis.
- Noiva (A) de Fontenay das rosas, por P. de Kock, 8.^o Rio de Janeiro — 400 réis.
- Nova (A) amazona, 8.^o 1838 — 80 réis.
- Noventa e tres, por Victor Hugo, 12.^o Rio de Janeiro — 900 réis.
- Novellas, por Gautier, 12.^o Rio de Janeiro — 600 réis.
- Novissima colleccaõ de anecdotes, 8.^o 1853 — 100 réis.
- Novo (O) Gulliver, 8.^o 4 vol. 1819 — 800 réis.
- Novo (O) Monte Christo, por Reynolds, 8.^o — 400 réis.
- Oceano (O) Pacifico, por J. Verne, 8.^o — 1,5100, ou Rio de Janeiro — 600 réis.
- Oculos (Os) da velha, 8.^o 4 vol. 1844 — 1,5200 réis.
- Odio velho não cança, por Rebello da Silva, 8.^o 2 vol. 1849 — 480 réis.
- Official (O) de fortuna, por W. Scott, 8.^o 3 vol. 1837 — 480 réis.
- Olderico, ou o zuavo pontificio, por Bresciani, 8.^o 2 vol. Porto, 1863 — 500 réis.
- Olympia, por Pinto de Almeida, 8.^o Porto, 1872 — 400 réis.

- rfficsinhos (Os) da aldeia, 8.º 4 vol. 1836—800 réis.
 riando amoroso, por Ariosto, 8.º 3 vol. 1822—900 réis.
 rson, o cabeça de ferro, por Ay-
 mard, 18.º Rio de Janeiro—600 réis.
 rastro (O), por C. Bernard, 8.º 3 vol. 1849—480 réis.
 radre (O) e a bailarina, por Perrin, 8.º 2 vol. 1857—840 réis.
 ragem (O) de Luiz XIV, por Terrail, 8.º 2 vol. 1860—600 réis.
 ralcio (O) de Niorres, 8.º 3 vol. 1870—1,200 réis.
 ralmira, 8.º 4 vol.—400 réis.
 r Pamela Andrews, por Richardson, 8.º 2 vol. 1834—640 réis.
 r Papá (O) sogro, por P. de Kock, 8.º 1860—400 réis.
 r Papai, mamã e nené, por Gustavo Droz, 12.º Rio de Janeiro—600 réis.
 r Passeios e digressões, por Tito de Ner-
 ronha, 8.º Porto, 1850—440 réis.
 r Passatempo honesto, coleção de 48
 jogos de prendas, 8.º—100 réis.
 r Pasteleiro (O) de Madrigal, 8.º 4 vol. 1870—2,200 réis.
 r Pata (A) da gazella, por Alençar, 8.º Rio de Janeiro—600 réis.
 r Paulina, por G. Sand, fol. 1853—400 réis.
 r Paulo, ou a herdade abandonada, 8.º 4 tom. 2 vol. 1826—400 réis.
 r Paulo e o seu cão, por P. de Kock, 8.º 4 vol. Rio de Janeiro—1,200 réis.
 r Paulo e Virginia, 8.º—200 réis.
 r Peccadora (A), por P. Féval, 8.º 1853—360 réis.
 r Pedinte (A) de Lisboa, por Hogan, 8.º 2 vol. 1859—600 réis.
 r Pedro e Camilla, por Musset, 12.º Rio de Janeiro—600 réis.
 r Pelayo, por Mora, 8.º 2 vol.—1,200 réis.
 r Perdida e achada, 8.º—200 réis.
 r Perigos de uma primeira escolha, 8.º 1844—200 réis.
 r Phebus Moniz, por Oliveira Martins, 8.º 2 vol. 1867—800 réis.
 r Piloto (O), por Cooper, 12.º 4 vol. 1830 Paris—640 réis.
 r Piolho (O) viajante, 8.º 4 vol. 1826—1,280 réis.
 r Piratas (Os) do Tamisa, por Reynolds, 8.º—400 réis.
 r Poder (O) da vontade, por Smiles, trad. por Fernandes dos Reis, 8.º Rio de Janeiro—600 réis.
 r Portal (De) á claraboia, por Alberto Pimentel, 8.º Porto, 1872—640 réis. enc.
 r Porta (A) do paraíso, por A. Pimentel, 8.º—600 réis.
 r Povos e reis, Kossuth ou os húngaros, 8.º 3 vol.—360 réis.
 r Predicção (A), por A. Dumas, 8.º 2 vol. 1850—160 réis.
 r Preso (O), por Ribeiro de Sá, 8.º 1848
 r Prodígiosa descoberta, por Julio Ver-
 ne, 8.º Rio de Janeiro—600 réis.
 r Prescripto (O), por J. M. da Silva Vieira, 8.º 1848—600 réis. enc.
 r Provinciano (Um) ladino—Onde se encontra a verdadeira felicidade, por Fausto, 12.º Rio de Janeiro—300 réis.
 r Pujol, ou a Catalunha em 1808-14, 8.º 2 vol. 1854—320 réis.
 r Quatro (Os) pontos cardeaes, por Manuel de Macedo, 8.º Rio de Janeiro—750 réis.
 r Quintino Durward, por W. Scott, 8.º 4 vol. 1841—1,500 réis.
 r Raphael e a formarina, por Méry, 8.º Rio de Janeiro—240 réis.
 r Rapto (Um), por George Sand, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro 1859—200 réis.
 r Raymundo e Marianna, 8.º 1849—400 réis.
 r Rebeldes (Os), por D'Arlinecourt, 8.º 4 tom. 2 vol. 1844—400 réis.
 r Reinado (O) de Satanaz, por Gastineau, 8.º 1856—200 réis.
 r Reinado (O) de Luiz XV, por Dumas, 8.º 4 vol. 1864—1,200 réis.
 r Rai (O) Candaule, por Gautier, 8.º—600 réis.

- René, por Chateaubriand, 8.º 1835 — 80 réis.
- Resurreição, por Machado de Assis, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Retalho do mundo, por D. Margarida Peregrina de Sousa, 8.º Porto, 1859 — 640 réis.
- Ricardo, por Leclerc, 8.º 2 tom. 1862 — 600 réis.
- Rico de amor, por Perry, 8.º — 500 réis.
- Rico e pobre, por E. Souvestre, 8.º — 120 réis.
- Roberto Valença, 8.º 1848.
- Robinson (O) de doze annos, 8.º 2 tom. Paris, 1838 — 400 réis.
- Rocamble na prisão, por Terrail, 8.º 2 vol. — 1,200 réis.
- Romance da duquesa, por Houssaye, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Romance de um rapaz pobre, por Feuillet, 8.º 1865 — 500 réis.
- Romalino ou os mysterios do Castello, 8.º 2 vol. — 200 réis.
- Romance de uma mulher pallida, por H. de Kock, 8.º 1873 — 400 réis.
- Romances (Os) da semana, por Manuel de Macedo, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Rosa (A), por Manuel de Macedo, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 1,200 réis.
- Rosa de Tannembourg, 8.º 2 vol. 1855 — 400 réis.
- Roxelane feliz, por Obol e Dracis, 8.º 1825.
- Ruinias (As) do castello, por Reynalds, 8.º — 400 réis.
- Ruinias (As) de Rottembourg, por Mordelle, 8.º 2 tom. 1844.
- Ruy, o escudeiro, conto em verso, por Mousinho de Albuquerque, 8.º 1844.
- Sabina, 8.º 3 vol. 1846 — 600 réis.
- Scenas da vida republicana — Reminiscencias do feliz tempo escolar, por Fausto, 8.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Sceptro (O) e o punhal, por Soares Bravo, 8.º Porto, 1852 — 200 réis.
- Segredo (Um), por Arnould, 8.º 1855 — 400 réis.
- Segredo (O) do capitão, por E. Suevestre, 8.º 1835 — 240 réis.
- Segredo (O) da confissão, por Lavagne, 8.º Porto, 1842 — 200 réis.
- Segredo (O) da ilha, por Julio Verne Rio de Janeiro — 600 réis.
- Segredo (O) do resuscitado, por Reynalds, 8.º — 400 réis.
- Segredo (O) de Javotte, por Musset 12.º Rio de Janeiro — 300 réis.
- Segredos do coração, por Ferreira Patacas, 8.º 1872 — 500 réis.
- Segredos do interior da familia, por M.^{lle} Trémadure, 8.º 1849 — 300 réis.
- Segredos (Os) do travesseiro, por E. Sue, 8.º 4 vol. 1858 — 1,200 réis.
- Sem gravata, por P. de Kock, 8.º 4 vol. 1845 — 800 réis.
- Seminarista (O), por Bernardo Guimarães, 8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Senhor (O) Dupont, por P. de Kock, 8.º 4 vol. 1844 — 720 réis.
- Senhora (A) de Monflanquin, por P. de Kock, 8.º 2 vol. 1872 — 900 réis.
- Senhora (A) de preto, 18.º Paris, 1855 — 320 réis.
- Sertanejo (O), por Alencar, 8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 1,200 réis.
- Sensações de uma morta, por D. Maria Soares Alegria, 8.º Porto, 1863 — 400 réis.
- Servos e boyardos, por Clemence Robert, 8.º 4 vol. 1855 — 1,200 réis.
- Soberha (A), por E. Sue, 8.º 2 vol. 1873 — 600 réis.
- Sophia Printemps, por Dumas (filho), 12.º 2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Stephania. Episodio da campanha da Russia, 8.º 1854 — 90 réis.
- Sobrevivente (O), por P. Feval, 12.º 4 vol. Rio de Janeiro — 1,200 réis.
- Sueco (O), por Lafontaine, 8.º 2 vol.
- Supposições que podem ser realidades, por Luiz Filippe Leite, 8.º Poza Delgada, 1850 — 200 réis.
- Sybaritas (Os), 8.º 2 vol. 1817 — 200 réis.

- Sylvandira (A)**, por A. Dumas, 4.º
1853 — 400 réis.
- Taberna (A) do diabo**, por Reynalds,
8.º — 400 réis.
- Talisman (O)**, por W. Scott, 18.º 3 vol.
Paris, 1837 — 1\$440 réis enc.
- Terra (Da) á lua**, por J. Verne, 8.º —
900 réis, Rio de Janeiro — 600 réis.
- Terra (A) das pelles**, por J. Verne, 8.º
2 vol. Rio de Janeiro — 1\$200 réis.
- Terror (O) prussiano**, por A. Dumas,
8.º — 500 réis.
- Testamento (O) do frade**, por Xavier
da Silva, 8.º — 500 réis.
- Thaddeo de Varsovia**, por miss Porter,
8.º 4 vol. 1834 — 960 réis.
- Tom Jones**, por Fielding, 8.º 4 vol.
- Toureiro (O)**, pela marquezia de Abran-
tes, 8.º 1844 — 240 réis.
- Tripeiros (Os)**, por Lousada, 8.º Porto,
1859 — 300 réis.
- Triumpho do amor maternal**, 8.º
1820 — 50 réis.
- Tronco (O) do ipé**, por Alencar, 8.º
2 vol. Rio de Janeiro — 1\$200 réis.
- Tumulo (O)**, por Anna Radcliffe, 8.º
2 tom. 1838 — 400 réis.
- Ubirajara, lenda tupy**, por Alencar,
8.º Rio de Janeiro — 600 réis.
- Ultima (A) ceia do doutor Fausto**, por
Alberto Pimentel, 8.º Paris, 1876 —
200 réis.
- Ultima (A) marquezia**, por Mirécourt,
8.º — 300 réis.
- Ultima (A) dona de S. Nicolau**, por
Arnaldo Gama, 8.º Porto, 1864 —
500 réis.
- Urbano Grandier**, por A. Dumas, 8.º —
400 réis.
- Urraca (D.) de Castella**, por Villostada,
8.º 2 vol. 1852 — 1\$200 réis.
- Vadios (Os) de Paris**, por Borys, 8.º
2 vol. Rio de Janeiro — 1\$200 réis.
- Valle (O) do Amazonas (Estatistica)**,
por Tavares Bastos, 8.º Rio de Ja-
neiro — 1\$500 réis.
- Velhice (A) de Camões**, por Landelle,
8.º 2 vol. 1860 — 1\$000 réis.
- Vendetta (La)**, por Balzac, 8.º Porto,
1874 — 400 réis.
- Vereda (A) das ameixas**, por P. de
Kock, 8.º 1865 — 400 réis.
- Vergonha que mata**, por Achard, 8.º
Porto, 1874 — 500 réis.
- Viagem ao centro da terra**, por J. Verne,
8.º — 1\$000 réis, ou Rio de Janeiro
— 600 réis.
- Viagem ao redor do mundo em oitenta
dias**, por J. Verne, 8.º — 1\$200 réis,
ou Rio de Janeiro — 600 réis.
- Viagens de Altina**, 8.º 4 vol. 1798 —
800 réis.
- Vicentina**, por Manuel de Macedo, 8.º
3 vol. Rio de Janeiro — 1\$440 réis.
- Victima (A) da inquisição de Sevilha**,
8.º 1838 — 240 réis.
- Victorina de Vaissy**, 8.º 2 vol. 1804 —
720 réis.
- Victimas (As) e algozes, quadros da
escravidão**, por Manuel de Macedo,
8.º 2 vol. Rio de Janeiro — 1\$500
réis.
- Vida de Gusmão de Alfarrache**, 8.º
3 vol. 1792 — 800 réis.
- Vida (A) infernal**, por Gaboriau, 12.º
6 vol. — 1\$800 réis.
- Vingança (A) de sangue**, por Gondri-
court, 8.º — 660 réis enc.
- Vingar regenerando**, 8.º — 240 réis.
- Vinte mil leguas submarinas**, por J.
Verne, 12.º Rio de Janeiro — 900
réis.
- Viscondessa Alice**, por Alberic Second,
12.º 2 vol. Rio de Janeiro — 600 réis.
- Visionario (O)**, por Schiller, 8.º
- Voluntario (O)**, por P. Féval, 8.º — 500
réis.
- Waverley**, por W. Scott, 8.º 4 vol.
1845 — 1\$000 réis.
- Welf-Budo, ou os aeronautas**, por A.
Lafontaine, 8.º 2 vol. 1852 — 720
réis.
- Wilhelme e Aurora**, 8.º 2 vol. 1834 —
200 réis.
- Zadig ou o destino**, por Voltaire, 8.º —
240 réis.

THEATRO

- A cata de um namorado, comedia, por Francisco Serra — 100 réis.
 Abandonada resignação, por Arango Assis, Rio de Janeiro — 200 réis.
 Abnegação (A), drama em 4 actos, por B. Diester — 300 réis.
 Abnegação, comedia-drama em 5 actos — A viuva, comedia em 2 actos, por Gomes de Amorim — 600 réis.
 Abrasadores (Os), drama em 3 actos — 120 réis.
 Afonso e Virginia, drama em 5 actos, por Ferrea Aragão — 200 réis.
 Aidesão (O) prevertido, drama em 3 actos — 120 réis.
 Aleijões (Os) sociaes, comedia-drama em 5 actos — O casamento e a mortalha no céu se talha, comedia em 2 actos, por Gomes de Amorim — 600 rs.
 Alvaro Gonçalves, e Magriço, drama em 5 actos, por Aguiar de Loureiro — 300 réis.
 Amante e irmã, drama em 2 actos, por P. J. da Conceição — 200 réis.
 Amazonas (As) piemontezas, comedia, por Volckart — 40 réis.
 Amigos (Os) intimos, comedia-drama em 4 actos, por L. A. Palmeirim — 240 réis.
 Amor de ingenua, versão de A. F. de Castilho — 120 réis.
 Ambições de um eleitor, comedia em 2 actos, por Lencastre — 200 réis.
 Amor (O) e o dever, comedia em 2 actos, por F. Serra — 240 réis.
 Amor e toleima, entre acto-comico, por Palma e Varella — 160 réis.
 Anjo (O) da paz, comedia em 2 actos, por J. C. dos Santos — 200 réis.
 Anna Barroca, comedia, por Sousa Netto — 100 réis.
 As armas... pela França, scenia dramatica, por Brito Aranha — 160 réis.
 Astucias (As) de Zanguizarra, farça — 100 réis.
 Atar-Gull, drama em 3 actos — 120 réis.
 Azas (As) de um anjo, comedia em 4 actos e prologo, por Alencar, Rio de Janeiro — 600 réis.
 À procura de si mesmo, comedia em 2 actos, por J. G. Teixeira — 200 réis.
 Bergami, drama em 5 actos — 120 réis.
 Bertrand e Katan, ou a arte de conspirar, comedia em 5 actos — 120 réis.
 Bloqueio (O) de Sebastopol, comedia — 160 réis.
 Bom (A) servidor bom paga, comedia, por Varella — 120 réis.
 Burgraves (Os), trilogia, por V. Hugo — 400 réis.
 Cabrito (O) monter, drama em 3 actos — 120 réis.
 Caçador (O), farçeta lyrica, por J. S. Mendes Leal — 120 réis.
 Camara (A) ardente, drama em 5 actos — 120 réis.
 Carestia (A) dos alimentos, scenia comica, por Luiz de Araujo — 60 réis.
 Carlos e Luiza, entre acto, por Varella — 100 réis.
 Carteira (A) de Mauricio Lopes, comedia, por F. Serra — 120 réis.
 Cartouche, drama em 3 actos — 120 réis.
 Casado por commodidade, comedia, por A. Athaide — 120 réis.
 Casamento (O) do filho do vaqueiro, comedia, por Quelror Sarmiento — 120 réis.
 Castella (A), comedia, por E. Coelho — 100 réis.
 Cavalheiro (O) de S. Jorge, comedia em 3 actos, por A. M. de Castilho — 300 réis.

- Cedro (O) vermelho, drama em 5 actos, por Gomes de Amorim, 2 vol. — 1\$200 réis.
- Cleta ou a filha de uma rainha, drama em 3 actos — 120 réis.
- Cesar, o estudante, comedia por Martins Paula — 120 réis.
- Cigano (O), drama em 4 actos, por Lucca — 360 réis.
- Comedia (Uma) na rua, por E. Coelho — 100 réis.
- Como se perde um noivo, proverbio, por Lopes de Mendonça — 120 réis.
- Como se sobe ao poder, comedia em 3 actos, por L. A. Palmeirim — 400 réis.
- Compadrice (A), comedia em 5 actos, por Scribe — 120 réis.
- Coelho Furtado, scena comica, por C. de Almeida — 60 réis.
- Conde (O) Andeiro, drama em 5 actos, — 240 réis.
- Conde (O) D. João, drama em 6 quadros, por D. João de Azevedo — 500 réis.
- Conde (O) de Santo Ildefonso, comedia, por Lopes França — 120 réis.
- Consequencias do carnaval, comedia, por C. Braga — 100 réis.
- Consortio (O) de Lucrecia, comedia, por J. S. Mendes Leal — 160 réis.
- Conspiradores (Os), comedia — 120 rs.
- Copo (O) de agua, ou os effeitos e as causas, comedia em 5 actos, por Scribe — 120 réis.
- Corôa (A) de artista, comedia-drama em 3 actos, por João de Lacerda — 200 réis.
- Corôa (A) hereditaria, drama em 3 actos — 120 réis.
- Creada (A) diplomata, por Queiroz Sarmiento — 120 réis.
- Creada (Uma) e um vizinho, comedia, por Luiz de Araujo — 120 réis.
- Cromwell e Carlos I, drama em 5 actos, por Delanoue — 120 réis.
- Dama (A) das camelias, comedia, por A. Garraio — 160 réis.
- Dansarino (O) encoberto, comedia, por Varella — 160 réis.
- Degollação (A) dos innocentes, drama em 5 actos — 120 réis.
- Desafios (Os), drama em 2 actos, por Carmouche — O urso e o pachá, por Scribe — 120 réis.
- Demonio familiar, comedia em 4 actos e epilogo, por Alencar, Rio de Janeiro — 400 réis.
- Depois da meia noite, farça — 100 réis.
- Depois de velhos... gaiteiros, comedia, versão de A. F. de Castilhó — 120 rs.
- Difamadores (Os), comedia em 5 actos, por E. Biester — 360 réis.
- Diogo Tinoco ou a côrte de D. João II, drama em 3 actos — 160 réis.
- Dissipadores (Os), comedia em 4 actos, por Hogan — 400 réis.
- Ditoso fado, comedia por Manuel Rousado — 100 réis.
- Doida (A), drama em 5 actos, por D. J. Seromenho — 200 réis.
- Dois (Os) politicos, comedia, por D. J. Seromenho — 120 réis.
- Dois (Os) primos, comedia em 3 actos — 120 réis.
- Dois (Os) proscriptos, ou a restauração de Portugal em 1640, em 5 actos — 360 réis.
- Dois (Os) sargentos, drama em 3 actos — 120 réis.
- Dois (Os) renegados, drama em 5 actos, por J. S. Mendes Leal.
- Dois (Os) timidos, comedia, por I. Sabino Ferreira — 100 réis.
- Domadores. (Os) de feras, comedia, por L. A. Palmeirim — 160 réis.
- Drama (Um) no mar, drama em 4 actos, por E. Biester — 240 réis.
- Duqueza (A) de la Vaubalière, drama em 5 actos — 120 réis.
- É melhor não experimentar, comedia, por Hogan — 200 réis.
- Erro (Um), drama em 2 actos — Bernarda na rua, farça — 120 réis.
- Espadellada (A), comedia, por Cesar de Lima — 100 réis.

- Estella**, comedia — O duello no terceiro andar, farça — 120 réis.
- Experiencia (Uma)**, comedia, por B. Machado — 120 réis.
- Fabia (A)** — O andador das almas — A morte de Catimbatu, parodias, por Francisco Palha.
- Fada (A)**, comedia, trad. por Rebelo da Silva — 160 réis.
- Familia (A) de Mazarini**, comedia em 3 actos — 120 réis.
- Familia (A) dos Possidonios**, comedia — 160 réis.
- Ferrovelho (O)**, comedia em 2 actos, por Alcantara Chaves — 140 réis.
- Figados de tigré**, parodia de melodramas, por Gomes de Amorim — 600 réis.
- Filho (O) do cavalheiro das cruzadas**, drama em 2 actos — 240 réis.
- Fossilismo e progresso**, revista em 3 actos, por Manuel Roussado — 240 réis.
- Fugitivo da Bastilha**, drama em 2 actos — Um quarto de sentinella — 120 réis.
- Gabriel e Lusbel, ou o thaumaturgo**, mysterio em 3 actos, por Braz Martins — 240 réis.
- Gaiato (O) de Lisboa**, drama em 2 actos — 120 réis.
- Gata (A) borrarheira**, comedia, por Baptista Machado — 100 réis.
- Ghigi**, drama em 5 actos — A prohibição, comedia, por Gomes de Amorim — 600 réis.
- Grande (O) chocolate de Mathias Lopes**, intervallo comico, por Luiz de Araujo — 120 réis.
- Grandes afflicções de um esposo**, comedia, por Luiz de Araujo — 120 réis.
- Gueira aos nunes**, comedia, por Matos Moreira — 100 réis.
- Henrique III e a sua corte**, drama em 5 actos, por A. Dumas — 120 réis.
- Henriqueta, ou o proscripto**, drama em 3 actos, em verso — 160 réis.
- Herança do Barbadoé**, drama, em 3 actos, por A. Pereira da Cunha — 300 réis.
- Hermitão (O) da cabana**, drama em 3 actos, por F. Soares Franco.
- Heróismo (O) de amor**, por Renneville, 8.º 2 vol. — 600 réis.
- Historia de um homem bonito**, comedia, por J. C. dos Santos — 120 réis.
- Homem (O) da mascara de ferro**, drama em 5 actos — 120 réis.
- Homens (Os) que riem**, comedia em 3 actos, por Cesar de Lacerda — 400 rs.
- Homens (Os) serios**, comedia-drama em 4 actos, por E. Biester — 240 réis.
- Honra (A) de um portuguez**, comedia drama em 2 actos, por C. Braga — 280 réis.
- Há dezesseis annos, ou os incendiarios**, drama em 3 actos — 120 réis.
- Harladán, barba roxa**, drama em 3 actos — 120 réis.
- Inesguitos (Os) do mundo**, comedia-drama em 5 actos — Os fiendões do millionario, comedia em 3 actos, por Gomes de Ambrósio — 600 réis.
- Infelicidades de um marido feliz**, comedia, por J. C. dos Santos — 120 réis.
- Informações (As)**, comedia, por Hóworth — 120 réis.
- Intriga (Uma) na corte**, comedia, por G. Teixeira — 120 réis.
- Intrigante (O) de Veneza**, drama em 5 actos — 120 réis.
- Joaquim, o Terra Nova**, comedia, por J. C. dos Santos — 120 réis.
- José Telhudo**, comedia — 120 réis.
- Joséinho e Mariquinhas**, comedia, por J. A. M. de Paula — 120 réis.
- Karl, conde de Richter**, drama em 3 actos — 120 réis.
- Lanterna (A)**, disparate, por B. Machado — 100 réis.
- Latude, ou trinta e cinco annos de captivo**, drama em 3 actos — 120 réis.
- Lagado (O)**, comedia, por D. J. Serodino — 120 réis.

- opo de Figueiredo, ou a corte de D. João II, drama em 3 actos—120 rs.**
- oteria do diabo, magica em 3 actos, por J. A. de Oliveira e F. Palha—300 réis.**
- Amnoeiro (No), comedia, por Varella—100 réis.**
- Livrem-se lá d'esta, comedia, por S. Bastos—100 réis.**
- Livro (O) negro, drama em 5 actos, por Videira—300 réis.**
- Lucrecia Borgia, drama em 3 actos, por V. Hugo—120 réis.**
- Luiz XIII, ou a conspiração de Cinq-Mars—120 réis.**
- Lusbella, drama em 4 actos e prologo, por Manuel de Macedo, Rio de Janeiro—450 réis.**
- Mala (A) do Sr. Bexiga, por C. Seromenho—120 réis.**
- Manuel de Macedo (D.), drama em 5 actos e 5 quadros, por J. M. da Silva Vieira.**
- Mão, drama em 4 actos, por Alencar, Rio de Janeiro—600 réis.**
- Mães arrependidas, drama em 4 actos, por E. Biester—240 réis.**
- Maldita exposição, comedia, por C. Seromenho—120 réis.**
- Margarida, ou o herdeiro desherdado, comedia, por Varella—160 réis**
- Maria, ou as tres epochas, comedia em 3 actos—120 réis.**
- Marido (Um) que rapta sua mulher, por Varella—160 réis.**
- Marquez (Um) feito á pressa, comedia, por C. Braga—100 réis.**
- Marquez (O) de Pombal, drama em 4 actos—120 réis.**
- Medico (O) á força, comedia em 4 actos, por Molière, versão de A. F. de Castilho—500 réis.**
- Medico (O) de uma viuva, comedia, por C. de Miranda—100 réis.**
- Medo (O) guarda a vinha, comedia, por A. Araujo—100 réis.**
- Mestre Francisco, comedia, por T. de Oliveira—100 réis.**
- Meu (O) amigo Grandet, comedia em 3 actos—120 réis.**
- Miguel Perrin, comedia em 2 actos—120 réis.**
- Mil seiscientos e quarenta, ou a restauração de Portugal, facto historico em 4 actos—300 réis.**
- Milton, comedia, por C. Braga—100 réis.**
- Mineiros (Os) suecos, drama em 5 actos—120 réis.**
- Misanthopia e arrependimento, drama em 5 actos, versão de C. Lopes de Moura.**
- Misanthropo (O), farga, por P. Midosi—160 réis.**
- Monstro admiravel, farga, por J. J. de Carvalho—120 réis.**
- Mordomo (O) de Harville, comedia, por C. Leal—160 réis.**
- Mulher (A) de dois maridos, comedia, por A. M. de Castilho—140 réis.**
- Mulher (Uma) de talento, comedia, por Alexandrino do Carmo—100 réis.**
- Namorada (A) do principe, por A. M. de Castilho—160 réis.**
- Namorado (Um) exemplar, comedia, por E. Coelho—100 réis.**
- Namorador (O) de officio, poema comico, por E. Garrido—50 réis.**
- Não ha fumo sem fogo, por S. Bastos—100 réis.**
- Nem tanto ao mar... comedia, por Rangel de Lima—160 réis.**
- Ninguém julgue pelas apparencias, comedia-drama em 3 actos, por Hogan—360 réis.**
- Nobreza (A), comedia-drama em 3 actos e prologo, por C. de Barros—300 réis.**
- Noite (A) dos noivados, comedia, por D. J. Seromenho—100 réis.**
- Noite (Uma) ao relento, comedia, por C. Borges—100 réis.**
- Noemia, ou a filha do judeu, drama em 3 actos, por Silva Junior, Rio de Janeiro—450 réis.**
- Novas intrigas no bairro, comedia em**

- 2 actos, por Luiz de Araujo — 200 réis.
- Novo (O) Othello, comedia, por Manuel de Macedo, Rio de Janeiro — 150 réis.
- Odio de raça, drama em 5 actos, por Gomes de Amorim — 600 réis.
- O que a ambição faz praticar, comedia-drama, por Varella — 160 réis.
- O que faz o medo, comedia, por D. J. Seromenho — 120 réis.
- Operarios (Os), drama em 5 actos, por E. Biester — 500 réis.
- Orphã (A), drama, por D. J. Seromenho — 160 réis.
- Orpheo nos infernos, opera em 2 actos e 4 quadros, por Crémieux, Rio de Janeiro — 300 réis.
- Oração (A) da tarde, drama em 3 actos, por Marianna Larra — 500 réis.
- Pae (O) do noivo, comedia em 2 actos, por G. Teixeira — 280 réis.
- Pae (O) prodigo, comedia em 3 actos, por J. C. dos Santos — 200 réis.
- Pagem (O) de Aljubarrota, por J. S. Mendes Leal.
- Pagem rei, (O) comedia, por C. de Vasconcellos — 120 réis.
- Palavra de rei, opera comica em 2 actos, por C. de Lacerda — 200 réis.
- Patria (A) na officina, comedia, por T. L. de Assumpção — 100 réis.
- Peccados velhos, comedia, por E. Garrido — 160 réis.
- Pennas (As) de um pavão, opera comica em 2 actos, por A. Garraio e E. Martins — 120 réis.
- Pequenas (As) miserias, farça, por S. Netto — 160 réis.
- Peregrino (O), branco ou os meninos da aldeia, drama em 3 actos — 120 réis.
- Phantasma (O) branco, opera em 3 actos, por Manuel de Macedo, Rio de Janeiro — 500 réis.
- Poeta casado, comedia, por A. Chaves — 100 réis.
- Por causa de um papagaio, comedia, por Varella — 160 réis.
- Por causa de um sacristão, comedia, por Rodrigo Paganino.
- Prevoste (O) de Paris, drama em 3 actos — 120 réis.
- Posso fallar á senhora Queiroz? comedia, por Aristides Abranches — 120 réis.
- Primavera eterna, comedia-drama em 3 actos, por E. Biester — 300 réis.
- Primeiro (O) amor de uma viuva, comedia, por S. de Magalhães — 120 réis.
- Primeiros (Os) amores de Henrique IV, drama em 3 actos — 120 réis.
- Primo (O) da California, opera em 2 actos, por Manuel de Macedo, Rio de Janeiro — 300 réis.
- Primo (O) de imbofia ou o estapafurdio logrado, farça, por J. A. Coimbra — 80 réis.
- Providencia (A), comedia drama em 2 actos, por A. de Alneida — 200 réis.
- Qual dos tres? comedia por A. de Mello — 100 réis.
- Quarto (Um) com duas camas, comedia por S. Bastos — 100 réis.
- Que boiada! que toirada! que marra-da! scena comica, por B. Machado — 60 réis.
- Quem desdenha... comedia, por P. nheiro Chagas — 100 réis.
- Questão (A) do dinheiro, comedia em 5 actos, por A. Dumas, Rio de Janeiro — 300 réis.
- Rainha (A) Santa Izabel, lenda em 5 actos, por Soares Franco — 400 réis.
- Rainha e aventureira, drama em 5 actos, por C. de Lacerda — 720 réis.
- Rapasiadas, comedia, por A. de Castilho — 120 réis.
- Raphael, drama, por E. Biester, 8.º — 240 réis.
- Rapto (Um) em Cintra, imitação de Molière, por E. Leal — 100 réis.
- Rapto (Um) masculino, comedia por Villar Coelho — 60 réis.

- Leinar** bem n'um quarto de hora, comedia, por Costa Braga — 100 réis.
- Lascunho (O)**, comedia, por J. M. P. Valente — 60 réis.
- Leão (O)** das fadas, comedia phantastica em 4 actos, por Aristides Abranches — 360 réis.
- Respeito pela memoria de um pae**, comedia-drama, por G. Teixeira, 1860 — 160 réis.
- Restauração dos Algarves**, drama em 3 actos — 240 réis.
- Resonar sem dormir**, comedia, por C. Seromenho — 120 réis.
- Revista de 1858**, em 2 actos e prologo, por J. A. de Oliveira 8.º — 160 réis.
- Revolução do Minho**, drama em 3 actos, por Leal de Gusmão, 1846.
- Rival (Um)** implacavel, comedia, por C. de Miranda — 100 réis.
- Ricardo Darlington**, drama em 6 actos, por A. Dumas — 120 réis.
- Roberto Macario**, drama em 3 actos — 240 réis.
- Rodrigo (D.)**, drama em 5 actos, por Campos e Mello — 120 réis.
- Samaritana (A)**, comedia em 2 actos, por Costa Braga — 100 réis.
- Sargentos da revolta**, comedia, por C. Seromenho — 120 réis
- Scenas de familia**, comedia em 2 actos, por C. de Lacerda — 320 réis enc.
- Segredo de uma familia**, comedia em 5 actos, por J. C. dos Santos — 240 rs.
- Segredo (O)** do tio Vicente, comedia, por A. de Athaide — 100 réis.
- Sempre o mesmo tio Torquato**, comedia por A. de Athaide — 160 réis.
- Sete (Os)** infantes de Lara, drama em 5 actos — 120 réis.
- Sete horas**, ou Carlota Corday, drama em 3 actos — 120 réis.
- Sineiro (O)** de S. Paulo, drama em 4 actos — 120 réis.
- Silvestre (O)** e o selvagem, comedia, por Varella — 100 réis.
- Sir Roberto Pill**, drama em 5 actos — 120 réis.
- Sociedade (A)** elegante, comedia em 3 actos, por R. Cordeiro — 300 réis.
- Sociedade (A)** dos treze, comedia — 100 réis.
- Sonambula (A)** sem o ser, comedia por Paulo Martins — 160 réis.
- Senhor (O)** João e a senhora Helena, opereta comica, por Luiz de Araujo — 160 réis.
- Taborda no Pombal**, comedia, por S. Bastos — 100 réis.
- Taful (Um)** em calças pardas, comedia, por Gutierrez — 160 réis.
- Theatro de Francisco Luiz Coutinho de Miranda**: Heloisa Parquet — Um procurador á procura de noiva — Diabruras de namorado — Um qui-pro-quo — 500 réis.
- Theatro de Manuel de Macedo**: Luxo e vaidade — O primo da California — Amor e patria — A torre em concurso — O cego — Cobé — O sacrificio de Isaac — Lusbella — O phantasma branco — O novo Othello, 3 vol. Rio de Janeiro — 1\$440 réis.
- Thiago Barrumas**, scena comica, por J. J. Alves — 80 réis.
- Torre (A)** em concurso, comedia burlesca, por Manuel de Macedo, Rio de Janeiro — 450 réis.
- Torre (A)** de Nesle, drama em 5 actos, por A. Dumas — 120 réis.
- Traupmann e seus cumplices**, comedia, por Bastos — 100 réis.
- Tribulações de Mané-Côco**, comedia, por A. de Athaide — 100 réis.
- Tribulações de um poeta**, comedia, por E. Coelho — 100 réis.
- Tribulações de um tutor**, comedia, por J. G. Teixeira, 1863 — 140 réis.
- Tributo (O)** das cem virgens, drama em 5 actos — 120 réis.
- Trinta annos ou a vida de um jogador**, drama em 3 epochas — 120 réis.
- Ultima descoberta de um chimico**, comedia, por Andrade Ferreira — 160 réis.

- Ultima (A) moda, comedia em 3 actos, por Bangel de Lima — 180 réis.
- Valle (O) de Torrente, drama em 3 actos — 120 réis.
- Vantagens (As) do caminho Larmanjat, por A. S. Carvalho — 60 réis.
- Velho (O) de vinte e cinco annos, comedia em 2 actos — 120 réis.
- Verso e reverso, comedia em 4 actos, por Alencar, Rio de Janeiro — 300 réis.
- Victimas (As) da clausura, drama em 3 actos — 120 réis.
- Vida de um rapaz rico, drama em 3 actos, por D. J. Seromenho — 250 rs.
- Vingança (A) de um beijo, comedia, por E. Coelho — 100 réis.
- Visconde (Um) por meia hora, comedia, por E. Coelho — 120 réis.
- Viva o exercito e viva o duque, por D. J. Seromenho e S. Carvalho — 120 réis.









2854 403

MAR 21 '70 H



3 2044 083 306 514

